

A Reformulação da Política Externa Russa Durante a Presidência Putin-Medvedev

Héric Sequeira Ramos Manuel

Orientador: Prof. Doutor Marcos Farias Ferreira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus e, de igual modo, aos meus pais Alfredo Ramos Manuel e Neide da Silva Sequeira, que de tudo fizeram para que a minha formação se tornasse possível. Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Marcos Farias Ferreira, pela atenção, simpatia, paciência e confiança. Em terceiro, gostaria de agradecer aos meus professores do Mestrado em Relações Internacionais e Pós-Graduação em Diplomacia Comercial, pelas preciosas partilhas de conhecimento. Em quarto, agradeço aos meus colegas que desde o início embarcaram comigo nesta aventura, do mesmo modo, agradeço as senhoras da biblioteca pelo companheirismo ao longo de mais de um ano que frequentei a mesma de forma exaustiva. E por último, e não menos importante, um especial obrigado ao senhor Manuel, ou Manel como carinhosamente é chamado pelos demais que frequentam o refeitório do ISCSP, pelas piadas, simpatia e atenção ao longo da minha estadia em Lisboa.

RESUMO

Desde que Putin assumiu a presidência da Rússia (2000), a Rússia tornou-se numa grande potência e cada vez mais tem vindo a consolidar a sua posição como um ator indispensável para os assuntos globais. Para que este reposicionamento fosse possível, Putin teve de reformular a política externa russa, tornando-a pragmática e multivetorial. Portanto, a presente dissertação tem como objetivo compreender o processo da reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev. Para compreender este processo, em primeiro lugar, faz-se uma revisão das políticas internas e externas de Gorbachev e Yeltsin. Esta revisão visou dois objetivos: compreender as motivações de Putin; e servir de base de comparação para se comprovar que efetivamente houve uma reformulação na política externa russa. Em segundo, é feita uma análise do aparelho da nova política externa russa, uma vez que a sua análise é vital para a compreensão do seu funcionamento. Em terceiro, examina-se o eurasianismo. Defende-se que, com base nesta ideologia, Putin tem procurado moldar a identidade russa e assim legitimar o seu projeto hegemónico para a sua Pan-Região. Por último, é feita uma avaliação do impacto da reformulação da política externa russa, ou seja, analisa-se a nova política externa russa.

Palavras chave: Rússia, grande potência, reformulação, política externa russa, multivetorialismo e excecionalismo.

ABSTRACT

Since Putin took on the presidency of Russia (2000), Russia has become a great power and has been increasingly consolidating its position as an indispensable actor in global affairs. For this repositioning to be possible, Putin had to reformulate Russian foreign policy, making it pragmatic and multi-vectorial. As such, the present dissertation has as an objective to comprehend the process of the Russian foreign policy reformulation. To understand this process, firstly, a review of the Gorbachev and Yeltsin domestic and foreign policies is carried out. This review aimed at two goals: to comprehend Putin's motivations; and to serve as a basis of comparison to effectively prove if there was a reformulation in Russian foreign policy. Secondly, an analysis of the new Russian foreign policy apparatus is made, since such an exam is vital to the comprehension of its functioning. Thirdly, eurasianism is examined. It is argued, on the basis of this ideology, that Putin has been seeking to shape the Russian identity and as such legitimate his own hegemonic project for his Pan-Region. Lastly, an evaluation of the foreign policy reformulation's impact is carried out, i.e., the new Russian foreign policy is analysed.

Key Words: Russia, Great Power, Reformulation, Russian foreign policy, Multivectorialism and Exceptionalism.

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas	viii
Lista de tabelas	x
Lista de gráficos	xi
Lista de figuras	xii
Introdução	1
Problemáticas e questões de investigação	5
Enquadramento Teórico	5
Leitura do Tema à Luz da Teoria	11
Enquadramento metodológico	11
Importância do método	18
Obstáculos à investigação	18
Estrutura do Trabalho	19
Capítulo 1. Da URSS à Federação Russa: Novas Perspetivas sobre a Política Externa e Interesse nacional	21
1.1. A Chegada de Mikhail Gorbachev ao Poder: Perestroika e Glasnost	21
1.1.1. Novo Pensamento	25
1.2. A Era Boris Yeltsin (1991-1999)	32
1.2.1. Terapia de Choque	32
1.2.2. A Política Externa da Rússia durante a Presidência de Boris Yeltsin (1991-1999)	34

1.2.2.1. A Política Externa Yeltsin-Kozyrev: Decadência e Submissão (1991-1996)	35
1.2.2.2. A Política Externa Yeltsin-Primakov: Reorientação e Equilíbrio de Poder (1996-1999)	42
1.3. A Trajetória Política de Vladimir Putin	52
1.3.1. A Segunda Guerra da Chechénia como instrumento de projeção de Poder	56
Capítulo 2. O Aparelho de Política Externa da Federação Russa e a Tomada de Decisões	60
2.1. Objetivos, Princípios e Interesses da Rússia durante a era Vladimir Putin	62
2.2. Atores da Política Externa da Rússia (2000-2017)	69
2.3. Determinantes da Política Externa de Putin (2000-2017)	76
2.3.1. Determinantes Domésticos	77
2.3.1.1. A Abundância dos Recursos Energéticos	77
2.3.1.2. O Separatismo Checheno	80
2.3.1.3. As ações dos dirigentes domésticos	84
2.3.2. Determinantes Externos	85
2.3.2.1. Controlar a Comunidade dos Estados Independentes	86
2.3.2.2. As relações entre a Rússia e o Ocidente	87
2.3.2.3. A Federação Russa como membro de Organizações Internacionais e <i>fora</i> internacionais	92
Capítulo 3. O Eurasianismo e o Excepcionalismo Russo	96
3.1. Geopolítica da Federação Russa	97
3.2. O Eurasianismo e a Rússia Contemporânea	110
3.3. O Eurasianismo Clássico	113

3.4. O Neo-Eurasianismo de Dugin	117
3.4.1. Eixo Moscovo-Teerão	122
3.4.2. Eixo Moscovo-Nova Deli	123
3.4.3. Eixo Moscovo-Ankara	123
3.4.4. O plano eurasiático para o Afeganistão e Paquistão	123
3.4.5. O Cáucaso	124
3.4.6. O plano eurasiático para a Ásia Central	124
3.5. Destino Manifesto Russo	130
Capítulo 4. O pragmatismo e o multivetorialismo na política externa Putin-Medvedev	141
4.1. O Multivetorialismo e o Pragmatismo: vetores estruturantes da política externa da Rússia	141
4.2. A política externa da Rússia para a Comunidade dos Estados Independentes	145
4.2.1. A Política Externa da Rússia para a Ucrânia	150
4.2.2. A Política Externa da Rússia para a Bielorrússia	159
4.2.3. A Política Externa da Rússia para a Geórgia	162
4.2.4. A Política Externa da Rússia para a Moldova	168
4.3. Enquadramento das Relações Russo-Americanas no século XXI	174
4.3.1. A Reconstrução do poder militar da Rússia	180
4.3.2. A política externa da Rússia para os Estados Unidos: Cooperação pragmática vs Competição e/Confrontação	183
4.3.3. Os Tratados Internacionais de desarmamento durante a presidência Putin-Medvedev	185

4.3.4. O “Reset” de Obama e Medvedev: tentativas para melhorar as relações russo-americanas	189
4.3.5. As Relações NATO-Rússia: Cooperação pragmática vs Confrontação	196
4.3.6. A estratégia norte americana de enfraquecimento da posição russa no setor energético	201
4.4. A política externa da Rússia para a União Europeia	204
4.4.1. A política externa energética da Rússia para a União Europeia	205
4.4.2. As implicações do conflito ucraniano para as relações UE-EUA-NATO	210
4.4.3. Dividir para Reinar	211
4.5. As relações russo-chinesas: cooperação vs competição	214
4.6. Guerra na Síria	219
Conclusão	225
Referencias Bibliográficas	229
Anexos	253

Lista de Acrónimos, Siglas e Abreviaturas

ACD - Análise Crítica do Discurso

AfD - Alternativa para a Alemanha

APC - Acordo de Parceria e Cooperação

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático

AKP- Partido da Justiça e Desenvolvimento (Turquia)

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAME/COMECON - Conselho de Assistência Económica Mutua

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

CIA - Central Intelligence Agency

CNPC - Chinese National Petroleum Corporation

CSCE - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DUMA - Câmara Baixa do Parlamento Russo

EUA - Estados Unidos da América

EurAsEC - Comunidade Económica da Eurasiática

FBI - Federal Bureau of Investigation

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPÖ - Partido da Liberdade da Áustria

FSB - Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti Rossiyskoy Federatsii (Serviço de Segurança Federal da Federação Russa)

G7 - Grupo dos sete

G8 - Grupo dos oito

G20 - Grupo dos vinte

GUAM - Organização para Democracia e Desenvolvimento Económico

HDP - Partido Democrático Popular (Turquia)

ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISIS - Islamic State of Iraq and Syria

KGB - Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Serviços de Segurança Federal)

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC/SCO - Organização para Cooperação de Xangai

OTSC - Organização do Tratado de Segurança Coletiva

MIRV - Mísseis de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionados

NATO/OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

CSTO - Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Turquia)

RFA - República Federal Alemã

SVR - Serviço de Espionagem Externa

UE - União Europeia

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Tabelas

Tabela 1. Evolução ou Diferença dos objetivos da Política externa da Federação da Rússia	253
Tabela 2. Bases militares da Rússia na CEI	256
Tabela 3. Principais acordos de redução estratégia de armas nucleares entre a Rússia e os Estados Unidos	258
Tabela 4. Elementos de poder entre a Rússia e os Estados Unidos (2016)	259

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Despesas militares da Rússia em biliões de US\$ (2006-2016)	182
Gráfico 2. Despesas militares da Rússia desde a ascensão de Putin em biliões de US\$	182
Gráfico 3. Despesas militares do mundo 1988-2015	183

Lista de Figuras

Figura 1. Teoria crítica da geopolítica como um conjunto de práticas de representação	10
Figura 2. Expansão da NATO em direção as fronteiras da Rússia	44
Figura 3. O Alargamento da União Europeia para a Europa Central e do Leste	61
Figura 4. A Área Pivot ou Heartland (Primeira Teoria de Mackinder)	98
Figura 5. Continente Eurasiático	99
Figura 6. A Ilha Mundial (Segunda Teoria de Mackinder)	99
Figura 7. Midland Ocean de Mackinder	101
Figura 8. As Pan-Regiões de Haushofer	103
Figura 9. O Rimland de Spykman	107
Figura 10. Projeção de Poder Russo segundo Dugin	119
Figura 11. As Pan-Regiões de Dugin	120
Figura 12. Os Grandes Espaços de Dugin	121
Figura 13. Escudo Nacional da Federação da Rússia	135
Figura 14. <i>Druzhba Pipeline</i>	151
Figura 15. <i>Yamal Pipeline</i>	160
Figura 16. <i>Pipelines</i> azerbaijanos que passam pela Geórgia	168
Figura 17. <i>Nabucco Pipeline</i>	202
Figura 18. <i>Blue Stream Pipeline</i>	203
Figura 19. <i>Nord Stream Pipeline</i>	207
Figura 20. <i>South Stream Pipeline</i>	209
Figura 21. Exportação de armamentos russos para a China em bilhões de US\$ (1992-2017)	217

Introdução

Esta dissertação para a obtenção do grau de mestre em Relações Internacionais, se justifica, em nosso entender da necessidade de se compreender de que forma foi reformulada a política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev, uma vez que a sua compreensão é fulcral para o entendimento das políticas russas adoptadas no âmbito interno e, principalmente na arena internacional. Por outro lado, por esta ser a herdeira da União Soviética, um dos beligerantes do conflito bipolar Leste-Oeste, achou-se pertinente trazer a sua visão daquilo que são e que deveriam ser as relações internacionais contemporâneas. É legítimo? Não sabemos. Mas com certeza ajuda-nos a melhor compreender as relações internacionais.

O presente trabalho tem como tema genérico “A reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev”. Desde já, torna-se necessário clarificar quais as opções ontológicas, epistemológicas e metodológicas que o guiam. Em relação as ontológicas, desde a chegada de Putin ao poder em 1999 que a Rússia assume-se como uma entidade eurasiática, o eurasianismo¹, passa a nortear as ações tanto da política interna como da política externa da Rússia. É deste modo que no trabalho estuda-se a Rússia como uma entidade híbrida, e quais são as consequências desse excecionalismo para política interna e externa da Federação da Rússia. No que diz respeito as opções epistemológicas, tendo em conta a realidade eurasiática da Rússia, o trabalho recorre a teoria da geopolítica crítica para a produção do conhecimento. Com esta teoria, procura-se perceber duas coisas: de que forma Putin tem moldado a identidade russa ao serviço da sua política externa; e de que forma ele corporiza o destino manifesto russo em si. E por ultimo, quanto a metodologia, recorre-se a análise crítica do discurso, que auxiliará a geopolítica crítica na análise do discurso de Putin para legitimar o seu poder na Rússia e restabelecer o *status* político russo no sistema internacional.

O colapso da União Soviética foi considerado como estagio final da fragmentação do vasto Bloco Comunista Sino-Soviético. De acordo com Brzezinski

¹ A ideia eurasiática representa uma revisão fundamental da história política, ideológica, étnica e religiosa da humanidade, e oferece um novo sistema de classificação e categorias que irão superar os padrões clichês. A teoria eurasiática passou por dois estágios - um período formacional do Eurasianismo clássico no início do século XX por emigrantes intelectuais russos (Trubeckoy, Savickiy, Alekseev, Suvchinskii, Iljin, Bromberg, Hara-Davan, etc), em seguida pelas obras históricas de Leonid Gumilev e, finalmente, a constituição do neo-Eurasianismo (segunda metade da década de 1980 até o presente) (Dugin, 2012).

(1997: 88), em 1991 a União Soviética foi dissolvida pelas mãos das repúblicas da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, e formalmente substituída pela Comunidade dos Estados Independentes² (CEI), que englobava todas as repúblicas soviéticas e bálticas. Relutantemente, o presidente soviético renuncia, à bandeira soviética é baixada da torre do Kremlin, e finalmente, como sucessora da União Soviética, emerge a Federação Russa acompanhada de 150 milhões de habitantes. Porém, com o desmembramento da União Soviética, surgem implicações para a jovem Rússia.

O colapso da União Soviética, produziu uma confusão geopolítica monumental. Em apenas quinze dias, o povo russo, que de modo geral estava menos informado que o mundo exterior a União Soviética, descobre que deixara de ser o mestre do império transcontinental e que as fronteiras da Rússia haviam sido reduzidas para onde haviam estado no Cáucaso, no início dos anos 1800 e mais dramaticamente e doloroso foram as fronteiras do lado ocidental, que foram reduzidas até onde estiveram logo após o reinado de Ivan O Terrível, aproximadamente nos anos 1600 (*ibid*).

Com a fragmentação da União Soviética e consequente redução das fronteiras russas, houve uma crescente desvalorização do *status quo* da Rússia na região e no sistema internacional, e com a renúncia de Gorbachev e a ascensão de Yeltsin ao poder, Yeltsin depara-se numa situação de grande fragilidade tanto a nível doméstico³ assim como externo⁴, devido as reformas de Gorbachev excessivamente liberais - *perestroika*, *glasnost* e novo pensamento. Num primeiro momento (1991-1996) Yeltsin e Kozyrev, presidente e ministro dos negócios estrangeiros, sendo eles pró-Occidente, consideraram o novo pensamento como sendo “o ponto de partida para a construção das relações com o Ocidente” (Tsygankov, 2010: 232), passando a prosseguir com uma política externa excessivamente submissa face ao Ocidente, o que teve como consequência a deterioração das difíceis condições em que a Rússia já se encontrava. Num segundo momento (1996-1999), com a ascensão de Primakov ao cargo de ministro dos negócios estrangeiros em 1996, a política externa russa passa a caracterizar-se por uma procura de equilíbrio de poder entre a Rússia e o Ocidente. Primakov procura recalibrar a dimensão oriental como peça fundamental nos interesses da política externa russa, e recuperar o papel ativo russo no Médio Oriente e na América Latina. Essa procura de equilíbrio de

² Criada a 8 de Março de 1991 com o objetivo de constituir-se um mecanismo agregador, para apoiar a velha União Soviética, por forma a perpetuar o poder da Rússia no espaço pós-soviético.

³ A Rússia encontrava-se muito fraca e devastada pelas leis comunistas.

⁴ Perda de prestígio.

poder entre a Rússia e o Ocidente por parte de Primakov, insere-se na necessidade de se diminuir os excessos da política externa excessivamente liberal de Yeltsin e Kozyrev.

Com a renúncia de Yeltsin, e ascensão de Putin a presidência (2000), vive-se um momento de rutura na política externa russa. “Putin definiu a sua política externa como sendo ‘equilibrada’, resultando numa fórmula multivetorial inclusiva; ‘responsável’, dado que a Rússia se assumiu como ator fundamental na promoção da segurança e estabilidade no sistema internacional; uma política externa orientada para o desenvolvimento de uma ordem multipolar, onde o reconhecimento do seu estatuto se torna crítico” (Freire, 2013: 111-112). No que diz respeito a inclusão, de acordo com Tsygankov (2010: 131), “em resposta aos desenvolvimentos globais, Putin apresentou a ideologia do pragmatismo e auto-concentração. A ideologia articulava a visão de uma nova coligação identitária que combinava tanto a influência ocidentalista⁵ como a estatista⁶. Com os ocidentalistas, Putin critica as práticas passadas de exagerar nos recursos da política externa, uma possível referência de tanto o período soviético como o período de Kozyrev”. Segundo Segrillo (2010), Putin parece ter conseguido corrigir o excesso de ocidentalismo da era Yeltsin. Neste sentido, de acordo com Tsygankov, Putin comprometeu-se com os valores tradicionais tipicamente enfatizados pelos estatistas e civilizacionistas⁷. No seu artigo pragmático ‘Rússia na virada do Milénio’⁸, endereçado ao seu eleitorado, o futuro presidente enfatizou o patriotismo, um Estado

⁵ Os ocidentalistas dão ênfase a similaridade russa com o Ocidente, e a visão do Ocidente como a mais viável e progressista civilização no mundo (Tsygankov, 2010: 4).

⁶ Os estatistas enfatizam a capacidade do estado governar e preservar a ordem social e política. É indiscutível que esta é a escola russa de pensamento de política externa mais influente. No entanto, os estatistas não são de natureza anti-Ocidente; eles simplesmente procuram pelo reconhecimento enfatizando as suas capacidades económicas e militares; existem também os estatistas socialistas que advogavam por uma relativa acomodação com o Ocidente e os estatistas liberais que enfatizavam a importância de se construir uma economia de mercado e uma democracia política. Contudo, estes não estão dispostos a sacrificar a história da nação de um forte estado, eles defendem que os valores liberais devem ser estabelecidos para fortalecer e não para enfraquecer o estado. Acreditam que a Rússia continua a ser exposta as ameaças externas, por isso deve manter a grande potência capaz de responder a essas ameaças em qualquer parte do mundo (*ibid*: 5-7).

⁷ Civilizacionistas, sempre viram os valores russos como diferentes dos do Ocidente, sempre tentaram difundir os seus valores russos para fora, fora do Ocidente. Ao contrário dos ocidentalistas e estatistas, os civilizacionistas procuram desafiar os valores ocidentais, insistem na distinção cultural da Rússia e na centralidade da civilização russa. Alguns representantes desta escola, advogavam por um cometimento firme aos valores do cristianismo ortodoxo, enquanto outros viam a Rússia como uma síntese de várias religiões. Os primeiros civilizacionistas advogaram por uma identidade do “Império Russo”. Eles reconheceram o conjunto de constrangimentos colocados pelo contexto ocidental e recomendaram que a Rússia expandisse as suas fronteiras orientais e austrais. Temos também os civilizacionistas socialistas que vieram mais tarde e desafiaram o Ocidente de forma mais direta possível, através da doutrina Trotski de Lenin, e eurasianismo (*ibid*: 7-8).

⁸ Rússia at the Turn of the Millennium.

forte, e a solidariedade social como valores chaves do seu país. Diferentemente de Gorbachev ou Kozyrev, Putin não estava inclinado em replicar os valores sociais democráticos ou liberais no solo russo, e ele clarificou a sua posição afirmando que a Rússia nunca seria uma ‘segunda edição dos Estados Unidos ou da Grã Bretanha’. Ao invés disso, Putin via a Rússia como sendo uma grande potência moderna capaz de se adaptar as mudanças do mundo sobre a liderança do estado. Na tradição estatista, a prioridade é dada a governabilidade e à capacidade do estado exercer o seu poder, enquanto a democracia vem em segundo lugar (2010: 131).

A investidura de Medvedev como presidente da Federação da Rússia em 2008, nada mais significou do que uma continuidade das políticas que vinham sendo desenvolvidas por Putin. Isso porque segundo Segrillo, “impedido pela lei de concorrer por mais dois mandatos presidenciais consecutivos, Putin fez seu sucessor, escolhido a dedo, Dmitry Medvedev” (2012: 110). Uma vez eleito, Medvedev sendo um homem de extrema confiança de Putin, expandiu a sua assertividade, procurou posicionar a Rússia como um *player* global, tanto como um fazedor de novas regras globais (*rule writer*).

No trabalho iremos nos centrar nestes dois personagens, Putin e Medvedev, presidente e primeiro ministro. Contudo, é importante clarificar que mais se irá analisar o presidente Putin do que Medvedev, isso porque Putin é uma figura incontornável no processo da reformulação da política externa russa e até do renascimento da Rússia como grande potência. Igualmente irá se analisar o pragmatismo e o multivetorialismo da sua política externa para recuperar o *status quo* russo a nível regional, assim como o seu prestígio político a nível internacional.

No que diz respeito ao enquadramento do trabalho, quando olhamos para a Rússia no contexto pós-Guerra Fria, esta encontra-se isolada e com um estatuto reduzido, devido ao desmembramento da União Soviética e das políticas desajustadas de Yeltsin e Kozyrev. Com as suas aspirações imperiais, a Rússia procura afirmar-se como a potência dominante na Eurásia, passando assim a prosseguir com uma política externa assertiva, pragmática e multivetorial. Como foi referido acima, a figura importante neste despertar da Rússia é Vladimir Putin. Putin não queria e nem pretendia ser o depositário da humilhação russa. Por sua vez, o povo russo que se encontrava espezinhado, devastado e humilhado, com o seu punho de ferro, Putin corporiza a ideia paternalista e protetora na Rússia, em Putin, o povo russo encontrou um pai protetor.

Problemáticas e questões de investigação

O trabalho assenta na seguinte questão principal de investigação:

“Qual é a base material (interesses) e ideológica (ideias) que tem estruturado a reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev?”

Como questões secundárias, identificam-se as seguintes:

- Em que consiste o excecionalismo russo invocado pelo Kremlin para legitimar as suas opções?;
- Em que consiste o pragmatismo da política externa da nova Rússia?; e
- Em que consiste a estratégia multivetorial da política externa de Putin-Medvedev?

Ao mesmo tempo que explora-se e responde-se a estas questões, define-se dois objetivos genéricos e três mais específicos:

Assim, os objetivos genéricos consistem em:

- Compreender as motivações e os impactos da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev; e
- Compreender o impacto da ideologia eurasianista na política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev.

Os objetivos mais específicos consistem em:

- Compreender as linhas de mudança e continuidade na política externa de Putin-Medvedev face ao passado;
- Compreender a estratégia do Kremlin para recuperar o estatuto de grande potência; e
- Compreender o posicionamento da nova Rússia no sistema internacional face ao multilateralismo (instituições internacionais) e à hegemonia dos Estados Unidos.

Enquadramento Teórico

As relações internacionais contemporâneas podem ser explicadas por uma vasta gama de teorias, assim, o investigador tem sempre de escolher uma linha de pensamento teórico para se posicionar frente aos fenômenos que emergem na conjuntura

internacional. Este posicionamento teórico surge consoante à perspectiva que o pesquisador tem a respeito dos acontecimentos presentes nos diferentes níveis de análise; nas estruturas que envolvem os agentes, no sistema e no subsistema que fundamentam metodologicamente as relações internacionais (Ferreira, 2007). Portanto, para uma melhor compreensão do assunto a ser abordado, o presente trabalho será lido a luz da teoria da Geopolítica Crítica.

Geopolítica Crítica

Com o fim da Guerra Fria, o desmantelamento da União Soviética, e a queda do muro de Berlim em 1989, a ameaça de uma guerra mundial havia chegado ao fim. Analistas estratégicos, como o caso de Francis Fukuyama, Samuel Huntington, entre outros, mergulham numa corrida para procurar prever ou explicar como seriam as relações internacionais contemporâneas. E assim, surgem teses de grande relevância como “O Choque das Civilizações” e “O Fim da História”, que procuram explicar quais seriam as tendências das relações internacionais nas décadas vindouras.

Essa expansão da influência dos modelos ocidentais no mundo, não foi diferente na nova Rússia. Segundo Brzezinski (1997), no período subsequente ao do colapso da União Soviética, a postura inicial de Yeltsin representou o coroamento do velho ocidentalismo. Yeltsin passou a defender que a Rússia pertencia ao Ocidente, deveria ser parte do Ocidente, e por conseguinte, tanto que possível deveria imitar o Ocidente para o seu próprio desenvolvimento interno.

Esse posicionamento de Yeltsin colocou os Estados Unidos na posição de “rules writer”. Tinham o privilégio de estar presente em todas as decisões que envolviam as relações internacionais. Os Estados Unidos eram considerados uma superpotência e a Rússia não mais do que um país do terceiro mundo, os Estados Unidos eram os vencedores e a Rússia os perdedores da Guerra Fria. Contudo, desde a ascensão de Putin ao poder e com a reformação da política externa da Rússia, assumindo um caráter pragmático, assertivo e multivetorial, a Rússia tem conseguido reverter este cenário e assim recuperar o seu *status* de grande potência. Com Putin nos comandos da Rússia, o mundo unipolar entra em desuso, adota-se uma postura multipolar, onde a Rússia assume um papel de grande relevância, tornando-se assim num *player* incontornável para a agenda internacional.

No entanto, no mundo globalizado surgem inúmeros problemas epistemológicos para a geopolítica, esta deixa de dar respostas as dinâmicas do mundo contemporâneo, existe a necessidade de uma radicalização e redefinição do conceito da geopolítica no mundo moderno, assim como torna-se pertinente a criação de uma nova abordagem dentro da própria geopolítica, e assim nasce a geopolítica crítica, que será a bússola para o desenvolvimento do presente trabalho.

Segundo Ó Tuathail, “o significado da geopolítica é curiosamente um assunto inexaminável na geopolítica crítica. [...] A geopolítica crítica é uma declaração paradoxalmente promissora [...] numa mão, ela promete uma nova e radical reconceptualização dos conceitos tradicionais, preocupações e modelos de pensamento que haviam definido o estudo da geopolítica para quase todo o século. A geopolítica crítica promete tanto um novo patamar para a compreensão da geografia, como um novo patamar para a geográfização para o estudo das políticas globais. Ela procura transgredir e desafiar o que foi considerado como uma identidade essencial da identidade, quer ela se imagine como comunidade ou herdeira das fronteiras filosóficas. Por outro lado, o prazo é visto como um estranho paradoxo, uma tentativa para todos forçarem uma palavra usualmente associada com o questionamento do poder, e com o outro cujo o seu modo de ser foi o poder e o uso racional do calculo para esse fim” (1994: 525). Contudo, a geopolítica crítica não é um campo perfeitamente delimitado. No sentido mais amplo, é usado como um rótulo para diversas perspectivas unidas em sua crítica a geopolítica clássica e aos perigosos discursos associados a mesma (Dodds *et al*, 2013; Ó Tuathail, 1999). Em vez de conceituar a política como um produto da ideologia imperial ou luta incessante pelo poder perseguido pelos Estados territoriais, a abordagem geopolítica crítica vê-la como uma prática social, cultural, discursiva, e política de ‘construção de reivindicações ontológicas’ (Kuus, 2010). Portanto, para os geopolíticos críticos os estados estão continuamente empenhados em construir, defender e experimentar as alegações alternativas sobre as verdades da política global.

A perspectiva da geopolítica crítica exige que se investigue essas imagens em constante mudança sobre assuntos mundiais, bem como as suas fontes. Preocupa-se não apenas com os “porquês das perguntas” sobre as formas em que as forças materiais moldam as políticas e eventos políticos, mas também com as “perguntas” sobre como os atores abordam e definem o seu poder e interesses de certa forma. Deste modo, a geopolítica crítica se assemelha a abordagens construtivistas para as relações

internacionais: ambas as perspectivas apresentam os aspetos intangíveis da política mundial, isto é, as construções mentais, cognitivas e discursivas dos espaços geopolíticos. Não limita a segurança do estado a considerações de segurança física, mas chama atenção para os significados e práticas de salvaguarda da segurança e continuidade das estruturas da identidade dos estados (Omelicheva, 2016). Portanto, o desejo russo por um *status* internacional de grande potência está vinculado a percepções que a mesma tem sobre si e que encontram-se cronometradas no que, por sua vez, definem e moldam os seus interesses de segurança em relação à Europa, os Estados Unidos e os estados pós-soviéticos.

Contudo, importa referir que, “a geopolítica crítica emergiu fora dos trabalhos dos números estudos nos campos da geografia e das relações internacionais que durante a última década buscaram investigar a geopolítica como uma prática social, cultural, e política, ao invés de manifestarem a legível realidade das políticas mundiais. A geopolítica crítica é informada pelos críticos pós-modernistas que colocaram os limites epistemológicos das práticas etnocêntricas subjacentes as questões geopolíticas da Guerra Fria” (Ó Tuathail e Dalby, 1998: 2). Neste sentido, a análise crítica da geopolítica começou nos assuntos especiais de geografia nos jornais *Society and Space* (1994) e *Political Telegraph* (1996), enquanto se complementavam os temas apresentados nas coedições por Ó Tuathail, Dalby e Routledge no volume introdutório denominado “*The Geopolitics Reader*” (Ó Tuathail, Dalby e Routledge, 1998).

Fazendo uma distinção entre a geopolítica e a geopolítica crítica, Ó Tuathail e Dalby argumentam que atualmente a geopolítica já é sobre mais fronteiras do que aquelas que se encontram nos mapas, essas fronteiras, se encontram na fronteira conceptual desenhada e praticada de várias formas. Enquanto a geopolítica esta preocupada com os significados dos mapas e fronteiras tal igual a como eles são para os estados, as preocupações da geopolítica crítica ultrapassam o significado dos mesmos para os estados. A geopolítica crítica esta particularmente interessada em analisar a interdigitação de todas essas práticas, em examinar certas conceitualizações da especialização da identidade, da nacionalidade, examinar como o perigo se manifesta através das paisagens dos estados e como certas geografias físicas, políticas e sociais por sua vez se enquadram e incitam certas compreensões conceituais, morais e estéticas de si e dos outros, igualmente esta interessada em examinar a segurança e o perigo, a proximidade e a distancia, a indiferença e a responsabilidade (1998: 4). Portanto, a

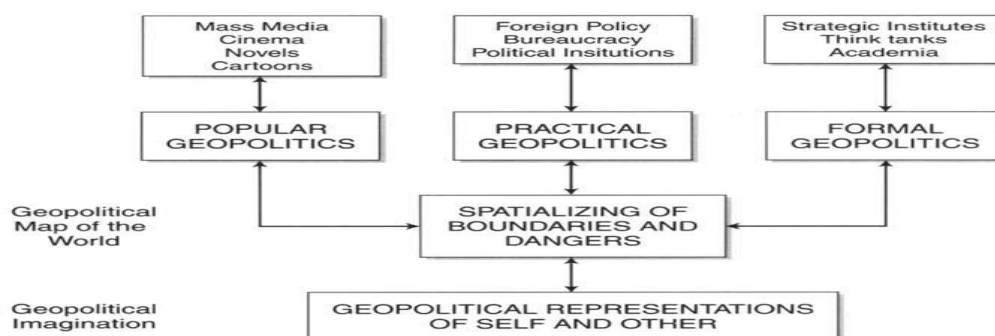
geopolítica e a geopolítica crítica têm visões geopolíticas distintas sobre as relações internacionais. Porém, a geopolítica crítica não nega e nem refuta a geopolítica clássica, mas sim vê-se a si própria como um complemento da geopolítica. A geopolítica crítica pode ser vista como uma versão atualizada da geopolítica. A geopolítica crítica aprofunda e melhora a maneira de analisar a geopolítica. Não busca apenas mais um nível de análise, mas sim procura criar uma nova maneira de avaliação, que tem se revelado bastante adequada para o estudo e compreensão do mundo no contexto pós-Guerra Fria.

Contudo, “a geopolítica crítica argumenta que a prática de estudar a geopolítica nunca poderá ser politicamente neutra. A geopolítica crítica é uma forma da geopolítica, mas uma forma que procura perturbar o objetivismo perspectivista encontrado na história da geopolítica e nas práticas de uma política externa mais generalizada. Isto é, a geopolítica crítica é um ‘conhecimento situado’ que intervém para perturbar o ‘truque de Deus⁹’ da geopolítica tradicional, que reivindica representar sem esforço o drama da política internacional como um espetáculo inteligível sem interpretação. Esta presunção, embora não seja particular da tradição geopolítica, é uma consistente característica dos textos geopolíticos de Mackinder para Kissinger e de Bowman para Brzezinski” (*ibid*: 5-6).

“A geopolítica crítica argumenta que a geopolítica não é uma singularidade, mas sim uma pluralidade. Refere-se a um conjunto plural de práticas representativas que são difundidas em todas as sociedades. Embora não negue a noção convencional da geopolítica como a prática do governo, dos líderes e dos seus assessores, a geopolítica crítica complementa isso com uma compreensão da geopolítica como um fenómeno social e cultural amplo. A geopolítica não é, portanto, um conjunto centrado, mas um conjunto descentrado de práticas com formas e expressões elitistas e populares. Uma tipologia trifásica do raciocínio geopolítico é útil para distinguir vagamente a *geopolítica prática* dos dirigentes e da burocracia da política externa, da *geopolítica formal* da comunidade estratégica, dentro de um estado ou em um grupo de estados e a *geopolítica popular* encontrada dentro dos artefactos da cultura popular transnacional, sejam eles revistas, romances ou filmes” (*ibid*: 4).

⁹ God Trick

Figura 1. Teoria crítica da geopolítica como um conjunto de práticas de representação



Fonte: Ó Tuathail e Dalby (1998: 5).

Portanto, reconhecendo que as narrativas da geopolítica crítica são complexas, o presente trabalho concentra-se na camada em que surgem e operam os discursos geopolíticos, nomeadamente na geopolítica prática. Também concebida como discurso político a partir de cima, e é exemplificado na construção de narrativas geográficas e percepções em tempo real por políticos profissionais.

Contudo, segundo Ó Tuathail (1994), a tarefa de qualquer geopolítica crítica é a de historicamente documentar e deslocar a infraestrutura discursiva das formas do geopoder. Não se trata de “revelar” ou “descobrir” os significados profundos escondidos nos mapas da política global. Mas sim de se passar a: (1) problematizar a delimitação da relação entre a geografia e a política para as essenciais identidades e domínios; (2) documentar as estratégias onde os mapas da política global são produzidos por sites governamentais; e (3) interromper o funcionamento infraestrutural desses mapas pelo “deslocamento dos seus limites, apagando os seus pontos de referência cardinal, tornando assim mais difícil de ler as coordenadas”. A geopolítica crítica está a escrever nos mapas da política global. Dodds *et al*, acrescentam que o objetivo da geopolítica crítica não é o de descrever a geografia da política dentro de um lugar pré-determinado e de bom senso, mas sim examinar a política da especificação geográfica da política. Ao fazê-lo, a geopolítica crítica oferece um conhecimento mais rico do espaço e do poder do que aqueles permitidos dentro da análise geopolítica dominante (2013: 6).

Sylvan e Majeski argumentam que a geopolítica da política externa estende-se para além do que é convencionalmente marcado pelos formuladores da política externa como geopolítico ou geoeconómico. Os tomadores de decisão nas políticas externas

estão saturados com as políticas geo-gráficas. A política externa é formulada por um pequeno grupo ocupado com a persuasão discursiva onde os argumentos sobre as características do lugar e a descrição situacional estão no centro. Segundo, é notável que atualmente é muito difícil de cortar a definição do lugar. Parece, no mínimo, que os lugares são muito mais aninhados (regiões, estados, sessões), muito mais complexos (pessoas, histórias e fronteiras) e muito mais sutis (localizações, lugares, características internas) do que as descrições que nós estamos acostumados a lidar com elas. Precisamente porque os lugares parecem-se sensíveis e fluidos, os formuladores das políticas mal registam todas as interconexões das construções (Ó Tuathail, 1994). Deste modo, o foco da geopolítica crítica é a construção social de espaços, identidades e atores.

Leitura do Tema à Luz da Teoria

No trabalho, a teoria da geopolítica crítica (geopolítica prática) será usada para analisar o processo da reformação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev. Isto é, analisam-se os textos russos - com o objetivo de se obter representações discursivas das características da política externa russa -, os atores da política externa russa e as imagens geográficas da identidade nacional russa. Portanto, com base na geopolítica crítica, iremos analisar como Putin tem reformulado a política externa da Rússia tendo em conta o seu destino manifesto definido pela recuperação e controlo do espaço pós soviético, espaço este que faz parte da sua Pan-Região. Igualmente a geopolítica crítica ajudar-nos-á a perceber como Putin corporiza esse destino manifesto russo em si, uma vez que atualmente na Rússia, Putin representa o que Lenine representou no passado para a União Soviética. De forma sintética, esta teoria ajudar-nos-á a perceber de que forma Putin tem procurado reconstruir a identidade russa envolta de uma ideologia confusa e plástica ao serviço da política externa russa e, conseqüentemente, dos interesses nacionais russos.

Enquadramento metodológico

Com o intuito de auxiliar a teoria da geopolítica crítica na análise dos discursos de Putin-Medvedev é necessário que se traga ao trabalho o método da análise crítica do

discurso. Revela-se ser importante começar por clarificar que embora o conceito de discurso político venha sendo usado durante séculos para descrever o debate político ou a deliberação na teoria política e na filosofia, apenas nos últimos 40 anos é que tem havido um interesse teórico e metodológico em como estudar a relação entre a linguagem e ação política. Segundo Pedersen (2009), “este maior interesse pela linguagem e ação política começou na década de 1960, na Europa, como parte de uma filosófica de renovação das ciências humanas (incluindo as ciências sociais) e mais tarde veio a ser conhecido como o estruturalismo e pós-estruturalismo, ou, em termos mais gerais, como a volta linguística”.

A teoria do discurso pós-estruturalista é apoiada no seio dos cientistas políticos desigualmente distribuídos pelo mundo. Em países como a Grã Bretanha e a Dinamarca, o discurso pós-estruturalista é uma das predominantes correntes intelectuais, e tem um forte suporte organizacional. Em países como os Países Baixos, a Alemanha, a Grécia, e a Áustria, a teoria do discurso também é forte, e é bem representada entre os cientistas políticos. Já a França, a França tem a sua própria tradição peculiar para a teoria do discurso que é mais forte dentro da psicologia e na sociologia do que nos cientistas políticos. Países como a Itália e a Espanha aparentam ser menos inclinados em direção a teoria do discurso, contudo, existem exceções para essa regra (Torfing, 2005: 3). Deste modo, devido a sua popularidade entre os académicos e graduados, assim como o seu reconhecimento como um ramo das ciências sociais e políticas, Pedersen (2009) comenta que na década de 1970, a teoria do discurso pós-estruturalista expandiu-se para os EUA juntamente com os estudos de como os conceitos políticos e as notícias políticas desempenhavam um papel na construção dos problemas sociais. E, atualmente nos EUA existem várias abordagens para entender o papel da linguagem na política.

Assim sendo, na atualidade, junto com o conceito de discurso, a análise discursiva tem vindo a ganhar popularidade como uma metodologia nas ciências sociais construtivistas. Por exemplo, o campo das relações internacionais, vê a análise discursiva como uma rápida proliferação para o estudo crítico da política mundial (Müller, 2010). Neste sentido, a análise do discurso tem sido um dos conceitos mais populares para estudar a formação das identidades geopolíticas. No entanto, segundo Ghica, o trabalho da análise do discurso tem sido frequentemente colocado sob muita pressão metodológica pelos cientistas sociais positivistas que por vezes rejeitam o seu quadro de análise do discurso por ser demasiado fluido para ser considerado uma

ferramenta de pesquisa social própria. Esta pressão é sentida com diferentes intensidades nos diversos campos da ciência política, mas dentro dos estudos das relações internacionais tem gerado um debate que, embora ainda em curso, tem transformado quase que completamente as regras das discussões meta-teóricas na disciplina. As críticas enfatizam particularmente duas supostas características que possam prejudicar a base científica do quadro da análise do discurso - é geralmente muito descritiva e nas formas mais abrangentes realmente não consegue identificar relações causais (2013: 3-4).

Em termos conceituais, a análise do discurso é comumente definida como um grande conjunto de abordagens metodológicas “preocupadas com a produção do significado através do diálogo e dos textos”. Portanto, para entender essa preocupação é preciso que primeiro se entenda o significado do discurso, da fala e do seu texto. Do ponto de vista de um leigo, o discurso geralmente se refere a um texto que um ator político executa para uma audiência a fim de transmitir uma mensagem. Do ponto de vista acadêmico, o discurso geralmente se refere a um ato de fala particular, por exemplo, uma conversa entre duas pessoas, um discurso transmitido de um líder político, ou um artigo de jornal. Isto também pode ser referido a um tipo de jargão, como o jurídico, o médico ou filológico. Neste contexto particular, a análise do discurso indica uma primária preocupação com a linguagem e com “os aspetos semânticos do texto falado ou escrito”. Em termos metodológicos, a análise do discurso envolve a utilização de instrumentos específicos para a análise de materiais escritos, tais como a análise de conteúdo (Ghica, 2013: 4).

De um modo geral, a análise do discurso tem como objetivo revelar as premissas ontológicas e epistemológicas que são incorporadas na linguagem, e ao mesmo tempo permitir que uma declaração seja entendida como racional ou interpretada como significativa. A análise do discurso investiga se - em declarações ou textos - é possível estabelecer alguma regularidade nos objetos que são discutidos; os temas designados como atores; as relações causais reclamam existir algo entre os objetos (*explanans*) e os indivíduos (*explanandum*); mas também o resultado esperado dos indivíduos que tentam influenciar os objetos; o objetivo da sua ação; e, finalmente, a dimensão temporal pela qual essas relações são enquadradas. Assim, os discursos compreendem as condições subjacentes para que uma declaração possa ser interpretada como significativa e racional. Ao mesmo tempo, a análise do discurso é o estudo da racionalidade e como

ela se expressa em um contexto histórico particular. A análise do discurso faz parte da abordagem construtivista (ou construtivista social) dentro das ciências sociais e humanas. Assume-se que os pressupostos básicos no que diz respeito ao ser, eu e o mundo são construídos por indivíduos que vivem num contexto histórico e cultural que é produzido e reproduzido pelos seus atos de fala” (Pedersen, 2009).

Tuathail e Agnew (1992), comentam que os defensores da geopolítica crítica argumentam que uma análise discursiva da geopolítica deve levar em conta os contextos políticos particulares e sociais em que o poder geopolítico está incorporado. Nesta ordem de ideias, a análise do discurso deverá se focar na:

“ligação entre o texto e o seu contexto. Para a análise do discurso, os textos não são recipientes do significado autorreferencial, mas sim os traços gravados da atividade discursiva que nunca poderão ser completamente reduzidos a um texto” (Angermüller, citado em Müller, 2010).

Em contraste com as rotinas estabelecidas dos métodos tradicionais da análise do texto, a abordagem da análise discursiva esta longe de desenhar um cânone metodológico comumente aceite, portanto Müller (2010), argumenta que Tuathail acertadamente observou que ‘a discussão de como realizar formalmente uma análise do discurso do raciocínio geopolítico e a prática da política externa está muito atrasada’. Contudo, relativamente cedo ocorreram inúmeras tentativas de encontrar uma definição comum do conceito de discurso no desenvolvimento da geopolítica crítica, daí que a análise discursiva se mantém praticamente sem resposta até a atualidade. Porém, devido ao falhanço da tentativa de encontrar uma resposta a análise discursiva, esta detém de um grande poder na medida que não existe um formulário específico de como fazer ou proceder uma análise discursiva.

Embora a análise do discurso seja a principal abordagem para o discurso e para a teoria do discurso, este não é nem o único, nem o paradigma dominante. Na verdade, como Jacob Torfing convincentemente argumenta, pode-se identificar três gerações diferentes e conseqüentemente, três perspectivas diferentes no discurso e sobre a análise do discurso. Em primeiro lugar, temos a estratégia principalmente inspirada pela sociolinguística, que trata a linguagem como uma unidade textual. A segunda geração da análise do discurso é desenvolvida em torno de algumas das principais ideias de Michel Foucault, particularmente assente no seu ponto de vista sobre a relação entre poder e o conhecimento. A partir desta perspectiva, o discurso é definido em termos de

práticas sociais, enquanto a análise do discurso é uma grande abordagem metodológica que visa a analisar os dados linguísticos e não-linguísticos como formas discursivas. Este argumento é também compartilhado pelos membros da terceira geração da análise do discurso, mas é alargado a toda a esfera social. Influenciada, principalmente, pelo trabalho de Jacques Derrida. Esta terceira geração representa a realidade social do discurso como mutuamente constituindo um ao outro. Neste sentido, “não há nada fora do texto” (Ghica, 2013).

A primeira geração da teoria define o discurso no sentido linguístico estreito da unidade textual que é maior do que a sentença, e se concentra nos aspetos semânticos dos textos falados ou escritos. Nesta primeira geração da teoria do discurso, encontra-se teorias focadas no uso da linguagem pelos oradores individuais. O viés linguístico desta primeira geração defende que não há nenhuma tentativa dentro da sociolinguística da análise do conteúdo e da análise do diálogo para ligar a análise do discurso, a análise das políticas e a luta pelo poder. Contudo, para esta geração, o foco nas estratégias dos oradores nos discursos psicológicos e o foco na distorção ideológica na linguística crítica torna possível a análise dos efeitos repressivos das diferentes formas do discurso. Contudo, infelizmente, muitas das primeiras teorias do discurso estão presas em uma análise puramente linguística dos aspetos semânticos do discurso, e as noções da ideologia e do poder permanecem sob-teorizadas. (Torfing, 2005: 6).

A segunda geração da teoria do discurso define o discurso de uma forma mais ampla que a primeira geração. Esta geração defende que o discurso não é restringido para a linguagem falada e escrita, mas sim alargado para um amplo conjunto de práticas sociais, englobadas na Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD é desenvolvida de forma consistente por Norman Fairclough, mas se inspira nas análises das práticas discursivas de Michael Foucault que formam os sujeitos e os objetos, mas explicitamente rejeitam a sua conceção quase que transcendental do discurso. Esta segunda geração, define o discurso como uma coleção empírica de práticas que se qualificam como discursivas na medida em que contêm um elemento semiótico. Consequentemente, o discurso é reduzido em um subconjunto de uma ampla gama de práticas sociais, que incluem todos os tipos de práticas de mediação linguística em termos de discurso, escrita, imagens e gestos que os atores sociais baseiam-se na sua produção e interpretação dos significados. Para esta geração, as classes sociais e os grupos étnicos produzem discursos ideológicos no sentido de manter o seu poder

hegemónico, ou então para estabelecerem uma contra hegemonia. Consequentemente, os discursos ideológicos contribuem não somente para a reprodução da ordem social e política mas também para a sua transformação. Neste caminho, a ACD claramente demonstra o poder do efeito do discurso. Contudo, ACD não é clara em como entender a relação entre o discurso e o seu contexto não discursivo (*ibid*, 2005: 6-7).

Michael Foucault também define o discurso em termos de um amplo conjunto de práticas sociais. Mas ao invés de se focar no real formulário e no conteúdo da declaração linguística e das práticas semióticas, Foucault dá um passo para trás e focasse nas regras que regem a produção de algumas declarações ou práticas. Ele não está preocupado nem com a verdade, nem com o significado da real declaração, mas sim com a possibilidade das condições discursivas. Consequentemente, ele chama a nossa atenção para as “regras de formação” que regulam o que pode ser dito, quem pode falar, em que nome e que tipo de estratégias podem ser realizadas no nível do discurso. Em contraste com a ACD, Foucault mantém o princípio de que todas as práticas são discursivas no sentido de que elas são moldadas pelas leis discursivas da formação que variam no tempo e no espaço. Contudo, influenciado pelo legado Marxista, nos seus iniciais *escritos arqueológicos*, Foucault insiste que as regras discursivas da formação estão condicionadas pelas relações não discursivas. Contudo, o critério para distinguir a real forma discursiva da não discursiva, e a natureza exata do condicionamento da primeira pela segunda, permanece obscura. A força analítica de Foucault substitui a noção clássica de poder soberano, que basicamente concebe o poder como uma dominação e repressão, por uma nova noção do poder discursivo que enfatiza os aspetos produtivos do poder. Consequentemente, o poder e o discurso são mutuamente constitutivos, ou estreitamente ligados e nós não podemos ter um sem ter o outro (*ibid*).

Continuando com o pensamento de Torfing (2005: 8-9), a terceira geração da teoria do discurso ampliou ainda mais a noção do discurso de modo que, ele agora cobre todo o fenómeno social. Para esta geração, os fenómenos sociais são discursivos porque os seus significados dependem de um sistema descentralizado da forma contingente da construção de regras e diferenças. Nesta geração, o discurso já não se refere a uma parte particular do sistema social global, mas é considerado como sendo coincidente com o sistema social.

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe elaboraram uma sintética teoria da terceira geração que é tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da segunda geração.

Eles concordam com a insistência de Foucault na interna relação entre o poder e o discurso, e definem o discurso nas condições quase transcendentais das varias condições históricas da possibilidade do que nós dizemos, pensamos, imaginamos e fazemos. Contudo, eles enfrentam problemas, e finalmente, abandonam, a distinção insustentável entre o discursivo e o não discursivo. Eles argumentam que aparentemente o fenómeno não discursivo como a tecnologia, as instituições e os processos económicos são em última análise construídos através dos sistemas discursivos da diferença e a partir de onde eles tiram as conclusões que o discurso é coexistente com o social (Laclau e Mouffe, 1985).

Para Torfing (2005), na relação entre Fairclough e a sua Análise Crítica do Discurso há muito a ser dito. Laclau e Mouffe rejeitam a implícita ontologia natural da ideia de que de alguma maneira o discurso é determinado por uma adicional força discursiva a nível económico ou estatal, e apresentam fortes reservas quanto a ênfase que Fairclough faz as ações e a reflexividade dos agentes humanos ao reproduzirem e transformarem o mundo social. Contudo, na análise real do discurso social e político, as diferenças entre Fairclough e Laclau e Mouffe são pequenas. Muitas noções e categorias analíticas de Fairclough para a análise de discursos concretos e para a distinção entre os diferentes tipos e géneros do discurso podem ser usados em conjunto com os conceitos da teoria discursiva pós estruturalista.

Portanto, “a análise crítica do discurso estuda como o discurso e as instituições interagem na constituição de um mundo social, e como as práticas discursivas são institucionalizadas ou movidas de serem expressões linguísticas para definirem as condições para uma relação social estável. Enquanto por um lado a análise crítica do discurso tenta descobrir as ideologias que contribuem para a produção e reprodução da força, ela também tem um objetivo político: olha como um discurso limita a nossa compreensão do mundo (função como uma ideologia), mas também pela forma como eles contêm vários discursos concorrentes e, portanto, olha para a possibilidade das ideologias dominantes serem contestadas” (*ibid*).

Após se abordar as três gerações da teoria do discurso, percebe-se um gradual desenvolvimento em direção a uma noção mais inclusiva e quase transcendental do discurso através da mais ampla noção construtivista do poder. Esse desenvolvimento, é visto pelos estudiosos da teoria de discurso como bastante positivo, uma vez que contribuí para enriquecer este campo que ainda permanece pouco estudado.

No entanto, nos últimos anos, a pesquisa da geopolítica crítica começou a expandir-se para áreas e temas de investigação que não são facilmente captados. De acordo com Müller (2010), “primeiro, a pesquisa passou a incluir micro contextos e práticas do dia-a-dia tidas como relevantes para a construção discursiva das identidades”. Em segundo lugar, “surge uma emergente tendência na geopolítica crítica de dedicar maior atenção às práticas e ao contexto situacional dos discursos, esta que é reforçada por intervenções teóricas que apresentaram uma reconceptualização do discurso e das identidades geopolíticas ao longo das linhas pós-estruturalistas”.

Importância do método

Para auxiliar a geopolítica crítica na leitura do trabalho, optamos por usar a segunda geração da análise do discurso, ou seja, a análise crítica do discurso. A análise crítica do discurso será importante na medida em que ajudará na análise dos discursos de Putin-Medvedev em um determinado contexto específico - maior destaque se concederá aos discursos de Putin. Com base nesta variável da geopolítica crítica, procurar-se-á clarificar que o pano de fundo dos discursos de Putin é a geoidentidade russa, isto é, nos seus discursos, Putin invoca as características excepcionais da identidade russa, para depois levar a cabo uma política externa geopoliticamente pragmática, assertiva e multivetorial com o objetivo de consolidar o seu poder na Rússia, recuperar e reforçar o estatuto de grande potência da Rússia e enfraquecer a hegemonia dos EUA.

Obstáculos à investigação

No que diz respeito ao pesquisador, há quatro limitações a serem tidas em conta, a primeira tem que ver com a falta de experiência em questões relacionadas com a Rússia. Isto é, embora o pesquisador venha estudando as Relações Internacionais por um longo espaço temporal, a Rússia e o espaço pós-soviético são temáticas que foram pouco exploradas pelo mesmo, daí a sua inexperiência na matéria e, por outro lado, a sua iniciativa em escrever sobre o assunto. A segunda diz respeito aos materiais na língua inglesa e russa, isso pelo fato de não dominar de forma plena e fluida a língua inglesa e não falar e nem escrever a língua russa. A terceira limitação, deve-se a dificuldade em refletir de forma crítica a teoria da geopolítica crítica, e usar de forma correta o método

da análise crítica do discurso. Ou seja, sendo a teoria da geopolítica crítica e o método da análise crítica do discurso duas abordagens relativamente complexas, e adicionando a isso o fato de o pesquisador ter tido o seu primeiro contato com as mesmas a quando da realização da dissertação, o mesmo enfrentou alguns obstáculos no momento da sua aplicabilidade na escritura do trabalho. Porém, defende-se que o esforço feito pelo pesquisador no sentido de contornar estas limitações, tenham colmatado as suas fraquezas e tornado o trabalho apreciável no campo das relações internacionais. Por outro lado, defende-se que o esforço empregue pelo pesquisador moldou a sua maneira de pensar, e tornou-a mais crítica e adequada para o campo das Relações Internacionais.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata dos anos fulcrais da transição da União Soviética para a nova Rússia. Debruça-se sobre os anos da governação de Gorbachev, onde se analisa os contornos das suas reformas - *perestroika* e *glasnost* - no plano interno, e o “novo pensamento” no plano externo que levaram a desagregação da União Soviética. Mais adiante, analisa-se os dois mandatos de Yeltsin, onde discute-se a sua “terapia de choque” que agudizou as difíceis condições em que o povo russo se encontrava e a sua política externa que é dividida em dois momentos: “decadência e submissão”, durante os anos 1991-1996; e “reorientação e equilíbrio de poder”, durante os anos 1996-1999. Finalmente, analisa-se a trajetória política de Putin e o seu papel na guerra da Chechénia, que desembocou na sua eleição como presidente da Rússia em Março de 2000. Este capítulo, pode ser considerado como o enquadramento do trabalho.

No segundo capítulo, as nossas atenções concentram-se em Putin. Ou seja, tendo em conta que Putin no aparelho da política externa russa é a figura central na tomada de decisões ao serviço dos interesses nacionais russos, no capítulo analisa-se de forma crítica e exaustiva como funciona o aparelho da sua política externa e a sua articulação com a materialidade dos vários interesses russos em jogo. São ainda analisados, os conceitos de política externa russa formulados desde a chegada de Putin ao poder em 2000, nomeadamente os conceitos de política externa de 2000, 2008, 2013 e 2016, respetivamente. No capítulo, também se analisam os objetivos, princípios, interesses, atores e determinantes da política externa russa, durante a presidência Putin-Medvedev (2000-2017).

O terceiro capítulo do trabalho é voltado exclusivamente para a geopolítica da Federação Russa. No capítulo, começa-se por apresentar as principais teorias geopolíticas do século XX, para justificar a centralidade da localização russa na história da geopolítica mundial. De seguida explica-se quando e como a Rússia adquiriu a sua característica eurasiática. Mais adiante discute-se a teoria eurasianista e neo-eurasianista de Dugin, onde defende-se que a segunda tem legitimado a política externa de Putin-Medvedev. E por fim, discute-se o destino manifesto russo, e como Putin tem corporizado esse destino manifesto em si.

O quarto e último capítulo é o mais desafiador de todo o trabalho. Neste capítulo exploram-se as estratégias do Kremlin para potenciar o crescimento económico da Rússia, combater a hegemonia dos Estados Unidos, neutralizar a NATO, controlar a expansão institucional da União Europeia e recuperar a confluência sino-soviética. Para que este exercício fosse possível analisou-se a política externa da Rússia para a Comunidade dos Estados Independentes, dentro da Comunidade dos Estados Independentes aprofunda-se a política externa da Rússia para quatro países, nomeadamente a Ucrânia, a Bielorrússia, a Geórgia e a Moldova. No capítulo também se analisa a política externa ou as relações da Rússia com os Estados Unidos, com a NATO, com União Europeia, com a China e por último, discute-se a guerra na Síria.

CAPÍTULO 1. DA URSS À FEDERAÇÃO RUSSA: NOVAS PERSPETIVAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E INTERESSE NACIONAL

Os últimos anos da União Soviética foram marcados por uma crescente desordem interna, e isso deve-se a fragilidade socioeconómica e política em que a União se encontrava. Essa fragilidade forçou Mikhail Gorbatchev a implementar um pacote de reformas que incluía a perestroika, a glasnost e o novo pensamento que culminaram com a sua renúncia e com o colapso da União Soviética em 1991. Porém, é importante clarificar que, por natureza Gorbatchev tinha uma compreensão limitada do Ocidente, o que também contribuiu para o seu fracasso como Secretário Geral do império transcontinental e de igual modo para a desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É neste contexto que sob a liderança de Boris Yeltsin, surge a Federação da Rússia. Yeltsin internamente introduziu a terapia de choque e no campo externo num primeiro momento procurou aproximar a jovem Rússia ao Ocidente e, num segundo, aos recém estados pós-soviéticos com o objetivo de recuperar a influência russa. Contudo, esta aproximação não foi correspondida na mesma medida que foi solicitada. A verdade é que o Ocidente não demonstrou interesse algum em cooperar com a Rússia, pelo contrário, dedicou-se a conter o seu ressurgimento. Por sua vez, os estados pós-soviéticos que desfrutavam do sabor da independência, temiam as aspirações imperiais da herdeira do bloco comunista, o que dificultou a aproximação. Entretanto, ao longo da governação de Yeltsin, Vladimir Putin, um jovem ambicioso, ia se destacando nos bastidores do Kremlin, até que no verão de 1999, chega ao posto de primeiro ministro da Rússia, e com a renúncia de Yeltsin na virada do século, é coroado “Czar”, deixando a comunidade internacional e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) cépticos quanto ao caminho que a Rússia pretendia percorrer, isso porque Putin passou de um ilustre desconhecido a presidente da Rússia. Como presidente, Putin é confrontado com o seu primeiro desafio, o terrorismo na Chechénia. Uma vez mitigada a situação, a popularidade de Putin como que se de um foguetão se trata-se, dispara, o que culmina com a sua eleição a 26 Março de 2000 com 52,6% do total dos votos.

1.1. A Chegada de Mikhail Gorbatchev ao Poder: *Perestroika* e *Glasnost*

“A incompreensão do Ocidente diante de Gorbatchev iniciou-se com a sua ascensão ao poder” (Franciscon, 2016: 215). Segundo Rego, “estávamos em 11 de Março de 1985

quando Mikhail Gorbachev, discípulo de Yuri Andropov, sucedeu a Constantin Chernenko na liderança do Partido Comunista da União Soviética” (1999: 67). Dois aspetos chave fizeram com que Gorbachev chegasse ao poder máximo da URSS:

“(1) O jogo entre as diversas fações do PCUS - que agregava desde estalinistas até socialdemocratas e liberais sob a falsa aparência de monólito - pedia para o sacrifício do setor militar para empreender as reformas tidas como necessárias para romper o quadro de *zastoi*, estagnação econômica, e gerir a delicada situação diplomática do país (pressão vinda do Ocidente e da China, Afeganistão, novos e débeis aliados). Esse consenso era frágil, o que explica a ascensão do conservador Chernenko em 1984 e não a de Gorbachev como substituto do reformador Andropov. (2) Pura sorte. A morte de Chernenko após longa agonia pegou de surpresa os membros do *Politburo* com voto. Boa parte dos conservadores estava em viagem. O ministro dos negócios estrangeiros, Andrei Gromiko, acelerou o rito de eleição e Gorbachev foi escolhido em tempo recorde, num *Politburo* esvaziado. Ainda assim, não foi eleito por unanimidade, como a terminologia política do partido evidenciava” (Franciscon, 2016: 215).

Mas, para Butenko, “o calculo para escolha de Gorbachev foi simples. O PCUS procurava um dirigente energético e inteligente que encontrasse uma saída para o país da grave crise, e dessa forma salvando-o, salvaria a *nomenclatura* e as suas posições. A elite dirigente esperava que, ainda que as mudanças promovidas não resultassem em uma ‘reforma cosmética’ da sociedade-monstro criada pela *nomenclatura*, estas também não conduziram à destruição das suas bases, o que lhe permitiria, ‘eliminada a pressão da caldeira’ do descontentamento, encontrar novas reservas para resolver os problemas internos e internacionais, pelos quais havia realizado mudanças tão ‘ousadas’ na direção” (1993: 71).

Como secretário geral do PCUS, no período que compreende 1985 e meados de 1986 “parecia que Gorbachev permaneceria na linha de Andropov, de reforço da disciplina e dos incentivos materiais à produtividade. Não se viu menor atuação do estado, e sim maior. Tentou regular as feiras livres e a circulação de alimentos vindos dos *kolkhozes* para a venda privada. Se reconheceu o trabalho individual por lei em 1986, passou a taxá-lo. O que representou um esforço para evitar a fuga dos trabalhadores das atividades nas empresas estatais para os seus negócios privados e o mercado negro. Porém, no fim do ano, já se previa *joint-ventures* como Mcdonalds e

Pierre Cardin. Após liberar informações de Chernobyl para o Ocidente, passou a acelerar os encontros e as iniciativas diplomáticas” (Franciscon, 2016: 216).

Em 1987, Gorbachev implementa a sua grande reforma, a *perestroika* ou reconstrução. Com a *perestroika*, Gorbachev “previa inicialmente um incentivo ao trabalho e aos negócios que não fossem geridos pelo estado ou de sua propriedade, com um crescente mercado submetido ao *Gosplan*, o órgão da planificação econômica, convivendo com a economia centralizada. A privatização surgiu claramente em 1988 (*ibid*). Na prática, a *perestroika* permitiu mais liberdade no mercado, incluindo alguns mecanismos de economia de mercado (Cummings, 2012: 54). Entretanto, para implementar a *perestroika*, Gorbachev também defendia a necessidade de uma maior liberdade e transparência na sociedade soviética, e assim, ele avança com a sua segunda reforma, a *glasnost*. De acordo com Franciscon, “a *glasnost*, ou transparência, era a abertura do tradicionalmente fechado governo à sociedade, liberdade de informação, de expressão e acesso aos dados do estado. *Demokratizatsiya* era a maior participação política da população e o novo sistema eleitoral” (2016: 217).

Para Gorbachev (1987: 86), o povo queria mais abertura quanto aos assuntos públicos em todas as esferas da vida. As pessoas deveriam saber o que era bom e o que era mau, para multiplicarem o bem e combaterem o mal. Era assim que deveria ser sobre um regime socialista. Segundo Costa, “a *glasnost* expressava, no plano político, a revolução que estava se efetivando no campo econômico. Ela representava a vitória da democracia ocidental capitalista sobre o ideário de uma sociedade socialista [...] a revolução em curso na URSS desautorizava os dogmas marxistas-leninistas, como a tomada de assalto do poder e o recurso à violência, confirmando a via eleitoral como o principal instrumento das transformações na sociedade contemporânea” (2007: 161).

Com as reformas liberais, o império soviético começou a perder impulso. “Os falhanços económicos tornaram-se mais frequentes. As dificuldades começaram a acumular-se e a deteriorar-se, enquanto se multiplicavam os problemas não solucionados. Fatores denominados por *estagnação* e outros fenómenos estranhos ao socialismo começaram a surgir na vida da sociedade. Formou-se uma espécie de «mecanismo de travagem» afetando o desenvolvimento social e económico [...] algo de estranho acontecia: o enorme volante de uma poderosa máquina continuava a girar, enquanto ou a transmissão da sua força para os locais de trabalho patinava ou as correias de transmissão estavam demasiado folgadas” (Gorbachev, 1987: 27).

A *perestroika* “destruiu as bases do totalitarismo. Consolidou normas democráticas (eleições livres, pluralismo político) e liberdade de pensamento e religião no país. Deu também os primeiros passos para substituir a forma estatal única e imutável da propriedade pela diversidade das suas formas, iniciando a transição para a economia de mercado. A transição para novas relações sociais foi iniciada de forma gradual, reformista, pacífica” (Gorbachev, 1998: 17).

Contudo, “as reformas de Gorbachev não pretendiam destruir o velho sistema, mas salvar aquilo que dele ainda existia e fazê-lo funcionar melhor. O objetivo da *perestroika* era o de salvar o sistema através de meras concessões às realidades económicas e sociais e não o de ser uma transição para algo que representava o fim do comunismo” (Rego, 1999: 72-73). Entretanto, Butenko, afirma que “faltou munição” ao arquiteto da *perestroika*. E inclina-se a pensar que os erros principais de Gorbachev são devidos não a tática e à habilidade de manobra política - embora aqui também, ele, mestre na aceitação de compromissos, haja cometido não poucos erros - mas sim à estratégia, à visão conceitual geral e às condições reais do caminho (1993: 74).

Em suma, com a *perestroika*, Gorbachev tinha um desejo sincero, lutar pelo restabelecimento do socialismo. Contudo, sendo ele um defensor do socialismo, não se demonstrou a altura dos desafios que lhe eram confrontados, a *perestroika* não estava a altura das tarefas que lhe eram exigidas. Ao tentar reanimar o socialismo, o arquiteto da *perestroika* acabou por o enterrar. Se olharmos para os pressupostos da *perestroika* e para os objetivos de Gorbachev, facilmente conseguimos concluir que havia uma incompatibilidade. Quando se detém de um terço da superfície da terra, não se deve correr os riscos que Gorbachev correu. Na verdade, Gorbachev tinha uma compreensão limitada do Ocidente, Gorbachev pensou que o seu inimigo havia se tornado seu melhor amigo. Ao introduzir a *perestroika* - que devido as suas características liberais, pode ser compreendida como a ideologia do inimigo - Gorbachev na verdade estava a acelerar a destruição da União Soviética, a conduzir a sociedade soviética em direção a crise, ao abismo e não o contrário. Por sua vez, a *glasnost*, trouxe muitos aspetos positivos para a União Soviética. Os trabalhos dos órgãos de comunicação mudaram profundamente. A crítica e a autocritica fortificaram-se. Os trabalhadores e povo em geral passaram a participar mais nas decisões que lhes diziam respeito. A justiça melhorou; e desenvolveu-se a inclusão (Rego, 1999; McNair, 2006; e Aganbeguian (1987). Mas, ainda assim, os seus danos foram maiores e

irreversíveis. Os seus objetivos não foram alcançados. As divergências eram maiores que as convergências. O *glasnost* minou o socialismo soviético. Uma percepção errónea do poder é o primeiro passo para o fracasso. Mas Gorbachev não tinha isso em mente, ou simplesmente ignorou. Na encruzilhada do socialismo e a democracia, Gorbachev optou pela democracia e assim aprofundando as cisões que já existiam numa sociedade devastada pelas leis comunistas. Gorbachev avaliou mal a situação em que se encontrava a URSS e como consequência desenhou estratégias erradas para a tarefa que lhe era exigida. Gorbachev no poder constitui uma fonte permanente de erros de cálculos nos planos traçados e nos prazos para a sua conclusão. Gorbachev demonstrou incompreensão da situação delicada em que a União Soviética se encontrava. Um socialismo com o caráter soviético em tempo algum poderia sobreviver a um terramoto de tais proporções.

1.1.1. Novo Pensamento

Desde a chegada de Mikhail Gorbachev ao posto de secretário geral do PCUS, reformas profundas vinham sendo implementadas internamente. Contudo, para Gorbachev, não só transformações no plano interno eram necessárias, existia a necessidade de se modificar a estratégia de atuação da União Soviética nas relações internacionais. Gorbachev desejava que as relações internacionais fossem normais e justas, e não a partir dos interesses nacionais das superpotências dominantes, e assim, mudando drasticamente a política externa soviética baseada no marxismo-leninismo do conflito irreconciliável entre o comunismo e o capitalismo, Gorbachev desenha a sua política externa denominada o “novo pensamento” (*novomyshlenie*).

Segundo Rego (1999: 83), “o novo pensamento político modificou [...] radicalmente a concepção soviética das relações internacionais, que passou a ser marcada por um entendimento humanista”.

Com a sua política externa, “Gorbachev defendia a noção de mutua segurança coletiva com o Ocidente e a assinatura de uma série de acordos revolucionários de controle de armas com os Estados Unidos, assim como a retirada de militares da Europa e do Terceiro Mundo. Introduzindo a ideia da “casa europeia comum”, Gorbachev pretendia atingir a integração russo-europeia baseada nos princípios da democracia social europeia” (Tsygankov, 2010: 5).

“Inicialmente Gorbachev planeava envolver o Ocidente através de múltiplas iniciativas de desmilitarização. Já em 1985, ele argumentava que a doutrina militar deveria tornar-se mais defensiva; anunciou uma moratória unilateral em ensaios nucleares; insistiu na necessidade de dissolver os blocos militares; e deu a conhecer a prontidão desproporcionalmente soviética de fazer grandes cortes nas suas forças convencionais. Seguiu-se propondo mudanças mais abrangentes durante os vários encontros com os líderes ocidentais. Em Janeiro de 1986, propôs eliminar todas as armas nucleares até 2000, e ofereceu alguns cortes em armas estratégicas” (Tsygankov, 2013: 43). Foi neste período que o Acordo Soviético-Americano de curto e médio alcance (INF) foi assinado durante a primeira visita oficial de Gorbachev aos Estados Unidos em Dezembro de 1987. Este acordo incluía medidas que não apenas travariam a corrida armamentista, mas também a redução substancial dos arsenais de mísseis soviéticos. Como Gorbachev enfatizou na reunião do Politburo depois do seu regresso dos Estados Unidos: “A assinatura do Tratado INF foi um ponto crítico no nosso relacionamento com os americanos. O progresso nesta questão abriu o caminho para outras áreas do desarmamento nuclear, químico e convencional. Definiu o fundo para uma abordagem igualmente eficaz para resolver os problemas regionais e para o desenvolvimento... nossos laços bilaterais.” (Cherniaev, 2007: 126). A visita e sucessiva assinatura do Acordo Soviético-Americano de curto e médio alcance (INF) nos Estados Unidos, simbolizou o primeiro grande feito da nova política externa da União Soviética.

Entretanto, importa referir que quando Gorbachev subiu ao poder, já há cinco anos que as forças armadas soviéticas lutavam no Afeganistão. Uma vez no poder, ele define o problema do Afeganistão como a sua principal prioridade. É deste modo que, embora anos mais tarde, de acordo com Makarychev, “em Fevereiro de 1989, a União Soviética retirou as suas tropas do Afeganistão” (2010: 494). Gorbachev acreditava que a vitória militar no Afeganistão era impossível e, não importava quantos militares a URSS tivesse no terreno, era simplesmente impossível de se vencer. Manter as tropas no Afeganistão, só aumentaria a presença dos Estados Unidos na região, e ao mesmo tempo incitaria o mundo muçulmano contra a URSS.

Contudo, Gorbachev não parou por aqui, “em 1991, comprometeu-se em reduzir unilateralmente as suas forças de 500.000 homens, em retirar as suas divisões blindadas e aéreas de assalto da República Democrática Alemã, Checoslováquia e

Hungria¹⁰. Esta foi uma impressionante prova da nova abordagem de política externa da União Soviética, que foi amplamente reportada pelos meios de comunicação” (Cherniaev, 2007: 127-128).

“Desde o início, as maiores expectativas de Gorbachev estavam associadas com o progresso das relações soviéticas com a Europa Ocidental. Por um lado, ele queria aliviar a Europa dos braços dos arsenais formidáveis acumulados no seu território. Por outro lado, o potencial econômico da Europa Ocidental poderia ser útil na transformação da economia e torná-la mais eficaz. Finalmente, a Rússia historicamente, antropologicamente e culturalmente faz parte da Europa” (*ibid*, 2007: 131).

Entretanto, Tsygankov relata que “apesar de todos esses esforços, os líderes ocidentais não foram tão cooperativos como Gorbachev esperava. Embora Ronald Reagan e a primeira ministra britânica Margaret Thatcher gostassem da personalidade de Gorbachev, eles não se sentiam convencidos com os seus argumentos contra a dissuasão nuclear e as armas nucleares como um ‘mal absoluto’. Reagan e Thatcher não acreditavam na sinceridade da União Soviética quanto renúncia da “Doutrina de Brejnev” na Europa Oriental ou retirada das suas tropas do Terceiro Mundo. O núcleo de desconfiança tinha que ver com a natureza incerta da reforma soviética e o receio dos conservadores retornarem ao poder” (2010: 41).

“Esta política conciliadora de Gorbachev terminou com a Guerra Fria, mas também teve as suas consequências totalmente inesperadas para a sua administração: os governos comunistas da Europa do Leste foram derrubados durante o período de 1989-1990. O motivo disso foi a recusa da Doutrina Brejnev por parte de Gorbachev e a proclamação do princípio do “direito soberano de cada povo eleger o seu próprio sistema social”. De acordo com este princípio, a União Soviética não tentaria restabelecer o governo comunista na Europa do Leste, nem impediria a reunificação da Alemanha. Além disso, em meados de 1990, Gorbachev e o Chanceler Alemão Helmut Kohl firmaram um acordo em virtude do qual a União Soviética consentia com a entrada da Alemanha unificada na NATO” (Makarychev, 2010: 494).

Para Gorbachev, a resposta da comunidade internacional - “de onde a União Soviética passou a fazer parte” - a agressão do Iraque ao Kuwait, era um sinal de mudanças radicais na política internacional. Ao seu ver, a condenação das nações ao

¹⁰ Retirar Assistência e tropas da Europa Oriental e do Terceiro Mundo (Tsygankov, 2010: 41)

Iraque, era mais um impacto da nova política externa da União Soviética (Cherniaev, 2007: 138).

Ainda no âmbito do novo pensamento de Mikhail Gorbachev, Makarychev aponta que “no início da década dos anos 90, foram desmanteladas as organizações internacionais da Europa do Leste controladas pelos soviéticos. Em Janeiro de 1991 se dissolveu o Conselho de Assistência Económica Mutua (CAME/COMECON), enquanto os estados membros que o formavam acordaram em restabelecer os vínculos multilaterais do mesmo. Em Julho de 1991, o Pacto de Varsóvia seguiu o exemplo [...] nesse período, as relações EUA-URSS foram melhorando gradualmente. Em uma cúpula em Malta no final de 1989, Gorbachev e o presidente George H.W. Bush declararam o fim da Guerra Fria” (2010: 494).

Segundo Cherniaev, três semanas antes do golpe de Agosto, Bush e Gorbachev assinaram o tratado START I em Moscovo e discutiram os principais parâmetros para um sistema de segurança abrangente (2007: 138). “De acordo com as estipulações do tratado seria eliminado um grande número de mísseis balísticos intercontinentais: as partes concordaram com a redução de cerca de 35 por cento dos mísseis norte americanos com ogiva nuclear e cerca de 50 por cento dos mísseis soviéticos com ogivas nucleares ao longo de um período de sete anos” (Makarychev, 2010: 494).

Ainda neste período de cooperação, a União Soviética solicitou a adesão ao FMI e ao Banco Mundial, bem como apelou para o G7. Foi neste contexto que, no verão de 1991, Gorbachev participou da reunião do G-7 que teve lugar em Londres (Cherniaev, 2010: 139). Entretanto, Franciscon (2014: 239), relata que “a URSS não foi aceite economicamente no círculo das nações capitalistas desenvolvidas, não recebeu a ajuda financeira prometida pelo FMI e G7, e teve a sua área de influência ocupada diplomaticamente pelo Ocidente assim que se retirou dela”.

Em Novembro de 1990, os Estados Unidos, a União Soviética e a maioria dos estados europeus assinaram o Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa (Tratado CFE), que previa a redução de vários tanques, veículos blindados, artilharia e aviões de combate. Ainda, no âmbito da política do “novo pensamento” de Gorbachev, a União Soviética estabeleceu relações diplomáticas com a Arábia Saudita, Coreia do Sul e Israel (Makarychev, 2010: 494).

“Como uma das suas principais prioridades, Gorbachev considerava o estabelecimento de relações estreitas com a China. Assim, a União Soviética resolveu uma série de problemas, que constituíam obstáculos nas relações sino-soviéticas: voltou atrás no apoio soviético à presença militar vietnamita no Camboja, e reduziu significativamente o número de armas e tropas posicionadas ao longo da fronteira norte com a China. Em troca, o governo chinês decidiu realizar uma cimeira com Gorbachev em Pequim em 1989, que foi a primeira reunião entre os líderes soviéticos e chineses desde os anos 1950” (*ibid*).

Entretanto, críticas não faltaram ao novo pensamento de Gorbachev, de acordo com Tsygankov, “os conservadores rejeitaram a ideia de que o Ocidente tinha feito uma contribuição para o desenvolvimento mundial e insistiram que a Rússia soviética tinha pouco a aprender com a modernidade ocidental. Para eles, a autoridade moral no mundo encontrava-se inquestionavelmente fora do Ocidente, o Ocidente era visto como uma comunidade inferior unida pela aspiração de se enriquecer à custa do mundo. A crise mundial diagnosticada por Gorbachev não poderia ser resolvida por apelos ao próprio Ocidente. Para os estatistas, o novo pensamento tinha como resultado destruir as capacidades militares soviéticas e civilizacionistas, era o corroer do próprio espírito da sociedade soviética. Os nacionalistas religiosos, que seguiram a filosofia dos eslavófilos do século XIX e viam a Rússia como detentora de crenças religiosas ortodoxas corrompidas pelo cristianismo ocidental, reforçaram a posição destes últimos” (2010: 38-39).

Enquanto que os liberais, sob a liderança de Boris Yeltsin, criticaram exatamente o oposto dos conservadores. Eles insistiram que a filosofia de Gorbachev não atribuía os mais comuns valores humanos da civilização ocidental. Na opinião de um estudioso, os valores humanos são aqueles “que se baseiam nos critérios da civilização ocidental, com os seus valores democrático-liberais e o seu nível de desenvolvimento científico-tecnológico”. Enquanto Gorbachev estava propondo uma abordagem globalmente integrada baseada na noção de responsabilidade mútua, os liberais viam o Ocidente como a autoridade moral final e o modelo a seguir (Tsygankov, 2013: 41-42).

E como que se de um último adeus se tratasse, “Gorbachev preparou, em segredo, e de seguida anunciou em público, a convocação de um *grande referendo nacional* [...] para meados de Março de 1991. A questão central colocada ao eleitorado das 15 Repúblicas soviéticas seria muito simples e clara: continuamos juntos numa nova

“união federal”, ou separamo-nos todos em 15 países diferentes? (Sob o ponto de vista jurídico, a pergunta foi formulada assim: aprova, ou não, o projeto de *Tratado de União das Repúblicas Soviéticas Soberanas?*). Com o anúncio público deste referendo, que se considerava decisivo, começou o último ano da presidência Gorbachev. Foi uma atitude cem por cento democrática. E era uma jogada política de grande coragem: ou tudo ou nada!” (Amaral, 2012: 63-64).

Rego conclui que, com esta visão gorbacheviana, Gorbachev rompia com o tipo de relações “taco-a-taco” e com toda a lógica que tinha conduzido à corrida armamentista. Tinha, também, conseguido o apoio da opinião pública internacional, que via nele a solução para pôr fim ao terror coletivo que gerava a sombra da guerra nuclear. O Embaixador americano, George Kennan, declarou, que o novo entendimento das relações internacionais ia ainda mais longe do que as reformas económicas de Gorbachev, depositando grandes esperanças nele (1999: 85-86).

Contudo, Tsygankov expõe que o novo pensamento não é tão impressionante em áreas fora da segurança. A preocupação de Gorbachev com assuntos de controle de armas não o ajudou a reformar a economia soviética ou melhorar os padrões de vida das pessoas. Enquanto Moscovo estava ocupado a negociar questões de segurança com as nações ocidentais, a economia estava perdendo cada vez mais o controle, acabando por colapsar em 1990. Este desenvolvimento prejudicou Gorbachev gravemente em sua capacidade de seguir o curso internacional originalmente concebido. Já em 1990, este curso estava a caminho de mudar do soviético em termos de iniciativa e projeto para em grande parte para o Ocidente-controlado. O líder do novo pensamento foi enfraquecido e teve de fazer muitas mais concessões aos líderes ocidentais do que ele imaginara. Ele não tinha mais a iniciativa ou autonomia política necessária para sustentar o seu curso, e o presidente dos EUA, George H. W. Bush no seu Estado da União correto proclamou a “vitória” do Ocidente na Guerra Fria. Além disso, a política externa de Gorbachev não mobilizou a identidade cultural russa. Introduzida para revigorar a energia do país e a iniciativa social, o novo pensamento deixou os cidadãos profundamente divididos e inseguros sobre seu futuro. Já em 1989, 34% do público considerava que a União Soviética não poderia servir de exemplo para o mundo, em comparação com os apenas 5% em 1988 (2010: 23-24).

Resumindo, o novo pensamento de Gorbachev não pretendia substituir o modelo soviético por um próximo ou similar ao ocidental. Mas sim devolver a União

Soviética ao círculo das nações desenvolvidas e ocidentais. Com o novo pensamento, Gorbatchev aspirava libertar a criatividade e o potencial humano da sociedade soviética, que na sua opinião havia sido suprimido pelo regime de Estaline. Com a sua nova política externa, Mikhail Gorbatchev realmente conseguiu romper com o antigo isolacionismo soviético baseado no conflito irreconciliável entre o comunismo e o capitalismo e garantiu uma melhoria radical na segurança militar.

Com os acordos de desarmamento, controle de armas nucleares, retirada das tropas soviéticas da Europa Oriental e do Terceiro Mundo e com a suspensão do financiamento aos regimes comunistas e ou socialistas, Gorbatchev conseguiu evitar a escalada de conflito, assim como poupar elevadas somas de dinheiro com o orçamento militar que durante muito tempo se afirmou corresponder ao calcanhar de Aquiles da economia Soviética. Contudo, se realmente fosse a maior fraqueza do regime soviético, com as suas reformas a economia soviética deveria ter-se robustecido, mas não, pelo contrário, esta estagnou. A URSS vendia armamento militar para a Europa e para o Terceiro Mundo, deixando de vender, Gorbatchev estava a abdicar de uma grande parte das receitas da União. Por sua vez, o desarmamento da URSS correspondeu a quase duas vezes mais do que o americano, e como se não bastasse, em seguida teve as suas áreas de influência ocupadas pelo Ocidente. A verdade é que Gorbatchev desenhou a sua política externa sobre frágeis pressupostos. A situação da União Soviética ao invés de melhorar, deteriorou-se.

Por sua vez, os empréstimos solicitados por Gorbatchev nunca foram concedidos, e nem sequer a União Soviética foi aceite no círculo das nações capitalistas desenvolvidas. Gorbatchev falhou em reconhecer a União Soviética como um império. Convocar um referendo nas condições débeis em que a União Soviética se encontrava, forte nacionalismo nas repúblicas bálticas, na Geórgia, na Moldávia, fracasso económico, e descontentamento era um auto-suicídio, o que mais tarde culminou com a desintegração do Império Soviético e com o surgimento de quinze novos estados¹¹. Gorbatchev fez com que os soviéticos perdessem a Guerra Fria para o Ocidente, e este por sua vez emergisse como a civilização triunfante e como o garante da paz no mundo.

¹¹ Arménia; Azerbaijão; Bielorrússia; Estónia; Geórgia; Cazaquistão; Quirguistão; Letónia; Lituânia; Moldávia; Federação da Rússia; Tajiquistão; Turquemenistão; Ucrânia; e Uzbequistão (Brzezinski, 1997: 94).

Internamente Gorbachev foi derrotado e obrigado a renunciar. A escolha óptima, seria Gorbachev ter preparado a economia para as reformas e combater a corrupção. Mas, Gorbachev aptou por arriscar uma grande posição conquistada em troca de ganhos incertos. Mais uma vez o prémio parece ter avaliado mal a situação da União Soviética. Concluindo, as reformas de Gorbachev foram um fracasso, isso porque elas não conseguiram alcançar o seu objetivo supremo de recuperar a União Soviética, pelo contrário, a economia colapsou e o império se desmembrou. Em pouco mais de cinco anos, Gorbachev conseguiu acabar com um império com mais de setenta anos.

1.2. A Era Boris Yeltsin (1991-1999)

O colapso da União Soviética foi considerado como estagio final da fragmentação do vasto Bloco Comunista Sino-Soviético. Este colapso, foi precipitado pelo fracasso socioeconómico e político do sistema Soviético. Como foi mencionado na introdução do trabalho, a União Soviética foi dissolvida pelas mãos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, e formalmente substituída pela CEI. Neste sentido, finalmente a Federação Russa, sob a liderança de Boris Yeltsin ascende ao poder, acompanhada de 150 milhões de habitantes afirmando uma independência soberana.

Na primeira sessão, contextualizou-se a *perestroika*, *glasnost* e explorou-se a fundo o novo pensamento de Gorbachev. Defende-se que esta revisão da história soviética é de vital importância para a compreensão das razões que motivaram e ou precipitaram a queda da URSS, e por outro lado, serve de modelo de base para se comprovar que efetivamente houve uma reformulação na política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev. Contudo, nesta sessão, de forma breve irá se introduzir a terapia de choque para de seguida se analisar a política externa do primeiro presidente democraticamente eleito da Federação da Rússia, Boris Yeltsin, que é o aspeto mais relevante da era Yeltsin para o presente trabalho.

1.2.1. Terapia de Choque

Segundo Freire, “a queda da URSS implicou (1) o fim de uma ideologia unificada sustentada em princípios marxistas-leninistas que permitiam coesão social; (2) a perda de identidade, agregada durante décadas sob a planificação e governação centralizada

do Partido Comunista; (3) um processo de transição para um modelo de governação que a Rússia nunca antes havia experimentado; (4) novas fronteiras e a redefinição de relações com uma vizinhança instável, lado a lado com a redefinição do papel e lugar da Rússia na Europa e no mundo” (2009: 79).

É neste contexto que, perante uma Rússia fraca e devastada o primeiro presidente democraticamente eleito da Rússia adopta o seu famoso programa de reformas denominado “terapia de choque”. Segundo Serrano e Mazat, a terapia de choque tinha como objetivo assegurar uma “transição acelerada para a economia de mercado capitalista, acompanhada de uma rápida estabilização macroeconómica. Havia quatro eixos principais no programa. O primeiro eixo era a liberalização total dos preços, removendo o tabelamento dos preços dos bens básicos que ainda vigorava depois da *perestroika*. Essa medida devia supostamente pôr um fim na escassez e nas dificuldades de abastecimento e permitir que o mecanismo de mercado funcionasse plenamente. O segundo eixo era a abertura comercial e a livre flutuação da taxa de câmbio, afastando as barreiras administrativas e tarifárias que ainda existiam. O objetivo da abertura era alinhar os preços relativos com os preços internacionais e adequar o padrão de comércio às vantagens comparativas da Rússia. O terceiro eixo era uma política de endurecimento das restrições orçamentárias da economia tanto para o governo quanto para as empresas em geral (por meio do controle da moeda e do crédito), cuja finalidade era reduzir o risco de inflação que poderia criar a liberalização dos preços. O racionamento do crédito, que seria a consequência de tal política, devia acelerar o processo de reestruturação das empresas. O último eixo era a privatização das empresas estatais, que devia aumentar a competitividade das empresas russas. A privatização dos ativos produtivos devia ser acompanhada da introdução de um sistema de direitos de propriedade e da elaboração de um aparato legal que fosse respeitado” (2017: 221-222). Contudo, este pacote de reformas fracassa, isso porque, de acordo com o próprio Yeltsin:

“iniciámos as reformas numa situação muito interessante, quando se poderia fazer uma lista de muitas pré-condições ausentes, que tornavam as reformas impossíveis de implementar naquela altura. Eu próprio poderia ter dado uma explicação perfeita do motivo por que, em 1992, as reformas não deveriam ter sido lançadas. Não havia um apoio estável, do parlamento; não existiam instituições de governação em funcionamento normal (exército, alfândega, polícia) - todos se encontravam instáveis devido à crise de poder que tinha principiado no início da década de 1990. Existiam dezasseis bancos centrais, em vez de um; não existiam tradições de empresas privadas; não existia um sector privado forte como na Polónia. Não havia um kopek de que se pudesse dispor nem reservas de ouro, nem oportunidade para atrair investimentos do mercado financeiro internacional” (1994: 187-188).

Ciente destes pré-requisitos que faziam das reformas um fracasso, mesmo assim, Yeltsin avançou com a sua terapia de choque. A Rússia que já se encontrava numa depressão profunda, implementando a terapia de choque, Yeltsin agravou as difíceis condições em que o povo russo se encontrava. Porém, a Rússia necessitava de reformas, mas a Rússia é um país especial em todos os aspetos. É o mais extenso do planeta, atravessando dois continentes, a Europa e Ásia. As suas características únicas que lhe conferem o estatuto de um país eurasiático, deveriam ser tidas em conta por Yeltsin ao implementar as suas reformas. Depois de Gorbatchev dar os primeiros passos em direção a economia de mercado, submetendo a Mãe Rússia a terapia de choque, Yeltsin forçou a implementação da economia de mercado numa civilização que já se encontrava em transição, foram 75 anos de ruptura com a economia mundial, e sob um forte regime socialista. Os problemas económicos da jovem Rússia não poderiam ser resolvidos nos mesmos moldes que os dos países ocidentais, que já eram de natureza capitalista, com uma economia de mercado. Submetida a uma terapia tão violenta, a Mãe Rússia que tentava se reerguer voltou a mergulhar numa crise profunda. Freire (2009: 83), conta que “a privatização de empresas russas, entendida como forma de invalidar o regresso a um sistema comunista, beneficiou essencialmente a elite próxima de Yeltsin”. De acordo com Daniels, *cit in* Freire (2009: 83), “«Os velhos oficiais soviéticos apoiavam enfaticamente [Yeltsin] enquanto tomavam conta de bens públicos - desde o pequeno comércio à indústria petrolífera -, e se transformavam em capitalistas ao mesmo tempo que a inflação dizimava os rendimentos da população comum»”.

1.2.2. A Política Externa da Rússia durante a Presidência de Boris Yeltsin (1991-1999)

Quando o assunto é a política externa da Rússia na década 1990, constata-se que existem dois momentos de destaque (1991-1996 e 1996-1999), e três personagens incontornáveis, sendo elas, Boris Yeltsin, presidente da Federação Russa de 1991 a 1999, Andrei Kozyrev, ministro dos negócios estrangeiros de 1991 a 1996 e Yevgeny Primakov que foi ministro dos negócios estrangeiros de 1996 a 1998 e de 1998 a 1999 ocupou simultaneamente as pastas de primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros. Quanto ao primeiro momento, este é caracterizado por uma submissão da Rússia face ao Ocidente, em especial os Estados Unidos, o que teve como consequência a sua decadência. No que diz respeito ao segundo momento, este é caracterizado pela

procura de equilíbrio de poder entre a Rússia e o Ocidente, assim como uma reorientação da política externa russa para o Oriente, - em especial para aquele que é conhecido como o seu estrangeiro próximo -, para o Médio Oriente e para a América Latina.

A presidência de Yeltsin foi marcada por uma grande falta de incerteza e clareza do caminho que a Rússia iria percorrer a nível externo. De acordo com Wache, “a nível externo colocavam-se vários fatores resultantes da herança da extinta URSS: no aspeto militar a Rússia tinha herdado a posição de guardião das armas nucleares e de destruição em massa. A nível económico tinha assumido as dívidas internacionais da URSS, cerca de 74 mil milhões de dólares. Em relação às organizações internacionais, a Rússia herdou, igualmente, a qualidade de membro do Conselho de Segurança. A nível da sua região, a recém formada CEI esperava da Rússia uma liderança exemplar de modo a recuperar o prestígio perdido com a queda da URSS; mas tal não aconteceu. Realçam-se os desafios impostos pelas tendências expansionistas da NATO, que em 1999 interviu militarmente no Kosovo, e pela União Europeia, com o seu processo de alargamento para o Leste, preocupando assim a liderança russa na década de 1990” (2014: 123).

1.2.2.1. A Política Externa Yeltsin-Kozyrev: Decadência e Submissão (1991-1996)

A crença fundamental da superioridade do sistema ocidental moldou as mentes da coligação liberal emergida na Rússia. Boris Yeltsin e o seu ministro liberal dos negócios estrangeiros, Andrei Kozyrev acreditavam que a história em certo sentido, terminou e não apresentava alternativas ao desenvolvimento pró-Ocidente (Tsygankov, 2010: 56). Conforme Freire, “Kozyrev prosseguiu com uma política [externa] de aproximação ao Ocidente, definindo a Rússia como aliada natural da Europa. Esta abordagem foi evidenciada na procura de integração em instituições ocidentais, solicitando a adesão ao Conselho da Europa (materializada em Fevereiro de 1996, após muitas dificuldades essencialmente associadas às ações militares russas na República da Chechénia), aderindo à Parceria para a Paz no contexto da NATO (em Junho de 1995, procurando assegurar que a sua participação constituísse um fator de promoção de confiança enquanto simultaneamente procurava evitar os planos de alargamento da organização aos estados do Leste), e aprofundando relações com a Comunidade Europeia, com base

na assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação (APC) em 1994, a par do estreitamento de relações com Washington” (2009: 84).

Segundo Jubran, na visão dos dirigentes russos deste período, sobretudo os liberais, esse era o único caminho (*edínstvenny put*) que o país poderia traçar. Em um artigo publicado durante sua chancelaria (1992-1996), Kozyrev (1994) afirmava que ‘a parceria [com os EUA] não tinha alternativa para a conformação do ‘estado russo democrático’ e da “transformação de mundo instável e pós-confrontacionista em estável e democrático”. Neste primeiro momento, “as relações com outros atores externos, inclusive com o estrangeiro próximo (*blíjny zárubej*), subordinaram-se às relações com os EUA. Passou a se aceitar a ingerência dos americanos na antiga zona de influência soviética, contando que houvesse apoio destes às reformas russas. No caso da Ucrânia, por exemplo, o Kremlin buscou atrair a seu favor a diplomacia norte americana para os contenciosos a respeito da divisão entre russos e ucranianos da frota soviética do Mar Negro¹², além das tensas negociações sobre o repatriamento ou a eliminação das ogivas nucleares estacionadas em território ucraniano. O governo russo buscava transmitir a imagem ao Ocidente de que era um parceiro confiável, mantenedor de uma ordem mínima e promotor das reformas liberais no espaço pós-soviético (2015: 80-81).

Mazat e Serrano comentam que aproveitando essa nova situação russa, os Estados Unidos perseguiram, ao longo dos anos 1990, uma política de enfraquecimento sistemático da Rússia. Os autores acrescentam que os Estados Unidos foram ajudados pela atitude pró-ocidental de Yeltsin, que, até seu abandono do poder em 1999, defendeu a ideia de “integração virtuosa” da Rússia no mundo ocidental (2012: 14). Entretanto, críticas iam surgindo, segundo Tsygankov (2010: 61), “os partidários de Gorbachev abraçaram as tentativas do governo de se envolver com o mundo, mas condenaram a natureza sectária da formação da política externa e a sua orientação estritamente pró-capitalista. Mas o desafio mais formidável para o Ocidentalismo veio da tradição revivida do pensamento Estatista. Os novos estatistas concordaram com a necessidade de cooperar com o Ocidente no interesse de reconstruir a economia, mas insistiram que o princípio norteador de todas as reformas e ações da política externa

¹² A princípio, o ministério da defesa ucraniano e o Soviete Supremo ucraniano pressionaram unilateralmente o pessoal da Armada do Mar Negro para fazer um voto de fidelidade à Ucrânia. Depois, numa má avaliação, o Soviete Supremo Russo retaliou, invocando a ilegalidade da transferência de Khrushchev da Crimeia para a Ucrânia em 1954. O incidente tornou-se explosivo porque provou que o governo e o parlamento da Ucrânia estavam dispostos a usar vigorosas táticas de braço-de-ferro em relação à Armada do Mar Negro, sem qualquer coordenação com a Rússia (Yeltsin, 1994: 183)

continuassem ser a preservação do *status* de grande potência. À medida que o Ocidente começou a perder o interesse na Rússia, os estatistas começaram a receber uma importante vantagem em afirmar a sua influência”.

Não obstante, de acordo com Rego, foi neste período que se assinou o Tratado START II¹³, “que diminuiu os arsenais nucleares, marcou o fim de uma era e o surgimento de uma Rússia que renunciava a uma projeção político-militar no Ocidente e que garantia que o novo estado russo não era sucessor da antiga URSS e do velho Pacto de Varsóvia, nos seus propósitos expansionistas” (1999: 261).

Tsygankov defende que “com a visão proposta da reforma radical e a aproximação ao Ocidente, Yeltsin e Kozyrev estavam a falhar em trazer qualquer melhoria visível no padrão de vida das pessoas, a população começou a tornar-se desiludida e cética. Na Rússia, os russos experimentaram um drástico declínio dos padrões de vida. Externamente, as perspectivas da expansão da NATO para as fronteiras da Rússia e os conflitos militares na periferia russa criaram uma sensação de insegurança minando o curso ocidental da política externa. A desintegração da União Soviética aumentou a mudança de atitude; Socializados com a tradição do pensamento Estatista soviético, muitos russos sentiram que os fracassos econômicos foram exacerbados pela perda significativa do território e do *status* mundial. A grande estratégia de Integração com o Ocidente foi cada vez mais percebida como um falhanço. De acordo com uma pesquisa, o apoio público ao modelo de sociedade dos Estados Unidos caiu de 32% em 1990 para 13% em 1992, ou em mais de dois terços. A demonstração mais recente do apoio decrescente para as políticas de Yeltsin e Kozyrev surgiu nas eleições parlamentares de Dezembro de 1993, quando os partidos liberais perderam para os de orientação nacionalista” (2010: 64).

Os maiores ganhos da política externa de aproximação ao Ocidente, resultaram da ênfase da Rússia nas relações com os Estados Unidos. Em primeiro lugar, na

¹³ Yeltsin reduziu os arsenais nucleares estratégicos pela metade e também concordou em eliminar todos os mísseis balísticos intercontinentais terrestres (ICBMs) armados com ogivas múltiplas, enquanto os Estados Unidos mantiveram tais ogivas em submarinos. Os termos do novo acordo, START II, foram acordados na cimeira de Junho de 1992 e assinados em Janeiro de 1993. Esta foi uma medida sem precedentes: pela primeira vez na história da corrida armamentista nuclear, a Rússia abandonou o coração dos seus arsenais estratégicos, enquanto os Estados Unidos preservavam os seus. Yeltsin reconheceu que a Rússia estava a sacrificar a paridade estratégica com os Estados Unidos, mas afirmou que a paridade era “ominosa” e não fazia sentido agora que “houve uma fundamental mudança nas relações políticas e económicas entre os EUA e a Rússia” (Tsygankov, 2013: 74-75).

atmosfera politicamente carregada de altas expectativas da Rússia, Bush, apoiado por Kohl, anunciou um pacote de 24 bilhões de dólares em Abril de 1992. Mais tarde, Bill Clinton, também apoiou Yeltsin, defendendo uma aliança global para apoiar a democracia e prevenir um mundo “mais perigoso em alguns aspetos do que o mundo dos anos sombrios da Guerra Fria”. Como resultado dos esforços do novo presidente norte americano para mobilizar o Ocidente para apoiar a Rússia, a Cúpula do G-7 de Tóquio declarou um programa de 43,4 bilhões de dólares de assistência (*ibid*: 71). Contudo, Mazat e Serrano (2012), contam que em primeiro lugar, como condicionalidade para obter novos créditos, a Rússia foi forçada a assumir a dívida externa acumulada de todas as outras antigas repúblicas soviéticas¹⁴. Além disso, o montante de novos empréstimos e a ajuda externa foram tão limitados em relação ao serviço da dívida externa que, na década de 1990 como um todo, a Rússia pagou em termos líquidos mais dólares do que recebeu destes credores oficiais. Na verdade, os dirigentes russos esperavam obter, em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, vultosas ajudas externas americana e europeia que lhes permitiriam atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição. Contudo Brzezinski, conta que neste contexto, o objetivo operacional americano era o de encorajar a transformação democrática russa e a sua recuperação económica sem que reemerge-se o Império Euroasiático. Pois o mesmo poderia ofuscar a geoestratégia de uma maior formação do sistema Euro-Atlântico (1997: 87).

Perante esta “deslealdade” do Ocidente, Yeltsin e Kozyrev, tiveram que reconhecer o fim da “lua de mel” nas relações com o Ocidente. A crítica e a auto-crítica ganham relevância nos bastidores de Kremlin, tal como os estatistas defendiam, a dupla Yeltsin e Kozyrev passa a defender um equilíbrio de poder entre a Rússia e o Ocidente. Era o triunfo do estatismo. O reavivamento do discurso geopolítico russo. Yeltsin e Kozyrev apercebem-se que embora os governos ocidentais fornecessem ajuda financeira à Rússia e estivessem dispostos a cooperar em matérias de segurança, essas medidas não correspondiam as necessidades da Rússia. E foi assim que segundo Freire, na sequência destes desenvolvimentos, Yeltsin aprovou um novo conceito de política externa em Abril de 1993, refletindo já o tom reativo ao crescente desencanto com a opção ocidental e aos baixos benefícios resultantes dessa, levando à equação de democracia com caos, oportunismo e corrupção. O estrangeiro próximo tornou-se no

¹⁴ Cerca de 74 mil milhões de dólares (Wache, 2014: 123)

foco da atenção de Moscovo, assumindo primazia na agenda de política externa russa, tendência esta que se mantém até aos nossos dias. Era o reflexo de uma política mais equilibrada entre Ocidente e Oriente (2009: 84).

A iniciativa russa de manutenção da paz na região foi uma das tónicas da mudança de uma política externa de orientação liberal e pró-ocidental para uma mais agressiva e consensual de defesa dos interesses da Rússia na cena internacional (Rego, 1999: 267). Outros exemplos desta nova política externa que procurava contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos, deu-se no dia 1 de Dezembro de 1994. Segundo Rego, Kozyrev recusou-se a assinar um documento de cooperação entre a Rússia e a NATO, no âmbito do programa Parceria para a Paz. Afirmou, então, que a Aliança Atlântica parecia dar demasiada importância à sua expansão, encarando a sua relação com a Rússia como mecanismo subsidiário. Na mesma data, o porta voz do ministério dos negócios estrangeiros condenou uma resolução do CSNU, permitindo um aumento no tamanho da *task-force* no Haiti, considerando-a uma ‘resposta desproporcionada’. Em 2 de Dezembro de 1994, Kozyrev recusou-se a aparecer numa conferência de imprensa marcada para depois das conversações com o Secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher. No mesmo dia, na ONU, a Rússia vetou uma resolução do CSNU relativa a sanções contra a Jugoslávia. Em 5 de Dezembro de 1994, Yeltsin, na sessão de abertura da CSCE, em Budapeste, lançou um claro aviso à NATO contra a expansão da organização na Europa Central e do Leste, afirmando que podia conduzir a uma era de ‘paz fria’ (*ibid*: 272).

Contudo, apesar desta reorientação da política externa, as lideranças russas não abandonaram o costume de cooperar com o Ocidente, assim como as Repúblicas recém independentes, procuraram preservar as suas recentes independências, distanciando-se da Rússia, isso porque, conforme Brzezinski (1997), os estados recém independentes olhavam para o conteúdo geopolítico da política russa, e deparavam-se com aspirações imperiais, o que de certa forma lhes deixava desconfortáveis. A Rússia pretendia estabelecer 28 bases militares nos estados recém independentes, unindo num único mapa as bases militares russas, o que seria igual aos limites exteriores da antiga União Soviética. Segundo Quadros e Machado (2015: 588), “apenas com a saída de Kozyrev (1996) e a ascensão de Primakov como o novo chanceler russo, foi possível verificar mudanças na política externa do país e maior aderência aos princípios elencados pelo Conceito de Política Externa de 1993”.

Tsygankov explica que no projeto de Yeltsin e Kozyrev, a Rússia não só deveria cooperar com o Ocidente numa vasta gama de questões internacionais, como Gorbachev havia planejado; era suposto que a Rússia se torna-se ocidental à custa da sua própria história de desenvolvimento identitário. Gorbachev queria que a União Soviética fosse mais respeitada pelas outras nações, mas ele não se propôs a abandonar o que considerava valores e interesses socialistas. Gorbachev argumentava que a segurança deveria ser mútua, especialmente no contexto das relações entre os EUA e a União Soviética, e que deveria incorporar vários aspetos da interdependência econômica e ambiental. Mas Gorbachev nunca chegou a sugerir que o Ocidente se tornaria no professor do resto do mundo, enquanto que Yeltsin e Kozyrev desenvolveram as suas perspectivas quase que exclusivamente baseadas nas suas paixões pela civilização ocidental e pelas suas realizações. Esta perspectiva implicava que os países fora do Ocidente não poderiam mais contribuir criativamente para o desenvolvimento do sistema internacional, mas sim ter paciência e passividade para que pudessem ser absorvidos pelo mundo modernizado. Esse tipo de ocidentalismo não teria sido possível sem o novo pensamento, mas tornou-se muito mais extremo e crítico do que o soviético desenvolvido na era Gorbachev (2010: 60).

Entretanto, “apesar de todos os problemas relatados, é possível identificar, ainda nesse período, ao menos um efeito positivo, que foi a sensível melhoria nas relações com a China. Ainda que os chineses observassem com preocupação o súbito colapso da URSS e as transformações radicais em seus vizinhos do Norte, as diplomacias dos dois países buscaram efetivamente dirimir as tensões fronteiriças, promover o entendimento mútuo em setores específicos e incentivar os contatos entre as sociedades. A China foi uma das poucas nações visitadas por Yeltsin, ainda em 1992, uma clara evidência do papel daquele país para a política externa russa” (Jubran, 2015: 81).

“Tentar conjugar a democracia com o estatuto de grande potência tornou-se no princípio central da política russa, mas estes fins foram-se tornando cada vez mais incompatíveis” (Rego, 1999: 271). “Uma possível explicação desse período sugere que após uma abrupta redução de poder, a Rússia retraiu sua atuação no cenário internacional. Enfraquecida em praticamente todos os parâmetros de poder, a Rússia não estaria apta para competir com os Estados Unidos em condições de igualdade, e em todas as regiões do mundo. Portanto, restava-lhe um *status* inferior, alegadamente mais adequado à sua nova realidade, o de potência regional” (Jubran, 2015: 81).

Em suma, a política externa de Yeltsin e Kozyrev no período que compreende 1991-1993, pode ser caracterizada por uma constante procura de reconhecimento ocidental. Esse reconhecimento, poderia ser resumido em apoio moral, político e material no processo das reformas para uma nova democracia pró-ocidental. Não obstante, a Rússia realmente recebeu uma ajuda financeira, mas sob forma de imposição. Ou seja, em troca de um total de 67,4 mil milhões de dólares, a Rússia teve que assumir toda a dívida externa da União Soviética, avaliada em 74 mil milhões de dólares. O que em termos práticos significa que a Rússia pagou mais dólares do que recebeu. A suposta ajuda, só permitiu que à Rússia estabiliza-se a sua economia em termos macroeconômicos. No entanto, a antiga estrutura econômica permaneceu no lugar, não se registou um forte investimento. Contudo, este período também pode ser definido como um período de constante decadência e submissão da Rússia face ao Ocidente, isto porque, tal como Gorbachev, Yeltsin e Kozyrev, pensavam em termos de cooperação e engajamento com o mundo, proclamavam-se tão ocidentais quanto os próprios ocidentais, ao invés vez de preservarem ou revitalizarem o poder material da Rússia que se encontrava enfraquecido e ou debilitado. Como resultado desta política externa desequilibrada e pró-ocidental, os Estados Unidos passaram a intrometer-se na zona de influência soviética, com o objetivo de enfraquecer ainda mais a Rússia que já se encontrava numa situação bastante delicada.

Ainda neste período, Yeltsin reduziu sistematicamente todos os seus arsenais nucleares estratégicos pela metade e concordou em eliminar todos os seus mísseis balísticos intercontinentais, enquanto os Estados Unidos preservaram os seus, simbolizando assim o fim de uma era de confrontação e competição e o início de uma nova onde a Rússia se conformava com o seu papel secundário na nova ordem mundial unipolar. Eliminando a paridade estratégica entre a Rússia e os Estados Unidos, a Rússia passou a ser vista como não mais do que uma potência regional e promotora das reformas ocidentais ou pró-capitalistas no espaço pós-soviético. Tsygankov (2010: 73), comenta que “em seus esforços para se integrar rapidamente com o Ocidente, a Rússia perdeu bilhões de dólares em vendas de armas abandonando mercados lucrativos no Terceiro Mundo e apoiando sanções ocidentais contra a Líbia, o Iraque e a Jugoslávia. Sobre o Iraque, Kozyrev até apoiou os bombardeios dos EUA, além de ter apoiado as sanções da ONU [...] nos mercados de armas, a participação da Rússia de 1991 a 1993 caiu de 38 para 17%, enquanto a participação dos EUA aumentou de 30 para 58%”.

Sousa conclui que “Yeltsin, assim como Gorbatchev [...] acreditava que a Rússia deveria apagar definitivamente qualquer postura que fizesse lembrar a extinta URSS. Por isso, não estava preocupado em manter ou estender áreas de influência geopolítica, acreditando na inserção da Rússia no mundo capitalista neoliberal dominante na década de 1990” (2012: 62), algo que se revelou ser utópico. Perante esta dura realidade, em 1993, Yeltsin e Kozyrev, reformulam a sua política externa, e esta passa a assentar-se numa formula multivetorial e equilibrada, onde o equilíbrio de poder entre a Rússia e Ocidente, assim como o estrangeiro próximo passam a ser as principais prioridades da política externa russa e do seu interesse nacional. Entretanto, as lideranças russas não abandonaram o costume de cooperar com o Ocidente, bem como os estados recém independentes, procuraram preservar as suas independências das garras da Rússia. Apenas com a saída de Andrei Kozyrev em 1996 e com a ascensão de Yevgeny Primakov é que este cenário começou a ser revertido.

Resumindo, devido a decadência e a submissão da Rússia face ao Ocidente, a política externa Yeltsin-Kozyrev revelou-se um fracasso. Muitas prioridades nacionais foram sacrificadas com o objetivo de alcançar o reconhecimento dos líderes ocidentais. Entretanto, este objetivo nunca foi materializado. Isso porque, os ocidentais estavam interessados em impedir o ressurgimento da Rússia, e para isso adoptaram uma estratégia de enfraquecimento sistemático da mesma. Apercebendo-se de tal cenário, Yeltsin e Kozyrev tentam equilibrar a política externa da Rússia, concedendo-lhe mais autonomia. Contudo, este propósito revelou-se ineficaz e tardio.

1.2.2.2. A Política Externa Yeltsin-Primakov: Reorientação e Equilíbrio de Poder (1996-1999)

Depois de Yeltsin ter aprovado o novo conceito de política externa em 1993, e as lideranças russas assim como os estados membros da CEI não terem aderido aos seus pressupostos devido as questões acima discutidas, Freire argumenta que desde 1995 este conceito de política externa “consolidou-se com a definição inicial de uma política externa multivetorial pelo Kremlin. Em meados dos anos 1990, a política externa russa encontrava-se traçada em torno de dois eixos principais: um mais restrito, revestido de primazia que incluía as repúblicas ex-soviéticas, e outro mais alargado, envolvendo o Ocidente e a Ásia, embora inicialmente não enquanto dimensões de relevância paralela,

com a primeira a dominar a agenda” (2009: 85). Mas, esta nova política externa russa tornou-se mais assertiva e equilibrada com a ascensão de Yevgeny Primakov ao poder em 1996.

Primakov, sendo um líder pragmático, passa a defender que «a Rússia não tem inimigos permanentes, mas tem interesses permanentes», definindo assim a base para as suas opções em termos de política interna e externa. Conhecido como o «Eurasianista», mas sendo um estatista. Primakov prosseguiu com uma política mais equilibrada que Kozyrev, ao recalibrar a dimensão oriental como peça fundamental nos interesses da política externa russa (*ibid*). Rego acrescenta que com Primakov no poder, a Rússia também retomou as suas relações face aos seus tradicionais aliados no Médio Oriente. Sendo um político pragmático, Primakov preocupou-se com os interesses nacionais russos e insistiu na ideia da Rússia como grande potência¹⁵ (1999: 274-275). Para ele, “os novos valores liberais da Rússia não apagavam a necessidade de manter o *status* de grande potência eurasianista, do mesmo modo que não limitavam a necessidade de equilibrar as influências ocidentais” (Tsygankov, 2010: 19). Primakov “definiu quatro prioridades para a sua política externa: criar condições externas para reforçar a integridade territorial; apoiar as tendências integracionistas da CEI; estabilizar os conflitos regionais (principalmente na ex-URSS e na Jugoslávia); prevenir a proliferação de armas de destruição maciça” (Rego, 1999: 275).

Jubran defende que é justamente com Primakov no poder, “que a reorientação nacionalista se torna mais evidente [na Rússia] [...] a defesa da multipolaridade passou a ser claramente ressaltada nos documentos e nos discursos oficiais, ao mesmo tempo em que se criticava a tendência à unipolaridade por parte dos EUA e de seus aliados. Ademais, buscou-se uma concertação política mais bem elaborada com os grandes países asiáticos, sobretudo a Índia e a China. Pela primeira vez na história, os líderes dos três países se reuniram para discutir temas de interesse conjunto, uma ação que ficou conhecida na Rússia como ‘Triângulo estratégico’” (2015: 84).

Primakov “abordou as novas ameaças à segurança russa através de um intenso envolvimento diplomático na antiga região soviética, particularmente nas áreas de confrontos militares e guerras civis (Tajiquistão, Moldávia) e através do lançamento de

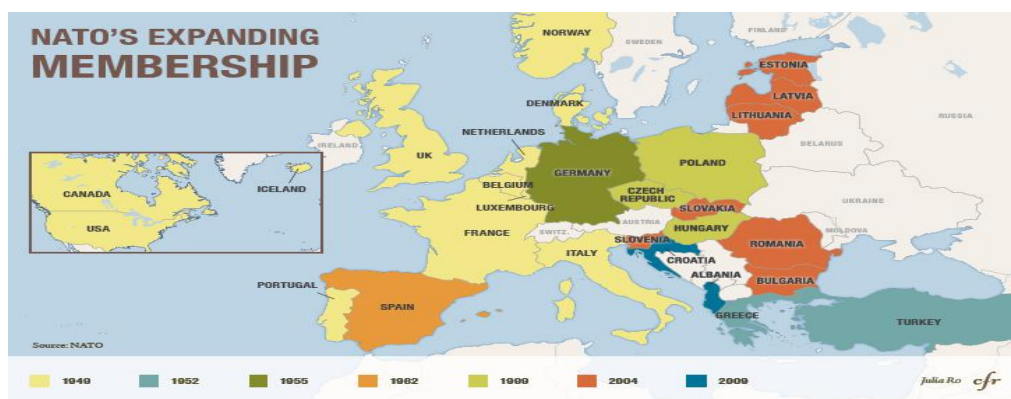
¹⁵ Primakov e seus partidários viam a Rússia como um *Derzhava*, que pode ser vagamente traduzido como detentor do equilíbrio internacional de poder. Uma *Derzhava* é capaz de defender-se confiando em sua própria força individual, e o seu objetivo principal deve ser a preservação desse *status* (Tsygankov, 2010: 95) .

projetos econômicos e de segurança, [Primakov] pretendia estreitar os laços entre as antigas repúblicas soviéticas sob a liderança da Rússia. Primakov também conseguiu restaurar algumas medidas de autonomia da política externa. Embora a dependência da Rússia em relação às agências de crédito ocidentais continuasse, o novo curso era prosseguido com um maior respeito pela percepção pública do interesse nacional, e era consideravelmente menos tolerante as tentativas de Washington moldar as políticas russas em relação aos Balcãs, ao Iraque e a antiga região Soviética. Neste período, tanto as elites quanto o público em geral manifestaram o seu firme apoio ao novo curso da política externa, saudando a sua maior independência e concentração na solução de questões de segurança na antiga região Soviética. Em linha com o novo curso, o público apoiou o fortalecimento do exército e as relações com as antigas repúblicas” (Tsygankov, 2010: 25).

“O breve período da chancelaria de Primakov (Janeiro de 1996 a Setembro de 1998) trouxe grandes desdobramentos, inclusive, em relação à NATO. A guinada nacionalista, diferentemente do que se esperava, não resultou por si em um esfriamento nas relações com a NATO. Pelo contrário, houve importantes avanços, como a assinatura, em Maio de 1997, do “Ato Fundador das Relações Mútuas¹⁶” entre a NATO e a Rússia, que estabelecia as bases para uma cooperação militar. Nesse mesmo período, Moscovo foi admitida a participar do G7, que passou a ser chamado de G8 ou, ainda, de G7 + Rússia. Entretanto, os diplomatas russos não lograram obstaculizar a ação militar perpetrada pela NATO nos Balcãs e, além disso, consentiram, a contragosto, com a adesão à referida organização da Polónia, República Checa e Hungria, antigos membros do Pacto de Varsóvia” (Jubran, 2015: 84).

¹⁶ A Rússia via Ato Fundador como uma quase institucionalização das suas relações com a NATO. A Rússia recebeu a oportunidade de aderir à NATO no estabelecimento de um órgão especial, o Conselho Conjunto Permanente, para consultar e - quando apropriado - participar na tomada de decisões e na acção conjunta (Tsygankov, 2010: 104).

Figura 2. Expansão da NATO em direção as fronteiras da Rússia



Fonte: Council on Foreign Relations (2015).

A expansão da NATO era incompreensível à luz dos compromissos históricos da Rússia, das suas novas relações com os países ocidentais e das próprias promessas do Ocidente em não expandir a aliança. A medida que a expansão seguia, muitos russos sentiram-se enganados. De forma esmagadora, a comunidade russa de política externa percebia a expansão da NATO como uma violação da norma da reciprocidade e do próprio espírito da transformação pós-Guerra Fria. Eventualmente, mesmo os ocidentais radicais, como o caso de Kozyrev, anunciaram a sua decepção com a decisão do Ocidente. Sob estas condições, Primakov viu a sua tarefa como limitar o dano potencial da expansão. Sua nomeação, de fato, serviu para melhorar a reação anti-NATO, isso devido a sua reputação de duro defensor dos interesses nacionais da Rússia. Entretanto, Primakov logo reconheceu que a expansão da NATO tornou-se inevitável e que a Rússia deveria mudar do modo de resistência para o de adaptação. Embora fosse altamente crítico as decisões pró-Ocidente, Primakov reconheceu que a - “expansão da NATO não era um problema militar; Mas sim psicológico”. E que a Rússia não tinha outra opção senão trabalhar no estabelecimento de laços diplomáticos e políticos mais próximos com a aliança (Tsygankov, 2010: 103-104).

“O bombardeio da Sérvia, país historicamente ligado a Rússia, pelas tropas da NATO em 1999, sem a consulta do Conselho de Segurança da ONU, apareceu, então, como a última etapa do processo de exclusão da Rússia das grandes decisões mundiais, até mesmo no continente europeu. Os protestos russos contra a intervenção da NATO no Kosovo e o bombardeio da Sérvia não adiantaram em nada, e a diplomacia russa atingiu, na época, o ápice de sua decadência” (Rucker, *cit in* Mazat e Serrano, 2012: 19). Segundo Tsygankov, a intervenção militar em Belgrado “veio como um choque

para a comunidade de política externa da Rússia. Esse choque foi ilustrado pela decisão de Primakov de cancelar as próximas negociações com os Estados Unidos e o FMI em Washington, em 24 de Março de 1999 [...] a reação oficial da Rússia foi dura e incluiu uma declaração de agressão da NATO e a violação de uma área que é de jurisdição das Nações Unidas e da Acta de Helsínquia sobre a preservação da soberania, a suspensão da participação no acordo Acta Fundamental, a retirada da missão militar de Bruxelas e uma ordem para que os representantes da NATO deixassem a Rússia” (2010: 107-108).

Apesar deste quadro global negativo em matérias de segurança, Jubran (2015), comenta que, em Abril de 1996, Yevgeny Primakov criou o Grupo dos Cinco, que fazia parte a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão, cujo fundamento era a ampliação da confiança mútua nas fronteiras entre estes países no campo militar. No que diz respeito à China, os governos dos dois países reforçaram sua preferência em criar uma ordem global multipolar, antagónica a unipolar estabelecida pelos EUA. A China também aliou-se aos russos na rejeição da expansão da NATO. Em assuntos propriamente bilaterais, reduziu-se a presença militar nas fronteiras que ambos os países partilham, tornando-se assim num parceiro estratégico da Rússia.

“Outro parceiro potencialmente estratégico no cálculo de Primakov foi o Irão. Politicamente, Primakov viu o país como um aliado regional para conter a influência do regime talibã no Afeganistão e na Turquia, particularmente nos estados da Ásia Central e no Azerbaijão. Globalmente, o Irão era outro aliado potencial para resistir à unipolaridade dos EUA. Economicamente, a Rússia estava a construir reatores nucleares, fornecendo equipamentos industriais e planejando formar uma política comum no desenvolvimento de *pipelines* de energia na região do Mar Cáspio. Os dois lados também cooperaram para um cessar-fogo no Tadjiquistão [...] apesar das objeções de Washington de que o Irão estava construindo uma arma nuclear e violando o regime de não proliferação existente, a Rússia continuou a cooperar com o Irão, negando todas as alegações” (Tsygankov, 2010: 111).

“Contudo, com o passar do tempo, as relações russo-iranianas demonstraram os seus limites. Politicamente, a Rússia não queria ver a emergência do Irão como uma possível ameaça militar na região, e alguns oficiais expressaram-se publicamente contra tal desenvolvimento. A questão tornou-se ainda mais pronunciada quando o Irão se tornou o líder da Conferência Islâmica e emergiu apoiando os rebeldes chechenos e muçulmanos do Kosovo. Além disso, ao agir em conjunto com a Rússia na tentativa de

bloquear os gasodutos Baku-Ceyhan e Trans-Caspian, o Irão desenvolveu o interesse de servir de rota alternativa para a exportação do petróleo e do gás da Ásia Central” (Tsygankov, 2013: 114).

“Outro país que ganhou relevância foi a Índia [...] para a qual se planejou a venda de dois reatores nucleares de água leve no início de 1997, o que provocou protestos norte americanos. Novos contratos de venda de armamentos ao gigante sul asiático foram assinados em Março do mesmo ano durante a visita do então primeiro ministro indiano Deve Gowda a Moscovo, cujo valor negociado (US\$ 7 bilhões) fez da Índia a maior compradora de armas russas” (Jubran, 2015, 85).

“Nesse período, observa-se também uma melhoria significativa nas relações com as antigas repúblicas soviéticas, com destaque para a Ucrânia e, em segundo lugar, para a Bielorrússia. No primeiro caso, as relações conheceram uma melhoria significativa, com a assinatura de acordos que previam a utilização da base militar de Sebastopol na península da Crimeia pela frota naval russa” (*ibid*). A assinatura deste acordo entre as partes permitiu que Rússia usa-se as instalações ucranianas no mar Negro por mais vinte anos. Para que este tratado fosse assinado, foram precisas várias negociações, dado que a Rússia contesta a soberania ucraniana sobre Sebastopol e parte da península da Crimeia (Mazat e Serrano, 2012). De acordo com Jubran (2015, 85), no caso da Bielorrússia, “foi prevista a criação de uma confederação ou federação suave (*myágkaya federátsiya*), ou Estado Unificado Bielorrússia-Rússia”.

Na sua política externa multivetorial, Primakov ainda procurou trazer de volta a participação russa no equacionamento dos conflitos no Médio Oriente, após alguns anos de baixo ativismo. Segundo Tsygankov, por mais dependente que a Rússia estivesse dos credores ocidentais, o ministro não podia apoiar as intervenções militares sancionadas pelos Estados Unidos, como fez seu antecessor. A intervenção no Iraque surgiu como uma das duas questões-chave - a outra foi a Jugoslávia - em que Primakov sentiu-se forçosamente em desacordo com a posição americana. Segundo ele, havia pelo menos três razões principais pelas quais a Rússia não podia mais limitar a sua política ao apoio aos bombardeios dos EUA e a oposição ao levantamento das sanções das ONU no Iraque. Primeiro, por causa da sua oposição à unipolaridade, Primakov pretendia contribuir para a oposição aos métodos militares promovidos pelos EUA para lidar com Saddam Hussein. A segunda razão foi uma dívida considerável - cerca de US \$ 7 bilhões - do Iraque à Rússia, que não poderia ser reembolsada sem que se levanta-se as

sanções. Em terceiro lugar, as empresas energéticas russas que se encontravam em fase de crescimento, como o caso da Lukoil, estavam ansiosas por adquirir contratos no Iraque e nos mercados árabes em geral (2010: 106).

No quadro das tentativas de Primakov reforçar os laços com o Médio Oriente, é possível destacar a visita a Moscovo do então líder palestino Yasser Arafat em Fevereiro de 1997, durante a qual a Rússia reafirmou a posição soviética de trabalhar em prol da coexistência entre Israel e Palestina. No que diz respeito as relações com os países da América Latina, que tinham passado incólumes no início da década de 1990, na releitura colocada em prática por Primakov, esses países eram detentores de um significativo potencial de crescimento económico e de maior participação no cenário internacional, e por esse motivo não poderiam ser subestimados pela Rússia. De fato, o referido chanceler realizou visitas a essa região em 1996 (Cuba, Venezuela e México) e em 1997 (Brasil, Argentina, Costa Rica e Colômbia) (Jubran, 2015, 85).

A política externa ativa defendida por Primakov significava o desenvolvimento de laços geoestratégicos e económicos fora do Ocidente. Ambos os objetivos foram concebidos para melhorar a posição do poder relativo da Rússia no mundo à custa das nações ocidentais, particularmente os Estados Unidos. Sendo um arabista por treinamento, Primakov era notavelmente mais ativo no Médio Oriente do que o seu antecessor. Além de expressar interesse em desempenhar um papel mais ativo no processo de paz, Primakov aumentou consideravelmente as vendas de armas russas na região. Fora do Médio Oriente, a Rússia estava especialmente interessada na região Ásia-Pacífico, muitas vezes descrevendo a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) como um centro influente do mundo multipolar em desenvolvimento. Em todos os lugares em que viajava, o novo ministro divulgou sua mensagem sobre a necessidade de construir uma ordem mundial multipolar (Tsygankov, 2010: 110).

Segundo Jubran (2015: 85-86), “a reorientação da política externa russa conheceu um breve momento de inflexão entre 1998 e 1999, diante da conjuntura da grave crise económico-financeira, a qual trouxe importantes repercussões do ponto de vista político. A declaração da moratória da dívida externa russa e a abrupta desvalorização da moeda nacional perante o dólar trouxe para a economia do país, em um primeiro momento, graves consequências, sobretudo na redução do PIB em 1998 e no aumento da inflação. Naquele mesmo ano, a aguda situação económica se refletiu na instabilidade política, observada na elevada rotatividade no cargo de primeiro ministro,

que num período de pouco mais de um ano sofreu cinco câmbios. As turbulências econômicas e institucionais naquele período ocasionaram uma inflexão na política externa russa, cuja prioridade passou a ser a renegociação da dívida com credores e com o FMI”.

Tsygankov conclui que “a política externa de Primakov não foi tão bem sucedida em melhorar o bem-estar dos russos. O projeto de integração da antiga região soviética mostrou-se excessivamente geopolítico e não baseado em bases econômicas. A economia continuou a estagnar, não trazendo quaisquer investimentos estrangeiros e aumentando o fardo da dívida externa. A nova estratégia da política externa também era duvidosa quanto ao critério de identidade. Tentando desarmar pragmaticamente a crise nas relações com a NATO e propondo construir um triângulo estratégico entre a Rússia, a China e a Índia para equilibrar o crescimento hegemônico americano na política mundial, Primakov abordou os novos medos culturais do Ocidente. A intervenção militar da NATO na Jugoslávia em 1999 afastou ainda mais a Rússia do Ocidente. No entanto, a componente ocidental da identidade cultural da Rússia é uma realidade bem estabelecida e a política externa de Primakov orientada para a Eurásia não conseguiu abordar esta parte da psique nacional russa” (2010: 25-26).

Em síntese, depois de Kozyrev ter prosseguido uma política externa excessivamente submissa e pró-ocidental, a ascensão de Primakov ao cargo de ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, representou um momento de ruptura deste paradigma. Primakov, um político de orientação estatista, embora assumindo a importância das relações com o Ocidente para a Rússia, procura prosseguir uma política externa mais autónoma e menos alinhada com o Ocidente. Primakov defendendo a Rússia como uma civilização única e procurando transgredir e desafiar o que foi considerado como uma identidade essencial da identidade russa por Yeltsin e Kozyrev, desenvolve uma política externa multivetorial e equilibrada, onde o Oriente e o Médio Oriente assumem o papel de destaque, - sendo o Estrangeiro Próximo a prioridade -, e o Ocidente, um papel secundário. Com a sua política externa, Primakov pretendia reduzir as tendências hegemônicas dos EUA. Para Primakov, havia a necessidade de se alcançar um equilíbrio entre os valores russos e ocidentais - sem que o último se sobrepusesse sobre primeiro - só assim a Rússia poderia restabelecer a *derzhava*. Primakov percebia o perigo que se manifestava através das paisagens dos estados ocidentais e como estas

geografias físicas, políticas e sociais por sua vez poderiam incitar julgamentos, morais e estéticos na sociedade russa.

Contudo, embora Primakov fosse anti-NATO, o chanceler não conseguiu travar o processo de expansão da aliança em direção as fronteiras russas, isso porque depois de Gorbatchev e Yeltsin-Kozyrev, terem sistematicamente reduzido e retirado os arsenais nucleares e as tropas russas da Europa Oriental através dos acordos de desarmamento e de não proliferação de armas nucleares, a Rússia deixara de ter como se defender, ou seja, as forças armadas russas não se encontravam em prontidão combativa e nem sequer eram percebidas como uma força dissuasora. Não obstante, importa clarificar que, com a expansão da NATO em direção as fronteiras da Rússia, e o subsequente plano de se implementar um escudo antimíssil nos novos estados membros da aliança, os Estados Unidos e a NATO violavam o Ato Fundador que pressupunha que a NATO não implantaria armas nucleares nos novos estados membros da organização. Ainda neste contexto, os bombardeiros da Sérvia pelas tropas da NATO sem a consulta do CSNU só vieram fortalecer e uma vez mais confirmar o estado decadente em que a Rússia se encontrava e o desrespeito da NATO face as ONU e a Acta da Helsínquia. Porém, muitos foram os aspetos positivos da política externa multivetorial e equilibrada de Primakov.

No que diz respeito as relações Rússia-China, sob a chancelaria de Primakov, estas se fortaleceram, levando com que as políticas externas destes dois estados passassem a adoptar posições comuns. Como exemplo dessa política externa comum, foi a condenação conjunta da política expansionista da NATO. Quanto ao Irão, a estratégia de Primakov para o Irão assentava em dois eixos: alcançar a estabilidade na Asia Central e lutar contra a unipolaridade da ordem internacional vigente. Em relação a Índia, Primakov robusteceu a cooperação militar, fazendo com que a Índia se torna-se no maior comprador de armas russas. Relativamente aos estados membros da CEI, a cooperação com a Ucrânia foi reforçada com a assinatura do acordo que permitiu o uso a Rússia da base militar em Sebastopol, por um período de vinte anos. Importa ressaltar que para a Rússia, este foi um grande feito da sua diplomacia, uma vez que o Ocidente estava a pressionar a Ucrânia para que esta não aceita-se o acordo. No que tange a cooperação com a Bielorrússia, foram lançadas as bases para uma futura confederação entre os dois estados.

Nesta mesma linha de pensamento político autónomo, a Rússia opôs-se as sanções ao Iraque e a Jugoslávia, reforçando assim o rompimento de uma política externa alinhada com os interesses ocidentais. Com este posicionamento, Primakov tornou claro que a Rússia deixara de perseguir uma parceria estratégica com o Ocidente e assumirá uma postura nacionalista ou estatista, onde o objetivo estratégico russo se resumia na proteção dos seus interesses nacionais. Em relação ao conflito Israel-Palestina, Primakov manifestou o interesse em juntamente com as partes envolvidas, a Rússia alcançar a paz e a coexistência na região. Na América Latina, Primakov procurou reforçar os laços russos com os estados latino americanos.

Entretanto, Primakov não foi bem sucedido no que diz respeito a melhoria do bem estar dos russos, a economia russa estagnou e a dívida externa aumentou. Só com a chegada de Putin ao poder é que este quadro económico, até então desfavorável para a Rússia começou a ser revertido. Contudo, Jubran (2015), defende que foi graças Primakov e a declaração da moratória da dívida externa russa e a abrupta desvalorização da moeda nacional perante o dólar que a Rússia começou a registar os primeiros índices de crescimento económico, o que explica o forte crescimento económico que a Rússia experimentou ao longo de quase toda a década seguinte, excepto no período que compreende fins de 2008 e início de 2009, por conta dos efeitos da crise financeira global no país. Jubran argumenta que na visão de alguns economistas russos, a moratória da dívida e a depreciação cambial propiciaram, de maneira relativamente rápida, que diversos setores económicos do país recuperassem a sua competitividade por meio do preço, inclusive em alguns setores industriais.

Resumidamente, com a sua política externa, Primakov pretendia romper com uma era de submissão da Rússia face ao Ocidente desenvolvendo laços geoestratégicos e económicos fora do Ocidente, o que se concretizou. Ainda que Primakov tenha sido confrontado com expansão da NATO, este revelou-se ser um líder pragmático, direcionando a sua política externa para outros quadrantes. Em quase três anos de mandato como ministro dos negócios estrangeiros e quase um como primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros Yevgeny Primakov conseguiu romper com uma era de submissão e obediência russa face ao Ocidente que vinha desde a administração Gorbachev.

1.3. A Trajetória Política de Vladimir Putin

“Num momento em que a questão da sucessão [de Yeltsin] pairava ameaçadoramente sobre a agenda política, económica e de segurança da Rússia, a pergunta torna-se inevitável: quem é Vladimir [...] Putin, um homem que veio praticamente do nada há apenas oito anos e se tornou o ator principal, pelo menos no triângulo do poder formado pelos serviços secretos domésticos, a burocracia de estado e os oligarcas?” (Stuermer, 2009: 37). Para percebermos quem é Putin, temos que perceber a sua história, segundo Lima, “Putin entra no KGB¹⁷ em 1975, e praticamente toda a sua carreira política é feita em Dresden¹⁸, na Alemanha de Leste, onde trabalha de perto com Stasi no recrutamento de informadores locais” (2016a: 18). Este foi um tempo em que o gigantesco edifício soviético começou a mostrar sérios sinais de colapso iminente, de uma política deficiente e de uma cada vez maior resignação do povo. O *homo sovieticus* ainda não tinha emergido e era cada vez mais improvável que viesse alguma vez a emergir.

“Em Dresden, Putin deve ter-se apercebido - através da observação dos factos, de perto e em primeira-mão - de que até a montra do socialismo, ou seja, a então República Democrática da Alemanha, embicava já para a sepultura. De facto encontrava-se numa posição privilegiada para observar - com um pé dentro e o outro fora - a queda do Estado da Alemanha Oriental e, com ela, o princípio do fim do domínio soviético na Europa do Leste. Quando se desmoronasse o «império externo»¹⁹ - e a queda do muro de Berlim, na noite de 9 de Novembro de 1989, foi, tanto na realidade como simbolicamente, a primeira brecha - só uma última intervenção desesperada, nomeadamente com os tanques, poderia evitar a derrocada do «império interno»” (Stuermer, 2009: 43).

De acordo com Lima (2016a: 18-19), “Putin recuperou a terminologia da polícia política leninista (*chekist*) e assumiu o culto por Yuri Andropov, o homem que durante mais tempo liderou o KGB. Putin manteve a devoção no ano em que presidiu ao FSB (1998), o sucessor do *kontora*, e exprimiu-a em diversas homenagens públicas durante a sua presidência. Porquê o culto a Andropov?” Duas razões explicam-no:

¹⁷ Os Serviços de Segurança Federal Russos (Stuermer, 2009: 37), antigo Serviços Secretos da União Soviética.

¹⁸ Putin foi enviado para Dresden em 1985 (*ibid*).

¹⁹ O autor refere-se aos países satélite da antiga União Soviética.

“A primeira é o traço estrutural do aparelho de estado que faz a transição da União Soviética para a Federação Russa: uma *nomenclatura* de burocratas e operacionais de *intelligence* e espionagem que atua nos planos político e militar e tem garantido a continuidade da corte em redor do Kremlin. Há quem fale em mais de três milhões de russos perfeitamente integrados nesta muralha defensora do regime, os *siloviki*, também considerada a melhor escola para ascender na competitiva cadeia de poder. Putin foi o mais obstinado seguidor deste percurso e o KGB, a mais perfeita academia na defesa da missão russa” (*ibid*).

“A segunda resulta do exemplo particular de Andropov, o homem que revigorou esse sentido excepcional do KGB, associando-o às características naturais do bom servidor da «Mãe Rússia» e da sua projeção imperial. Andropov foi, para Putin, um transformador, um líder carismático, implacável perseguidor da traição do Kremlin, sem contemplanções com dissidências ou desvios democráticos, pois testemunhara os seus perigos em Budapeste, quando lá serviu como embaixador em 1956, e a Primavera de Praga, quando liderou a dura resposta soviética. Em Dresden, nos protestos em 1989, seria Putin a aprender a lição (*ibid*).

“Andropov ainda sucedeu Brezhnev na chefia do Partido Comunista e, em consequência, da própria União Soviética, mas a sua morte ao fim de quinze meses de mandato só adensou o mito: para muitos, Putin incluído, morreu cedo demais. Era preciso prolongar o legado, e o exemplo acabou por se enraizar na ideologia do aparelho de estado pós-soviético, pelo que Putin não precisou de inventar nada - bastou adaptar os conceitos à velocidade a que o atual exercício do poder passou a estar escrutinado” (*ibid*). “De facto, é a experiência em Dresden - a que, com toda a propriedade, se poderia chamar trauma pessoal - que leva atualmente o antigo tenente-coronel do KGB, posteriormente transformado em «czar» de todos os russos, a referir frequentemente os perigos da derrocada da Rússia” (Stuermer, 2009: 44). Todavia, este sistema político instaurado por Putin na Rússia é conhecido por repousar numa formula vertical, de onde Putin é o representante máximo desse poder, representando assim o paternalismo para uns e o putinismo para outros. Entretanto, é de extrema relevância clarificar que este poder vertical só foi implementado após a sua eleição em 2000, pelo que, mais afrente voltar-se-á para esta questão para que melhor se perceba.

“Putin saiu oficialmente do KGB em 1991, mas o KGB nunca saiu de Putin. Ainda em 1990, ele é nomeado conselheiro do presidente da Câmara de São

Petersburgo, ficando com o pelouro internacional” (Lima, 2016a: 20). “Para isto, tê-lo-ão certamente ajudado o facto de falar fluentemente alemão, francês e inglês e a experiência que adquiriu em Dresden” (Stuermer, 2009: 48). Como conselheiro do presidente da Câmara de São Petersburgo, “Putin alarga os seus contactos exteriores o que lhe garante um alcance maior do que a dimensão da sua cidade. Esse tirocínio de seis anos é essencial para manter o melhor de dois mundos: as informações e a política. Putin passa a estar atento aos investimentos estrangeiros, aos negócios dos novos oligarcas de Yeltsin, sabe o que fazem, com quem se cruzam, como chegam ao Kremlin. Para Putin, de São Petersburgo a Moscovo era apenas uma questão de tempo” (Lima, 2016a: 20).

“No entanto - e inevitavelmente - a lei da sobrevivência do mais forte, que se impôs tanto no interior do Kremlin como em seu torno, acabou por arrastar Putin para a batalha. Quem viria a ser o herdeiro de Yeltsin? [...] Putin conseguiria tornar-se bem versado nas artes do controlo e da influência, porém permanecia ignorante em tudo o que se referia à corrupção, o que aliás, jogaria a seu favor anos mais tarde, quando um escândalo deflagrou no Kremlin. Acabou até por se tornar uma rara excepção por, durante todo esse tempo, nunca ter caído sobre si a suspeita de ter «canalizado» fundos do estado para a sua conta pessoal” (Stuermer, 2009: 49).

Putin começa a sua trajetória a Kremlin em 1997, quando em substituição a Kudrin que passaria a assumir novas funções na corte, é nomeado subdiretor da administração presidencial e chefe do departamento de auditoria financeira. Neste período, os cofres russos encontravam-se vazios e o país enfrentava sérios problemas, incluindo a perspectiva de uma revolta popular. Perante este quadro, em 1998, Yeltsin decide indigitar Kiriyenko para o posto de primeiro ministro. Um mês após Kiriyenko ter formado governo, Putin subiu mais um degrau na escadaria do poder ao ser nomeado secretário geral da administração presidencial, uma das coisas mais importantes que Putin teve de fazer foi servir de intermediário na greve dos mineiros, que ameaçou tornar-se incontrolável quando estes bloquearam os carris da linha de caminhos-de-ferro transiberiana na tentativa de que lhes fossem pagos os ordenados que não recebiam havia meses. A 25 de Julho de 1998, no clímax da crise, Putin foi nomeado diretor do FSB, os mesmos serviços secretos de onde tinha saído e onde tinha as suas raízes pessoais e ideológicas. Estava agora numa posição-chave, mas longe de se achar seguro, e o seu futuro era incerto. Devia demasiado a Yeltsin, que se encontrava em evidente

declínio e cujo mandato, de qualquer forma, estava prestes a terminar. Não obstante, Putin era visto por Yeltsin como um «engenheiro do poder», mas um engenheiro que não aspirava alcançar a vértice da pirâmide. Quando o Procurador Geral da República, anunciou que tinha, no seu cofre, uma lista de contas bancárias em nome de altos funcionários do Kremlin, Yeltsin, contrariou a deliberação, por voto, da Duma, ordenando-lhe que parasse com as investigações. Uma das personagens principais desse drama foi Berezovski, que sem dúvida, teria sido preso se não fosse a proteção proporcionada pelo FSB, mais concretamente pelo seu diretor. Berezovski era uma pessoa próxima de Yeltsin, se tombasse, Yeltsin sairia no mínimo, gravemente prejudicado. Mas Putin permaneceu ao lado do oligarca e da «família», o que lhe valeu mais uma promoção, pois, em Março de 1999, Putin fora nomeado Presidente do Conselho de Segurança Nacional, cargo que acumulou com o de diretor do FSB (Stuermer, 2009: 49-57).

“Neste comenos, o ataque dos rebeldes chechenos ao Daguestão, iniciou uma nova crise. Tratava-se de uma rebelião aberta contra Moscovo. Rasayev, o líder dos rebeldes prometia um Estado Islâmico e ameaçava separar a Rússia do Mar Cáspio, o que afetaria um dos mais importantes oleodutos russos [...] tropas russas foram enviadas [...] entretanto, estas eram constituídas, na sua maioria, por recrutas inexperientes, [consequentemente], foram rechaçadas de forma humilhante e algumas das suas armas acabaram, inclusivamente, nas mãos dos rebeldes, vendidas ou capturadas” (*ibid*: 61). A Rússia precisava de um líder forte, estes não eram tempos para fracos de ânimo. Perante este quadro de insegurança na jovem Rússia, Lima (2016a: 20), conta que “em 1999, Putin é nomeado por Yeltsin para a chefia do governo e, quando a presidência caiu em desgraça e a saúde do velho Boris definhou, a passagem de testemunho foi feita em regime hermético: Yeltsin abdica na última noite desse ano e Putin é coroado seu sucessor”. Stuermer (2009: 48-49), defende que esta rápida ascensão de Putin, deve-se as suas qualidades pessoais que evidenciava. Era descrevido como “leal e de confiança, nada obcecado pelo poder, mas, simultaneamente, eficiente. Além disso, não fazia parte do cardume de tubarões da capital que se engalfinhavam constantemente por posições de influência e poder no Kremlin, sobretudo aqueles que já se encontravam em posições de poder, como o Presidente da Câmara de Moscovo, Yuri Luzhkov”. Segundo Lima, “esse percurso aproximou-o de uma certa ideia de «novo russo», alguém que não possuía linhagem na *nomenclatura* de Estado mas que sabia movimentar-se com discrição na difícil hierarquia russa em ressaca pós-imperial [...]”

Putin foi sempre mais um *self-made man* dentro das potencialidades do aparelho de Estado do que propriamente um protegido russo em quem o Ocidente mais acreditou [...] portanto, Putin só precisava de transformar essa discricção apoteótica em carisma nacional, e para tal apoiou-se na insegurança interna como ameaça da unidade territorial (terrorismo checheno) e na exaltação do fantasma externo, encarnado no avanço das instituições ocidentais pelo Pacto de Varsóvia dentro” (2016a: 21).

1.3.1. A Segunda Guerra da Chechénia como instrumento de projeção de Poder

O bombardeio da Sérvia mostrou de forma nítida o quanto a estratégia de cerco organizada pelos Estados Unidos e seus aliados, mediante o avanço programado da NATO e da UE nas zonas antigamente controladas pela URSS, podia representar um perigo para a soberania da Rússia. Assim, nas eleições legislativas de Dezembro de 1999, a questão da segurança do país tornou-se um dos principais temas de campanha. O partido de Putin venceu estas eleições prometendo mudança radical na inserção geopolítica da Rússia, que devia manter sua integridade territorial - ameaçada diretamente pelo terrorismo e pelo conflito na Chechênia -, recuperar a soberania nacional e voltar a ser uma potência respeitada em âmbito internacional, capaz de proteger seus interesses e de garantir certo controle sobre a antiga área soviética (Mazat e Serrano, 2012: 22).

Assim, diante da insegurança interna, “Putin não perdeu tempo e começou a enviar cada vez mais tropas para a frente de combate” (Stuermer, 2009: 62). “Os bandidos eram encontrados e destruídos onde quer que estivessem escondidos” (Yeltsin, 2000: 392). Putin “pretendia dar uma resposta militar definitiva a um desafio político” (Stuermer, 2009: 62). Segundo Yeltsin, numa questão de poucas semanas, Putin tinha transformado a situação dentro dos ministérios russos. Todos os dias reunia os dirigentes de cada ministério ou agência no seu gabinete. Forçava-os a reunirem todos os seus recursos num punho unido. Yeltsin, esclarece que foi neste contexto que ele começou deliberadamente e resolutamente a habituar o público com à ideia de que Putin seria o novo presidente. Durante este período os comentadores dos jornais estavam confusos e alarmados; Yeltsin confiava a Putin tarefas que nunca dera a nenhuma outra pessoa. Todos os sábados, Putin realizava reuniões adicionais com os ministros acerca da situação da Chechénia (2000: 391). A Rússia tinha então o dirigente que durante muito tempo procurara, o homem que acabou com o medo. E esse homem era Vladimir Putin.

De um dia para o outro, a guerra transformou Putin num herói nacional, no salvador da nação russa. Enquanto a guerra se desenrolava na Chechénia, surgia um novo partido político, o Unidade (*Edinstvo*), que tinha como símbolo um urso (*medved*) (Stuermer, 2009: 63). Para Yeltsin “a razão da popularidade de Putin residia no espaço dele instilar a esperança, a fé e um sentido da proteção e calma. As suas conversas não eram emproadas mas reagia às situações da forma que os dez milhões de russos reagiam a elas, com honestidade e resistência. Putin deu às pessoas uma garantia de segurança pessoal apoiada pelo Estado. As pessoas acreditavam que, pessoalmente, ele poderia protegê-las. É isso que explica a sua popularidade. O país, hipnotizado pelas crises do Governo, há muito tempo que não ouvia uma ideologia tão positiva. Putin livrou a Rússia do medo. E a Rússia retribuiu-lhe com uma profunda gratidão” (2000: 392-393).

Entretanto, o preço do petróleo continuava a subir, o orçamento de estado, a recuperar e, após a catástrofe económica dos anos anteriores, a economia parecia sofrer uma ligeira melhoria. O palco estava, portanto, preparado para o «não tão secreto» sucessor de Yeltsin se assumir como o novo «czar». Perante este quadro favorável, “aos 26 de Março de 2000, com 52,6% do total dos votos, Putin torna-se presidente da Rússia” (Stuermer, 2009: 63-64). Segundo Tsygankov (2010: 130), se analisarmos a popularidade de Putin, constatamos que inicialmente esta estava nos 2%, em dois meses saltou para 26%, e à medida que a guerra na Chechénia progredia, a sua popularidade ia aumentando, até que em Janeiro de 2000 atingiu a marca sem precedentes dos 58%.

Em suma, nesta sessão, pode-se perceber que a trajetória política de Putin pode ser resumida em três momentos. Num primeiro momento temos o “KGB”, onde Putin faz maior parte da sua carreira política nos serviços secretos da União Soviética em Dresden. Num segundo momento temos “São Petersburgo”, onde Putin aprofunda os seus conhecimentos políticos, financeiros e administrativos. Num terceiro e decisivo momento temos “os bastidores Kremlin” (leia-se a sua trajetória política deste a sua nomeação como subdiretor da administração presidencial e chefe do departamento de auditoria financeira até a sua nomeação em Agosto de 1999 como primeiro ministro). Para que esta ascensão meteórica de Putin fosse possível, valeram-lhe as suas qualidades pessoais, desde a sua discrição em matérias de poder, experiência adquirida ao longo do seu trajeto - destaque para São Petersburgo -, e a sua postura do novo homem russo. Entretanto, para que Putin fosse eleito presidente, este teve que apostar numa manobra ousada, intensificou os combates na Chechénia, enquanto internamente,

em Moscovo, os russos eram chacinados pelos terroristas chechenos. Como resultado desta política pragmática, a medida que o tempo passava e o terrorismo na Chechénia era combatido, a popularidade de Putin ia aumentando, o que culminou com a sua eleição a presidente da Federação da Rússia em Março de 2000.

Em tom de conclusão do capítulo, os últimos anos da URSS e os primeiros da Rússia foram maioritariamente marcados por sucessivas vitórias do Ocidente, e sistemáticas derrotas para a URSS e em seguida para a Rússia. Esse conjunto de derrotas, só foi possível graças as políticas internas e externas adoptadas pelas lideranças da URSS e da Rússia, Gorbachev e Yeltsin, respetivamente. Gorbachev e Yeltsin implementaram reformas que não refletiam aquelas que eram as necessidades da URSS e da Rússia. Gorbachev enquanto implementava as suas reformas pensava que estava a fazer o certo para a União Soviética porque o Ocidente aplaudia, mas, na verdade, anos mais tarde o que veio a ser comprovado é que o Ocidente aplaudia porque Gorbachev e em seguida Yeltsin estavam a destruir a União Soviética. Numa sociedade comunista é absolutamente sem sentido e sem futuro ter-se múltiplos partidos políticos, parlamento, entre outras. Essas são características de regimes liberais, esses pressupostos liberais eram incompatíveis com os comunistas. Gorbachev estava a destruir a União Soviética e a conduzir o império para uma crise mais profunda do que a que enfrentava o que culminou com a desintegração do Bloco Comunista. Os aplausos do Ocidente, a Gorbachev tiveram um efeito mais eficaz e económico na destruição da União Soviética que os meios convencionais (leia-se guerras). Entretanto, a uma conclusão se chega sobre a política externa de Gorbachev, esta inspirava-se no interesse nacional de criar uma maior aproximação da União Soviética aos atores ocidentais, principalmente aos Estados Unidos. Contudo, esse objetivo nunca foi materializado, a União Soviética nunca se aproximou do Ocidente, Gorbachev sim. Não sendo capitalista, Gorbachev foi muito conivente com Ocidente na destruição da União Soviética, pois contribuiu para a estagnação económica e desagregação da mesma.

Quanto a Yeltsin, não há muito a ser dito, se Gorbachev foi o principal arquiteto das reformas, Yeltsin foi o herdeiro das suas reformas. Diante de uma União Soviética fragmentada e desgastada, Yeltsin, sendo um ocidentalista ou liberal, acelera as reformas ocidentais do seu antecessor. Na sua política externa, Yeltsin tinha como interesse nacional o reconhecimento ocidental e isso se traduzia numa parceria

estratégica com os Estados Unidos. E esse interesse se refletiu em quase uma década de decadência e submissão da Rússia perante o Ocidente. Entretanto, Yeltsin teve dois ministros dos negócios estrangeiros, Kozyrev e Primakov.

Kozyrev tal como Yeltsin entendia que o interesse nacional russo resumia-se no reconhecimento ocidental e na integração com as instituições ocidentais. Todavia, este objetivo nunca foi concretizado, pois os ocidentais apenas estavam interessados em impedir o ressurgimento da Rússia. Em contraste, Primakov procura equilibrar o poder entre os Estados Unidos e a Rússia e recuperar o estatuto da Rússia de grande potência. Para que este objetivo fosse materializado, Primakov apoiou-se numa formula multivetorial e equilibrada, onde o Oriente - em especial o estrangeiro próximo - e o Médio Oriente tornam-se prioridades da política externa russa. Com esta roptura, Primakov conseguiu reduzir as tendências imperialistas dos Estados Unidos. Entretanto, este fracassa na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos russos. Cenário este que veio a ser revertido com a chegada de Vladimir Putin ao poder. No entanto, importa clarificar que, primeiro Primakov teve pouco tempo no poder, dois anos como ministro dos negócios estrangeiros, daí a razão de pouco ter feito para melhorar o padrão de vida das pessoas. Segundo, Primakov esteve como ministro dos negócios estrangeiros e não como ministro das finanças ou da economia da Rússia, daí que, muito pouco ele poderia fazer para reverter tal cenário sem o apoio destas instituições. Terceiro, como primeiro ministro, Primakov teve menos de um ano no poder, quando este declara a moratória da dívida externa russa e a abrupta desvalorização da moeda nacional face ao dólar este foi afastado do governo, entretanto, os setores económicos e alguns industriais recuperaram a sua competitividade por meio do preço, o que serve de explicação para o rápido crescimento económico registado na década seguinte, com exceção ao período que compreende finais de 2008 e início de 2009.

Como será discutido nos próximos capítulos do trabalho, a chegada de Putin ao poder simbolizou a recuperação do país, tanto no âmbito interno quanto no externo. Entretanto, antes de ser eleito, Putin foi confrontado pelo terrorismo na Chechénia e na capital do país, Moscovo, o que jogou ao seu favor. Putin altera o seu foco para as questões domésticas, procede uma campanha contra o terrorismo na Chechénia, o que elevou a sua popularidade e teve como fim a sua eleição como presidente da Rússia em Março de 2000.

CAPÍTULO 2. O APARELHO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA E A TOMADA DE DECISÕES

O presente capítulo representa uma tentativa de síntese de como funciona o aparelho da política externa da Federação da Rússia. Após a queda da URSS, a 31 de Dezembro de 1991, sob a liderança de Boris Yeltsin, a Rússia se assume como sendo a legítima herdeira do império soviético. Não obstante, a herança do estatuto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas teve as suas implicações, isto é, teve aspetos positivos e negativos que influenciaram e continuam a influenciar a condução da política externa do novo estado contemporâneo, a Federação da Rússia.

Segundo Wache (2014: 121), com a queda da URSS, entre os fatores positivos para a Rússia, destaca-se o facto de a Rússia ter substituído a URSS no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o facto de ter-se tornado a guardiã do espólio nuclear soviético e de ter conseguido criar um cinturão geoestratégico ao agrupar os estados vizinhos sob a denominação Comunidade de Estados Independentes. Estes fatores conferiram à Rússia um estatuto de potência global e de hegemonia regional.

“Do lado negativo, a Rússia herdou a dívida da URSS avaliada em cerca de 74 mil milhões de dólares, o que debilitou a economia russa durante a década de 1990. O outro fator está ligado à ocidentalização da Europa Central e do Leste, aderindo à União Europeia (figura 3) e a NATO (figura 2), o que obrigou a Rússia a fazer um investimento militar e nuclear para manter a capacidade dissuasiva, e como consequência a sua economia fragilizou-se. A Rússia herdou também da URSS, os conflitos latentes, que durante meio século foram abafados pelo império soviético, o movimento separatista checheno é a mais expressiva manifestação desses conflitos” (*ibid*).

Figura 3. O Alargamento da União Europeia para a Europa Central e do Leste



Fonte: Encyclopaedia Britannica (2016).

Deste modo, tendo em conta os fatores positivos como os negativos que acima foram expostos, neste capítulo, criticamente procurar-se-á perceber de que forma estes tem influenciado o processo de condução da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev. No capítulo, também analisar-se-á a importância dos espaços geopolíticos para a política externa russa - trata-se da Comunidade dos Estados Independentes, Estados Unidos, União Europeia e a Ásia. Isto é, com base em uma análise geopolítica crítica, onde se sugere que o território, o espaço e as geografias estão a ser ativamente (re)formuladas pelos detentores de poder, no capítulo analisar-se-á a forma como os decisores políticos russos definem e articulam a importância de uma região geográfica específica para a sua política externa. Para que tal exercício seja possível, apresentar-se-á os principais objetivos, princípios, interesses, atores e determinantes da política externa russa desde a eleição de Putin em 2000 até Julho de 2017. Desde já, torna-se pertinente clarificar que, neste período a política externa da Rússia sob a liderança de Putin foi reestruturada, adquirindo assim características mais abrangentes. A nova liderança russa passou a reclamar o estatuto de grande potência através do combate a unipolaridade pré-estabelecida pelos Estados Unidos, reunindo esforços para a criação de um sistema internacional multipolar. Segundo Lima, “não era só uma certa história que parecia chegar ao fim, era outra que começava a ser escrita por um só autor: Washington. Vladimir Putin não queria ser o depositário dessa humilhação nacional” (2016a: 22).

Entretanto, antes de se avançar para a análise geopolítica crítica dos principais objetivos, princípios, interesses, atores e determinantes da política externa russa desde a

chegada de Putin ao acento presidencial, defende-se que para uma melhor compreensão do funcionamento do aparelho da política externa russa é importante que se perceba o papel do presidente russo na definição e condução da mesma. De acordo com o Artigo 80º da Constituição da Federação da Rússia, compete ao presidente da Federação da Rússia definir as principais diretrizes da política interna e externa do estado e, além disso, representar a Federação no interior do país e nas relações internacionais (The Constitution Of the Russian Federation, 1993). De acordo com o Artigo 86º e as suas alíneas, na política externa, o presidente negocia e assina tratados internacionais em nome da Federação, assina os documentos de ratificação e aceita as credenciais e cartas de convocação de volta dos representantes diplomáticos (*ibid*). Em outras palavras, a política externa da Federação russa centra-se nas mãos do presidente russo, sendo o atual Vladimir Putin.

Segundo Jubran, o presidente russo controla diretamente agências “mais tradicionais” do Estado, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Civil, do Interior, além das Forças Armadas e do serviço de inteligência (conhecidas na Rússia como Serviço de Segurança Federal, ou FSB), e do Serviço de Espionagem Externa (SVR) (2015: 86).

2.1. Objetivos, Princípios e Interesses da Rússia durante a era Vladimir Putin

O estudo dos objetivos, princípios e interesses da Rússia que se propõe realizar, compreende o período que tem como ponto de partida o ano de 2000 e como fim, Julho de 2017. Segundo Oldberg, “depois de Vladimir Putin se tornar presidente da Rússia em 2000, a política externa da Federação tornou-se mais ambiciosa e assertiva graças ao seu crescente poder econômico e a concentração do poder político, ao mesmo tempo, as mudanças no mundo ofereciam oportunidades que a Rússia poderia explorar. Em relação a presidência de Dmitry Medvedev em 2008, esta, não significou nada mais nada menos do que a continuidade desta política em estreita cooperação com Putin, que durante este período exerceu as funções de primeiro ministro” (2010: 2).

“Desde a sua chegada à presidência, em 2000, Vladimir Putin definiu a sua política externa como sendo ‘equilibrada’, resultando numa fórmula multivetorial inclusiva; ‘responsável’, dado a Rússia se ter assumido como ator fundamental na promoção de segurança e estabilidade no sistema internacional; e orientada para o

desenvolvimento de uma ordem multipolar, onde o reconhecimento do seu estatuto internacional se torna crítico (nas palavras do Conceito de Segurança Nacional de 2000, ‘fortalecer a nossa posição como grande potência e como um dos centros influentes num mundo multipolar’)” (Freire, 2013: 111-112). Não obstante, Oldberg expõe que “desde os tempos soviéticos que os líderes russos têm esboçado planos e doutrinas de longo prazo nos quais os objetivos e os meios da sua política são explicados às pessoas e ao mundo circundante. Tal como Putin em 2000, o Presidente Medvedev, após a sua ascensão ao poder, lançou um novo Conceito de Política Externa em 2008, uma nova Estratégia de Segurança Nacional em 2009, e uma nova Doutrina da Defesa em 2010. O primeiro conceito, é o mais relevante para a política externa e apresenta prioridades em termos de objetivos e meios” (2010: 2). Aos documentos acima expostos, acrescentam-se os conceitos de Política externa de 2013 e o mais recente aprovado por Vladimir Putin, aos 30 de Novembro de 2016.

Para Wache, em termos dos objetivos de política externa russa, apesar de haver algumas diferenças entre o *Foreign Policy Concept* de 2000, o *Foreign Policy Concept* de 2008 e o *Foreign Policy Concept* de 2013 (vide na tabela 1²⁰, em anexo), podem-se sintetizar os seguintes: (i) garantir a segurança fiável do País, para preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial, (ii) influenciar os processos gerais do mundo com o objetivo de formar uma estável, justa ordem mundial, (iii) criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, (iv) formar um cinturão de boa vizinhança, ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia, (v) buscar a concórdia e interesses coincidentes com os Países estrangeiros e associações intraestatais no processo de resolução das tarefas que são determinadas pelas prioridades nacionais da Rússia, (vi) defender de todas as formas possíveis os direitos e interesses dos cidadãos russos e compatriotas no exterior, e (vii) promover uma percepção positiva da Federação Russa no mundo, para popularizar a língua russa e a cultura dos povos da Rússia em Países estrangeiros (2014: 125). Entretanto, quando se analisa o Conceito de Política Externa de 2016, apercebe-se que este apenas é o seguimento dos anteriores conceitos que vinham sendo implementados. O novo Conceito aprovado pelo Presidente da Rússia, incorpora dois novos itens que os três anteriores conceitos de política externa (2000, 2008, e 2013), não apresentavam, sendo eles: (i) consolidar a posição da Federação Russa como o centro de influência no mundo

²⁰ Na ilustração da evolução dos objetivos de Política Externa da Federação Russa, serão acrescentadas as diferenças do último Conceito de Política Externa da Federação da Rússia, o de 2016.

de hoje, e (ii) reforçar a posição dos meios de comunicação russos e as ferramentas da comunicação no espaço da informação global e transmitir a perspectiva da Rússia sobre o processo internacional para uma comunidade internacional mais ampla (Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation, 2016).

O Conceito de Política externa de 2016, não é nada mais do que uma revisão do Conceito de 2013, “reflete o que o Governo russo gostaria de fazer, mas que não necessariamente será capaz de realizar. Tem também como finalidade política (tanto interna como externa) mostrar como o Governo observa o mundo na contemporaneidade. O Documento de 2013 está em concordância com os pontos realçados pelo Governo russo naquele ano, entretanto, a Rússia não estava envolvida nos mesmos cenários globais que se encontra hoje - 3 anos depois - sendo necessário para muitos analistas reforçar seus compromissos e expor quais suas intenções no mundo” (Sampaio, 2016).

Conforme o Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation (2016), esta mudança repentina do Conceito de Política Externa, surge do reconhecimento de que o mundo está a passar por mudanças fundamentais relacionadas ao surgimento de um sistema internacional multipolar. A estrutura das relações internacionais está a tornar-se cada vez mais complexa. A globalização levou à formação de novos centros de poder econômico e político. O poder mundial e o potencial desenvolvimento estão a tornar-se descentralizados e estão a deslocar-se para a região Ásia-Pacífico, corroendo o domínio econômico e político global das tradicionais potências ocidentais. A diversidade cultural e civilizacional do mundo e a existência de múltiplos modelos de desenvolvimento têm se tornado mais clara do que nunca.

Para Sampaio (2016), o novo Conceito “descaracteriza uma possível análise de que a Rússia busca confronto com os Estados Unidos e o “Ocidente” a nível internacional, ao contrário, demonstra mais de uma vez no texto o desejo de boas relações com todos os “parceiros” da Rússia e a necessidade de promover organizações multilaterais e o comércio internacional. Além disso, fala-se a respeito dos “valores democráticos universais”, da promoção da ideia de “integração regional baseada nas normas e regras da Organização Mundial do Comércio” e diz que a Federação Russa “pretende apoiar ativamente a formação de um sistema econômico e financeiro justo e democrático no mundo”. Entretanto, não deixa passar por completo as tradicionais críticas, pois “o mundo contemporâneo está passando por um período de mudanças

profundas, cuja essência é a formação de um sistema internacional policêntrico. Os esforços do Ocidente para impedir isso estão a aumentar a instabilidade nas relações internacionais”. E acrescenta: “a Rússia deve resistir às tentativas de Estados ou grupos de Estados de reverem os princípios amplamente conhecidos da ordem internacional, por exemplo, usando a desculpa da ‘Responsabilidade de Proteger’ para intervir nos assuntos internos de outros estados”.

Tirando os aspetos acima apresentados, no documento, também pode-se perceber que, a Rússia está pronta para a redução gradual do potencial nuclear e tem por objetivo fortalecer o regime de não proliferação de armas nucleares. Além disso, Moscovo defende o Acordo de Prevenção da Corrida Armamentista no Espaço. De acordo com o conceito, o perigo de início de guerra, inclusive nuclear, entre as maiores potências mundiais, não é grande, mas aumentam riscos do envolvimento delas em conflitos regionais. No novo conceito, também é dado um destaque especial às relações com a NATO e com os EUA. A Rússia adota uma posição negativa quanto à expansão da NATO, à aproximação da infraestrutura da Aliança às fronteiras russas e ao reforço da sua atividade militar. O documento também destaca que a Rússia considera a criação do sistema global de defesa antimíssil como uma ameaça, assumindo o compromisso de tomar medidas adequadas. Ainda no documento, a Rússia manifesta o interesse em construir relações mutuamente vantajosas com os EUA, levando em consideração a responsabilidade dos dois países em termos de segurança internacional (conforme Sampaio referiu). É neste contexto que se insere a guerra da Síria, Moscovo defende a resolução do conflito: unidade, independência e integridade territorial do país. No que diz respeito à luta contra o terrorismo, a criação de uma ampla coligação internacional deve ser encarada como prioridade, determina o documento (Sputnik Brasil, 2016; Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation, 2016).

Segundo Sampaio (2016), “é perceptível nesse documento que o Governo russo está mais preocupado em demonstrar um posicionamento para a sua política interna do que externa, uma vez que os grupos nacionalistas têm se reforçado e vem ganhando a retórica diante das sanções internacionais e defendido a tese de que a Rússia se vendeu demais às multinacionais e, hoje, não possui pátio industrial para suprir suas próprias necessidades. Com esse discurso em ascensão, o Governo Putin precisou demonstrar o posicionamento de que o caminho optado é o de uma agenda de relações com parceiros internacionais e não de isolacionismo, como tem buscado a agenda ‘nacionalista russa’,

caminhando no cenário contrário ao dos nacionalistas, bem como ao de uma América (EUA) voltada ao protecionismo (de acordo com a possível agenda do presidente eleito Donald Trump), já que um mundo policêntrico tem grandes probabilidades de entregar uma grande vantagem comparativa de mercado para a Rússia”.

Para uma melhor percepção do aparelho da política externa russa sob a liderança de Vladimir Putin, é não só necessário como imprescindível a compreensão dos vários conceitos de política externa já implementados. No entanto, para Piontkovsky (2006: 5), “a política externa de Putin resume-se num anti-americanismo. O principal objetivo de Putin é o de combater os Estados Unidos em todas as frentes. Alguns exemplos incluem a decisão de Putin de revogar o acordo de Gore-Chernomyrdin sobre o fim das vendas militares russas ao Irão, a sua visita demonstrativa a Cuba e os seus esforços para construir uma coligação anti-americana²¹ com a China”. De acordo com Wache, “mais recentemente (2014), temos o problema do separatismo na região leste que levou à adesão da Crimeia à Rússia” (2014: 125). Retomando ao pensamento de Piontkovsky, também pode-se mencionar “o segredo e a falsidade do estilo soviético que cercaram o naufrágio do submarino ‘Kursk’²² em 2000, e até mesmo a sugestão de que ele pode ter colidido com um navio dos EUA em uma missão de vigilância” (2006). Estes exemplos remetem-nos a velha rivalidade existente entre o bloco capitalista e o bloco comunista, a NATO e o Pacto de Varsóvia, os Estados Unidos e a União Soviética. Este antagonismo, pode ser considerado um dos aspetos que marcam a continuidade da política externa da União Soviética na nova Rússia.

“Em termos de princípios da política externa da Federação Russa, foram enunciados a 31 de Agosto de 2008 por Dmitry Medvedev na seguinte ordem: (i) a Rússia defende a superioridade dos princípios básicos do Direito Internacional, (ii) o

²¹ Esta coligação teve a sua expressão mais alta quando Moscovo e Beijing em 2011 estiveram contra e dispostos a vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança que tivesse como objetivo aprovar a intervenção militar na Síria, para remover Assad (Wache, 2014: 125).

²² Foi a 12 de Agosto de 2000. Eram 11h28m quando os sismógrafos das estações de medição ocidentais registaram uma grande explosão no Mar de Barents, junto à costa de Murmansk. Apenas 135 segundos mais tarde, deu-se uma segunda explosão, dez vezes mais forte do que a primeira. A armada russa demorou mais de dois dias a admitir que o Kursk, o seu submarino mais moderno - um submarino da classe Óscar II, segundo os códigos da NATO, que entrara em serviço 1994, estava armado com vinte e dois mísseis de cruzeiro equipados com ogivas nucleares e cujo casco exterior era feito de titânio e se apresentava coberto por uma camada de borracha - se tinha afundado com a sua tripulação de 118 elementos. Os motivos apresentados para a catástrofe do Kursk variaram entre a colisão com uma mina alemã da Segunda Guerra Mundial e o abaloamento de um submarino espião da NATO, transformando o assunto numa questão diplomática e num sério teste à destreza política do presidente (Stuermer, 2009: 127).

Mundo deve ser Multipolar, a unipolaridade é inaceitável e a dominação inadmissível, (iii) a Rússia não quer confrontação com nenhum Estado e não vai isolar-se, (iv) a proteção da vida e da dignidade dos nossos cidadãos onde quer que estejam é prioridade absoluta, (v) a Rússia trabalhará ativamente e desenvolverá relações de amizade com as regiões onde tem interesses privilegiados. A estes princípios, em 2009 o ministério dos negócios estrangeiros acrescentou o melhoramento das relações com o Ocidente. Estes princípios materializam a teoria da multipolaridade inclusiva, ao declarar a inaceitabilidade da unipolaridade” (Wache, 2014: 126). Além da materialização de um mundo multipolar, com os princípios da política externa russa acima expostos, também percebe-se que estes encontram-se em conformidade com os objetivos plasmados nos quatro conceitos de política externa russa, sendo eles o Conceito de 2000, 2008, 2013 e 2016, respetivamente.

Segundo O Globo (2009), as novas regras de Moscovo não fazem parte de um projeto de uma nova Guerra Fria, ou de um conflito econômico e ideológico global. Estes novos princípios de política externa têm muito mais a ver com a defesa de interesses nacionais [russos]. O jornal defende que com estas novas regras de atuação, de alguma forma, estamos a regressar dois séculos atrás, onde tínhamos uma Rússia com características nacionalistas que olhava com atenção para os seus próprios interesses, mas também aberta para a cooperação com o mundo exterior em assuntos em que quer ser mais flexível.

Tendo em conta que os objetivos e princípios da política externa russa complementam-se ou aspiram o mesmo propósito, os interesses russos não poderiam fugir a regra. Entretanto, importa começar por explicar que não é uma atividade fácil identificar claramente quais são os interesses nacionais russos, isso devido às diferentes perspetivas dentro da elite russa do que realmente é o interesse nacional russo. Segundo Stuermer, em 1940, ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, *Sir Winston Churchill* já dizia que a Rússia lhe parecia uma advinha, envolta em mistério e dentro de um enigma, acrescentando, por fim, que a única forma de tentar antever a atitude daquele país naquela conjuntura consistia em perceber quais os interesses nacionais russos (2009: 21). Ainda assim, Lima defende que “a Rússia não é, como eternizou Churchill [...] pelo contrário, trata-se da mais previsível entre as grandes potências contemporâneas, aquela que antes de ser já o era, que põe em prática o que escreve, que não avisa avisando, que revê a história porque dela se apropriou. A Rússia não é mais

do que uma voluptuosa aristocrata com mão de ferro, rodeada por uma imensidão de servos e aduladores” (2016a: 15).

Apesar do raciocínio de Lima ter a sua coerência em si, de acordo com Fânzeres, “atualmente a frase [de Churchill] parece manter toda a validade, com o agravante da complexidade que lhe pode ter sido introduzida em consequência da adição de múltiplas e novas variáveis, quer no plano interno, quer no plano externo. Porém, e como também afirmou Churchill, a chave para tornar minimamente clara a complexidade do sistema de relações de poder do regime russo e eventuais decisões que dele decorram ou possam decorrer, poderá residir no interesse nacional russo, ou melhor dizendo, num sentimento comum das várias elites na defesa dos valores e interesses russos. Estes, independentemente da estrutura, funcionamento, personalidades, agendas, circunstancialismos vários ou juízos de valor que se efetuem sobre a sua razoabilidade e até exequibilidade, mantêm-se como uma força motriz da política interna russa, que naturalmente se projeta na sua ação externa” (2014: 65). Assim sendo, continua a ser de vital importância a compreensão de quais são os interesses nacionais russos que tem influenciado a condução da política externa da herdeira da União Soviética.

Segundo Allison e Blackwill, os principais interesses nacionais da Rússia são: “(i) prevenir o uso de armas nucleares ou outras armas de destruição em massa contra a Rússia e prevenir a proliferação de armas nucleares e sistemas de entrega²³ no espaço pós-soviético, (ii) manter a capacidade de dissuasão nuclear da Rússia como garante da soberania russa e do *status* de grande potência, (iii) prevenir grandes ataques terroristas na Rússia, (iv) manter a influência russa no espaço pós-soviético e evitar que outras potências ou alianças concorrentes obtenham a capacidade de dominar o espaço pós-soviético, (v) assegurar a continuidade dos fluxos das receitas das exportações de energia da Rússia e garantir que outros Estados não sejam capazes de exercer influência sobre as exportações de energia da Rússia, (vi) proteger a segurança e a estabilidade do atual sistema político russo, e (vii) proteger e promover os interesses económicos das grandes alianças político-empresariais dentro da elite russa” (2011: 17).

Para Wache, a análise dos objetivos, princípios e interesses da Rússia na era Putin, revela que a partir do ano de 2000 a Rússia (re) posiciona-se como uma grande potência. As consequências deste (re) posicionamento são a negação de um sistema

²³ Delivery systems.

internacional unipolar e o engajamento na construção da multipolaridade, os BRICS enquadram-se nessa construção de um Sistema Internacional Multipolar. A não-proliferação das armas de destruição em massa, principalmente as nucleares, a manutenção da influência nos territórios da antiga URSS e o relacionamento com o Ocidente são assuntos que gozam de prioridade na política externa (2014: 127).

Em síntese, foi possível perceber que para uma melhor compreensão de como funciona e como são tomadas as decisões no aparelho da política externa russa, é de extrema importância o estudo e a compreensão de quais são os reais objetivos, princípios e interesses russos que têm fortemente influenciado a condução da sua política externa. Uma vez compreendidos quais os objetivos, princípios e interesses que desempenham um papel de grande relevância no xadrez político russo, mais fácil poder-se-á antecipar quais serão as subseqüentes jogadas de Putin no âmbito da política externa russa. Isso porque, segundo Stuermer, “muitos comparam-no a um jogador de xadrez, capaz de prever determinada jogada com grande antecedência e que consideraria imprudente planejar apenas uma estratégia para o movimento que efetuaria dezasseis jogadas mais adiante” (2009: 66). Entretanto, a identificação dos atores da política externa russa na era Putin, é tão importante quanto compreender quais são os objetivos, princípios e interesses que orientam a política externa da Rússia.

2.2. Atores da Política Externa da Rússia (2000-2017)

“Identificar os atores da política externa russa é uma atividade difícil devido à extensão e à multiplicidade de instituições que a Rússia comporta. Apesar desta dificuldade é inegável a importância da identificação dos atores da política externa de um estado para melhor compreender o seu comportamento na arena internacional” (Wache, 2014: 127). No período que compreende 2000 e Novembro de 2016 (2000-2016), a política externa russa é caracterizada como sendo equilibrada, e pragmática, repousando numa fórmula multivetorial e inclusiva, e orientada para o estabelecimento de uma nova ordem mundial multipolar, onde a Rússia é um dos centros de poder dessa multipolaridade. Entretanto, no novo conceito de política externa (2016), o governo de Putin introduz uma inovação com implicações globais, ou seja, clarifica que desde 30 de Novembro de 2016, pretende consolidar a posição da Rússia como o centro de influência da ordem mundial vigente. Isto é, tendo em conta que de acordo com Sousa, numa ordem mundial

multipolar, o Sistema internacional engloba mais do que dois centros de poder identificados como predominantes, podendo estes polos ser Estados, blocos ou coligações. O exemplo clássico de um sistema multipolar é o da balança de poder, que implica a distribuição de poder no sistema internacional evitando uma situação de hegemonia. Em contraste, uma ordem internacional unipolar é um Sistema marcado por um polo dominante. Num sistema unipolar, o ator dominante não precisa de ser um Estado, e de facto, historicamente, onde têm existido sistemas unipolares, estes têm sido dominados por impérios multinacionais. Para que tal sistema ofereça estabilidade, o ator dominante deve ser capaz de definir regras aceitáveis para todo o sistema. Mesmo os sistemas imperiais não podem sobreviver apenas com base na coerção e força, um aspeto analisado pelos teóricos da estabilidade hegemónica. A questão dos Estados Unidos da América emergirem como única superpotência após o final da Guerra Fria tem suscitado especulação, ora em defesa da unipolaridade liderada pelos Estados Unidos da América, ora argumentando o seu declínio e tendência isolacionista. Esta problemática foi totalmente ultrapassada após 11 de Setembro de 2001 (2005: 121-200). Deste modo, sendo que no novo Conceito de Política Externa da Rússia, Putin clarifica que pretende colocar a Federação no centro do poder global, o que implica eliminar a balança de poder, constata-se que Putin tenciona transformar a atual ordem multipolar em unipolar, sendo que nesta ordem unipolar a Rússia deve se posicionar como o hegemónico, ou seja, o *rule maker*. Este objetivo de Putin, reforça a tese de Sampaio, de que este conceito “reflete o que o Governo russo gostaria de fazer, mas que não necessariamente será capaz de realizar” (2016). Todavia, só o tempo dirá se este objetivo da Rússia é bastante ambicioso ou exequível, contudo, com a estratégia menos intervencionista proposta pela nova administração norte americana, Putin tem perante si, um maior espaço de manobra para materializar o seu objetivo.

Como principais atores neste período (2000 a Julho de 2017), pode-se destacar o presidente da Rússia e a sua administração. Segundo Fânzeres (2014: 64), a razão deste número limitado de atores deve-se a grande linha de ação estratégica seguida, claramente visível a partir de 2000 com a assunção presidencial de Putin e respetiva equipa governativa. Putin focalizou-se assim significativamente na recuperação do poder institucional e da autoridade do Estado, objetivo que passava, entre outros, no

plano político, pela recentralização das estruturas de poder²⁴, e no plano económico pela recuperação dos ativos considerados vitais para a economia nacional. Estes últimos, objeto de um programa de privatizações²⁵ claramente ruinoso para o Estado executado na era Yeltsin²⁶ e geradores da oligarquia²⁷ russa, representando para a Federação o mais importante, e porventura único, mecanismo de recuperação económica e geopolítica imediatamente disponível, constituíram prioridade máxima durante a primeira presidência de Putin, mantendo-se ainda atualmente o propósito de o Estado garantir o seu efetivo controlo.

Sendo a Rússia um país distinto, com uma tradição política e cultural própria, um modelo político interno que contestasse o universalismo implícito no modelo

²⁴ No fundo trata-se da operacionalização da chamada “vertical de poder” ou “vertikal vlasti”. Segundo Adam (2011: 46), o sistema de verticalização do poder, recorrente na história do país desde o tempo dos czares, tradicionalmente ressurgiu após períodos de crise interna, como os de 1917 e 1991. Como seu nome indica, o conceito pressupõe uma cadeia hierárquica de poder cuja liderança é ocupada por um mandatário de forte presença institucional e pessoal. Na Rússia atual, o posto seria ocupado pelo presidente, de acordo com a Constituição Federal de 1993.

²⁵ Como exemplos destacam-se, Mikhail Khodorkovsky, por intermédio do seu Banco Menatep, comprou a Yukos, que foi retirada da Rosneft, por apenas US\$ 309 milhões, que logo de seguida obteve o valor de mercado estimado em US\$ 15 bilhões (GOLDMAN, 2008, 64). Em 1996, foi a vez de Boris Berezovsky. O primeiro passo era articular a separação da Sibneft da estatal Rosneft (Agosto de 1995). Em seguida, em mais um leilão fraudado, por meio da empresa laranja FNK, adquiriu 51% das ações da Sibneft por US\$ 100 milhões (Schutte, 2011: 92-93). Em um padrão um tanto semelhante, em Julho de 1997, Mikhail Fridman usou o seu Banco Alfa e a Renova, uma holding, para ganhar o controle da Tyumen Oil (TNK). Posteriormente, após uma batalha muito contenciosa em matéria de relações jurídicas e públicas, a TNK uniu-se ao seu único rival, a BP, para formar a *joint venture* TNK-BP 50%-50%. Uma vez que a ideia era de Potanin, seria injusto se ele não tivesse se beneficiado do seu próprio programa. Além dos modestos \$ 170 milhões que ele pagou para adquirir a Norilsk Nickel, que uma vez privatizada se tornou num dos maiores conglomerados de metais não-ferrosos do mundo (seus lucros em 2000 foram relatados como US \$ 1,5 bilhões), Potanin e o seu OneksimBank também ganharam o controle da empresa de petróleo, Sidanko, por US \$ 130 milhões. Esta tinha sido uma das unidades operacionais do ministério da indústria do petróleo, localizada na Sibéria Ocidental, e ela, tal como as outras companhias petrolíferas privatizadas, foi retirada da estatal Rosneft (Goldman, 2008, 64-65).

²⁶ E apoiado tácita e/ou explicitamente também por interesses ocidentais, representados entre outros por um número significativo de economistas, apelidados de “Chicago Boys” dada a sua origem na escola económica de Chicago (Fânzeres, 2014: 64).

²⁷ Um grupo de cerca de uma dezena destes (por exemplo, Boris Berezovsky, Mikhail Khodorkovsky, Vladimir Potanin, Petr Aven, Vladimir Gusinsky, Vladimir Vinogradov e Aleksandr Smolensky) dominava grande parte da economia ao controlarem empresas-chave e as indústrias em torno delas. Yeltsin tinha uma relação muito próxima aos oligarcas, numa espécie de troca de favores: aquele propiciava um ambiente favorável a estes nas privatizações, e estes, em contrapartida, apoiavam Yeltsin no campo político em sua batalha contra a oposição comunista. A maioria dos oligarcas exercia sua influência de maneira indireta, sem saírem de sua esfera econômica, mas alguns chegaram a atuar diretamente na política, ao exercerem cargos na gestão de Yeltsin, como foi o caso de Boris Berezovsky (vice-secretário do Conselho de Segurança), Vladimir Potanin (vice-primeiro ministro) e Mikhail Khodorkovsky (vice-ministro das minas e energia) (Segrillo, 2012: 114). Schutte (2011: 94), conta que a influencia política dos oligarcas não parava por aí, Khodorkovsky, por exemplo, chegou a colocar um de seus aliados, o ex-dirigente da Yukos, Sergei Generalov, como ministro do Petróleo e Energia. O poder político da nova oligarquia baseado em seu poder econômico, conseguia controlar até a mídia e, mais diretamente, os parlamentares e integrantes do governo.

democrático e do Estado de direito ocidentais era tacitamente legítimo. Essa abordagem foi formalizada no conceito de “democracia soberana”, conceção que legitima mas transcende o contexto doméstico. Apresentado em 2006 por Vladislav Rukov, o termo “democracia soberana” tem também implicações diretas nas interações da Rússia com o exterior. Esse conceito reafirma um paradigma civilizacional à luz do qual o Kremlin assume a cena internacional como campo de confronto entre modelos de desenvolvimento político e económico distintos e no qual a Rússia contesta o imperialismo axiológico ocidental (Ferreira e Terrenas, 2016: 62).

“Para asseverar a exequibilidade desta linha de ação [entenda-se um poder vertical que repousa numa democracia soberana], Putin, por um lado, afastou a quase totalidade dos elementos integrantes da equipa de Yeltsin²⁸, não sem antes garantir ao antigo líder, família e colaboradores mais próximos a isenção pública de qualquer responsabilidade a apurar durante o respetivo período governativo, e por outro, fez-se rodear de um conjunto de elementos que genericamente partilhavam ou reuniam quatro características básicas - lealdade ao novo líder, um ideal nacionalista promotor da recuperação interna e externa da Rússia, autoridade e competência funcional. Surge assim durante a primeira presidência de Putin um grupo de dirigentes normalmente apelidado de *Siloviki*²⁹, na sua generalidade recrutados nas estruturas securitárias e grande parte deles com origem nos Serviços de Informações, com a responsabilidade de operacionalizar os objetivos presidenciais³⁰. Existe a percepção de que Vladimir Putin, ele próprio um antigo elemento da KGB, transformou o aparelho de Estado numa imensa rede de elementos oriundos dos Serviços de Informações³¹, com o propósito

²⁸ A situação dos oligarcas no campo político sofreu grande mudança na era Putin. Um acordo tácito entre Putin e os oligarcas formulou as novas regras da seguinte maneira. Os oligarcas poderiam continuar com as suas atividades no campo económico restringindo-se a ele de forma produtiva (isto é, evitando jogos financeiros especulativos) e, principalmente, não interferindo no campo da política com o projeto de Putin para o país (Segrillo, 2012: 114). Em uma das suas reuniões privadas com os empresários, Putin resumiu a sua filosofia dizendo aos empresários que “eles poderiam manter o que já haviam roubado, mas, a partir daquele momento, eles teriam que jogar limpo, pagar os impostos, fazer investimentos e ficar fora da política” (Tsygankov, 2010: 133). Os oligarcas que, confiantes em sua influência política anterior, ousaram financiar ou participar de atividades oposicionistas foram desapeados de seu capital económico. Os maiores exemplos foram Boris Berezovsky, Vladimir Gusinski e Mikhail Khodorkovsky, que financiaram grupos oposicionistas e acabaram autoexilados (os dois primeiros) ou presos (o último) sob acusações de evasão fiscal (Segrillo, 2012: 114).

²⁹ Ou chekists (do russo Cheka, o nome original do Serviço de Segurança Bolchevique) (Tsygankov, 2010: 132).

³⁰ Que na realidade já haviam começado a penetrar novamente nas estruturas de poder durante a era Yeltsin.

³¹ Três em cada quatro funcionários da administração russa actual fizeram parte do KGB ou de organizações relacionadas com este organismo (Stuermer, 2009: 103).

implícito de apoiar o regresso da Rússia a um Estado policial ou policiado de génese idêntica à da antiga União Soviética. Julga-se enformar de significativa incorreção esta concepção, especialmente pelo facto de, na época, aqueles Serviços constituírem, de facto, a elite intelectual russa, dada a extrema exigência que colocavam no recrutamento dos seus elementos, os quais, recorde-se, eram na sua grande maioria os melhores oriundos das mais reputadas Universidades do país, a sua formação abrangia a quase totalidade das áreas do conhecimento e serem profundos conhecedores da realidade do país. Deste modo julga-se que aquela opção de Putin e do seu *inner circle*, para além de garantir a sua sobrevivência política, consistiu na escolha de elementos que desejavelmente possuíssem em simultâneo as quatro características anteriormente referidas, constituindo naturalmente o fator lealdade uma condição preferencial” (Fânzeres, 2014: 64).

Portanto, desde então Putin tem promulgado uma série de medidas para reestruturar os governos federal e regional. Putin tem pautado por nomeações, ao invés das eleições. As nomeações tornaram-se no método preferido por Putin para trazer indivíduos para os cargos políticos - desde os governadores regionais, passando pelos deputados da câmara alta do Parlamento (conhecido como *Conselho da Federação*), e terminando nos representantes plenipotenciários (*polpreds*) dos sete distritos federais da Rússia. Um número de nomeados por Putin, parecem ter sido escolhidos não tanto com base nas suas qualificações, mas sim devido à sua lealdade a Putin, como foi anteriormente referido. Como exemplos, temos Vladimir Churov, deputado da Duma, sem nenhuma instrução legal, mas foi nomeado presidente do Conselho Eleitoral; Anatoly Serdyukov, um ex-inspetor de impostos, foi nomeado ministro da defesa, ostensivamente para limpar a casa; E por ultimo, temos Viktor Zubkov, o pouco conhecido vice-ministro das finanças que foi nomeado primeiro ministro em Setembro 2007 (e posteriormente abdicou do cargo a favor de Putin). A preferência em nomeações na Rússia se estende até ao topo do governo, uma vez que tanto Yeltsin quanto Putin designaram um sucessor³² como parte do processo de eleição presidencial (Oliker *et al*, 2009: 9-10).

³² Impedido pela lei de concorrer a mais de dois mandatos presidenciais consecutivos, Putin fez seu sucessor, escolhido a dedo, Dmitry Medvedev, na eleição presidencial de 2008. Putin tivera 71,31% dos votos na eleição presidencial de 2004, e Medvedev obteve 70,28% na de 2008 (Segrillo, 2012: 110).

Segundo Wache (2014: 130), “Putin também eliminou o *checks and balances*³³ no sistema político, como forma de centralização. Com esse intuito foram operadas mudanças no parlamento, para esvaziar o poder desta instituição [...] por exemplo, a partir de 2007, na câmara baixa (*DUMA*) do parlamento, Putin eliminou os candidatos independentes, apenas os partidos são elegíveis. Os blocos multipartidários não são permitidos e os deputados que mudam de partido depois das eleições perdem os seus assentos. [...] Estas limitações impedem vozes contrárias ao Presidente e à administração presidencial”.

“Algumas das mudanças que foram feitas ao parlamento russo, judiciário e governos regionais deixaram a tomada de decisões na Rússia mais obscura e menos responsável” (Oliker *et al*, 2009: 10). “A transformação do peso político do Parlamento e a sua aproximação com as estruturas executivas federais alteraram significativamente a sua natureza. Na verdade, o Parlamento perdeu o poder político que se deslocou para as outras instituições, também perdeu o *status* de um dos ramos do poder independente” (Busygina, 2015: 11). Isso porque o leque de vozes representadas no parlamento passou a ser estreito e, em geral, pró-governamental. O Parlamento tornou-se um órgão do carimbo, cuja agenda parece ser fortemente influenciada - se não ditada - pela administração presidencial. A Duma é - e provavelmente continuará a ser - dominada por partidos que estão em grande parte dedicados a apoiar o Kremlin (Oliker *et al*, 2009: 12-13). Deste modo, na era Putin, o parlamento tornou-se num instrumento de manutenção e expansão do poder executivo, renegando assim a sua função autónoma no âmbito da política externa da Rússia contemporânea. Pode-se dizer que na condução da política externa russa, o parlamento tornou-se apenas num órgão representativo, sem poder algum e com um caráter simbólico.

“Em geral, observamos uma diminuição qualitativa do pluralismo interior e da concorrência dentro do sistema político da Rússia. O executivo federal fornece ao Parlamento, aos partidos políticos, as unidades subnacionais, as empresas, e ao público, um único modelo - vertical - de construção de relações com o centro federal” (Busygina, 2015: 11).

³³ Extensão da doutrina de separação de poderes, segundo a qual cada ramo de um governo pode (se necessário) contrariar as ações ou decisões dos outros ramos. Este arranjo assegura a transparência, e impede a dominação do governo por qualquer outro ramo (BusinessDictionary, 2017).

Segundo Busygina, a “Ideologia” da política externa nacional, os seus principais princípios e prioridades passaram a estar concentrados nas mãos do Presidente e da Administração Presidencial. Entretanto, merece uma especial atenção o Conselho de Segurança da Federação da Rússia³⁴, criado em 1992. O Conselho é um instrumento analítico, realiza algumas missões diplomáticas, mas além disso o órgão serve de principal conselho privado do presidente, onde as principais decisões de política externa são discutidas e decididas. Também existem reuniões informais semanais envolvendo o primeiro ministro, o ministro dos negócios estrangeiros, o ministro da defesa, o ministro das finanças, e o chefe da Administração Presidencial³⁵. Ainda assim, o círculo dos co-decisores mais importantes é ainda menor: certamente inclui o ministro da defesa Sergei Ivanov³⁶ e o diretor do Serviço de Segurança Federal³⁷ Nikolai Patrushev (*ibid*).

Adam defende que “o sucesso desta empreitada do governo Vladimir Putin facilitou a condução da política externa almejada, pois esta não foi mais influenciada por diversos grupos com interesses distintos, como ocorria nos anos 1990. Ao longo dos mandatos de Putin - e também no incipiente mandato de Medvedev -, cada vez mais o grupo no governo conseguiu planejar e executar a política externa do país sem precisar atender a interesses das oligarquias formadas durante os anos de governo de Boris Yeltsin. A participação de grupos privados nos assuntos de governo ocorreu quando suas metas coincidiam com as do Kremlin, ou mediante aprovação deste” (2011: 46).

Desde 2000, ano da eleição de Vladimir Putin a Presidente da Federação da Rússia, os actores da Política externa russa podem ser resumidos em dois, o Presidente, e a sua administração presidencial. Contudo, facilmente se percebe que as decisões concentram-se em volta do seu líder, uma vez que, desde a eleição de Putin o poder na Rússia passou a ser centralizado. Dai que, embora existam dois atores no âmbito da política externa russa, Vladimir Putin é a figura central ou principal neste processo. Entretanto, importa clarificar que em encontros formais ou ao mais alto nível, Putin é o principal ator, no entanto, em encontros informais, ou na sua ausência, Vaino assume o lugar de destaque, conduzindo assim a reunião. De igual modo, importa salientar que, desde que a centralização do poder foi implementada na Rússia a política externa da

³⁴ Putin já tinha sido presidente do Conselho de Segurança Nacional em 1999, cargo que acumulou com o de director do FSB (Stuermer, 2009: 57).

³⁵ Anton Vaino é chefe da Administração Presidencial desde 12 de Agosto de 2016 (Sic Notícias, 2016).

³⁶ Actualmente é Sergey Kuzhugetovich Shoygu.

³⁷ Actualmente é Alexander Vasilyevich Bortnikov.

Federação adquiriu características autónomas, isso porque os diversos grupos de interesse que na era Yeltsin influenciavam a tomada de decisão do governo deixaram de existir.

De referir que, segundo Wache (2014: 131), todos os outros atores relevantes da política externa russa estão contemplados nestes dois atores. É através do processo de concentração e controlo do poder, que a política externa da Rússia, há mais de uma década (2000-2017), vem se consolidando e recuperando aliados e espaços perdidos com o colapso da URSS.

2.3. Determinantes da Política Externa de Putin (2000-2017)

Fatores domésticos e externos combinam-se na formulação da política externa, resultando numa equação onde os recursos internos e a vontade política conjugados com ameaças e oportunidades externas conduzem a opções políticas variáveis, sendo o objetivo último a maximização do interesse nacional. Esta relação interno/externo é assimetricamente bidireccional, uma vez que, apesar de estas duas dimensões estarem intrinsecamente ligadas, a relação pressupõe pesos diferenciados. No entanto, e apesar da primazia conferida aos objetivos de Estado, os governantes não estão imunes a dinâmicas diversas a nível doméstico e no plano internacional que limitam ou projetam o prosseguimento destes. «O processo de formulação política é um processo complexo de interação entre vários atores, que de modo diferenciado estão envolvidos em estruturas distintas.» Assim, a adicionar à dicotomia interno/externo no sentido amplo, podemos sublinhar ainda as relações entre o aparelho político detentor das competências de política externa e grupos de pressão e influência, externos ao aparelho, mas com influência sobre o mesmo (Freire, 2009).

“Esta fórmula complexa é assim composta por variáveis distintas a diferentes níveis (externo *versus* interno interagindo nos diferentes níveis de análise), que cruzam uma multiplicidade de sectores (política, segurança, economia), sendo ainda acompanhadas por questões normativas e de percepção, para além das tradicionais considerações de poder” (*ibid*). Neste sentido, os determinantes domésticos da política externa russa são vários, mas no presente trabalho, vamos nos concentrar nos seguintes: a abundância dos recursos energéticos, o separatismo checheno, e as ações dos dirigentes domésticos. Quanto aos determinantes externos, destacam-se os seguintes: a

necessidade russa de controlar a Comunidade dos Estados Independentes, as relações com o Ocidente (leia-se União Europeia e os Estados Unidos) e a Federação da Rússia como membro de organizações internacionais, e *fora* internacionais.

2.3.1. Determinantes Domésticos

Como foi introduzido acima, como determinantes domésticos da política externa de Putin, destacam-se a abundância dos recursos energéticos, este determinante condiciona a política externa russa face aos países e as suas empresas dependentes destes recursos. O separatismo checheno ou na Chechénia, este determinante é importante na medida em que a Rússia não pode legitimar um separatismo que desencadearia o mesmo processo noutras regiões. Por ultimo, temos as ações dos dirigentes domésticos, estes que ainda que no governo de Putin tenham as suas ações limitadas no âmbito da política externa da Rússia, influenciam a condução da mesma. Deste modo, na presente sessão, analisa-se a fundo cada um dos três determinantes domésticos que influenciam a formulação e condução da política externa da Federação de Putin.

2.3.1.1. A Abundancia dos Recursos Energéticos

De acordo com Schutte (2011: 81), “a Rússia é o maior exportador de energia e, em alguns momentos da história, foi o maior produtor de petróleo³⁸. O país detém a maior reserva de gás e a sétima maior de petróleo”. Segundo Stuermer (2009: 20), as reservas de petróleo da Rússia, “ao ritmo de exploração atual, deverão durar por mais de trinta anos e as suas bolsas de gás natural são suficientes para os próximos cento e oitenta anos”.

“O petróleo e o gás são, atualmente, a principal força da Rússia, mas também podem vir a transformar-se na sua fraqueza, e Putin não esquecera que o fim da União Soviética começou justamente com a queda do preço do petróleo, em meados dos anos 80, e que, entre 1998 e 1999, a Rússia esteve à beira do colapso quando o preço do petróleo - e do gás, visto que, normalmente, andam a par - chegou a uns catastróficos 10

³⁸ No período 1898-1901, em 1975 e 2007.

dólares por barril [...] porém, desde a última crise, o preço do petróleo, tem registado uma subida constante” (*ibid*: 73).

“É importante realçar que as indústrias, tanto de gás, como de petróleo, são maioritariamente governamentais e controladas, em última instância, pelo Presidente Putin. A posse destes recursos determina a forma como a Rússia lida com os seus amigos e a forma como lida com os seus inimigos. Os casos de corte de fornecimento de gás à Ucrânia e à União Europeia em 2006 e 2009, e o problema do gás levantado também em 2014, são um exemplo de como o gás determina a política externa da Rússia. Outro exemplo deu-se em relação à Bielorrússia, em 2007, quando a Rússia elevou drasticamente o preço de crude destinado a àquele país” (Wache, 2014: 133).

Na Rússia, as atividades relacionadas com os recursos energéticos estão sobre a alçada da Gazprom³⁹. Segundo Wache, a Gazprom é usada como um instrumento de política externa russa, tanto na relação com os estados da CEI, como na relação com as companhias estrangeiras que operam na exploração do gás natural [na Rússia] (*ibid*). Por exemplo, “o governo russo procurou proteger os seus interesses, forçando a Shell a incluir a Gazprom como parceira no empreendimento de Sakhalin II⁴⁰. Reconhecendo o seu *status* instável, a Shell concordou em ceder as reivindicações da Gazprom e vendeu 50% das suas ações ao preço de \$7,45 bilhões (Goldman, 2008: 129-130). Para Schutte, Putin defendia que a razão desta estratégia residia nos parceiros estrangeiros que operavam nos projetos. “Eles tinham, pelas regras da partilha, o direito de recuperar os custos antes de dividir a produção [...] a Shell e a Exxon aumentaram os seus custos para muito acima das previsões apresentadas no início da exploração [...] no caso da

³⁹ A Gazprom é uma empresa de números superlativos. Além de ser a maior produtora e exportadora de gás natural do mundo, é a maior empresa e a maior pagadora de impostos da Rússia. Em Abril de 2006, ultrapassou a Microsoft e tornou-se a terceira maior empresa do mundo em valor de mercado, encerrando o ano avaliada em US\$ 335 bilhões. No entanto, no auge da crise financeira internacional, seu valor de mercado recuou muito, atingindo US\$ 91,5 bilhões, o que a fez cair para a 36ª colocação no *ranking* das 500 maiores empresas do mundo elaborado pelo *Financial Times* (Alves, 2011: 234).

⁴⁰ Sakhalin é uma grande ilha fora do continente russo no Mar de Okhotsk norte do Japão. Havia evidências já no final do século XIX de que Sakhalin tinha depósitos de petróleo. Mas como o ambiente envolve temperaturas extremas e condições de trabalho offshore, as empresas russas e soviéticas não conseguiram operar os depósitos por conta própria. As condições de trabalho em torno de Sakhalin são algumas das mais desafiadoras do mundo. Neste sentido, as autoridades russas concluíram que não podiam fazer o trabalho propriamente dito e concordaram em assinar os Acordos de Partilha de Produção (Production Sharing Agreement - PSA) com empresas estrangeiras que tinham mais experiência de trabalho num ambiente tão difícil. A Exxon-Mobil, por exemplo, resolveu o problema dos blocos de gelo localizando sua plataforma de perfuração em terra firme e depois, após perfurar na vertical, redirecionou os seus esforços de perfuração horizontalmente sob o mar para os depósitos contendo petróleo. Essa é uma tecnologia que as empresas russas até agora (2008) não foram capazes de dominar (Goldman, 2008: 128-129).

Shell, o valor praticamente dobrou. Isso fez Putin considerar os “PSAs” um mau negócio e a pressionar para que fossem revistos. Juntou-se a isso o fato de que no projeto em que a Shell era operadora, em Sakhalin II, não havia nenhuma empresa russa participando”. Por sua vez, Wache (2014: 133), realça o exemplo da empresa russo-britânica TNK-BP que em Junho de 2000, “foi forçada a vender os seus campos de gás em Kovytka na Sibéria para a Gazprom, porque a Gazprom não aceitou aprovar o itinerário da exportação de gás apresentado pela TNK-BP” (2011: 105).

Após em linhas gerais se traçar a importância da estatal Gazprom para a Rússia, importa clarificar que, no contexto do programa das privatizações de Boris Yeltsin, este autorizou a venda das ações da Gazprom em novembro de 1992. Em 1994, 33% estavam em mãos privadas e 15% com funcionários. A participação estatal foi reduzida a 38% (Schutte, 2011: 94). Entretanto, na presidência Putin, o Estado reforçou a sua participação na Gazprom - ao pagar 7,14 mil milhões de dólares em 2005, o Estado russo elevou a sua participação na empresa de 38,37% para 50% e mais uma ação. De fato, atualmente o balanço de influência entre o Estado e os oligarcas está mudando. Até 1999, estes últimos ocupavam uma posição dominante indubitável no seu relacionamento. Desde então, o equilíbrio de poder tem inclinado gradualmente a favor do Estado (Kalotay, 2007: 77-78).

“A Gazprom pode ser considerada não apenas a maior empresa, mas também provavelmente um dos principais investidores externos. É geralmente relatado que a empresa controla mais de 93% da produção de gás natural da Rússia e cerca de um quarto das reservas de gás do mundo inteiro. Suas operações estão espalhadas globalmente; apenas no continente europeu, tem operações em pelo menos 19 países, envolvendo atividades de distribuição e processamento de gás natural” (*ibid*: 66).

Não obstante a importância da Gazprom, Putin sabe perfeitamente que o êxito da Rússia depende inexoravelmente da estabilidade dos preços, que devem situar-se, de preferência, acima dos 50 dólares por barril. Porém, o preço também não deve ir muito além deste valor, sob pena de os países importadores se verem forçados a considerar a hipótese das energias alternativas, desde a energia nuclear ao etanol, passando pelos painéis solares e pelo milho (Stuermer, 2009 73-74). Em síntese, pode-se constatar que a abundância dos recursos energéticos na Rússia, influencia o processo da condução da política externa de Putin em relação a CEI e aos países dependentes destes recursos, em

especial a Europa, daí a relevância do seu estudo para uma percepção mais abrangente do funcionamento do aparelho da política externa da Rússia.

2.3.1.2. O Separatismo Checheno

“O separatismo checheno é um elemento que sempre se toma em conta na política externa russa. Na verdade, o separatismo checheno tornou-se um assunto de difícil gestão para a Rússia quando em Outubro de 1991, antes da queda da URSS, Djokhar Dudaiev proclamou unilateralmente a independência da Chechénia⁴¹. Apesar de a independência ter sido reconhecida apenas pela Geórgia, o separatismo checheno não vergou e acabou entrando em guerra com a Rússia. A guerra iniciou em 1994, quando Boris Yeltsin enviou 40 mil soldados para evitar a separação da Chechénia. Esta só veio a conhecer uma relativa calma em 1997, quando foi assinado o acordo de paz. Mas em Setembro de 1999 o conflito armado retomou, destacando-se o ataque perpetrado pelos separatistas chechenos a 3 de Setembro de 2004, à escola de Beslan⁴², na Ossétia do Norte” (Wache, 2014: 134).

Pelas razões acima apontadas pode-se concluir que o separatismo checheno determina o comportamento da política externa da Rússia. Este argumento pode ser robustecido com a resposta do presidente Putin no âmbito da Cimeira União Europeia - Rússia em Bruxelas. Questionado por um repórter se os ataques da Rússia contra os terroristas chechenos também incluía eliminar porções da população civil da Chechénia, Putin, em frente aos líderes da União Europeia não mostrou delicadeza na sua resposta:

⁴¹ A Chechénia é uma República e faz parte da Federação Russa apesar do forte movimento separatista.

⁴² Depois de derrubarem dois aviões civis, os terroristas levaram mais de mil reféns em uma escola em Beslan, Ossétia do Norte. O comandante checheno Shamil Basayev assumiu a responsabilidade pelo incidente, exigindo a retirada das tropas russas do território da Chechénia. Em última análise, quando os terroristas estavam em processo de libertação dos reféns, centenas de mulheres e crianças morreram. Na longa lista de ataques terroristas contra civis russos, este foi o pior. Este ataque também veio no meio dos esforços do Kremlin para estabilizar a situação na Chechénia e apresentá-la como um progresso considerável na luta contra o terrorismo. Os ataques pareciam estar a espalhar-se pelo norte do Cáucaso, e as pessoas se sentiam cada vez menos, e não mais, protegidas da ameaça. Essa reação terrorista foi um grande golpe para as promessas de Putin de “erradicar o terrorismo”, que o ajudaram a vencer as eleições presidenciais de Março de 2000 (Tsygankov: 2010: 156). Entretanto, em Dezembro de 2004, foi aprovado pelo parlamento e assinada por Putin a lei que acabava com as eleições diretas para governadores regionais no país. Doravante, os governadores seriam nomeados pelo presidente, com o nome indicado tendo que ser aprovado pela assembleia legislativa local. Estas mudanças foram tão radicais que, a partir de 2004, a organização norte-americana *Freedom House*, que mede o nível de democracia e liberdades políticas nos diversos países do mundo, rebaixou a Federação Russa para a classificação de “país não livre” (Segrillo, 2012: 109).

“Eu acho que você é de um país que é, de fato, um aliado dos Estados Unidos da América. Você está em perigo. Eles falam sobre a necessidade de matar todos os kafirs [não-crentes], todos os não-muçulmanos, todos os ‘portadores de cruz’, como eles os chamam. Se você é um cristão, você está em perigo. Mas se você rejeitar sua religião e se tornar um ateu, você também está programado para liquidação, de acordo com sua maneira de pensar e com as suas regras. Você está em perigo. Se você decidir se tornar um muçulmano, mesmo isso não vai salvá-lo, porque eles consideram o Islão tradicional ser hostil aos seus objetivos. Mesmo neste caso, você está em perigo” (Feifer, 2002).

Com este discurso, como se pode constatar, Putin procura sensibilizar os dirigentes ocidentais para a ameaça que o separatismo checheno representa não apenas para a Rússia, mas para toda comunidade internacional⁴³. Relacionando o separatismo checheno ao terrorismo e a um choque civilizacional, Putin procura criar uma operação conjunta no combate ao terrorismo e assim garantir a soberania da República da Chechênia. Putin pretende resolver dois problemas com uma só ação. Ou como é dito na gíria, “matar dois coelhos com uma só cajadada”. Para atingir este fim, de acordo com Wache (2014, 135), Putin defende as Nações Unidas como o suporte internacional através das sanções emanadas pelo Conselho de Segurança.

Segundo Wache (*ibid*), “o outro posicionamento da política externa russa influenciando, em parte pelo movimento separatista checheno é o não-reconhecimento da independência do Kosovo⁴⁴”. Neste sentido, é sugestivo o discurso de Putin a quando da declaração unilateral da independência por parte do Kosovo a 17 de Fevereiro de 2008. Putin disse:

“Nós achamos que o apoio a uma independência unilateralmente declarada por Kosovo é imoral e ilegal”, Putin acrescenta, “a integridade territorial dos países é garantida pelos princípios básicos da lei internacional”. E continua, “Vocês não têm vergonha na Europa de aplicar dois pesos e duas medidas para resolver problemas” (BBC Brasil, 2008).

Segundo Stuermer (2009: 27-28), “não é que a Rússia tivesse uma fórmula melhor ou mais sustentável para promover a estabilidade nos Balcãs, mas o Kosovo era um dos temas da agenda global relativamente ao qual Putin desejava deixar claro que nada poderia ser feito para prejudicar a Rússia. A Sérvia, suserano tradicional dos albaneses do Kosovo, era uma velha aliada e protegida da Rússia desde as guerras dos czares contra o Império Otomano e dos tempos das quezílias com a Áustria. Belgrado

⁴³ O ataque perpetrado pelos dois irmãos chechenos a maratona de Boston em 2013, parece que veio reforçar esta tese (Wache, 2014: 135).

⁴⁴ Kosovo era uma província autónoma da Sérvia que depois do fim da Guerra do Kosovo, em 1999 passou para a administração transitória da ONU, de acordo com a resolução 1244 do Conselho de Segurança de 10 de junho de 1999. Kosovo declarou unilateralmente a sua independência a 17 de fevereiro de 2008 (Wache, 2014: 135).

era considerada um território russo onde as nações ocidentais deveriam caminhar com muito cuidado. Mais tarde, na cimeira do G8 - que decorreu na luxuosa estância de férias da zona ribeirinha de Heiligendamm durante o Verão de 2007 - Putin chegou, inclusivamente, a advertir as nações ocidentais para o facto de que permitir que o Kosovo se separasse da Sérvia significaria a derrota da «cristandade» no seu combate épico contra o Islão. Referia-se, evidentemente, ao velho papel de potência protetora de todos os países e territórios ortodoxos que a Rússia tradicionalmente reclamava para si”. Para Mazat e Serrano (2012: 33), o reconhecimento da independência do Kosovo por parte da União Europeia poderia ter consequências potencialmente desestabilizadoras no seu país, devido à existência no território da Rússia de vários pequenos movimentos étnicos regionais com aspirações separatistas.

Contudo, importa referir que, com esta narrativa histórico-identitária, Putin procura invocar o passado histórico da Rússia e reconstruir a imagem da Rússia como um país forte e poderoso, membro de pleno direito na comunidade internacional e influente no desenvolvimento global. Vladimir Putin, em seu discurso em 2003 para a Assembleia Federal, afirmou que “o destino histórico da Rússia ao longo destes mil e mais anos” era manter “uma propagação do Estado sobre um território tão vasto e preservar uma comunidade única dos povos [russos/ortodoxos], mantendo-se uma forte presença no cenário internacional” (President of Russia, 2003). Este discurso não deixa margens para dúvidas de que Putin pretende recuperar a forte posição da Rússia considerada digna de um país com tamanho e história única como a dela. Para tal, Putin tem moldado uma nova identidade geopolítica que difere da anterior adotada por Gorbachev e Yeltsin. A implicação prática desta narrativa geo-identitária é que o Kremlin deverá conduzir uma política externa de acordo com esse papel, o que significa se comportar como um polo independente e um dos principais atores da política internacional o que vai de encontro com os objetivos dos quatro conceitos de política externa russa (2000, 2008, 2013 e 2016) acima discutidos.

Contudo, mesmo que se descarte os argumentos acima expostos sobre as implicações do reconhecimento da independência do Kosovo por parte da Rússia, ainda assim, de acordo com Wache, “a indignação de Putin faz sentido quando se toma em conta a questão dos separatistas chechenos, que em 1991 tinham declarado unilateralmente a independência e a Rússia enfrentou duas guerras (1994-1996/7 e 1999-2004) para evitar que a Chechénia fosse uma república independente” (2014:

135). No seu artigo, Dérens (2007), expõe que uma independência precipitada como pede o presidente Bush, não negociada no âmbito da ONU, poderia provocar a constituição, em curto prazo, de uma Grande Albânia, que relançaria automaticamente os irredentismos croata e sérvio, às custas da Bósnia-Herzegovina. Sem falar do precedente internacional explosivo que isso constituiria para as múltiplas entidades tentadas a proclamar - elas também unilateralmente - sua independência a saber: Palestina (em relação a Israel), Saara Ocidental (ao Marrocos), Transnístria (à Moldávia), Curdistão (à Turquia), Chechénia (à Rússia), Abkhazia (à Geórgia), Nagorno-Karabakh (ao Azerbaijão), Taiwan (à China), ou mesmo na própria Europa, o País Basco e a Catalunha (à Espanha e França), para citar apenas esses casos.

É deste modo que, após o Kosovo unilateralmente ter proclamado a sua independência da Sérvia em 2008, seis países da União Europeia, entre eles a Espanha, deixaram claro que não iriam reconhecer o novo país, já que essa independência poderia servir de precedente aos separatistas em seus próprios territórios (Globo.com, 2008). Perante este quadro delicado, Miguel Angel Moratinos, ministro dos negócios estrangeiros espanhol proferiu o seguinte discurso:

“O governo espanhol não irá reconhecer o ato unilateral proclamado pela assembleia kosovar e não vai reconhecer porque não considera que respeita a legalidade internacional” (Globo.com, 2008).

O Chipre, a Roménia e a Eslováquia também têm estado relutantes em reconhecer a independência do Kosovo. Do outro lado do mundo, temos a China, a Indonésia e a Sri Lanka, que também criticaram o ato de secessão da província Sérvia (Drebes, 2009: 41-42). Com base na informação acima apresentada, constata-se que a declaração unilateral da independência kosovar pode criar um efeito domino em países que enfrentam o mesmo fenómeno. No caso russo, as ambições separatistas chechenas figuram-se como o “calcanhar de Aquiles” da integridade territorial russa. Deste modo, a atual presidência não pretende e não pode legitimar um separatismo que afetará a união e a soberania da Rússia e assim provocar uma desintegração tal como a ocorrida na União Soviética. Dai que, ao se analisar o aparelho da política externa russa, este determinante domestico deve ser tido em conta. Não obstante, importa realçar que este fenómeno tem influenciado a condução da política externa russa desde os tempos soviéticos. Dai que, conter o separatismo checheno para além de ser um determinante domestico da política externa russa, pode ser considerado como um dos elementos de continuidade da política externa da União Soviética na nova Rússia.

2.3.1.3. As ações dos dirigentes domésticos

As ações dos dirigentes domésticos (no nível subnacional) constituem o último determinante doméstico que se discute no trabalho que contribui para a compreensão do aparelho da política externa da Federação Russa. No entanto, importa clarificar que o facto de as ações dos líderes subnacionais ser o último determinante doméstico a ser analisado no trabalho, este tem a mesma importância que os anteriormente estudados. Neste determinante da política externa russa, destacam-se as ações dos governadores de Primorskiy Kraj, Khabarovskij, Yaroslavl, Oblast de Lipetsk e o presidente da câmara de Moscovo.

De acordo com Busygina, “durante vários anos, os governadores de Primorskiy e Khabarovskij kraj, municípios que se encontram localizados no Extremo Oriente da Rússia declararam a sua profunda insatisfação com o Tratado Russo-Chinês sobre a demarcação das fronteiras entre os dois Estados. Para estes governadores o tratado era injusto, uma vez que a Rússia perderia parte das suas terras históricas. Em Fevereiro de 1995, a Assembleia Legislativa de Primorskiy kraj apoiou a ideia, e adoptou uma resolução que interrompia todas as obras de demarcação da fronteira russo-chinesa e exigia que Moscovo revesse as condições da demarcação das fronteiras” (2015: 8).

Segundo Wache (2014: 136), “outro episódio que sustenta a influência dos líderes subnacionais na política externa russa, aconteceu em Agosto de 1997 quando os governadores de Yaroslavl e do Oblast de Lipetsk convidaram o Presidente da Bielorrússia a visitar os seus territórios. Convites formulados à revelia de Moscovo, e foram formulados numa altura em que as relações entre Moscovo e Minsk eram tensas⁴⁵.

Como outro exemplo, temos Yury Luzhkov⁴⁶, o presidente da Câmara Municipal de Moscovo, apoiou Lukashenko, na época da crise constitucional da Bielorrússia (1995-1996). Também apoiou publicamente a população de língua russa no exterior e manteve negociações sobre o destino dos russos nos países bálticos, Transnístria e Gagausia (Moldávia). Luzhkov também forneceu apoio político e económico a

⁴⁵ Atualmente as relações entre Moscovo e Minsk podem ser classificadas como amistosas, apesar de, às vezes, enfrentar momentos conturbados. Um dos fatores que torna a Bielorrússia um estado amigo da Rússia é o facto de Minsk, capital da Bielorrússia, ser a capital da Comunidade dos Estados Independentes. O outro fator está ligado a diplomacia energética russa, pois, a Rússia subsidia os preços de gás natural e de petróleo que vende à Bielorrússia (Wache, 2014: 143-144).

⁴⁶ Presidente da Câmara Municipal de Moscovo de 1992 a 2010 (Wache, 2014: 137).

população falante de linha russa na Crimeia, tal como apoiou o desejo da população da península de obter mais autonomia política em relação a Kiev. O prefeito também manifestou o seu desagrado em relação ao status de Sebastopol como cidade ucraniana (Busygina, 2015: 8). Segundo Wache, Luzhkov afirmou que: “em 1954 a cidade de Sebastopol não estava incluída em Oblast, o território que foi transferido para a Ucrânia por Nikita Khrushchev. Nós afirmamos que este assunto ainda não foi resolvido”. E por causa deste discurso foi banido de entrar na Ucrânia a 12 de Maio de 2008 (2014: 137). De acordo com Busygina, no período em que Luzhkov esteve em exercício, “o desenvolvimento de contactos com os países da CEI, especialmente com a Bielorrússia e com a Ucrânia, era uma das prioridades mais importantes da sua política externa” (2015: 8).

Neste período os governadores das unidades territoriais mais ricas e avançadas desempenhavam um papel bastante significativo na política externa da Rússia. Entretanto, desde a chegada de Putin ao poder, e com a implementação de um poder vertical e uma democracia soberana, esta influência por parte dos governadores e presidentes das câmaras municipais reduziu significativamente ao ponto de não se notar a presença destes atores na política externa do estado. Contudo, apesar do governo centralizado implementado na Rússia, estes atores continuam a ter um poder significativo em relação a Moscovo, moldando assim a política externa da Rússia.

Em síntese dos determinantes domésticos da política externa russa, importa começar por ressaltar que a abundância dos recursos energéticos, o separatismo checheno e as ações dos dirigentes domésticos discutidos no trabalho não podem ser encarados de forma holística, devido a sua complexidade que tem que ver com as características únicas da Rússia. Contudo, a discussão apresentada procura oferecer alguns dos elementos que podem ser úteis para a compreensão do aparelho e do funcionamento da política externa da Rússia. Os determinantes acima analisados representam apenas uma parte da realidade russa em constante mudança.

2.3.2. Determinantes Externos

No que diz respeito aos determinantes externos da política externa de Putin, destacam-se três, sendo o primeiro deles o desejo de controlar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), território visto pela Rússia de Putin como de vital importância e

inalienável para a salvaguardar a sua influência regional e manter o seu *status quo* global. Em segundo lugar destacam-se as relações entre a Rússia e o Ocidente (leia-se Europa e os Estados Unidos), relação esta que é caracterizada por uma cooperação pragmática quando necessário e competição e/confrontação quando se atingi o objetivo comum. E o terceiro e ultimo determinante externo da política externa da Rússia, temos a Rússia como membro de organizações internacionais, tal como de *fora* internacionais. Isto é, uma vez que a Rússia passa a fazer parte destes organismos internacionais, existem regras e costumes que a Rússia deve passar a respeitar e implementar. Deste modo, os três determinantes acima apresentados, são os que fortemente influenciam ou determinam a política externa de Putin. Entretanto, não quer se dizer que os determinantes externos trazidos para a discussão sejam os únicos que determinam a política externa de Putin-Medvedev, mas sim que no trabalho a discussão se ira centrar nestes três por se achar mais relevantes.

2.3.2.1. Controlar a Comunidade dos Estados Independentes

Segundo Freire (2013: 112), desde que Putin aprovou o novo documento de política externa da Rússia em 2000, a Comunidade dos Estados Independentes passou a ser definida como “área prioritária” onde o “desenvolvimento de boas relações de vizinhança e parceria(s) estratégica(s)” com os estados da CEI (“parceiros tradicionais” da Rússia) deveriam ser perseguidos. O principio de reciprocidade passou a ser afirmado e a “prontidão [dos estados membros da CEI] para tomar em devida consideração os interesses da Federação Russa, incluindo em termos de garantias de direitos dos compatriotas russos”, é sublinhada. Esta afirmação torna claro o papel dominante que a Rússia pretende desenhar na área.

Assim, “o desejo russo de manter a Comunidade dos Estados Independentes sob sua influência tem levado a Rússia a usar na sua política externa o binómio *stick and carrot*. O *stick* foi aplicado por exemplo à Ucrânia, depois da revolução laranja de 2004⁴⁷. A Ucrânia passou a comprar o gás russo a preços altos, em comparação ao período anterior à revolução” (Wache, 2014: 140-141). Contudo, de acordo com Freire (2013: 115), “pouco tempo após a tomada de posse do novo presidente, com uma

⁴⁷ Revolução laranja foi um conjunto de manifestações que aconteceu entre 2004 e 2005 na Ucrânia, como uma forma de demonstração de indignação em relação a uma alegada corrupção.

agenda muito mais pró-russa que a sua antecessora Yulia Tymoshenko, são firmados acordos muito favoráveis à Rússia, relativos a abastecimentos energéticos à Ucrânia a custo mais reduzido (em 30% do valor praticado então), em troca do uso da base da Frota do Mar Negro, até 2042”. Segundo Wache (2014: 141), o desconto de 30% do gás russo foi o *carrot* aplicado por Putin. Portanto, a Ucrânia foi punida quando estava contra os interesses russos e premiada quando os apoiou.

Conforme Wache, um outro *carrot* pode ser testemunhado na relação entre a Rússia e a Bielorrússia. Minsk, capital da Bielorrússia, é simultaneamente a capital da Comunidade dos Estados Independentes. O Outro fator está ligado à diplomacia energética russa, pois a Rússia subsidia os preços de gás natural e de petróleo que vende à Bielorrússia. Estes fatores, explicam em parte, o facto de o presidente Lukashenko apresentar-se a si mesmo como um defensor da Rússia (*ibid*: 144). Ou seja, com o *carrot* proporcionado a Bielorrússia, a Rússia consegue manter Minsk sob sua influência, e assim não sendo necessário o uso do seu *stick*.

Na Comunidade dos Estados Independentes a Rússia procura assegurar os seus interesses económicos, políticos e securitários. Para que estes interesses sejam alcançados, Moscovo tem recorrido a estratégia de assinatura de acordos com os países membros da CEI, concedendo-lhes assim uma segurança energética e um prestígio político. Por sua vez, com a assinatura destes acordos, a Rússia passa a gozar de privilégios tais como o acesso ao Mar Negro, livre trânsito para a exportação dos seus recursos energéticos para a Europa, assim como, um estatuto político que tem contribuído para a recuperação da sua hegemonia na região e na arena internacional. De igual modo, este quadro favorável para a Rússia, tem contribuído para o crescimento e para a estabilidade da economia russa desde a chegada de Putin ao poder, com excepção do período que compreende os fins de 2008 e inícios de 2009, por conta dos efeitos da crise financeira global que afetaram o país.

2.3.2.2. As relações entre a Rússia e o Ocidente

De acordo com Wache (2014: 141), “é preciso realçar que, tanto o Ocidente, quanto a Rússia, percebem-se mutuamente como inimigos que têm que conviver. E essa convivência é feita através da competição e/[confrontação] e da cooperação [pragmática]. A competição manifesta-se na corrida armamentista entre o Ocidente e a

Rússia. Enquanto o Ocidente instala uma defesa anti-míssil na Polónia e na República Checa um radar, Países da União Europeia, a Rússia cria um novo míssil para fazer face à essa ameaça”.

No que diz respeito ao escudo antimísseis da Polónia, segundo a tvi24 (2008), “o ministério dos negócios estrangeiros russo acredita que o sistema de defesa antimíssil a instalar pelos Estados Unidos na Polónia irá ser apontado contra a Rússia”, pois na perspetiva russa: “O projeto não tem nada a ver com a ameaça nuclear iraniana, mas está apontado contra a Rússia”. Quanto a República Checa, o cenário se repete, uma vez que de acordo com o Diário Noticias (2008), o Kremlin diz que o sistema americano é uma ameaça à segurança da Rússia”. Entretanto, segundo Stuermer (2009: 30), “não deixa de ser notável o facto de o ministro da defesa [da Rússia], Sergei Ivanov⁴⁸, na altura uma espécie de *alter ego* do presidente russo, o ter convidado, horas antes do discurso de Putin em Munique⁴⁹, para uma reunião em privado, à margem daquela conferência. Ora sucede que, durante a conversa, Ivanov informou - sem pedir qualquer espécie de segredo - de que nada do que os americanos tencionassem implantar na República Checa e na Polónia suplantaria o superior arsenal de mísseis russo «no caso de ocorrer algum confronto entre as duas nações, o qual Deus nunca permita!»”.

Nesse caso, por que motivo o discurso oficial do Kremlin sobre a questão dos mísseis antimíssil diverge da narrativa informal? Stuermer (2009: 28-29) apresenta três

⁴⁸ Desde 2012, o Ministro da Defesa russo é Sergey Shoygu.

⁴⁹ A Conferência de Munique sobre Políticas de Segurança é uma reunião anual onde se analisam assuntos de carácter estratégico. Em 2007, o líder russo foi convidado a proferir o discurso de abertura da conferência. Nesse momento, mal sabiam os participantes e a multidão de jornalistas que acompanhava o desenrolar da conferência a partir das salas adjacentes que estavam prestes a assistir a um momento crucial nas relações da Rússia com os Estados Unidos e o resto do mundo ocidental. De facto, após aquela cimeira de Munique, algumas das linhas principais até então esbatidas pela arrogância, pela ignorância e por meras esperanças vãs, tornaram-se bastante claras e o líder do Kremlin mostrou inequivocamente que pretendia vê-las respeitadas na Europa de Leste, na região dos Balcãs e por toda a Ásia Central (Stuermer, 2009: 23). No discurso, Putin revelou uma profunda decepção por a sua política do novo realismo se estar a desintegrar. Putin sublinhou o “carácter universal e indivisível da segurança” e preveniu contra os perigos de se estabelecer um “mundo unipolar... em que há um senhor, um soberano” ao mesmo tempo que observou que “aqueles que nos dão lições [sobre a democracia] não querem eles próprios aprender”. Putin enunciou uma série de problemas estratégicos, incluindo a marginalização da ONU, o insucesso na ratificação do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa, a remilitarização da Europa por via do desenvolvimento da defesa anti-míssil, o alargamento da NATO, que representou “uma séria provocação que reduz o nível de confiança mútua”, o enfraquecimento do regime de não-proliferação e a tentativa de “transformar a OSCE num vulgar instrumento para promover os interesses de política externa de um país ou de um grupo de países”. O discurso refletia o desencanto do líder russo por o Ocidente parecer rejeitar as preocupações russas por as considerar ilegítimas e agir com uma impunidade irresponsável (como na invasão do Iraque, em Março de 2003), o que nessa altura acabou por provocar a reação da Rússia (Sakwa, citado em Freire, 2011: 19-20).

motivos principais: “em primeiro lugar, os russos pretendiam ser consultados no tocante a esta questão e não o foram, nem no Conselho NATO-Rússia nem nas reuniões de cúpula, e Putin sabia, evidentemente, que a Casa Branca não tinha envidado grandes esforços no sentido de submeter este assunto delicado aos conselhos da NATO, preferindo a via das conversações bilaterais com os países da Europa de Leste implicados no processo; em segundo lugar, a instalação de bases de mísseis antimíssil nos territórios dos antigos países-satélite significava o desrespeito, se não da letra, pelo menos do espírito, do Acordo Dois mais Quatro sobre a implantação de material militar da Alemanha e da NATO; por último, Putin deve ter-se apercebido de que este projeto originaria protestos maciços por toda a Europa contra a instalação de material militar americano, sobretudo entre os social-democratas alemães de meia-idade que, desejosos de reviver os tempos da sua juventude, não hesitariam em repetir a crise de finais da década de 70 e início dos anos 80 que levou à assinatura do Tratado INF (tratado que visava a eliminação dos mísseis de alcance intermédio e de menor alcance). Este fora o último grande confronto dos tempos da Guerra Fria e levou, em grande parte, não só ao fortalecimento dos «verdes» alemães, como também à queda do governo de coligação trabalhista-liberal de Schmidt⁵⁰ e Genscher⁵¹, no Outono de 1982, e à subida ao poder do Chanceler Helmut Kohl. Por isso, porque não utilizar o tema para semear a discórdia no seio dos países da NATO e entre estes e os Estados Unidos?”

“Esta pode ter sido uma consideração tática de curta duração, porém foi realçada pela declaração gabarola de um general russo de que estas «borbulhas» irritantes na Europa de Leste teriam lugar de primazia na lista de alvos para os mísseis russos. Foi uma manobra tática de diversão porque, poucos meses após o confronto de Munique, o Kremlin propôs aos Estados Unidos a utilização das instalações de um antigo radar soviético no Azerbaijão, algumas centenas de quilómetros a norte da fronteira com o Irão. No entanto, a equipa de peritos enviada pelo Pentágono para avaliar as instalações achou-as em avançado estado de degradação, constatou que o sistema de processamento de dados era diferente dos sistemas americanos e concluiu que a proximidade do local em relação ao potencial problema não garantia uma resposta

⁵⁰ Trata-se de Helmut Schmidt, grande estadista alemão que, em 1974, sucedeu a Willy Brandt no posto de chanceler, que ocuparia até 1982. Procurou a aproximação aos países do Bloco de Leste, mantendo, simultaneamente, boas relações com os Estados Unidos. Escreveu diversas obras sobre política alemã e relações internacionais.

⁵¹ Hans-Dietrich Genscher foi deputado e líder do Partido Democrático da RFA, exerceu cargos ministeriais na Alemanha e empenhou-se no estreitamento das relações do seu país com a antiga União Soviética, principalmente depois da subida ao poder de Gorbatchev.

eficaz em caso de necessidade. Não obstante, pouco tempo depois os peritos norte americanos acabariam por descobrir muitas vantagens nesta proposta. Além disso, a proposta russa permitia aliviar a tensão em torno da questão dos países da Europa de Leste, pelo que, apesar das desvantagens do ponto de vista técnico, deveria ser integrada em algum sistema antimísseis futuro” (Stuermer, 2009: 29-30). Contudo, de acordo com Mazat e Serrano, a chegada de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos pareceu assinalar mudança na posição [confrontação] americana sobre esta questão. Em Setembro de 2009, Obama anunciou que os Estados Unidos renunciavam parcialmente a seu projeto de escudo antimíssil na Europa, abandonando a instalação de radares na República Checa e mísseis interceptadores na Polónia. O dispositivo seria, então, limitado à presença de mísseis interceptadores em navios militares patrulhando nas águas europeias⁵². Mesmo assim, a Rússia conseguiu o apoio ativo da China a partir de 2010 para obrigar os norte americanos a abandonarem totalmente seus planos, objetivo que até hoje não foi atingido⁵³ (2012: 26).

E quanto a nova administração dos Estados Unidos liderada por Donald J. Trump? Será que este cenário poderá ser revertido, uma vez que Putin e Trump aparentam convergir em certos aspetos? Pouco provável. Pois, na arena internacional estes dois *players* perseguem o mesmo objetivo, *rule maker*. Adoptando uma estratégia tão arriscada, Trump estaria a submeter-se a um jogo, de onde Putin é o árbitro. Daí a insistência em defender-se que a nova administração norte americana não irá abdicar nem do seu escudo antimíssil na Polónia, nem do seu radar na República Checa. Adoptando tal posição Trump poderia ser igualado a Gorbachev, que como foi discutido no trabalho, se retirou e abdicou sucessivamente das suas posições estratégicas na Europa, assim como dos seus arsenais nucleares, o que teve como fim, a desintegração da União Soviética e a perda de estatuto da sua herdeira, a Rússia.

No seu artigo “*Russia’s Role in the Emerging Eurasian Security Environment*”, Sacko conta que após a proposta [dos Estados Unidos] de implantação de um sistema estratégico de defesa contra os mísseis balísticos na Europa Central, Putin ameaçou retirar-se do Tratado das Forças Convencionais na Europa⁵⁴ (CFE) e do

⁵² Com a crise da Ucrânia e subsequente incorporação da Crimeia pela Rússia, Obama foi forçado a revogar a sua estratégia e a reativar o projeto do escudo antimíssil e a recuperar os seus radares.

⁵³ No início de 2012, Obama anunciou que uma versão inicial do escudo utilizando radares instalados na Turquia e mísseis interceptadores embarcados a bordo de cruzadores antiaéreos do tipo Aegis patrulhando o mar Mediterrâneo já estava se tornando operacional.

⁵⁴ Conventional Forces Europe.

Tratado das Forças Nucleares Intermediárias⁵⁵ (INF), além de redirecionar mísseis nucleares para a Polónia e para os Estados Unidos (2008). Estas ameaças de Putin trazidas por Sacko, reforçam uma das características das relações russo-ocidentais, a competição. Como consequência desta competição temos um dilema de segurança instaurado nas relações russo-ocidentais que tem como consequência a corrida armamentista e a polarização nas relações entre a Rússia e os países ocidentais.

Em relação a cooperação, o destaque vai para a cooperação com os Estados Unidos no pós 11 de Setembro, em segundo temos o Tratado sobre a Redução de Armas Estratégicas Ofensivas⁵⁶ (SORT), e em terceiro, temos o START (New START), e por ultimo, e não menos importante o destaque vai para a cooperação com a União Europeia.

A pedra basilar da cooperação da Rússia de Putin com o Ocidente (neste caso específico trata-se dos Estados Unidos), foram os atentados terroristas de 2001. Segundo o Council on Foreign Relations (2006: 23-24), os políticos da administração Bush acreditavam - e especialistas externos concordavam - que as condições eram favoráveis para o desenvolvimento de uma parceria forte e duradoura que ajudaria os Estados Unidos efetivamente a lidar com as novas e agudas ameaças à sua segurança nacional. Moscovo e Washington nunca estiveram mais próximos nas suas leituras dos perigos globais. As questões no topo da agenda internacional de cada lado - terrorismo islâmico, proliferação nuclear e energia - pareciam, ser as mesmas. E os Estados Unidos, por exemplo, não desejavam que a Rússia se limita-se a não se intrometer no seu caminho, queriam que a Rússia ativamente se unisse aos Estados Unidos, para que juntos pudessem enfrentar as ameaças.

“A Rússia apoiou a campanha americana no Afeganistão, e não se opôs ao acesso aos aeródromos militares da Ásia Central por parte dos Estados Unidos. As autoridades russas deram as boas-vindas aos Estados Unidos como um novo recruta para o combate ao terrorismo islâmico - que há muito defendiam. Por sua vez, o presidente George W. Bush referiu-se à Rússia como um ‘aliado’ na luta [contra o terrorismo]” (*ibid*). No período posterior ao 11 de setembro de 2001 as relações russo-ocidentais atingiram o seu auge, entretanto, importa clarificar que, de acordo com Mazat e Serrano (2012: 23-24), “a própria Rússia tinha, assim, interesse nessa iniciativa na

⁵⁵ Intermediate Nuclear Forces.

⁵⁶ Strategic Offensive Reduction Treaty.

medida em que, desde a desastrosa Primeira Guerra da Chechênia, em 1994, estava enfrentando um grande número de ataques terroristas por parte de grupos do Cáucaso do Norte. Em troca de seu apoio, a Rússia conseguiu que os movimentos independentistas chechenos fossem considerados terroristas, podendo realizar operações militares na Chechênia e no resto do Cáucaso russo sem enfrentar naquele momento protestos diplomáticos e tentativas internacionais de veto”.

A Rússia também conseguiu aderir as negociações diplomáticas multilaterais sobre o programa de armas nucleares da Coreia do Norte. Em 2002, reagiu negativamente as revelações das atividades nucleares iranianas secretas e ofereceu apoio aos esforços do Reino Unido, França e Alemanha para negociar uma suspensão de elementos-chave das atividades nucleares do Irão em junho de 2002, os presidentes Bush e Putin lançaram um “diálogo estratégico sobre a energia”, com o objetivo de aumentar a coordenação e o contacto entre os funcionários do sector energético e as empresas. Uma das primeiras ramificações foi o projeto, anunciado por um consórcio de empresas russas, de se construir um oleoduto privado para Murmansk, a fim de facilitar as exportações de petróleo para os EUA (Council on Foreign Relations, 2006: 24).

Relativamente a União Europeia, “a cooperação é sustentada pelos Espaços Comuns, UE-Rússia, acordados em 2003, na cimeira de São Petersburgo” (Wache, 2014: 142). Assim, constata-se que ao implementar a sua política externa, Putin tem em conta a cooperação e a competição existente entre a Rússia e o Ocidente, e o que procurou-se fazer na presente sessão, foi lançar algumas pistas de como funciona essa cooperação e competição trilateral, Rússia-União Europeia-Estados Unidos, ou melhor, Rússia-Ocidente.

2.3.2.3. A Federação Russa como membro de Organizações Internacionais e *fora* internacionais

“A Rússia é membro de várias organizações e *fora* internacionais: a Comunidade Económica Eurasiática⁵⁷, a Comunidade dos Estados Independentes, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva⁵⁸, os BRICS⁵⁹, as Nações Unidas, a Organização para a

⁵⁷ Eurasian Economic Community.

⁵⁸ Collective Security Treaty Organization.

⁵⁹ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Cooperação de Xangai (OCX)⁶⁰, o G20, o G8, entre outras organizações. O facto de a Rússia pertencer a estas organizações faz com que esta observe o direito internacional respeitando os outros estados de modo a fortificar as suas parcerias. Por exemplo, a Rússia e a China cooperam em matérias económicas nos BRICS e na Organização para a Cooperação de Xangai, para além da cooperação bilateral” (Wache, 2014: 142).

Adam apresenta três fatores que motivam a Rússia a acreditar que a cooperação com a China deve superar em larga medida qualquer desejo de tentar conter o país vizinho: i) a essencialidade da China para o objetivo russo de solidificar a multipolaridade sistêmica; ii) o avanço chinês em várias áreas (econômica, militar, político-diplomática e de pesquisa); e iii) a necessidade da ajuda chinesa na projeção de influência russa no Leste e no Sudeste Asiático⁶¹. Entretanto, importa realçar que esta parceria estratégica russo-chinesa seria autossustentável caso estivesse balizada somente nas relações bilaterais ou nos interesses regionais de ambos os países. Ainda assim, já seria de extrema importância para a Rússia. O patamar sistêmico, contudo, tem elevado em um degrau tal parceria. Não se pode falar em aliança russo-chinesa, pois as desconfianças mútuas impedem um laço com tamanha profundidade. De toda forma, é inegável que o posicionamento conjunto em temas candentes do sistema internacional e a participação em grupos como o BRICS fortalecem a parceria russo-chinesa (2012: 88-89). Entretanto, segundo o mesmo Adam, “deve-se lembrar que a defesa da multipolaridade é compartilhada não só pela Rússia e pela China, mas também, por outros países em ascensão no sistema internacional, como Brasil e a Índia [membros dos BRICS]” (2011: 48). Portanto, além da gênese da sua formação, os BRICS podem ser usados pela Rússia como um organismo ou plataforma na promoção e defesa dos seus interesses, no presente caso, a multipolaridade, ou de acordo com o novo conceito, a unipolaridade. Contudo, caso Putin insista em prosseguir com o seu objetivo de tornar a ordem mundial unipolar, neste organismo a Rússia irá encontrar fortes objeções, principalmente por parte da China.

“Ao nível político, o facto de a Rússia pertencer ao Conselho de Segurança das Nações Unidas permite que este país mantenha o seu prestígio internacional, mesmo

⁶⁰ Shanghai Cooperation Organization.

⁶¹ Logo após se lançar oficialmente como candidato às eleições presidenciais russas de 2012, Putin visitou Pequim entre 11 e 12 de Outubro de 2011, sendo recebido pelo primeiro ministro chinês, Wen Jiabao, e pelo presidente Hu Jintao. O gesto de escolher a China para sua primeira visita na condição de candidato à presidência é de grande simbolismo e sinaliza que a aproximação com a China continuará sendo uma das prioridades da Rússia no governo Putin iniciado em 2012.

quando a sua economia e o seu poder militar são relativamente fracos” (Wache, 2014: 142). Diante dessa situação, “o veto russo no Conselho de Segurança tem se tornado mais frequente” (Souza e Machado, 2015: 56). Para Wache, a Rússia usa do seu poder de veto, como um instrumento importante na política externa da Rússia. É o uso do poder de veto que impediu a comunidade internacional de intervir militarmente na Síria, aquando da crise iniciada em 2011, porque a Rússia ameaçou vetar a resolução que autorizaria tal intervenção. Este posicionamento da Rússia sempre contou com o apoio da China (2014: 142-143). Deste modo, na presente sessão, foi possível perceber que a Rússia ao fazer parte de organismos internacionais passa a ser obrigada a respeitar o direito internacional, conseqüentemente surgem implicações que fazem-se sentir em diversos níveis, nomeadamente: na política externa⁶², na política de defesa, ou em questões de segurança⁶³, e no papel desempenhado na comunidade internacional⁶⁴. Entretanto, existem virtudes que assistem a Rússia ao aderir a esses organismos. Por exemplo, embora exista a rivalidade regional entre a Rússia e a China, estas duas nações são parceiras em certos organismos internacionais. Pragmaticamente, estes dois atores cooperam e adoptam posições comuns em defesa dos seus interesses. No caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Rússia dispõe do direito de veto que pode e é usado como instrumento da sua política externa na defesa dos seus interesses neste organismo e na promoção e manutenção do seu prestígio na comunidade internacional.

Em tom de conclusão do capítulo, constata-se que a política externa da Rússia apresenta características de uma potência hegemónica. Contudo, a hegemonia da Rússia é real apenas a nível regional (entenda-se a Comunidade dos Estados Independentes), e aspiração a nível sistémico. Pela análise feita, também se constatou que a política externa da Rússia funciona com base nos principais objetivos, princípios, interesses, atores e determinantes. Porém, a política externa da Rússia sob a liderança de Vladimir Putin, seu principal ator, pode ser resumida no anti-americanismo (sem querer com isso

⁶² Em alguns casos, a diplomacia russa pode ter que mudar da perspectiva bilateral para a perspectiva multilateral, algo incomum na política externa da Rússia, pois a Rússia prefere negociar com um estado (bilateralmente) e não com um grupo de estados (multilateralmente).

⁶³ Em organismos como a Organização para a Cooperação de Xangai existem matérias da defesa, como por exemplo o terrorismo que são tomadas conjuntamente entre os estados membros da organização.

⁶⁴ Este ponto, acaba por estar relacionado com o primeiro, contudo, aqui realça-se o facto de, em certos casos a Rússia ao aderir aos organismos internacionais, perder parte da sua influência internacional. Isto aconteceria caso, por exemplo, se a Rússia aderisse a Política Europeia de Vizinhança (ainda que esta não seja uma Organização Internacional) seria forçada a não usar o seu grande instrumento de política externa, que é o fornecimento de energia a União Europeia pois na União Europeia existe o *Acquis communautaire*, que a Rússia seria obrigada a adoptar.

afirmar que este é o único objetivo, pois no quarto capítulo discutir-se-ão vários outros), ou seja, o combate ao imperialismo norte americano, e como principal parceiro neste processo, a Rússia dá ênfase a sua vizinha asiática, a China. Não obstante, importa ressaltar que existem outros objetivos, princípios, interesses, atores e determinantes que podem ajudar a perceber o funcionamento e a condução da política externa da Federação da Rússia. Entretanto, a pesquisa aqui apresentada oferece os elementos de análise considerados mais relevantes para compreensão da mesma.

CAPÍTULO 3. O EURASIANISMO E O EXCECIONALISMO RUSSO

“Todos as grandes potências vivem a mitologia de um pretense excecionalismo. Há quem tenha adoptado uma missão zelosa de universalismo liberal (EUA), quem temporize a singularidade do seu critério de ascensão (China), quem não se conforme com uma civilização contida no espaço (Irão), quem não consiga aceitar o declínio (França), quem não tenha encontrado a fórmula pós-imperial (Reino Unido), quem duvide do seu *karma* continental (Alemanha), quem se glorifique através do espelho da geografia (Brasil), quem não se descole por medos vizinhos (Índia). E depois há a Rússia” (Lima, 2016a: 15).

Em tempos, “Benjamin Disraeli disse que a Rússia tinha duas faces, uma europeia, virada para Oriente, outra asiática, virada para Ocidente” (Gaspar, 2005: 47). Isto é, a Rússia tem o seu território esmagadoramente asiático, mas a sua cabeça mergulha na continentalidade europeia (Lima, 2016a: 15). “A fórmula resume uma concepção estratégica corrente, quer nas percepções externas, quer nas percepções russas, onde se sublinha a dualidade resultante da história do velho império, europeu sem ser ocidental, oscilando entre a vontade de ocidentalização e um reflexo isolacionista, por vezes acompanhado de uma visão messiânica contra o declínio do Ocidente” (Gaspar, 2005: 47). A Rússia “acha-se humilhada, maltratada, espoliada, desprezada por quem já foi seu par nas desventuras da geopolítica. Não assume derrotas e procura uma glória passada sem pedir autorização. O excecionalismo russo é, paradoxalmente conservador e revisionista, angelical e brutal, metódico e impulsivo, manipulador e frágil. Vladimir Putin é tão-só a sua maior síntese” (Lima, 2016a: 15-16).

Neste sentido, no presente capítulo, numa primeira fase começa-se por analisar as três teorias do geografo inglês Halford John Mackinder (1861-1947) (Área Pivot, Ilha Mundial e o Midland Ocean), duas das principais teorias do major-general alemão Karl E. Nicholas Haushofer (1869-1946) (Pan-Regiões e Hegemonia Mundial), a teoria do professor americano Nicholas J. Spykman (1983-1943) (Rimland), a teoria eurasianista clássica e a teoria do teórico russo Aleksandr Dugin (Eurasianismo)⁶⁵. Este debate teórico, surge da necessidade de se compreender que desde os tempos imperiais a Rússia encontra-se geostrategicamente e geopoliticamente bem localizada, isto é, a Rússia é uma civilização eurasiática que se localiza tanto no continente europeu, como

⁶⁵ As teorias clássicas apresentadas na pesquisa não são as únicas teorias da geopolítica clássica, contudo, entende-se que para o presente estudo, sejam as que melhor se enquadram.

no continente asiático, mas sem ser europeia, nem asiática, e que essa posição única tem despertado a atenção das potências estrangeiras. Por outro lado, defende-se que as teses apresentadas, enriquecem a teoria da Geopolítica e constituem uma base de referência para o estudo da política externa da Rússia contemporânea, para a compreensão do seu processo de interação com os demais estados da arena internacional e para a interpretação dos problemas das relações internacionais contemporâneas. Ou seja, o presente capítulo procura centrar-se nas concepções espaciais que a Rússia tem sobre si, sobre o mundo, os seus pontos de vista sobre os atores internacionais e o seu discurso de identidade nacional. Procura-se demonstrar como essa imagem entra no raciocínio geopolítico da Rússia que proporciona ao governo russo uma ‘racionalidade’ para projetar o seu *soft e hard power* sobre os seus vizinhos e a comunidade internacional. Contudo, importa clarificar que a última, e a principal teoria apresentada, a teoria do neo-eurasianismo, inspirada nas teorias de Mackinder e Haushofer, oferece uma alternativa multipolar a um mundo unipolar liderado pelos EUA, bem como que, essa proposta multipolar tem influenciado a política externa do governo Putin desde os anos 2000. De seguida, analisa-se como esse neo-eurasianismo ou excecionalismo russo é usado por Putin para legitimar a sua política externa assertiva, pragmática e multivetorial. E por último, discute-se a questão do destino manifesto russo, onde defende-se que este constitui a base de referência ideológica, para que melhor se perceba de que forma o atual presidente russo corporiza esse destino manifesto em si, que será o último aspeto a ser analisado no capítulo. Portanto, as análises feitas no presente capítulo, devem ser vistas como meras construções sociais que legitimam a política externa russa, mas não como verdades absolutas. Ou seja, a Rússia invoca um discurso geoidentitário para legitimar a sua política externa.

3.1. Geopolítica da Federação Russa

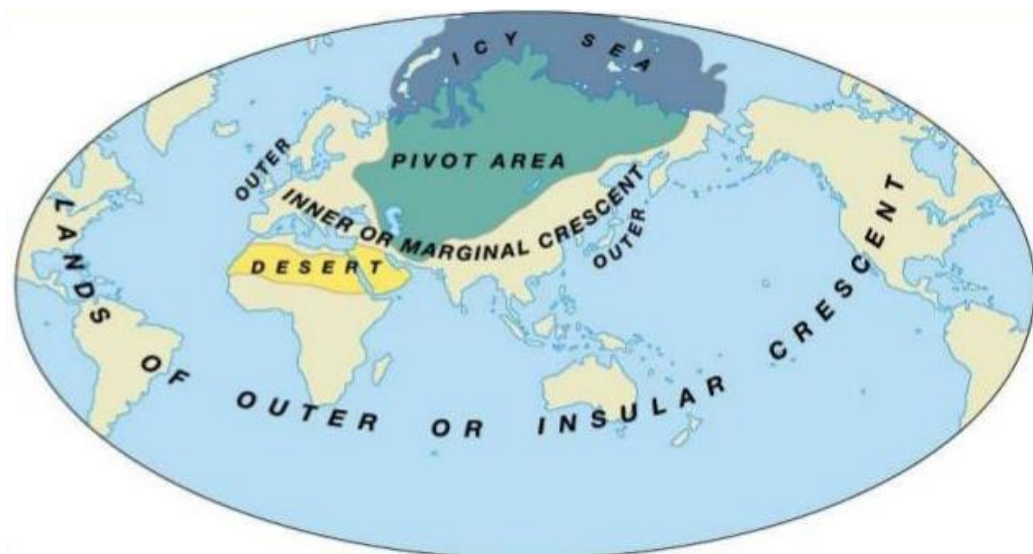
“A geopolítica clássica advém do facto do território da Rússia contemporânea, anterior à URSS, e ainda antes desta o império russo [...], constituir o Heartland (figura 4); ou seja o centro terrestre⁶⁶ (telocrático) de todo o continente eurásico⁶⁷ (figura 5). Mackinder apoda esta zona de ‘eixo geográfico da História’, do qual historicamente

⁶⁶ Área Pivot.

⁶⁷ Sempre que possível, substituir-se-á o termo “eurásico(a)” para “eurasiático”, quando não, manter-se-á..

emanaram a maior parte dos impulsos telucráticos (desde os ancestrais nómadas das estepes - citas, sármatas, etc. - até ao cerne da colonização imperial russa [...] dos séculos XVI a XIX e à expansão comunista do período soviético). O conceito de ‘Heartland’, ‘Terra Media’, é um *conceito geopolítico típico*. Não significa a pertença à Rússia no sentido de pertença a um governo e não possui um significado exclusivamente geográfico. Aqui lidamos com um ‘significado espacial’ (*‘Raumsinn’*[...]), o qual se pode transformar no legado da sociedade radicada nesse território, e neste caso será compreendido como tal e integrado no sistema social e, numa última análise, irá expressar-se por si mesma na história política. Historicamente, os russos não compreenderam de imediato a sua localização, tendo aceite o testemunho da telucracia⁶⁸ somente *depois das conquistas mongólicas de Ghengis Khan*, cujo império era um modelo telucrático” (Dugin, 2016: 10).

Figura 4. A Área Pivot ou Heartland⁶⁹ (Primeira Teoria de Mackinder)

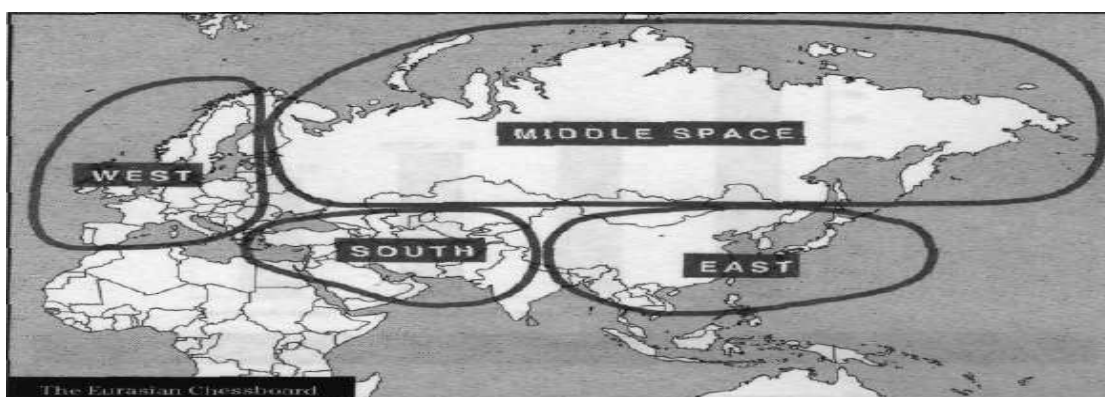


Fonte: Dyer (2015).

⁶⁸ Civilização que tem o seu poder baseado na terra, ou seja, sem hesitar, devemos relacionar a Federação Russa a um governo de inspiração terrena (Dugin, 2016: 11-14).

⁶⁹ No quadro da evolução da sua análise geoestratégica, em 1919, tendo apreciado o contexto e os resultados da I Guerra Mundial, Mackinder alterou a designação da região de «Área Pivot» para «Heartland» (Coração da Terra). A alteração do pensamento de Mackinder, baseou-se especialmente nas consequências da guerra, sendo elas a derrota da Alemanha; o desmembramento dos impérios Austro-Húngaro e Otomano, colocados sob mandato das potências ocidentais; e a emergência dos Estados Unidos da América como potência mundial (Veríssimo, 2013: 74-76).

Figura 5. Continente Eurasiático



Fonte: Brzezinski (1997: 34).

Na sua primeira teoria - “A Área Pivot (Heartland)”, Mackinder dizia que pela sua localização, a Rússia poderia lançar ofensivas em qualquer direção; que se em situação de equilíbrio, a Rússia não teria as mesmas possibilidades que as potências dos Estados periféricos. Entretanto, se esse equilíbrio rompe-se e o Estado Pivot acedesse às costas da Eurásia, este poderia empregar os seus imensos recursos na construção de uma frota naval e poderia aspirar então o domínio do mundo. Entretanto, com os resultados da I Guerra Mundial, Mackinder desenvolve a sua segunda teoria, “A Ilha Mundial” (figura 6), nela, Mackinder defendeu que para além do Heartland, deveria se incluir o Sahara; a Arábia; o Crescente Interior (constituído pelas terras litorais); e o Heartland do Sul, que ligado ao Heartland pelo Médio Oriente, se tornaria inacessível ao «poder marítimo» e gerador de «poder terrestre», indo desde o Sahara até ao Cabo (Veríssimo, 2013: 74-76).

Figura 6. A Ilha Mundial (Segunda Teoria de Mackinder)



Fonte: Veríssimo (2013: 76).

Neste quadro, Mackinder observou que:

“O desequilíbrio de poder a favor do Estado Pivot, resultaria na sua expansão sobre as regiões marginais da Eurásia, o que permitiria o uso dos vastos recursos continentais para a construção da sua frota naval, e, conseqüentemente o império do mundo ficaria a vista. Isso é o que poderia acontecer se a Alemanha se aliasse a Rússia” (Mackinder, 1904: 436).

Entretanto, Veríssimo (2013: 77), argumenta que Mackinder propôs que se estabelecesse um cordão de «Estados Tampão»⁷⁰ entre o Estado Pivot [Rússia] e a Europa Oriental, para evitar que aquele chegasse ao litoral, isto é, que a Alemanha se unisse à Rússia. Nesta ordem de ideias, Mackinder (1942: 106), defendeu o seguinte: quando os nossos estadistas estão em conversação com o inimigo derrotado, algum querubim arejado deveria sussurrar-lhes de vez em quando o seguinte provérbio:

- Quem dominar a Europa Oriental comandará o Heartland;
- Quem dominar o Heartland comandará a Ilha Mundial;
- Quem dominar a Ilha Mundial comandará o Mundo (Mackinder, 1942: 106).

“A preocupação do geógrafo inglês se baseava no fato de que a Rússia, considerada o pivot geográfico, se situa no Heartland e possui uma massa terrestre contínua, que se estende da Europa Oriental ao Extremo Oriente, território riquíssimo em minerais estratégicos e energia que, articulados às potencialidades industriais da Alemanha, tornaria possível a exploração desses recursos em benefício do desenvolvimento e da manutenção do poder militar estratégico” (Cancian, 2008).

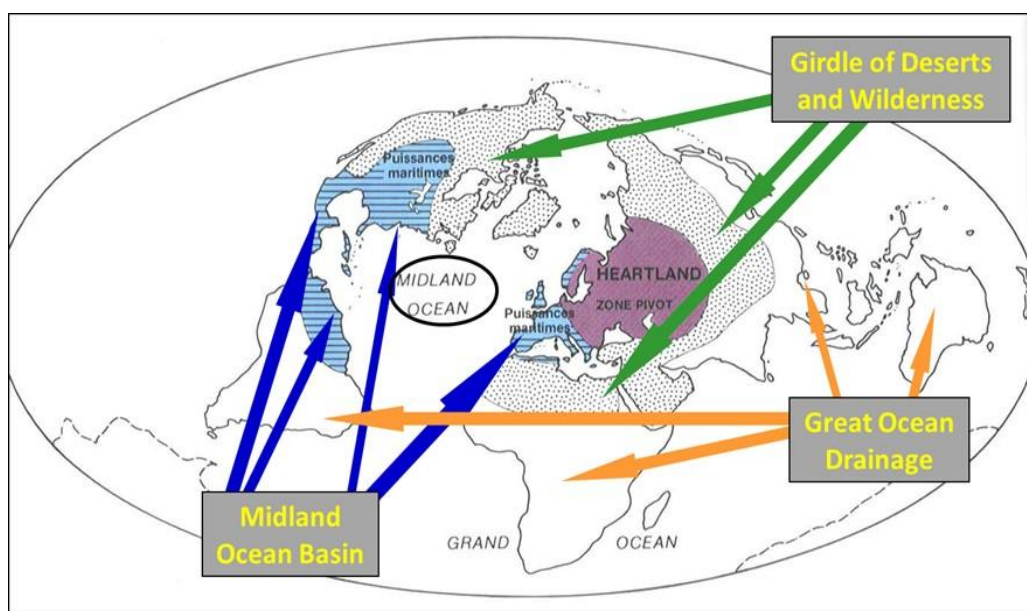
Com o final da I Guerra Mundial e início da II Guerra Mundial, Mackinder desenvolve aquela que veio a ser conhecida como a sua terceira teoria, “O Oceano Médio”. Mackinder desenvolveu a Teoria do Oceano Médio no seu artigo intitulado “*The Round World and the Winning of the Peace*”, publicado no celebre jornal “*Foreign Affairs*”. No artigo, inspirado nas conseqüências que poderiam advir do final da II Guerra Mundial, Mackinder expôs o seguinte:

“Se a União Soviética emergir desta guerra como a conquistadora da Alemanha, ela devera ser classificada como a maior potência terrestre do globo. Além disso, ela será o poder estrategicamente mais forte do ponto de vista defensivo. O Heartland é a maior fortaleza natural da terra. Pela primeira vez na história, será mantida por uma guarnição suficientemente forte em número e qualidade” (Mackinder, 1943: 601).

⁷⁰ Também foi designado «Cordão Sanitário». Segundo Teixeira, esta expressão foi utilizada pela primeira vez para denominar a cadeia de Estados-tampões que se estabeleceu, após o Tratado de Versalhes, de 1919, para separar a União Soviética da Alemanha (2009: 137).

Veríssimo argumenta que como resultado da sua análise, Mackinder propôs a cooperação entre os Estados do Atlântico Norte que, em comunhão com os mares adjacentes, concentravam poder. Neste quadro, ele apresentou o conceito de «Midland Ocean» (Oceano Central) [Oceano Médio] (figura 7), integrado pelo Oceano Atlântico, o Mar Báltico, o Mar do Norte, o Mar Mediterrâneo e o Mar das Caraíbas. Mackinder sustentou que o controlo do «Midland Ocean» asseguraria a contenção do Heartland, o que estabeleceria o equilíbrio duradouro no mundo pós-guerra. Neste sentido, a proposta de Mackinder foi atendida cinco anos mais tarde com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte⁷¹ (NATO) (2013: 79).

Figura 7. Midland Ocean de Mackinder



Fonte: Sequeira (2014: 10).

Porém, o que Mackinder não contava, era que as suas recomendações não fossem consideradas pelos estadistas das nações aliadas, mas sim pelo seu vizinho alemão, Karl Houshofer. Houshofer, inspirado nas teses de Mackinder, desenvolve um conjunto de teorias geopolíticas⁷², entretanto, para uma melhor organização do trabalho concentrar-nos-emos em duas, a teoria das “Pan-Regiões” e a teoria da “Hegemonia Mundial”, pois são as que consideram-se ser mais relevantes para a pesquisa.

⁷¹ As bases da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foram oficialmente estabelecidas em 4 de Abril de 1949 com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, mais conhecido como Tratado de Washington (NATO, 2016).

⁷² 1. Espaço vital (*Lebensraum*); 2. Fronteiras, como factos biográficos; 3. Autarcia Económica; 4. Pan-Regiões, dirigidas por Estados Diretores, como forma de garantir a autarcia; e 5. A Hegemonia Mundial (Veríssimo, 2013: 66-69).

Na sua quarta teoria, “Karl Haushofer defendeu o estabelecimento do que chamou de Pan-Regiões⁷³ (figura 8) que, deveriam ser orientadas no sentido dos meridianos, de modo a que cada uma dispusesse de recursos e população suficientes e acesso ao mar [...] as Pan-Regiões seriam «Estados gigantes que deles se bastariam através da autossuficiência económica», dirigidas por Estados Diretores «fortes, dinâmicos, dotados de grande população e recursos, de elevados padrões económicos e industriais e de uma posição geográfica que lhes permitisse exercer um efetivo domínio sobre os restantes»” (Veríssimo, 2013: 67-68). A fusão dos estados num só espaço, “eliminaría a tendência expansionista dos mais ativos e criaria uma paz estável de base económica” (Almeida, 2012: 157). “As Pan-Regiões seriam «Áreas de co-prosperidade», autónomas, com superproduções e que se complementaríam” (Veríssimo, 2013: 68).

“Seguindo este critério, foram definidas quatro Pan-Regiões: a *Euroafrica*, compreendendo toda a Europa, o Médio Oriente e todo o continente Africano; a *Pan-Rússia*, compreendendo toda a área da União Soviética até o rio Lena a Oriente, a parte do subcontinente indiano, o Afeganistão e a zona Leste do Irão⁷⁴; *Área de Co-prosperidade Oriental* ou *Área da Co-prosperidade da Grande Ásia*, compreendendo toda a área bordejante da Índia e Sudoeste Asiático, o Japão, as Filipinas, a Indonésia, a Austrália, quase todas as ilhas do Pacífico e, ainda a *Lanalândia*, *i.e.*, a costa asiática, fronteira ao Japão no curso inferior do rio Amour; e a *Pan-América*, englobando todas as terras desde o Alasca à Patagónia e algumas ilhas próximas do Atlântico e do Pacífico Norte. Como se vê, o critério procura seguir a linha dos meridianos e abarcar áreas muito extensas” (Almeida, 2012: 157).

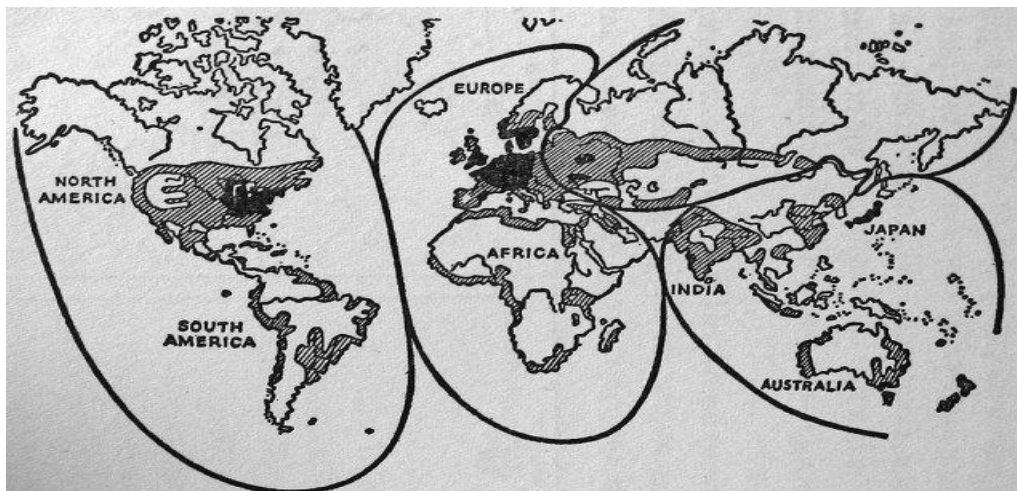
“Assim, a Euro-África seria orientada pela *Alemanha*, embora se admitisse, em certas circunstâncias, uma participação mais ativa da Itália; a *Pan-Rússia* contaria com a União Soviética como grande dominador, embora não devesse ser esquecido o papel da China; *Área da Co-prosperidade Oriental*, uma enorme e complexa extensão de povos e de Estados, ficaria sob o comando do Japão, o qual, na orla asiática, não deveria

⁷³ A concepção das Pan-Regiões foi influenciada pela concepção da Pan-Europa, antes desenvolvida pelo austríaco Richard Coudenhove-Kalergi, que defendeu a unificação política da Europa pela via pacífica, no período entre as duas guerras mundiais. Entretanto, a ideia foi “adulterada” por Haushofer, dando-lhe um sentido hegemónico contrário ao voluntário proposto pelo conde Coudenhove-Kalergi.

⁷⁴ Esta ideia não foi totalmente completada pelos geopolíticos alemães pelo inconveniente de, logo que se estendesse ao Equador ficaria privada de climas necessários à produção de importantes recursos agrícolas (Veríssimo, 2013: 68).

também esquecer a China; e a *Pan-América* teria que ser, a contragosto da *Escola*, liderada pelos [...] EUA” (*ibid*: 159).

Figura 8. As Pan-Regiões de Haushofer



Fonte: Ross (2015).

No diz respeito a teoria da Hegemonia Mundial, segundo Veríssimo (2013: 69), “esta teoria corresponde a uma evolução no pensamento da Escola de Munique. Nessa altura já não [...] interessava tanto o equilíbrio conseguido através das Pan-Regiões, a Hegemonia Mundial era mais sólida que o equilíbrio gerado pelas Pan-Regiões. Haushofer, como atrás referido, foi influenciado nas suas concepções geopolíticas por Halford Mackinder, tendo-se nele inspirado para definir a nova posição da Alemanha”.

Segundo o autor (*ibid*), tendo apreciado o mundo, os geopolíticos alemães concluíram que o conjunto Eurásia-África constituía a principal ilha do oceano mundial, em torno da qual se desenvolviam os demais continentes, que constituíam ilhas menores. Deste modo, sendo o principal Estado do conjunto, a par da União Soviética que, entretanto, apesar de ser uma potência terrestre não tinha fácil acesso ao mar, assumiram que se a Alemanha dominasse o Heartland, em parceria com a União Soviética, poderia num segundo momento, dominar a região a que Mackinder designa «crescente interior», formado pelas Ilhas Britânicas e o arquipélago japonês; num terceiro momento, beneficiando do poder marítimo conquistado, lançar-se à conquista do «crescente exterior» e, conseqüentemente, dominar o mundo;

A estratégia alemã seria materializada com o apoio de alianças que dariam origem a eixos (principais e secundários), através dos quais também se conseguiria o

isolamento dos EUA⁷⁵, o seu enfraquecimento e posterior submissão. Os eixos principais, em número de três (3) eram: **Berlim-Roma**: este eixo garantia o domínio do Mediterrâneo e do Norte de África, através da Itália. Com esta aliança, a Alemanha supria as dificuldades através da experiência africana da Itália; **Berlim-Moscovo**: este eixo asseguraria a estabilidade e a segurança da Europa Oriental assim como anulava uma guerra difícil de vencer, e considerada condição “*sine qua non*” para a hegemonia; **Berlim-Tóquio**: garantiria o ataque à soberania colonial inglesa, dando à Alemanha a possibilidade de dominar todo o Oriente e o Pacífico (Veríssimo, 2013: 69).

De acordo com Almeida (2012: 160), dos três eixos principais difundidos pela *Escola* [de Munique], Berlim-Roma, Berlim-Moscovo e Berlim-Tóquio, os eixos Berlim-Moscovo e Berlim-Tóquio eram mais importantes que o eixo Berlim-Roma, equivalendo-se entre si em fases diferentes: o *Eixo Berlim-Moscovo* seria mais importante a curto prazo enquanto a Aliança *Berlim-Tóquio* só adquiriria a sua maior dimensão a médio e a longo prazo.

Almeida ainda reforça a condição *sine qua non* da aliança entre a Alemanha e a União Soviética defendida por Haushofer e apresentada por Veríssimo para o alcance da hegemonia. O autor expõe que “Haushofer defendeu, pessoalmente esta tese e continuou a defendê-la mesmo depois de saber que ela desagradava Hitler. A sua argumentação era de natureza muito prática e apenas ditada por imperativos de espaço, do imenso, largo e profundo *espaço soviético*. Demonstrava que um grande espaço era uma força por si própria e não um mero veículo de forças políticas, tal como tinha dito [...] Ratzel. Analisava a *frente* do Leste europeu, entre o Mar Báltico e o Mar Negro, com mais de 4.000 quilómetros, e concluía que seria muito difícil, aos alemães, irem além dessa fronteira. Não haveria força no Mundo capaz de vencer, definitivamente, tal frente⁷⁶. Sob uma grande pressão do Mundo germânico, ela poderia, ocasionalmente,

⁷⁵ Sabendo que os EUA e a sua *área de influência*, eram zonas insusceptíveis de qualquer acordo com o plano alemão. Haushofer pretendia isolar o continente, o que aconteceria a partir do momento em que a hegemonia se estabelecesse na *Euráfrica Atlântica* e na *Área de Co-prosperidade* (Almeida, 2012: 166).

⁷⁶ O que veio a consolidar-se. A Alemanha nazista não conseguiu derrotar a União Soviética. Pode-se dizer que um dos motivos que levou a Alemanha de Hitler a perder a 2ª Guerra Mundial, tem que ver com Hitler não ter atendido as observações de Haushofer e ter tentado dominar a União Soviética. Isto é, de acordo com Dugin, a crónica da Grande Guerra Patriótica, iniciada a 22 de Junho de 1941 e terminada a 9 de Maio de 1945 é conhecida por todos os russos. A primeira etapa da guerra (repetindo a história da invasão de Napoleão) é a blitzkrieg relativamente bem sucedida levada a cabo pelas tropas alemãs, chegando as divisões alemãs a Moscovo em Novembro de 1941. A 1 de Dezembro as tropas alemãs conquistaram a Lituânia, a Letónia, a Bielorrússia, a Moldávia, a Estónia, uma parte considerável da República Federativa Socialista Soviética Russa e a Ucrânia, tendo avançado uns profundos 850 a

fletir para Leste e, então, em vez de uma linha reta, transformar-se-ia numa hipérbole, cujo perímetro se multiplicava por cada quilómetro conquistado tendo, em breve, uma extensão de muitos milhares de quilómetros. Isto aconteceria antes de se atingir os Urais e, como uma frente tão desmedida seria insustentável, ela romper-se-ia [...], ficando as forças germânicas isoladas em diversos núcleos, e então, sitiadas e aniquiladas. As condições do terreno podiam ajudar o avanço mas favoreciam, também, a ação de cerco que seguiria. As condições climáticas desfavoreceriam, igualmente, as forças atacantes” (2012: 160-161).

Quanto aos Eixos Secundários, Veríssimo, conta que Haushofer propunha: **China-Rússia**, para o domínio completo do «Heartland»; **Japão-Rússia**, para o controlo do Pacífico Norte; **China-Japão**, para o controlo do Índico e o silenciar da China; **Japão-Chile**, para o controlo do Pacífico Sul e criação das bases seguras para anular a Nova Zelândia e a Austrália (2013: 70). “Não são difíceis de entender as razões do desejo de uma paz duradoura entre a China e a União Soviética e a China e o Japão [...] nenhuma hegemonia resistiria à desestabilização dessa área” (Almeida, 2012: 165).

No mesmo período em análise, surge a tese do “Rimland” defendida pelo professor americano Nicholas J. Spykman, esta que teve um grande impacto na formação da política externa americana no período que compreende 1946-1960. Na sua teoria do Rimland, Spykman chamava atenção para “o valor geopolítico e estratégico das zonas «anfíbias», isto é, que podem funcionar como poder marítimo ou como poder terrestre”. Deste modo, o professor “temia que a União Soviética procurasse dominar a orla marítima que circundava a Eurásia, pelo sul desde os confins da Sibéria, continuando pelo Pacífico e pelo Índico até ao Atlântico - orla marítima a que chamava «Rimland» - e, controlando-a, isolasse a América de contactos vitais para a sua sobrevivência, designadamente o seu comércio externo e as suas necessidades de

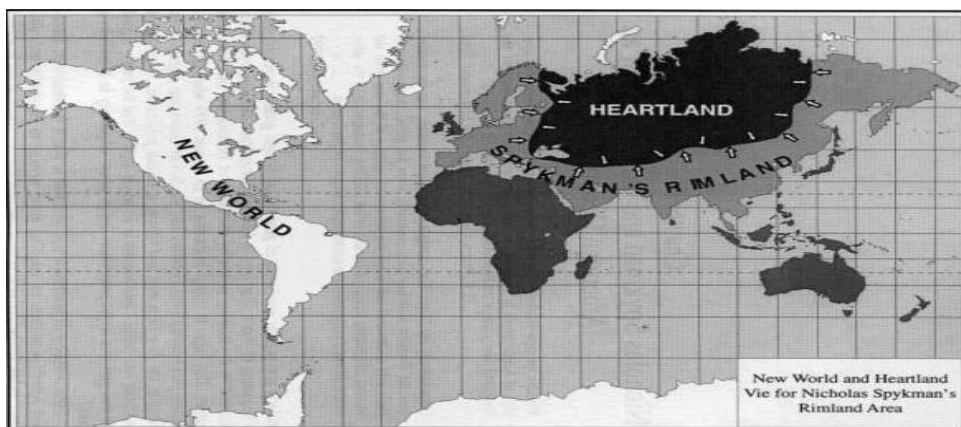
1.200km. Contudo, como resultado de uma feroz resistência, os exércitos alemães foram travados em todas as direções no final de Novembro e no início de Dezembro. A tentativa de ocupação de Moscovo falhou. No decorrer da campanha de Inverno de 1941-1942 foi levada a cabo uma contra-ofensiva. Foi removida a ameaça a Moscovo. As tropas soviéticas rechaçaram o inimigo 80 a 250km para o Ocidente, completando a libertação de Moscovo e da região do Tula, libertando também regiões de Kalinsky e Molensky. Na frente Sul, as tropas soviéticas defenderam a estrategicamente relevante Crimeia. A 2 de Maio de 1945 as tropas soviéticas capitularam a guarnição de Berlim. De seguida, as tropas soviéticas levaram a cabo a operação de Praga, a última operação estratégica da guerra. Passados quatro anos de intensa guerra, às 22:43 da hora central europeia a 8 de Maio de 1945 terminava a guerra na Europa com a capitulação incondicional das forças armadas da Alemanha (2016: 40-42). Do mesmo modo, também pode-se afirmar que a derrocada do regime nazista, encontra uma, senão a sua principal origem na tentativa de ocupação da União Soviética.

matérias primas e combustíveis” (Almeida, 1994: 33). Ou seja, Spykman considerava que caso a Rússia saísse vitoriosa da guerra e se expandisse em direção ao mar, passaria a ter tanto a capacidade terrestre como a marítima, tornando-se assim uma potência hegemónica (Veríssimo, 2013: 85).

“A conclusão seguinte tornava-se óbvia: a estratégia americana, tanto a da paz como a da guerra, tinha uma diretriz geográfica definida: o Rimland. Aí, sim, os EUA deveriam intervir de forma permanente” (Almeida, 2012: 206). Segundo Veríssimo, com a sua tese, Spykman pretendia garantir que os EUA assegurassem o equilíbrio de poderes na Eurásia, para evitar um poder integrado ou a hegemonia de um ou dois Estados sobre o continente e, do mesmo modo evitar o surgimento de um poder excessivamente influente no Extremo Oriente; manter uma situação de indiscutível hegemonia no Hemisfério Ocidental; e impedir o controle do Rimland pela Rússia. Sendo o último objetivo a faixa geoestratégica mais importante, dado que [o Rimland] possui imensos recursos, inclui a região mais populosa do mundo e permite a contenção da Eurásia (2013: 85-86). Para Almeida, “tratava-se de um enorme rosário de Estados com características híbridas, ao mesmo tempo continentais e marítimas, que sempre tinham desempenhado um papel fundamental na definição histórica da força vitoriosa na luta pelo *poder mundial*. Isto é, este conjunto de *Estados anfíbios*, grandes e pequenos, funcionava e funcionária como *fiel da balança*. Daí a necessidade de *intervenção permanente* nessa zona” (2012: 206).

Esta tese significa, como explica o autor, que nunca houve uma simples oposição entre o *poder marítimo* e o *poder terrestre*. Os alinhamentos históricos ter-se-iam feito entre alguns Estados do *Rimland*, com a Rússia (*ibid*: 207). Deste modo, alargando o pensamento de Mackinder, Spykman defendeu: “quem controlar o Rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (Veríssimo, 2013: 83).

Figura 9. O Rimland de Spykman



Fonte: Shian (2016).

De acordo com Almeida, “a morte prematura de Spykman, em 1943, não permite conclusões mais pormenorizadas. Mas pode dizer-se que a política externa americana segue de muito perto as suas sugestões, tomando parte ativa em situações críticas, desde a Coreia ao Mediterrâneo” (1994: 35).

Após de forma breve ter-se apresentado as três teorias de Mackinder - Área Pivot, Ilha Mundial e o Midland Ocean -, duas teorias de Haushofer - Pan-Regiões e Hegemonia Mundial -, e a teoria de Spykman - Rimland -, percebe-se a importância geopolítica e geoestratégica que a Rússia desempenha desde os tempos clássicos no xadrez eurasiático. A Rússia situa-se no centro da área pivot e do Heartland, sendo assim uma civilização da terra⁷⁷ ou então uma civilização eurasiática, comprovando assim o seu excecionalismo. De igual modo, compreende-se que, temendo que a Rússia aspirasse o domínio do mundo, na sua segunda teoria, *Sir* Halford J. Mackinder propôs que os estadistas ocidentais contivessem a Rússia com base nos pressupostos da sua teoria do Heartland, isto é, Mackinder propunha o domínio da Europa Oriental no intuito de evitar que a Alemanha se aliasse a Rússia, pois uma aliança entre a Rússia e a Alemanha, seria do ponto de vista estratégico a combinação de fatores industriais e recursos naturais e demográficos, o que resultaria no domínio do mundo. Entretanto, com o desenrolar da II Guerra Mundial, Mackinder apercebe-se que a Rússia representada pela União Soviética, poderia se sagrar numa das vencedoras do conflito e assim conquistar a Alemanha, o que implicaria tornar-se no maior poder terrestre do

⁷⁷ O conceito de “Heartland” constitui o cerne da “civilização terra”, com a realidade da Federação Russa e as suas fronteiras (Dugin, 2016: 11).

mundo e na potência estrategicamente melhor localizada, sob o ponto de vista defensivo. Neste quadro desfavorável para o Ocidente, Mackinder desenvolve a sua terceira teoria, Midland Ocean. Nela, o geógrafo inglês propõe uma cooperação entre os estados do Atlântico Norte em comunhão com os mares adjacentes. Essa cooperação traduzia-se em unir o Oceano Atlântico, o Mar Báltico, o Mar do Norte, o Mar Mediterrâneo e o Mar das Caraíbas para conter o Heartland, representado pela Rússia de Stalin. Não obstante, a proposta de Mackinder foi materializada com a criação da NATO, cinco anos mais tarde. Contudo, embora as teorias de Mackinder fossem um conjunto de propostas para os líderes das potências aliadas evitarem uma aliança entre a União Soviética e a Alemanha, foi Haushofer quem melhor as acolheu, desenvolvendo deste modo as suas teorias geopolíticas.

Com a teoria das Pan-Regiões, Haushofer, propunha um sistema de Estados Diretores, representados pela Alemanha, Japão, EUA e pela Rússia (União Soviética). Para o major-general, a proposta garantiria que as Pan-Regiões dispusessem de inúmeros recursos naturais, população, e acesso ao mar, o que eliminaria as tendências expansionistas das potências e asseguraria uma paz estável no mundo. Contudo, com a evolução dos acontecimentos, as Pan-Regiões deixaram de responder as necessidades imediatas da Alemanha nazi, e assim Haushofer desenvolve a teoria da Hegemonia Mundial. Com a teoria da Hegemonia Mundial, Haushofer propunha que a Alemanha nazi estabelecesse um conjunto de eixos principais e secundários em parceria com a União Soviética. Sendo que os eixos principais deveriam incorporar Berlin, Moscovo, Roma e Tóquio, e os eixos secundários, a China o Japão e o Chile. Na visão do teórico, uma vez estabelecidos estes eixos, a Alemanha conseguiria dominar o mundo. Entretanto, o líder nazista, ignorou a sua tese, e tentou dominar o Império Soviético, e o resultado foi a humilhante derrota do regime nazista, a capitulação das suas forças e segundo Dugin, a divisão do território de Berlim em dois setores: “o Leste encontrava-se sobre o controle da URSS e o Ocidente sob o controlo das tropas Aliadas, tendo sido unificada à Alemanha Ocidental (RFA - República Federal Alemã)” (2016: 42).

Do outro lado do atlântico, o professor americano Spykman não foge a regra dos seus pares europeus, e desenvolve a sua teoria do Rimland. Com a teoria do Rimland, Spykman procurou alertar os riscos a que os EUA poderiam se expor caso a Rússia dominasse a orla marítima que circundava a Eurásia. Para o autor, esta era uma condição *sine qua non* para o isolamento da América dos contactos vitais para a sua

sobrevivência. Perante este quadro, Spykman propôs que os EUA garantissem o equilíbrio de poder na Eurásia, para evitar a ascensão de um estado ou grupo de estados capazes de desafiar a hegemonia americana na região. Em simultâneo, o professor propunha que a América assegurasse e ou consolidasse a sua posição hegemónica no hemisfério ocidental, e de igual modo, contivesse as aspirações russas em relação ao controle do Rimland. Spykman, com a sua teoria, também refutou ou alargou a máxima de Mackinder, e defendeu que quem controla-se o Rimland governaria a Eurásia; quem dominasse a Eurásia controlaria os destinos do mundo.

De um modo geral, constata-se que os três teóricos acima apresentados, Mackinder, Haushofer e Spykman, e as suas seis teorias, apresentam um denominador em comum, a Rússia. Nas seis propostas (teorias) discutidas, percebe-se a centralidade e a importância da Rússia nas decisões geopolíticas do século XX e dos seus preponentes, e isso deve-se as características únicas (leia-se eurasiáticas e excecionais) do Estado Pivot. Contudo, as abordagens dos três teóricos diferem no papel concebido a Rússia (ou União Soviética), enquanto Mackinder propunha que se dominasse e ou contivesse a Rússia, para que em seguida se dominasse o mundo, Haushofer, na sua teoria da Hegemonia Mundial propunha uma parceria estratégica com o gigante Eurasiático no domínio do mundo, pois entendia que o domínio ou controle do império transcontinental seria uma tarefa muito difícil e por fim revelar-se-ia insustentável. Por outro lado, Spykman, recupera o objetivo de Mackinder de conter a Rússia para evitar o domínio do mundo, contudo, na sua teoria este diferentemente de Mackinder, não se limitou a defender o domínio e o controle do Heartland, Spykman acrescenta o Rimland, e da ênfase na prioridade do domínio do mesmo em relação ao Heartland. Entretanto, é notório o facto de que desde os tempos anteriores a URSS, e ainda antes deste império russo⁷⁸, até a atualidade a história da Rússia ser caracterizada por uma constante luta e resistência a dominação e contenção do seu território por potências estrangeiras. Este padrão reforça a percepção negativa que a Rússia tem das potências estrangeiras, de igual modo, “legítima” uma política externa por vezes percebida pelo Ocidente como sendo agressiva. Contudo, importa referir que tal como a geopolítica crítica que considera a política externa como uma prática social, cultural, discursiva, histórico-espacial e política em construção, a Rússia também o considera. Portanto, este discurso de vitimização constantemente invocado pela Rússia deve ser

⁷⁸ Na sessão que se segue, discutir-se-á a questão do jugo ou dominação mongol.

visto como uma construção social para legitimar a sua política externa, mas que não necessariamente seja o que a presidência Putin-Medvedev crê. Dito de outra forma, este discurso melodramático é o que a Rússia de Putin pretende demonstrar para o mundo, mas não necessariamente o que acredita. Putin pretende moldar e desafiar o que foi considerado como uma identidade essencial da identidade russa ao serviço dos interesses nacionais da Rússia. Assim, a política externa da Rússia deve ser vista como fenómeno social e cultural amplo em constante construção e adaptação.

3.2. O Eurasianismo e a Rússia Contemporânea

No início do século XV, a Rússia já havia começado a adquirir de modo firme e sequencial as características da Heartland, o que levou gradualmente a identificação da sociedade russa como sendo a civilização da terra, a telocracia. O Heartland não é uma característica da cultura dos eslavos do Leste; mas no decorrer do processo histórico foram precisamente os russos aqueles que se encontraram nessa situação e adoptaram uma marca civilizacional continental tendo por base a terra. É por essa razão que a geopolítica russa é por definição a geopolítica da Heartland; ou seja, a geopolítica que tem por base a terra, a geopolítica da terra (Dugin, 2016: 10-11).

Para Dugin, deve-se “ter em consideração a Federação Russa contemporânea de acordo com as suas fronteiras atuais como *um dos momentos* de um ciclo histórico mais extenso, no decorrer do qual o estatismo eslávico de Leste entrou em ressonância com “civilização da terra” e se identificou cada vez mais com o Heartland. Tal significa que a Rússia contemporânea, geopoliticamente considerada, não é algo de novo, ou seja, um mero governo surgido há vinte e poucos anos atrás, mas uma etapa de um processo histórico longo, multissecular, que a cada etapa faz com que a Rússia se torne cada vez mais na expressão da ‘civilização da terra’ a uma escala planetária. Antes, as etnias eslavas de Leste do Principado de Kiev encontravam-se na periferia da civilização ortodoxa, cristã oriental, e encontravam-se na zona de influência da segunda Roma. Isto por si só já colocaria os russos no polo oriental da Europa” (*ibid*: 11-12).

Quanto ao polo asiático, de acordo com Santos, para uma melhor compreensão do que se pretende analisar no trabalho, deve-se recuar na história russa até ao início do século XIII, pois nessa época teve lugar um acontecimento catastrófico que deixou marcas indeléveis no carácter nacional russo. Em 1206, um génio militar de nome

Teumjin, posteriormente conhecido como Genghis Khan, teve o sonho de conquistar o mundo, tarefa que ele cria lhe ter sido confiada por Deus. Nessa época, a Rússia era composta por cerca de uma dúzia de principados, frequentemente em guerra uns contra os outros. Assim, entre 1223 e 1240, a Rússia não tendo conseguido se unir para combater o inimigo comum [os hordas mongóis], os seus principados foram colapsando um a um perante a implacável máquina de guerra mongol (2008: 2).

Após a invasão das hordas mongóis e conquista da Rússia, o Principado foi incluído na construção geopolítica eurásica do império nómada, inspirado na terra de Genghis Khan (posteriormente parte deste separou-se na forma das Hordas Douradas) (Dugin, 2016: 12). Santos acrescenta que o domínio mongol também instaurou um sistema político muito centralizado⁷⁹, e o resultado inevitável foi um jugo tirânico dos príncipes vassallos sobre os seus súbditos, cuja sombra ainda hoje se faz sentir na Rússia. Para o autor, o domínio mongol que perdurou na Rússia por cerca de 250 anos deixou cicatrizes tão profundas e perenes na psicologia da nação russa, que ajudam a compreender grande parte da sua atual xenofobia, política externa (muitas vezes tida como agressiva, como foi referido acima), e histórica aceitação da tirania. Não obstante, no final do século XV, a opressão mongol foi acabada por Ivan III, “o Grande”, príncipe de Moscovo. Isso porque, a tão temida máquina de guerra mongol, tinha entretanto perdido a vontade e o gosto de lutar e se acomodado (2008: 2-3).

Com a queda da Constantinopla e o despertar das Hordas Douradas o principado moscovita herda duas tradições: a tradição político-religiosa bizantina e a tradição eurásica tradicional, tradição esta que foi passada dos mongóis para os grandes príncipes russos. A partir dessa altura os russos começaram a vislumbrar-se como sendo “a terceira Roma”; ou seja, como os portadores de uma organização civilizacional destinta, que contrastava a todos os níveis basilares com a Europa ocidental, com a civilização católica do Ocidente. A partir do século XV, os russos emergem no panorama da História mundial como uma “civilização da terra” e todas as linhas de força geopolítica fundamentais da sua política externa passam desde esta altura a ser sujeitas a um único objetivo: a integração da Heartland, o fortalecimento da sua influencia na zona do Nordeste da Eurásia, a afirmação da sua identidade perante o seu adversário mais agressivo, a Europa Ocidental (a partir do século XVIII a Grã-Bretanha

⁷⁹ Sistema de “khanatos” - semelhantes a principados - onde o “khan” era uma espécie de senhor feudal, sujeito a tributos obrigatórios pesadíssimos pelos mongóis.

e, em maior extensão, o mundo anglo-saxão), que aceitara a iniciativa da “civilização do Mar” e da talassocracia. Este duelo entre a Rússia e a Inglaterra (posteriormente os EUA) desenrola-se desde o século XVIII até a nossa altura, a lógica geopolítica da História mundial, “a grande guerra dos continentes” (Dugin, 2016: 12).

“O significado geopolítico permanece na sua totalidade como invariável em todas as fases subsequentes da História russa: desde o czarismo moscovita passando pelos Romanov, a Rússia de S. Petersburgo e a União Soviética até à atual Federação Russa. Dos séculos XV a XXI a Rússia permanece como o polo planetário da “civilização da Terra”, a Roma *continental*” (*ibid*).

Em tom de síntese da sessão, foi possível compreender que a Rússia contemporânea não constitui algo de novo, a Federação Russa faz parte de um longo processo histórico, que a cada etapa vai consolidando cada vez mais a sua característica de “civilização da terra”. Na presente sessão, também foi possível perceber que a Rússia é uma civilização distinta, contém características tanto europeias como asiáticas, sendo assim uma civilização eurasiática e excepcional⁸⁰. Portanto, da segunda Roma, a Rússia herdou características político-religiosas bizantinas, e dos mongóis, a tradição eurásica ou eurasiática tradicional, tornando assim o eurasianismo uma característica inseparável da história e cultura russa. Contudo, é importante ressaltar que o período da dominação mongol, deixou sequelas profundas na Rússia que se fazem sentir até aos atuais dias. Juntas numa única imagem, estas características da alma russa nos ajudam a perceber de forma mais objetiva e concisa as decisões tomadas por Putin-Medvedev tanto no âmbito doméstico como na conjuntura externa. Ou seja, as cicatrizes deixadas pelo jugo mongol, influenciam tanto as decisões da política interna como da política externa da Rússia de Putin. Assim, olhando para a política externa russa - muitas vezes percebida como sendo belicista, imprudente e agressiva - pode-se concluir que este é um elemento de continuidade não só do período soviético, mas sobretudo da dominação mongol, que passa por todas as fases subsequentes da História russa até à atual Federação Russa. Ainda assim, revelou-se de extrema relevância clarificar que Putin faz o uso do eurasianismo ou excepcionalismo russo como instrumento ideológico para legitimar a sua política externa. Isto é, tal como se analisou na sessão anterior, Putin tem procurado construir a identidade russa envolta de uma ideologia plástica para

⁸⁰ Contudo, importa sublinhar que o facto da Rússia conter características da Europa, assim como da Ásia, não faz da Rússia tanto europeia como asiática. Como será discutida na sessão que se segue, a Rússia é um continente em si, separado tanto da Europa como da Ásia.

legitimar a sua política externa que tem como objetivo recuperar o estatuto internacional russo a partir da percepção que ela tem de si mesma como uma grande potência (*derzhava*). Segundo Ferreira e Terrenas, a percepção da presidência Putin-Medvedev é de que inevitavelmente, quanto mais plástica a identidade da Rússia pós-soviética for, mais fácil será definir objetivos pragmáticos adaptados aos novos desafios do Estado, da sociedade e das elites dirigentes (2016: 48). “São os referentes emocionais de uma memória partilhada que se fundem e legitimam o poder político por via da plasticidade própria do imaginário russo. É portanto inegável que a chegada de Putin à presidência da Rússia representou uma nova dinâmica na transição pós-soviética” (*ibid*: 52).

3.3. O Eurasianismo Clássico

“Entender o pensamento geopolítico russo, após uma grande ruptura, tal qual ocorreu com a URSS, exige a adoção de uma perspetiva distinta, uma vez que a Rússia sempre foi um ator importante e diferenciado do sistema internacional, principalmente, por seu conhecido espaço de influência que sofreu um duro golpe, tanto geográfico quanto político” (Teixeira, 2009: 131). “Após suplantar a grande crise dos anos de transição, a Rússia procura retomar a uma posição de destaque no cenário político-estratégico mundial, buscando reagir à ofensiva estratégica do Ocidente na Eurásia, representada, por exemplo, pela distribuição geopolítica das novas bases norte-americanas, ocorridas nos anos 1990, que correspondem a um ‘novo cordão sanitário’” (*ibid*, 2009: 137). Essa reação da jovem Rússia face as ações do Ocidente (liderado pelos EUA) tem encontrado uma forte estrutura de apoio no eurasianismo ou neo-eurasianismo de Dugin.

Segundo Matos, “o termo eurasianismo apresenta diversas acepções. Surge pela primeira vez no século XIX, cunhado pelo movimento eslavófilo que defendia a rica diversidade da Eurásia, numa espécie de outra via que não europeia ou asiática, e que juntasse a cultura e a tradição da Ortodoxia e da Rússia. Esse foi, pois, seu primeiro uso” (2012: 71).

Nos anos 1920, o movimento Eurasianista conseguiu juntar uma série de intelectuais de alto nível com um amplo espectro de áreas de interesse e especialização, como a geografia, economia, etnografia, linguística, filosofia, [música], história, estudos da religião e orientistas (Lemonte, 2013: 4). Dentre seus nomes mais destacados estão o do filólogo e etnólogo Nikolai S. Trubetsky, o historiador Peter Savitsky, o teólogo

ortodoxo G. V. Florovsky, um músico crítico, Pyotr Suvchinsky e mais a frente, o geógrafo, historiador e filósofo Lev Gumilev (Matos, 2012: 70 e Silvius, 2014: 50).

“Estes teóricos do eurasianismo estudaram de modo aprofundado os impérios de Genghis Khan, Mongol e Otomano, e se encontraram mais de uma vez com Karl Haushofer. Baseado ainda na produção do inglês Halford Mackinder, essa primeira variante do eurasianismo, procurou estabelecer a identidade russa, distinta da ocidental e propugnava uma fusão das populações muçulmanas e ortodoxas [...]. Rejeitaram a proposta de integração russa à Europa, de Pedro, O Grande. Defendiam que a Rússia era, claramente, não europeia, que era um continente em si, separada objetivamente, tanto da Europa quanto da Ásia, pela geografia, e que teve sua cultura moldada por influências da Ásia” (Matos, 2013).

Segundo Lemonte (2013: 5), “a tradicional contraposição entre a Horda Dourada e o Estado Moscovita foi subvertida em seu princípio, pois de seu ponto de vista, ambas constituiriam uma só entidade. O estado moscovita teria sido algo continuísta, produto da síntese entre os elementos culturais eslavos e ‘turanianos’⁸¹, dando parto a uma civilização nova e original. Para os eurasianistas clássicos, então, a própria cronologia do surgimento da civilização russa é sujeita a um revisionismo historiográfico. O período kievano perde [a sua] importância sob esta ótica, já que só será considerada a emergência da civilização russa [...] após o longo período da dominação mongol, no qual uma civilização caracteristicamente eurasiática teria emergido. O Império Mongol representa um elemento-chave na teoria de Trubetzkoy e de outros eurasianistas, fundamental para a defesa de certo relativismo cultural *vis-à-vis* a Europa e sua pretensão universalista para o resto do mundo não ocidental. O Império Mongol era a encarnação da figura de Genghis Khan, que teria sido o responsável por conferir à Rússia o seu senso de identidade cultural singular, além de um modelo de desenvolvimento estatal e controle territorial do espaço eurasiático. Para os eurasianistas é o Império Mongol que dota a Rússia de [uma] pretensão universalista, já que esta deveria necessariamente se transformar na força-motriz para a unificação do espaço eurasiático, sendo neste sentido uma herdeira deste Império”.

⁸¹ Povos de origem turco-mongólica e iraniana da Ásia central e do Cáucaso (Milhazes, 2016: 41-42).

Com a revolução russa de 1917⁸², e com o conseqüente fim da existência formal do Império Russo, juntamente com outros eurasianistas, Trubetskoy tentou adaptar o seu pensamento aos novos desafios da conjuntura internacional⁸³. Perante este quadro, Trubetskoy defendeu que o conceito de separatismo era inaceitável, e insistiu na indivisibilidade da grande região que correspondia à Eurásia. Para o teórico, a globalidade geográfica, económica e étnica, distinta quer da Europa, quer da Ásia deveria ser preservada. Trubetskoy afirmava que “o substrato nacional do antigo Império Russo e o substrato nacional da atual URSS, só poderia ser a totalidade dos povos que habitavam este mesmo Estado, tido como uma nação multi-étnica peculiar e que, como tal, possuía o seu próprio nacionalismo. Na mesma linha de pensamento, Savitsky defendia que a Eurásia havia sido moldada pela natureza. Na sua visão a natureza havia condicionado e determinado os movimentos históricos e a interpenetração dos povos, cujo resultado foi a criação de um único Estado, que derivado da natureza, possuía a qualidade transcendente da mesma (Santos, 2004). Por sua vez, Gumilev defendia “a luta cultural e política entre, de um lado, o Ocidente e, de outro, o subcontinente da Eurásia, guiado pela Rússia” (Matos, 2012: 71).

“Os eurasianistas clássicos, também defenderam que o conflito civilizacional entre a Rússia e a Europa antecede ao Eurasianismo. Os eurasianistas expandiram este tema falando do morrer do Ocidente e da iminente ascensão do Oriente” (Silvius, 2014: 51). “No campo da economia, esta primeira versão do eurasianismo defendia a existência da propriedade privada, mas apresentavam-se como adversários do ‘capitalismo puro’, e apelavam a uma cooperação entre as propriedades privada e estatal” (Milhazes, 2016: 42). “O corpo do trabalho do eurasianismo clássico pode ser considerado uma prolongada crítica a Europa, na qual a Rússia é concebida como uma entidade geocultural distinta, fora da esfera da civilização europeia” [...] Para os teóricos clássicos, “o eurasianismo constituiu uma versão da ideocracia russa - o reinado de uma

⁸² Os eurasiáticos clássicos distinguiram a Revolução Russa em dois aspetos principais da mesma. Primeiro, como a representação do culminar da tendência de ocidentalização na história russa iniciada pelas reformas de Pedro, O Grande. Para os eurasiáticos, isso constituiu não só uma rebelião contra Deus em prol de objetivos seculares, mas também o início de uma profunda divisão entre uma elite educada, o governo e o povo russo. Em segundo lugar, a revolução destruiu a velha ordem e trouxe forças populares para a vida política russa. No entanto, sendo estranho ao povo russo, o bolchevismo serviu apenas como uma função temporária que seria substituída pelo eurasianismo, uma ideologia orgânica e religiosa mais próxima da perspectiva do povo russo. Ao suplantarem os bolcheviques, os eurasiáticos “assegurariam a estabilidade de um Estado” orgânico “russo” (Silvius, 2014: 51-52)

⁸³ Nesse período, os russos, antes considerados como os “donos e proprietários” de todo o território, passaram a ser considerados “um povo entre outros” que partilhavam a autoridade territorial (Santos, 2004).

ideia abrangente, empregada por uma classe dominante (neste caso os eurasiáticos) e salvaguardada por um estado autocrático” (Silvius, 2014: 51-52).

Além desta primeira versão do eurasianismo, temos o atual eurasianismo ou neo-eurasianismo. De acordo com Matos, “o atual Eurasianismo, ou neo-eurasianismo, herda dos anteriores muitas de suas características, mas é distinto de ambos em vários sentidos” (2012: 72). O eurasianismo contemporâneo que na sessão que se segue passamos a discutir, é representado essencialmente por Aleksandr Dugin.

“Aleksandr Dugin pode ser caracterizado como geopolítico, filósofo, cientista político e sociólogo. Ele é também considerado um importante jornalista e analista político. É preciso enfatizar sua grande influência no pensamento geopolítico russo pós-soviético”. O seu pensamento de que a geopolítica não é somente uma ciência, mas possui muito de ideologia tem tido muita influência na política russa, e os seus livros tem sido utilizados pelas escolas geopolíticas militares e civis da Rússia. Na Rússia, Dugin tem ocupado vários cargos, de entre eles, pode-se destacar o de assessoria no Duma, onde teve e continua a ter muita influência junto aos assessores responsáveis pela política externa do governo [...] [Putin-Medvedev], sendo considerado o idealizador oficioso dessa. Como será discutida na sessão que se segue, a influência de Dugin é vista nos pronunciamentos de ambos os líderes russos, quando abertamente falam do eurasianismo como o guia das relações internacionais da Rússia (Matos, 2012: 73).

De acordo com Teixeira, “Dugin é o principal defensor do neo-eurasianismo, assim como, Zbigniew Brzezinski, acredita que o centro do mundo é a Eurásia e por isso, a Rússia tem que ser o centro da Eurásia. Sua obra retoma o conceito geopolítico clássico de Halford Mackinder, a teoria da Heartland [...]”. Do seu ponto de vista, “este é o momento da Rússia lutar pelo poder na região com os EUA, uma vez que com a sua posição geográfica e com os seus recursos naturais, é capaz de garantir aos povos e aos Estados vizinhos a soberania e a verdadeira segurança da região” (2009: 138-139). De igual modo, Dugin recupera a tese das Pan-Regiões de Haushofer (figura 8), e “a redesenha para defender, contra o mundo unipolar da globalização atual, um novo modelo de globalização multipolar” (Matos, 2012: 75).

“Esse novo pensamento geopolítico russo valoriza o fortalecimento do Estado Russo e a ampliação de sua área de influência, sobretudo no que se denomina de

Eurásia, demonstrando assim o deslocamento geográfico da antiga área de influência soviética - o Leste Europeu - para a Ásia Central. O crescimento dos laços russos com os países da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tadjiquistão e Quirguistão) e do Cáucaso (Armênia), revela-nos o estabelecimento de um novo eixo geopolítico. Ademais, promove fortes relações econômico-militares com países como o Irã[o] e a Índia e concretiza a Organização para Cooperação de Xangai (SCO) - [...] [construção] geopolítica que poderá se tornar na maior aliança estratégico-geopolítica desde a criação da NATO -, que torna evidente que a Eurásia será o novo palco geopolítico do século XXI, com clara intenção russa de dominá-lo geoestrategicamente” (Sousa, 2012: 61).

3.4. O Neo-Eurasianismo de Dugin

Para Dugin, mais do que ninguém, “a pretensão de representar o legado político-intelectual do eurasianismo clássico é um elemento fundamental para sua militância política. Ele estabelece esta continuidade de diferentes maneiras: por um lado, através de uma fidelidade ideológica professada à tradição clássica em seus próprios escritos, e por outro, através da edição em grande escala e republicação dos textos essenciais do eurasianismo clássico. Através desta última atividade, Dugin prestou um serviço analisando o período entre guerras agora amplamente disponíveis para a consulta e estudo [...] [ao] mesmo tempo, é claro, isso serve [ao] seu objetivo adicional de colocar o seu próprio selo sobre esta literatura, reforçando assim a sua pretensão de representar sua continuação genuína” (Lemonte, 2013: 8).

Dugin (2017a), apresenta a teoria do eurasianismo de século XXI ou neo-eurasianismo como sendo “uma alternativa ou versão multipolar da globalização”. Para Dugin, a globalização tem transformado o Estado-nação em um Estado-global, que pressupõe a construção de um sistema de governo a escala planetária no interior de um único sistema econômico-administrativo. Segundo o teórico russo, “é um erro acreditar que todas as nações, classes sociais e modelos econômicos devem repentinamente começar a cooperar nas bases desta nova lógica planetária”. Na visão do autor, “a globalização é um fenômeno unidimensional e unilateral que tenta universalizar o ponto de vista ocidental (americano) de como melhor gerenciar a história humana. É a unificação em um só sistema (frequentemente associada à supressão e à violência) de

diferentes estruturas nacionais, sócio-políticas, étnicas e religiosas. É uma tendência histórica da Europa ocidental que alcançou o seu auge através do domínio dos [...] [EUA]”.

“A globalização é a imposição do paradigma atlântico. No entanto, os defensores da globalização, evitam admitir a qualquer custo. Os globalistas argumentam que quando não houver mais alternativas ao atlantismo, ele deixará de existir. O filósofo político americano Francis Fukuyama escreveu sobre o “Fim da História”, que na verdade significa o fim da história geopolítica e do conflito entre o atlantismo e o eurasianismo. Isto significa a arquitetura de um novo sistema mundial sem nenhuma oposição e com apenas um polo - o polo do atlantismo. Podemos também referir-se a isto como a Nova Ordem Mundial. O modelo antigo de oposição entre dois polos (Leste - Oeste ou Norte - Sul) é transformado em um modelo centro-periferia, onde o centro é o Ocidente, ou o “Norte rico”, e o sul é reduzido a periferia. Esta [...] arquitetura do mundo está completamente em desacordo com o conceito de Eurasianismo (Dugin, 2014).

O neo-eurasianismo rejeita o modelo mundial de centro-periferia. Em contraste, defende que o planeta consiste em uma constelação de espaços vivos parcialmente autônomos e abertos uns aos outros, e que estas áreas não são as dos Estados-Nações, mas as de uma coligação de Estados, reorganizados em federações continentais ou “impérios democráticos” com um largo grau de autonomia interna. Para o autor, cada uma destas áreas deve ser multipolar, e com uma variedade de fatores administrativos, religiosos, culturais e étnicos (Dugin, 2017a).

“O pensamento neo-eurásiano não visualiza o sistema de governo com base nos valores liberais e democráticos como sendo o único caminho para a humanidade” (Teixeira, 2009: 139). Ele “rejeita por completo o universalismo do atlantismo e do americanismo”. Na avaliação do autor, “a configuração da Europa ocidental e da América possui elementos muito atraentes, que podem ser adotados e prezados, mas em sua totalidade é meramente um sistema cultural que tem o direito de existir em seu próprio contexto histórico, ao lado de outros sistemas culturais e civilizacionais” (Dugin, 2017a). “O Eurasianismo do século XXI é uma nova plataforma para o entendimento e cooperação de grandes conglomerados de diferentes poderes: Estados, nações, culturas e religiões que rejeitam a versão Atlântica de globalização” (Teixeira, 2009: 139). “A teoria eurásianista oferece a oportunidade de escolha de um futuro

diferente dos clichês do atlantismo e da sua ideia de um único sistema de valores para toda a humanidade” (Dugin, 2014). Todavia, importa ressaltar que a “ideia eurásiana protege não apenas os sistemas de valores anti-atlantistas, mas a diversidade das estruturas de valor. É um tipo de sistema ‘poliverso’ que providencia espaços vitais para todos, incluindo os EUA e o atlantismo ao lado de outras civilizações, pois o eurásianismo também defende as civilizações da África, de ambos os continentes americanos, e da área do Pacífico paralela à Terra Mãe eurásiana” (Dugin, 2017b).

O eurásianismo de Dugin pode ser visto de duas maneiras: como geopolítica russa, tal como uma mundivisão que tem como pressuposto a reorganização internacional. Isto é, de acordo com Matos, “visto de maneira integral, o neo-eurásianismo não é apenas uma teoria geopolítica, mas uma filosofia geral que possui as seguintes características: histórica e geograficamente é o mundo inteiro excetuando o setor ocidental; estratégica e militarmente é a união de todos os países que não aprovam as políticas expansionistas dos EUA e da NATO; culturalmente representa a preservação das tradições culturais, nacionais, étnicas e religiosas orgânicas; e socialmente representa formas diferentes de vida econômica e a ‘sociedade socialmente justa’” (2012: 73). Enquanto teoria geopolítica, o neo-eurásianismo faz parte da chamada escola expansionista. A figura 10, simbolicamente clarifica as aspirações expansionistas do coração da Rússia para o mundo, ou seja, uma expansão em todas as direções do globo.

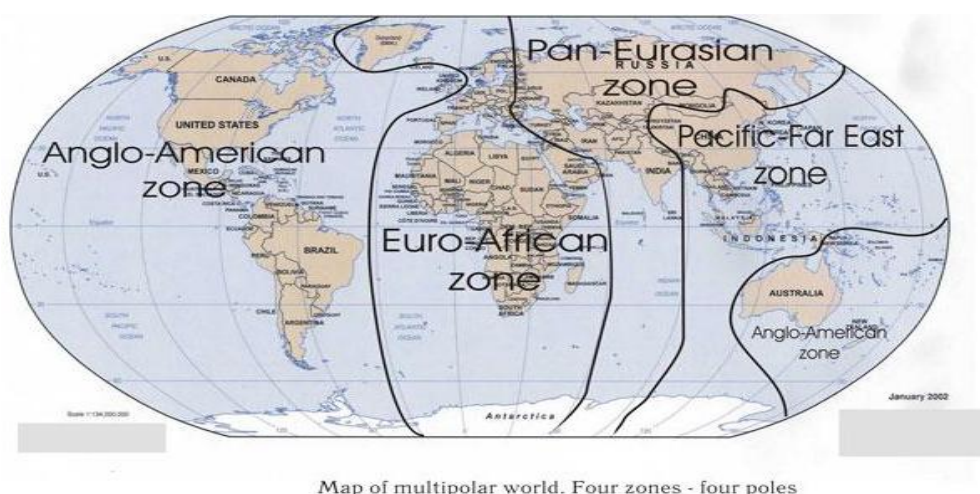
Figura 10. Projeção de Poder Russo segundo Dugin



Fonte: Journal of Eurasian Affairs (2013).

Sintetizando a discussão acima apresentada, pode-se concluir que o neo-urasianismo tem por princípios “o diferencialismo: pluralismo de sistema de valores contra a dominação obrigatória de uma ideologia”; [...] “a tradição: contra a supressão de culturas, dogmas e descobertas das sociedades tradicionais”; [...] “os direitos das nações contra os ‘bilhões de ouro’ e a hegemonia neocolonial do ‘norte rico’”; [...] “as etnias como valores e sujeitos da história contra a despersonalização das nações, aprisionadas em construções sociais artificiais”; [...] “a justiça social e solidariedade humana contra a exploração e humilhação do homem pelo homem” (Matos, 2012: 73-74). Nesta ordem de ideias, a figura 11, inspirada na teoria das Pan-Regiões de Haushofer (figura 8), apresenta o projeto estratégico do neo-urasianismo que divide o mundo em quatro cinturões geográficos ou zonas meridionais, de Norte a Sul, “a zona Anglo-Americana, Euro-Africana, Rússia-Ásia Central e zona do Pacífico” (Teixeira, 2009: 140).

Figura 11. As Pan-Regiões de Dugin

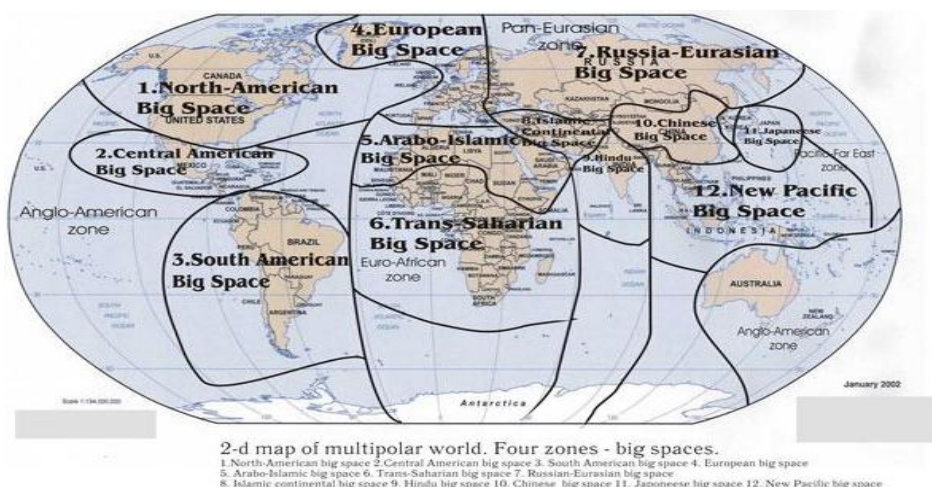


Fonte: Dugin (2017).

“Cada um destes cinturões (zonas meridianas) se contrapõe, e todas eles contrabalançam a zona meridiana atlântica” (Dugin, 2014). Para Dugin, “no futuro, estes cinturões poderão ser a base sobre a qual se poderá construir um mundo com características multipolares: onde haverá mais de dois polos, contudo, o número será muito menor do que o atual número de Estados-Nações. O modelo euroasiático propõe a existência de quatro polos” [...] entretanto, “a visão do mundo como sendo baseada em zonas meridianas é aceite pela maioria dos geopolíticos americanos que procuram a criação de uma Nova Ordem Mundial e a globalização unipolar. Contudo, a existência

do espaço meridiano Rússia-Ásia Central revela-se ser um grande obstáculo. Os futurólogos do Atlântico dividem o mundo em três zonas: 1. polo americano, com a União Europeia como sua periferia próxima (Euro-África como uma zona adjacente); 2. As regiões da Ásia e do Pacífico como sua periferia de longo alcance; 3. Rússia e Ásia Central são fracionárias, mas sem que se constitua uma zona meridiana independente, ou seja, o modelo proposto pelos geopolíticos americanos é ou continua sendo unipolar”. Para Dugin, “a última zona meridiana contrabalança a pressão americana e proporciona às zonas europeias e do Pacífico a capacidade de atuar como polos civilizacionais autossuficientes”. Não obstante, cada Pan-Região consiste em vários “grandes espaços” ou “impérios democráticos” (figura 12), onde cada um deles possui uma relativa liberdade e independência, mas está estrategicamente integrado em uma zona meridiana correspondente. Os grandes espaços correspondem às fronteiras das civilizações e incluem vários Estados-Nações ou união de Estados (Dugin, 2017a).

Figura 12. Os Grandes Espaços de Dugin



Fonte: Dugin (2017b).

Para asseverar a exequibilidade do domínio do imenso espaço da zona meridional Rússia-Ásia central, Dugin defende que a Rússia precisaria de reformas internas, e de criar novas alianças. Internamente, Dugin propõe a criação de um Estado multi-étnico e multi-religioso, enquanto que, no plano externo, propõe a criação de alianças com países como a Alemanha, o Irão e o Japão. O plano de ação de Dugin, tem em vista a criação de três projetos especiais: Pan-Europeu (Alemanha), Pan-Árabe (Irão) e Pan-Asiático (Japão). Importa evidenciar que o autor considera a China como

um adversário e concorrente para a Eurásia, e propõe um pacote de medidas pelas quais podem enfraquecer Pequim no futuro (Marcu, 2007).

Para Dugin, com base na necessidade de integração continental, a Rússia deveria estabelecer no sul da Eurásia uma “nova geopolítica” e, portanto, a Índia, a China, a Indochina e os países islâmicos deveriam ser vistos como um “teatro de manobras continentais de posição”, a fim de vincular estreitamente a partir do ponto de vista estratégico todas essas regiões com o centro da Eurásia representado por Moscovo (*ibid*).

Assim, é notável que “as características estratégicas do eurasianismo estão relacionadas a diferentes ações que devem ser tomadas respeitando aspetos militares, econômicos, políticos, étnicos e religiosos daquela região”. Porém, além das alianças estratégicas com os vizinhos, “vetores como Moscovo-Teerão, Moscovo-Nova Deli e Moscovo-Ancara são considerados básicos para essa integração, e há ainda planos para o Afeganistão e o Paquistão, a região do Cáucaso e a Ásia Central, assim como a valorização das relações com a França e a Alemanha através dos vetores Moscovo-Paris e Moscovo-Berlim, respetivamente” (Matos, 2012: 76).

3.4.1. Eixo Moscovo-Teerão

“A quarta zona meridiana compreende a integração do meridiano russo-ásia central. A questão central deste processo é a implementação do eixo Moscovo-Teerão. Todo o processo de integração depende do estabelecimento de uma parceria estratégica bem-sucedida a médio e longo prazo com o Irão. A aliança entre o Irão e o potencial económico, militar e político da Rússia reforçará o processo de integração desta zona, tornando o desenvolvimento desta simultaneamente irreversível e autónomo. O eixo Moscovo-Teerão será a base para uma maior integração. Tanto a Rússia quanto o Irão são potências autossuficientes, capazes de criar um próprio modelo organizacional estratégico para a região” (Dugin, 2014).

3.4.2. Eixo Moscovo-Nova Deli

“A cooperação russo-indiana é o segundo mais importante eixo meridiano de integração no continente eurasiático e em seus sistemas de segurança coletiva. Moscovo terá um papel importante neste espaço, diminuindo as tensões entre Deli e Islamabad (Kashmir)” (Dugin, 2017b). “O plano eurasiático para a Índia, patrocinado por Moscovo, implica a criação de uma federação que repousara na diversidade da sociedade indiana composta por numerosas minorias étnicas e religiosas, incluindo sikhs, jains, zoroastrianos, cristãos e muçulmanos” (Dugin, 2014).

3.4.3. Eixo Moscovo-Ankara

“O principal parceiro regional da Rússia no processo de integração da Ásia Central é a Turquia”. A ideia eurasiática está a tornar-se popular na Turquia devido ao entrelaçamento das tendências ocidentais e orientais. “A Turquia reconhece as suas diferenças civilizacionais com a União Europeia, seus interesses e objetivos regionais distintos, a ameaça da globalização e a consequente perda de soberania. É imperativo para a Turquia estabelecer uma parceria estratégica com a Federação Russa e com o Irã[o]”. Para Dugin, “a Turquia só será capaz de manter as suas tradições dentro de um modelo de mundo multipolar. E parece que certas fações da sociedade turca entendem esta situação, desde as elites políticas e os socialistas até as religiosas e militares. Assim, o eixo Moscovo-Ankara pode se tornar numa realidade geopolítica apesar do longo período de hostilidade mútua” (Matos, 2012: 77).

3.4.4. O plano eurasiático para o Afeganistão e Paquistão

“O vetor de integração com o Irão é de vital importância para que a Rússia tenha acesso aos portos de águas quentes, bem como para a reorganização política e religiosa da Ásia Central (países asiáticos da CEI, Afeganistão e Paquistão). A estreita cooperação com o Irão pressupõe a transformação da área afegã-paquistanesa em uma confederação islâmica livre, leal a Moscovo e a Teerão. A razão disso é que os estados independentes do Afeganistão e do Paquistão continuarão a ser uma fonte de desestabilização, ameaçando os países vizinhos. Somente a unificação dos esforços geopolíticos de todas essas nações proporcionará a capacidade de implementar uma nova federação da Ásia

Central e transformara esta região complicada em uma área de cooperação e prosperidade” (Dugin, 2014).

3.4.5. O Cáucaso

O Cáucaso é a região mais problemática para a integração eurasiática devido ao seu mosaico de culturas e etnias que facilmente leva a tensões entre as nações. Esta multiplicidade étnica é uma das principais armas usadas por países que buscam parar com o processo de integração do continente [...] [eurasiático]. A região do Cáucaso é habitada por nações que pertencem a diferentes Estados e áreas civilizacionais. A região deve ser um polígono de testes de diferentes métodos de cooperação entre os povos, pois o que for bem sucedido ali poderá sê-lo ao longo do continente eurasiático. A solução [...] [eurasiática] para este processo jaz não na criação de Estados étnicos ou estritamente associados a uma só nação, mas no desenvolvimento de uma federação flexível fundamentada nas diferenças étnicas e culturais no interior de um contexto estratégico comum da zona meridiana (Dugin, 2017a). “O objetivo deste plano é o de criar um sistema semi-eixo entre Moscovo e os centros do Cáucaso (Moscovo-Baku, Moscovo-Erevan, Moscovo-Tbilisi, Moscovo-Makhachkala, Moscovo-Grozny, etc.)” (Dugin, 2014), “e entre os centros Caucasianos e os aliados da Rússia no interior do projeto eurasiático (Baku-Ankara, Erevan-Teerão etc)” (Dugin, 2017b).

3.4.6. O plano eurasiático para a Ásia Central

“A Ásia Central deve se mover rumo à integração com a Federação Russa, em um bloco unido estrategicamente e economicamente no interior da estrutura da União Eurasiática, a sucessora da CEI. A principal função dessa área específica é a de reaproximar a Rússia aos países do Islão continental (Irã[o], Paquistão, Afeganistão)”. Para Dugin, desde o início, o setor da Ásia Central deve possuir vários vetores de integração”. O primeiro, deveria tornar a Federação Russa no “principal parceiro (similaridades de cultura, interesses econômicos e energéticos convergentes, e uma estratégia comum de sistema de segurança). O vetor alternativo, deveria se focar em semelhanças étnicas e religiosas: mundos turco, iraniano e islâmico” (Matos, 2012: 78).

Diante do exposto, é evidente que na avaliação de Dugin, “a restauração da Rússia como grande potência está diretamente ligada ao conceito de um grande espaço eurasiático comum, conceito tomado dos diferentes autores eurasianistas e adaptado para casos empíricos de definição da política externa. [Por exemplo], por trás do projeto de integração regional da União Eurasiática esta presente a retórica civilizacionista [mais afrente, voltar-se-á a debruçar a cerca desta organização], comum entre os autores eurasianistas, mas também presente em Dugin e nos eurasianistas clássicos” (Lemonte, 2013: 9). Nada obstante, com o pressuposto de que os interesses estratégicos da Rússia devem ser orientados de um modo anti-ocidental e para a criação de espaço Eurasiático de domínio russo, o Eurasianismo ganhou rapidamente importância nos meios da política externa russa e, mais significativo ainda, o eurasianismo é cada vez mais evidente no discurso e na condução da política externa russa, pelo presidente Putin⁸⁴ (Santos, 2004). Todavia, importa referir que, segundo Ferreira e Terrenas, “a nomeação de Primakov para ministro das Relações Exteriores em Janeiro de 1996 seria então o primeiro sinal de transição para uma nova estratégia civilizacional do Estado russo e uma nova política externa” (2016: 49). Citado por Tsygankov (2013: 95), na sua primeira conferência de imprensa como Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Primakov proferiu o seguinte discurso:

“A Rússia tem sido e continua a ser uma grande potência, e a sua política para o mundo exterior deve corresponder a esse *status*. A Rússia é tanto a Europa quanto a Ásia, e essa localização geopolítica continua a desempenhar um papel tremendo na formulação da sua política externa.... Os valores geopolíticos são constantes que não podem ser abolidos pelos desenvolvimentos históricos” (Primakov, 1992: 104).

Entretanto, embora o conjunto de tentativas de Primakov em dotar a política externa russa de um caráter eurasianista tivessem contribuído para o alcance deste objetivo, foi a partir de 2000, com a ascensão de Vladimir Putin a presidência da Rússia, que a concepção do Eurasianismo como característica distinta, distintiva e excepcional da civilização russa retornou a política externa russa de forma definitiva. O episódio que comprova o retornar deste *nomos* distintivo⁸⁵ russo para a sua política

⁸⁴ *O novo projeto de integração para Eurásia: um futuro que nasce hoje*. Artigo escrito por Vladímir Pútin (2011), para o jornal “Izvéstia”.

⁸⁵ A Federação da Rússia definiu-se, desde o final dos anos 1990, como corpo político distinto da União Soviética, mas de matriz territorial muito próxima. A legitimidade desta nova postura é evocada por Putin recorrendo à tese do “excepcionalismo” russo (Ferreira e Terrenas, 2016: 61).

externa, deu-se quando o presidente Vladimir Putin, em Novembro de 2001, na Cúpula Asiática, em Brunei, declarou o seguinte:

“A Rússia sempre se sentiu como um país eurasiático. A maior parte do território russo encontra-se na Ásia. Mas deve ser dito com toda a honestidade que nós nunca fizemos o uso dessa vantagem. Eu acho que chegou o momento de em conjunto com os países da região da Ásia-Pacífico se acasalar as palavras com as ações, e construir laços económicos, políticos, entre outros. Hoje a Rússia tem tudo que é necessário para fazê-lo” (Laruelle, 2008: 7).

Deste modo, na presidência Putin-Medvedev, a reconstrução do espaço soviético torna-se numa das primordiais prioridades do Governo. Um dos exemplos da materialização desse objetivo definido por Putin, é a chamada, “União Euroasiática” (Babo, 2014: 2). A União Eurasiática foi proposta pela primeira vez por Nursultan Nazarabayev em 1994, e é na verdade o segundo degrau de um projeto de integração regional já iniciado com o estabelecimento de uma União Aduaneira entre a Rússia, o Cazaquistão e a Bielorrússia em 2012 (Lemonte, 2013: 10), e tem por objetivo “unir os Estados que outrora pertenceram a União Soviética - com exceção, por ora, dos países bálticos - em um processo de integração. Não deixa de ser curioso que o território da União Euroasiática assemelha-se ao da União Soviética que, por sua vez, possui fortes paralelos aos domínios terrestres do Império Russo. Este, como apontado por Mackinder, correspondeu historicamente ao Heartland” (Babo, 2014: 2). Nada obstante, segundo Lo (2002: 160) desde a ascensão de Putin a presidência da Rússia, a questão da identidade cultural-nacional russa “tornou-se mais maleável do que nunca. Sua importância agora é quase que meramente instrumental, moldada pelo contexto político e geográfico e não na base da crença pessoal. Esta generosa aplicação de identidade tem sido usada pela cobiça e pelo interesse político da elite russa [...] o resultado, portanto, é que a identidade russa tornou-se num agente ativo para influenciar a política externa russa ao invés de um dispositivo de racionalização a ser usado ao serviço dos chamados ‘interesses nacionais’. Em vez de múltiplas identidades serem uma fonte de clivagens na elite da política externa e doméstica russa, elas tornaram-se num conjunto abrangente de justificativas para a crescente presença e participação da Rússia nos assuntos mundiais. Uma vez que um ou outro aspeto identitário pode ser ‘ativado’ pela administração Putin para legitimar a sua política externa”.

Em linhas gerais, após ter-se realizado este debate teórico-ideológico, o primeiro aspeto que desperta a nossa atenção são as semelhanças existentes entre a teoria das Pan-Regiões de Haushofer e a teoria do neo-eurasianismo de Dugin. Tal como na teoria

das Pan-Regiões, na teoria do Eurasianismo, a distribuição de poder encontra-se verticalmente e não horizontalmente, (figuras 8 e 11), ou seja, o poder encontra-se orientado no sentido dos meridianos. Ambas as teorias defendem que devido a abundância de recursos disponíveis em cada meridiano, cada Pan-Região seria por si só autossuficiente, e por último, tal como Haushofer, Dugin defendeu que este sistema pan-regional, eliminaria as tendências expansionistas das potências, e criaria uma paz estável na humanidade. Contudo, importa realçar que tanto na teoria das Pan-Regiões de Haushofer, como em todas as outras anteriores teorias geopolíticas, propunha-se a dominação do mundo pela via militar, por vezes por um único Estado ou Estado-Diretor (Haushofer e Spykman), outras por um conjunto de estados. Em contraste a teoria eurasianista propõe um mundo poliverso, com espaços vitais para todos. Por outras palavras, o neo-eurasianismo propõe a dominação desses espaços vitais de forma geoestratégica e ideológica, e não militar.

Quanto ao eurasianismo clássico, os seus percursores procuraram exaltar a identidade russa como sendo distinta da ocidental, deste modo propondo uma fusão entre as populações ortodoxas e muçulmanas. Para os eurasianistas clássicos, a globalidade geográfica, económica e étnica da Rússia, distinta quer da Europa, quer da Ásia deveria ser preservada. Na visão eurasianista clássica, a Rússia não era nem europeia, nem asiática, mas sim um continente em si, que teve a sua cultura moldada por influências da Ásia e Europa. Para eles, é o Império Mongol que dota a Rússia de uma pretensão universalista, e consequentemente excepcional, o eurasianismo. Neste sentido, estes teóricos defendiam que a Eurásia era produto da natureza, e que este produto havia culminado na criação do Estado Russo. Para estes teóricos, o Ocidente estava em queda e o Oriente em ascensão, deste modo, a luta cultural e política entre o Ocidente e o subcontinente da Eurásia liderado pela Rússia tornava-se inevitável. Assim, conclui-se que a espinha dorsal da teoria eurasianista clássica, pode ser entendida como sendo uma prolongada crítica a Europa, e o enaltecimento da Rússia como sendo uma entidade geocultural distinta tanto da civilização asiática e sobretudo da civilização europeia. Por sua vez, o eurasianismo de Dugin, herda muitos dos pressupostos do eurasianismo clássico, mas é distinto do mesmo em vários sentidos. Do eurasianismo clássico, o neo-eurasianismo herda o orgulho russo, a ênfase ao fortalecimento do Estado e a expansão da sua área de influencia, em especial a Eurásia, isto é, herda o conceito do grande espaço eurasiático comum, mantém a visão de que o poder global tem se deslocado do Ocidente para o Oriente, e por último, conserva o seu

carater anti-capitalista e apresenta-se como sendo o adversário do “capitalismo puro”, isto é, civilização da terra vs civilização do mar, telucracia vs talassocracia. Porém, o neo-urasianismo ou o atual eurasianismo, expande a visão eurasianista clássica e passa a apresentar-se como uma alternativa multipolar a globalização estabelecida no período pós-Guerra Fria que tem transformado os Estados-nações em Estados-globais com um único sistema económico-administrativo, o liberal ocidental.

Para Dugin, a globalização é imperial, tenta expandir os valores ocidentais, e ignora todas as nações, classes sociais e modelos económicos diferentes. Dugin, rejeita dicotomia centro-periferia, e não entende o sistema de governo baseado nos valores liberais e democráticos como sendo a única opção a ser seguida. A teoria neo-urasianista de Dugin, propõe a criação de espaços vivos parcialmente autônomos e abertos uns aos outros. Para o autor, trata-se de uma coligação de Estados, organizados em federações continentais ou “impérios democráticos” com um largo grau de autonomia. Para assegurar o bom funcionamento dos “impérios democráticos”, Dugin propõe que estas áreas sejam multipolares, e com uma variedade de fatores administrativos, religiosos, culturais, e étnicos. Todavia, embora Dugin rejeite um único sistema de governo baseado nos valores liberais e democráticos, ele reconhece que o Ocidente tem atributos que devem ser adotados e preservados, entretanto, enfatiza que estes nunca deverão ser impostos, uma vez que nada mais são do que um sistema cultural que tem o direito de existir em seu próprio contexto histórico, juntamente com os outros modelos culturais e civilizacionais.

Assim, Dugin propõe a divisão do mundo em quatro zonas meridionais: Anglo-Americana, Euro-Africana, Rússia-Ásia Central e zona do Pacífico, tal como Haushofer propusera com a sua teoria das Pan-Regiões. Para Dugin, cada uma destas zonas se contrapunham, e todas elas contrabalançavam a zona meridiana atlântica liderada pelos Estados Unidos. Contudo, dentro das Pan-Regiões de Dugin, existiam vários “grandes espaços” ou “impérios democráticos”. Segundo o autor, os grandes espaços refletiam as fronteiras civilizacionais da humanidade e eram compostos por vários estados-nações ou união de Estados. Internamente, na Rússia, Dugin propõe que se leve a cabo um conjunto de reformas com o objetivo de se criar um estado multi-étnico e multi-religioso, e externamente propõe o estabelecimento de três projetos especiais: Pan-Europeu (Alemanha), Pan-Árabe (Irão) e Pan-Asiático (Japão). Contudo, além destas alianças estratégicas, Dugin propõe a criação de vetores ou eixos como Moscovo-

Teerão, Moscovo-Nova Deli e Moscovo-Ancara, do mesmo modo que propõe o estabelecimento de parcerias com o Afeganistão e o Paquistão, a região do Cáucaso e a Ásia Central, e ainda enfatiza a necessidade do reforço das relações com a França e a Alemanha com base em vetores Moscovo-Paris e Moscovo-Berlim.

Na avaliação do autor, este modelo de cinturões estratégicos visa a fortalecer o poder da Rússia dentro da Eurásia. Com as Pan-Regiões e com uma narrativa anti-ocidente, Dugin pretende restaurar a *derzhava* Rússia. Entretanto, merece destaque o fato de que o neo-eurasianismo, tem tido uma forte influência no processo de condução e formulação da política externa russa, e mais notável é a narrativa eurasianista nos discursos do presidente russo. Deste modo, desde a ascensão de Putin a presidência, a reconstrução do espaço pós-soviético e a contrariedade das ações unilaterais dos EUA e ou Ocidente tornaram-se nas principais prioridades da política externa russa. Contudo, segundo pensadores como Lo, a identidade russa e, conseqüentemente o eurasianismo têm sido usada por Putin para legitimar a política externa russa e não propriamente para defender os interesses nacionais russos. Indiscutível é que o eurasianismo e a identidade russa têm sido usados pela presidência Putin-Medvedev para legitimar a sua política externa, entretanto, discutível é se têm sido ou não usados ao serviço dos interesses nacionais russos. Se deve existir uma mudança nesta linha de ação, esta deve se centrar nos interesses nacionais russos e não na política externa, a política externa é meramente projeção dos interesses nacionais de um estado na cena internacional. Portanto, afirmar-se que a política externa russa não reflete os interesses nacionais russos não é de todo uma verdade absoluta.

Como exemplo da reconstrução do espaço soviético, temos a União Eurasiática, que no fundo trata-se do esqueleto da ex-URSS, quanto ao segundo objetivo, contrariar as ações unilaterais dos Estados Unidos e ou Ocidente, este é um assunto que será discutido no capítulo que se segue, entretanto, pode-se avançar que Putin tem contrariado as ações unilaterais do Ocidente financiando partidos anti-globalização, xenófobos, nacionalistas, anti-NATO, e anti-Europa. Portanto, a Rússia esta de volta ao jogo internacional e procura se reencontrar com os seus momentos de glória, por sua vez o eurasianismo é a ideológica escolhida pela presidência Putin-Medvedev para atingir este objetivo (leia-se restabelecer a *derzhava* Rússia).

3.5. Destino Manifesto Russo

Após se discutir a teoria neo-urasianista e a sua influência na política externa da Federação Russa durante a presidência Putin-Medvedev, é chegada a hora de se tratar desta ideologia russa, mas como sendo o seu “destino manifesto”. O destino manifesto russo, é a base ideológica que serve de suporte para a prossecução da política externa pragmática e multivetorial da administração Putin.

Segundo Ferreira e Terrenas (2016: 45-46), “enquanto as estátuas de Lenin na paisagem pós-soviética são objetos que antropomorfizam o passado, Putin é a figura que hoje corporiza o destino manifesto russo. Na busca de significados partilhados para a nova Rússia, Putin substitui Lenin sem negar o seu legado: reconstruindo o seu legado e dos seus sucessores num claro jogo de memórias com o fim político de reconstruir uma identidade comum agregadora, após a desagregação dos anos 1990. Mas a reclamação para a Rússia do estatuto de Estado diretor no espaço pós-soviético promete transformar o destino manifesto russo em destino manifesto pós-soviético. Desde a chegada de Putin ao poder (1999), a Rússia tem procurado recuperar o seu estatuto internacional a partir da perceção que tem de si mesma como grande potência (*derzhava*), mas foi a invocação da plasticidade identitária que permitiu repensar no antigo espaço soviético de acordo com as realidades políticas do novo século e justificar o projeto como direito natural. Essa recomposição emotiva da realidade e da memória evoca a experiência comum do espaço pós-soviético, exaltando dinâmicas trans-históricas e civilizacionais que abarcam vários regimes políticos e um território em movimento. A nova identidade coletiva que Putin procura consolidar desde 1999 (com base nas memórias e reminiscências do cidadão comum) transcende o elemento étnico eslavo, agregando a população da Federação (e os russos que hoje vivem fora dela) em torno de um projeto em grande parte decalcado no sonho do *Homo sovieticus*. Quando, em 2005, [no discurso do Estado da Nação], Putin evocou o colapso da União Soviética como o maior desastre geopolítico do século XX, utilizou conscientemente esses elementos geoidentitários para promover e justificar um novo projeto político: não coincidente com o Ocidente, nem com a reconstrução da União Soviética, mas reclamando a legitimidade dos interesses desse projeto na cena internacional”.

Segundo Clover (2016), foram necessários cerca de 50 anos para que as frases mais famosas de Mackinder fossem notadas no próprio Heartland; Mas quando elas foram, Mackinder foi arrancado da obscuridade para à fama e dado o *status* de profeta.

As suas terríveis advertências, emitidas sobre o potencial latente da Rússia para a conquista e dominação [mundial], destinavam-se a influenciar o surgimento de um consenso no seio da elite europeia durante as guerras para impedir que tal acontecesse; Mas, em vez disso, as frases de Mackinder tornaram-se no fio condutor para uma nova versão russa do seu “destino manifesto”.

Perante este novo cenário, observa-se algumas atuações incisivas do governo russo na defesa dos seus interesses vitais (entenda-se vitais no âmbito do destino manifesto russo), como são considerados os países que compunham a União Soviética, o chamado “estrangeiro próximo” (Silva, 2010: 154). Como exemplos, destaca-se “o empurrão da Rússia em direção a Geórgia em 2008, a Ucrânia em 2014⁸⁶, a sua recente campanha na Síria [não tão próxima], bem como os seus esforços para consolidar uma esfera de influência no interior do Heartland eurasiático da antiga União Soviética, a chamada União Eurasiática” (Clover, 2016). “Outra instituição digna de nota é a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), que os Estados-membros assinaram em 1992. Esta, contudo, tornou-se bem o reflexo das desconfianças regionais e atraiu apenas os estados mais próximos da Rússia: Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Arménia e Tajiquistão. Igualmente saída da CIS, a EurAsEC foi formada em 2001 como embrião do presente processo de integração económica (a União Económica Eurasiática). Outra instituição que merece destaque é a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), que junta à mesma mesa Rússia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão, e busca respostas coletivas para os desafios do terrorismo, extremismo e crime organizado” (Ferreira e Terrenas, 2016: 64).

Estranhamente estas movimentações e arranjos russos são preditos na teoria geopolítica [clássica]. Ou seja, “Mackinder sustentou que a geografia, e não a economia, era a determinante fundamental do poder mundial e que a Rússia, simplesmente em virtude de sua localização física, herda um papel global primário” (Clover, 2016). Como discutido na sessão anterior, sob os comandos de Putin, os princípios da teoria de Mackinder redesenhados e adaptados para o Eurasianismo, foram colocados em prática,

⁸⁶ O caso da Ucrânia é *sui generis*, devido aos seus contornos incomuns e peculiares, daí que merece uma maior atenção. Segundo Ferreira (2015: 77), metaforicamente falando, podemos dizer que a Ucrânia (que significa literalmente a fronteira) começou a ser dividida muito antes da anexação da Crimeia, à medida que ia sendo transformada pelo discurso de Putin numa fronteira de narrativas usadas para mobilizar a lealdade dos russos. A instrumentalização de quadros simbólicos da identidade russa, e a posição (aparentemente) indiscutível de Putin no topo da cadeia de poder do Estado colocam-no como figura-chave na construção de um ‘destino manifesto’ pós-soviético assente em representações míticas e afetivas derivadas da ‘alma russa’.

isto é, ao serviço da política externa russa. Portanto, de acordo com Silva, estas investidas russas podem ser vistas como a tomada dos países periféricos pela força, e a defesa dos interesses nacionais [russos] mediante o exercício do poder militar. No caso da Geórgia, é importante referir que sobre a Rússia não recaiu qualquer tipo de sanção por parte de alguma Organização Internacional, e, no entanto, a sociedade internacional voltou-se para a região e para a instabilidade da situação, levando à substituição das forças russas por forças internacionais de peacekeeping (2010: 154). Na Ucrânia, o cenário foi oposto, a Comunidade Internacional impôs duras sanções sobre a Rússia, que levaram a queda abrupta do rublo e do PIB, a subida das taxas de juro e a fuga massiva de capitais (Ferreira, 2015: 77).

“Para Putin, aquilo que não é negociável no *ethos* russo e na política externa do Estado russo é o destino manifesto como potência - a imagem de [...] [Moscou] como locomotiva que dirige a sua Pan-Região, a Eurásia. É este o *leitmotiv* da política externa multivetorial da Rússia de hoje, ou seja, a recuperação do estatuto de grande potência através da capacidade de reorganizar a ordem internacional em que se pontificam os seguintes vetores: a criação de alianças globais (BRICS, RIC, G-20), a reorganização política e económica da Eurásia em torno da União Económica Eurasiática e a neutralização da influência ocidental no seu “estrangeiro próximo” (e não tão próximo, como a Síria)” (Ferreira e Terrenas, 2016: 55-56).

Contudo, não deixa de ser notável o discurso geoidentitário invocado por Putin a quando da incorporação da Crimeia a Federação Russa em 2014. De acordo com Ferreira e Terrenas (*ibid*: 43), Putin “evocava as narrativas de um passado simbólico baseado na memória de uma identidade comum fragmentada com a desintegração soviética, congelada no tempo e recuperada em nome de um novo projeto pós-soviético integrador”. Isto é, para Ferreira e Terrenas, “a Crimeia é lida como [um] espaço inalienável da identidade russa e a sua incorporação [como] um processo natural de retorno das populações russas a casa, por via da sua vontade e destino manifesto” (*ibid*: 70). Nas palavras de Vladimir Putin:

“Tudo na Crimeia fala da nossa história e orgulhos compartilhados. Essa é a região dos antigos Khersones, onde o príncipe Vladimir foi batizado. Seu feito espiritual de adotar a ortodoxia pré-determinou a base geral da cultura, civilização e dos valores humanos que unem os povos da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. As sepulturas dos soldados russos cuja valentia levou a Crimeia para o Império Russo encontram-se na Crimeia. Assim, aqui também se encontra Sebastopol - uma cidade lendária com uma história excepcional, uma fortaleza que serve como ponto da Frota do Mar Negro da Rússia. A Crimeia é Balaklava e Kerch, Malakhov-Kurgan e Sapun Ridge. Cada um desses locais nos é querido, simbolizando a glória militar e a coragem excepcional russa” (Globo, 2014).

Com este discurso, Putin “evocava um passado cuja ambivalência e plasticidade lhe têm permitido justificar interesses políticos e econômicos domésticos de difícil reconciliação num país abraçado com a necessidade de consolidar a legitimidade política e promover consensos alargados para lá dos múltiplos interesses privados, regionais e corporativos” (Ferreira e Terrenas, 2016: 44). Entretanto, “não se trata aqui de uma identidade meramente reciclada” (*ibid*: 70), esta instrumentalização da identidade russa vem desde os tempos soviéticos, porém, atualmente, enquadra-se no conjunto das ações de Putin para contestar o paradigma unipolar estabelecido no mundo pós-Guerra Fria, e em contrapartida propor um mundo multipolar.

Quanto a Síria, de acordo com Suano, após o fracasso das investidas de Obama em convencer os participantes da reunião do G20 em apoiá-lo no ataque a Damasco, surge um clima de desconforto pelo fato de se ter a certeza de que haveria o ataque, pois Obama havia solicitado a autorização do Congresso norte americano o qual deu aprovação para a medida. Neste momento, entrou em cena Vladimir Putin defendendo uma saída para frear a situação e apresentando uma proposta que levou parte significativa dos analistas internacionais a tomá-la como a jogada de mestre, ao ponto de torná-lo a principal celebridade mundial entre os mandatários e autoridades políticas do momento (2013: 1).

Putin reuniu-se com o presidente sírio, Bashar al Assad, e o persuadiu a aderir à “Convenção Internacional para a Proibição de Armas Químicas” e a colocar o seu estoque de armamentos sob cuidados e supervisão internacional, com previsão de ser destruído em meados do ano de 2014. A ação foi perfeita para Putin, pois evitou o pior de todos os cenários: um desequilíbrio regional numa região em que geopolítica e geostrategicamente é área de influência da Rússia. Igualmente, evitou a queda do principal aliado na região: o governo Assad, do mesmo modo, Putin elevou-se à categoria de mediador internacional e colocou os norte americanos a reboque das negociações que ele conduzirá para resolver a situação da Síria. Ademais, conforme vários observadores norte americanos vem sinalizando, Putin resolveu um problema criado pela administração Obama, que antecipou-se anunciando o ataque, bem como [...] livrou [Obama] da culpa sobre os ataques com armas químicas antes de se terem as conclusões finais acerca do culpado pelo evento (*ibid*: 1-2). Com a sua política externa assertiva, Putin, ao contrario de Obama que cometeu o erro de criar um impasse moral e político para si e para os Estados Unidos com o anúncio do ataque, granjeou um forte

apoio global ao ponto de receber o agradecimento do próprio governo norte americano e dos demais estadistas ocidentais.

“Diante desta leitura multilateral das relações da Rússia com a sua poliperiferia (excepto a Síria) é possível contrapor uma visão que, em vez disso, destaca as dinâmicas hierárquicas e concêntricas (impostas do centro para as periferias) próprias do passado imperial (czarista e soviético). Trata-se de uma visão que realça a lógica bilateral e vertical de autoridade pan-regional utilizada pelo Kremlin para preservar a influência política no que considera, mais que um espaço de influência natural ou estrangeiro próximo, um prolongamento da nação e da alma russa. Aproveitando a alteração no preço dos recursos energéticos e as relações de dependência histórica na poliperiferia, o Kremlin preservou essa lógica vertical de poder e continua a privilegiar os acordos bilaterais em que detém maior capacidade para fixar condições. Essa vantagem negocial no plano externo garante também a eficácia na consolidação do projeto político no âmbito doméstico. O crescimento econômico fomentado pela estatização das principais empresas de extração e aprovisionamento de recursos naturais (após 2000), a par da diplomacia energética, consolidaram, por assim dizer, uma lógica pós-imperial da política externa. Por pós-imperial entende-se aqui precisamente a tendência para estruturar relações de dominação ou hegemonia através de mecanismos multilaterais e combiná-los com os mais tradicionais mecanismos bilaterais, nos quais o poder relativo da Rússia em relação aos seus vizinhos é avassalador” (Ferreira e Terrenas, 2016: 64-65).

Para Silva e Smith, os eventos acima apresentados, também podem ser lidos como exemplos da preocupação russa com a Eurásia, em especial os países com quem faz fronteira e o seu posicionamento diante da ameaça aos seus interesses na região. O sentimento eurasianista é derivado do pan-eslavismo do século XIX que esteve sempre presente nas mentes da sociedade russa, segundo o qual, seria o “destino manifesto” da Rússia, recuperar o *grossraum* da Eurásia - sua esfera natural de influência - ou seja, é o destino manifesto da Rússia recuperar o controle da Eurásia. Assim, a missão russa, passa pela recuperação dos territórios que fizeram parte da União Soviética, e anteriormente, do Império Russo (Silva, 2010: 154; e Smith, 1999: 484).

As investidas de Putin para recuperar a *derzhava* Rússia e consolidar a sua esfera de influência não se limitaram ao plano externo, internamente Putin teve de levar a cabo algumas mudanças que reforçaram esse *nomos* distintivo russo (leia-se destino

manifesto russo). Segundo Ferreira e Terrenas (2016: 56), “no ano em que subiu ao poder, Putin devolveu aos russos o hino de Alexandrov. Com a recuperação desse sintagma identitário, Putin respondia com uma canetada a três questões: ‘Quem fomos?’, ‘Quem somos?’ e ‘Quem seremos?’. No hino estava plasmada a visão da Rússia pós-soviética, a reminiscência de um passado que a vincula ao presente e se projeta no futuro - uma tradição sincrética, uma geopercepção autônoma, e uma identidade distintiva”:

Glória a nossa pátria livre,
Sólida união dos povos irmãos,
Com a sabedoria ancestral do povo!
À glória Pátria, de ti nos orgulhamos!
Dos mares do sul ás fronteiras polares
Se estendem as nossas florestas e campos
No mundo és única, és sem igual,
Protegida por Deus nossa terra natal!
As vastas amplidões aos sonhos e à vida,
Os anos vindouros nos abrem
A dedicação á Pátria nos dá força
Assim foi, assim é, e assim sempre será! (Só Russo, 2017)

Também merece destaque o fato de a melodia do atual hino russo, ser idêntica ao do antigo hino soviético, do mesmo modo que é importante sublinhar que o letrista ou o autor do hino russo ter sido quem escrevera as letras do hino da antiga URSS, daí que, o hino russo pode ser considerado um elemento geoidentitário do povo russo e de continuidade da União Soviética, assim como mais um exemplo de como Putin tem instrumentalizado ou feito o uso da identidade russa ao serviço dos interesses nacionais russos e da sua política externa. Outro exemplo da geoidentidade russa patente nos símbolos nacionais russos, destaca-se o Escudo Nacional da Federação Russa que tem como fundo a imagem de uma águia bicéfala dourada.

Figura 13. Escudo Nacional da Federação da Rússia



Fonte: Embaixada da Federação da Rússia na República Portuguesa. (2012)

Embora o Escudo Nacional da Federação Russa não tenha sido restituído pelo presidente Putin, mas sim por Yeltsin, no seu Decreto Presidencial de Novembro de 1993. Este é mais um exemplo de como a gramática geoidentitária esta sempre presente na história Russa. Segundo a Embaixada da Federação da Rússia na República Portuguesa (2012), “em cima da águia estão três coroas históricas, datadas da época de Pedro

Primeiro [...] no peito da águia sobre o escudo vermelho encontra-se um cavaleiro a atingir um dragão com a sua lança. A partir do séc. XIV, a águia bicéfala dourada sobre o fundo vermelho tornou-se o símbolo do Império Bizantino. No séc. XV, depois do casamento do Grande Príncipe de Moscovo, Ivan III com a sobrinha do último Imperador bizantino, Sofia Paleilog, a águia bicéfala afirmou-se na Rússia como sendo o escudo do Estado. No séc. XVII, o escudo assumiu a forma completa da águia bicéfala com as três coroas, simbolizando assim os Reinos de Kazan, Astrakhan e a Sibéria, integrados no Estado de Moscovo [...] segundo a outra versão, o escudo simbolizou a fé, a esperança e o amor, o ceptro (símbolo de defesa e soberania) e a potência (símbolo da unidade e integridade do Estado) [...] segundo a versão moscovita, o cavaleiro desta imagem é São Jorge - o Santo Patrono da cidade de Moscovo”. De acordo com o Ministério da Educação e Ciência da Federação Russa, “a restauração da águia bicéfala como escudo oficial da Rússia representa a continuidade da história russa” (2013). Para além do significado identitário, as cabeças da águia bicéfala voltadas para lados opostos, também podem ser lidas como a contínua indecisão da política externa russa, contudo, também pode-se interpretar como uma atitude de vigilância face a Europa e a Ásia.

Assim, para Ferreira e Terrenas, “os vínculos e dependências históricas que fazem da Rússia e da Eurásia uma imensa poliperiferia garantem a preservação de uma lógica hegemônica e concêntrica a partir de Moscovo, se bem que reforçada nos últimos anos por instrumentos multilaterais de integração econômica e segurança coletiva. São ligações de que a Rússia não vai abdicar, devendo mesmo reforçá-las, por via formal ou informal, porque têm implicações diretas na legitimação do próprio regime. Nesse sentido, o pragmatismo é o padrão de continuidade e procede da política da década de 1990 que resultou nos “conflitos congelados”. Da Transnístria à Abecásia e Ossétia do Sul, passando pelo Alto Karabakh e agora todo o leste da Ucrânia, a Rússia consolidou uma capacidade militar de decidir que extravasa a sua geografia legal e é usada em nome da contenção do Ocidente e do interesse nacional mais básico. Ao garantir que as bases militares da Crimeia não se deslocam para a esfera de influência ocidental, e a própria Ucrânia mantém a sua natureza de fronteira (*u kraïna*), Putin procura reconciliar as linhas trans-históricas da política externa russa (*high geopolitics*) com as expectativas míticas e emotivas da população (*low geopolitics*). Contudo, a atual movimentação estratégica também resulta, em certa medida, de razões menos obviamente relacionadas com o destino manifesto e mais com dificuldades conjunturais” (2016: 70-71).

Em linhas gerais, com a presente sessão conclui-se que em primeiro lugar o espaço é um elemento que não se pode separar da configuração ou identidade russa, e a tradição geopolítica sob forma do destino manifesto russo reflete a geopercepção que a Rússia tem do mundo, isto é, a sua política externa. Em segundo lugar, foi possível perceber que o governo Putin-Medvedev tem feito o uso do excecionalismo russo como instrumento, senão o principal instrumento ao serviço da política externa russa, e assim legitimado a sua tese de contrariar as ações unilaterais do Ocidente, do mesmo modo, tem-se apropriado do caráter excepcional russo para invocar a legitimidade russa na recomposição do xadrez eurasiático sob sua liderança. Em terceiro lugar, constata-se que quanto mais plástica e confusa for essa identidade russa, mais fácil será para Putin definir os objetivos da política externa russa. Segundo Ferreira e Terrenas, “o quadro geopolítico apresentado pelo eurasianismo [legitimado pelo destino manifesto russo] reforça isso mesmo, um caráter híbrido que permitiu ao Estado russo justificar a renovada assertividade e cumprir, ao mesmo tempo, uma das funções tácitas de todas as teorias geopolíticas - justificar os projetos de poder” (*ibid*: 48).

Portanto, no capítulo, iniciou-se por apresentar algumas das principais teorias da geopolítica clássica, com o objetivo de melhor se compreender que desde os tempos czaristas, a Rússia se encontra geostrategicamente e geopoliticamente bem localizada, isto é, entre o continente europeu e asiático, e essa localização distinta e excepcional, tem despertado a atenção de potências estrangeiras, sendo que umas procuram a dominar e outras conter e outras cooperar para o domínio do mundo. De igual modo, defende-se que este debate enriquece, a geopolítica como ciência do saber, e constitui o mosaico de referência para o estudo e compreensão do contexto do surgimento e da essência da teoria neo-eurasianista. Ou seja, tendo em conta que o neo-eurasianismo se inspira nalgumas das teorias da geopolítica clássica era de vital importância que as trouxéssemos para o debate teórico. Contudo, é importante que se perceba que o produto deste debate teórico não constitui uma verdade absoluta, mas que Putin tem feito o uso do mesmo para moldar a identidade russa ao serviço da sua política externa. De seguida, apresenta-se a primeira versão do eurasianismo que exaltava a identidade russa como sendo distinta e que essa distinção ou excecionalismo russo deveria ser preservado. Assim sendo, os eurasianistas clássicos, não reconhecem e rejeitam a iniciativa de integração russo-europeia proposta por Pedro, o Grande. Deste modo, o eurasianismo clássico pode ser resumido numa crítica prolongada a Europa. Entretanto, Putin, diferentemente dos eurasianistas clássicos, reconhece a Rússia como contendo

caraterísticas europeias e do mesmo modo reconhece, não de forma implícita, os feitos de Pedro, o Grande, como exemplo, segundo Stuermer, pode-se destacar enorme estatua do antigo governante russo - “que virou o olhar da Rússia para o Ocidente e para Sul, o czar que fundou São Petersburgo, ordenando, assim, a construção de uma ponte para o Mediterrâneo” -, localizada no escritório oficial do Presidente da Federação, no Kremlin (2009: 71). Contudo, importa clarificar, que este reconhecimento da Rússia como contendo caraterísticas europeias, por parte de Putin tem como objetivo supremo o de legitimar a política externa russa que repousa numa formula ptagmática e multivetorial. Reconhecendo a Rússia como contendo carateísticas europeias, Putin, legitima e tem legitimidade para prosseguir com o seu vetor ou projeto Ocidental (leia-se europeu).

Após ter-se apresentado e definido a teoria eurasianista clássica, avançou-se para à próxima fase, onde se problematizou a teoria neo-eurasianista de Dugin e conclui-se que com a sua teoria, Dugin pretende oferecer uma alternativa multipolar ao atual mundo unipolar liberal ocidental estabelecido no contexto pós-Guerra Fria liderado pelos Estados Unidos. Isto porque, na visão do autor a identidade russa é distinta da ocidental, e essa distinção deve ser preservada. Assim, o geopolítico propõe a criação de um mundo dividido em Pan-Regiões - tal como as Pan-Regiões de Haushofer - (Anglo-Americana, Euro-Africana, Rússia-Ásia Central e zona do Pacífico), que juntas se contrapunham e todas elas contrabalançavam a primeira, a Anglo-Americana. Dentro das Pan-Regiões, Dugin propõe a existência de grandes espaços democráticos, onde cada um deles possui uma relativa liberdade e independência. Na visão de Dugin, os grandes espaços representariam as fronteiras civilizacionais da humanidade. Neste sistema de governo proposto por Dugin, chamado de poliverso, existem espaços vitais para todos, incluindo os Estados Unidos. O geopolítico russo, também defende que para a Rússia assumir o papel de liderança no cinturão Rússia-Ásia Central, deve levar a cabo reformas internas e externas no sentido de dotar o estado russo de caraterísticas multi-culturais e multi-religiosas. E, por último, Dugin sugere que se o governo russo quiser restaurar a *derzhava* Rússia, deverá se concentrar no grande espaço eurasiático comum. Posto isto, importa referir que o eurasianismo é uma teoria que tem vindo a ganhar bastante relevância nos bastidores da política externa russa, e mais significativamente na narrativa discursiva de Putin.

Quanto ao destino manifesto russo, atualmente Putin é a figura na Rússia que corporiza o destino manifesto russo. A corporização do destino manifesto russo em

Putin pode ser compreendida como uma construção que repousa num destino manifesto e ou excecionalismo russo ambíguo, difuso e plástico da identidade e civilização russa, para legitimar uma política externa assertiva, pragmática e multivetorial. Desde a ascensão de Putin ao poder, a Rússia tem conseguido atrair amigos, neutralizar opositores e unir o povo russo na defesa dos interesses nacionais russos. Como exemplos da materialização do destino manifesto russo temos a criação da chamada União Eurasiática, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, a EurAsEC, a Organização do Tratado de Cooperação de Xangai, a criação de alianças globais como os BRICS e RIC. Como principais exemplos da neutralização de opositores destacam-se os avanços russos em direção a Geórgia (2008), a Ucrânia (2014), e as suas recentes incursões em defesa dos seus interesses na Síria. Quanto a união do povo russo em defesa dos interesses da Federação, de acordo com Lima (2016a: 22), “não há nada mais enraizado entre os russos do que a ideia de proteção a partir de um centro paternal, forte, preferencialmente equitativo, garante da dimensão territorial, da história russa e do seu excecionalismo antropológico. Putin da corpo a essa ideia, enquanto representante da vontade russa, manipulando os medos e ansiedades. Dá-lhes ordem quando disciplina a economia e captura oligarcas repentinos. Restitui-lhes a esperança quando revisita um passado para muitos glorioso, [como por exemplo], ter recuperado o hino soviético [...] promete-lhes proteção quando derrota o terrorismo independentista na Chechénia, Inguchétia e Dagestão. Comprova o punho de ferro quando é implacável com o terror no teatro de Moscovo, na escola de Beslan ou na captura das «viúvas negras» que se fazem explodir no metro da capital. Os russos, que já se consolavam no colo da «Mãe Rússia», encontravam finalmente [em Putin], um pai protetor”.

Segundo Ferreira e Terrenas, “a projeção desse conceito pragmático de política externa, que parte da autopercepção russa como *nomos* distinto e distintivo, recuperou e consolidou o estatuto de grande potência que assume como responsabilidade central a contestação da hegemonia ocidental em nome da segurança e estabilidade do sistema. É esse conceito que, em nosso entender, transforma também a cena internacional, fruto de uma estratégia discursiva muito própria, num complexo campo de disputa entre paradigmas civilizacionais (Euro-atlântico, Eurasiático, Ásia-Pacífico)” (2016: 72). Assim, para Putin, o destino manifesto russo de grande potência que dirige a sua Pan-Região não é negociável, e para garantir que esse objetivo é materializado o presidente russo evoca um passado glorioso que tem lhe permitido materializar interesses políticos

e económicos domésticos de difícil reconciliação num país com memórias frescas do período soviético sombrio que se alastrou por quase um século.

CAPÍTULO 4. O PRAGMATISMO E O MULTIVETORIALISMO NA POLÍTICA EXTERNA PUTIN-MEDVEDEV

Desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder, tem se assistido a um retomar da Rússia como grande potência (*derzhava*) na arena internacional. Com Putin na presidência, a Rússia conseguiu superar o período negro pós-soviético, consolidar o seu crescimento económico, assegurar a estabilidade interna e conferir a política externa russa um caráter assertivo, pragmático e multivetorial. Conferindo substância ao conceito de política externa multivetorial, a política externa russa, passou a estar assente essencialmente na sua posição eurasiática, permitindo assim a continuidade dos esforços russos em incluir a CEI como área prioritária, bem como reforçar os vetores Ocidental e Oriental, na sua agenda de política externa. Entretanto, de realçar que recentemente essa política externa tem se expandindo para várias partes do globo, especialmente para o Médio Oriente, em concreto, para Síria.

Assim sendo, a política externa de Putin tem como objetivos potenciar o crescimento económico da Rússia, combater a hegemonia dos EUA, neutralizar a NATO, controlar a expansão institucional da União Europeia e recuperar a confluência sino-soviética. Deste modo, no presente capítulo, procura-se analisar de que forma Putin faz o uso da política externa russa para o alcance dos quatro objetivos acima mencionados, e como esta política externa se desenrola tendo em conta os seus vetores asiático e ocidental. Para que este exercício seja possível, analisa-se a política externa russa para a CEI (Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia e Moldova), EUA, UE, China e, por último, analisa-se o conflito na Síria. Contudo, importa referir que a medida que os objetivos da política externa de Putin vão sendo materializados, Putin tem conseguido transformar a ordem mundial unipolar numa ordem mundial multipolar, recuperando assim a influência russa a nível regional e o seu estatuto político a nível internacional. Contudo, como já discutido nas sessões anteriores, a atual política externa russa, tem como objetivo transformar a atual ordem multipolar em unipolar, sendo que neste mundo unipolar, a Rússia seria a hegemonia incontestável.

4.1. O Multivetorialismo e o Pragmatismo: vetores estruturantes da política externa da Rússia

“A política externa russa tem sido moldada de acordo com vários fatores, de caráter endógeno, apesar dos princípios e objetivos estruturantes pós-Guerra Fria

permaneceram ao longo do tempo: autoritarismo, centralização e aumento de influência no sistema internacional. O que de fato tem mudado e conferido um sentido de algum desajustamento à formulação da política russa tem sido a conjugação de meios e oportunidades na definição e prosseguimento dos seus interesses. Em meados de 1990 houve uma alteração na orientação da política externa russa, como referido, com um tom mais assertivo e de reafirmação no que Moscovo define como o seu [...] [estrangeiro próximo], numa lógica de reposição do *status quo*. Ou seja, a Federação Russa assume claramente uma linha de continuidade na definição estratégica do espaço da antiga União Soviética, que se mantém nos anos Putin” (Freire, 2011: 50). De facto, analisando os documentos fundamentais da política externa da Rússia durante a presidência Putin-Medvedev constata-se que a CEI, constitui a área de preferência da atuação russa, seguida das dimensões ocidental e oriental (Freire, 2009: 77-78). Entretanto, em algumas partes, chegava-se a criticar abertamente a estratégia adotada por Putin no início da década durante o auge do liberalismo ocidental. Citado por Jubran (2015: 88), Ivanov proferiu o seguinte:

“Levaram-se a cabo algumas metas irrealistas como, por exemplo, o estabelecimento apressado da ‘parceria estratégica’ e até mesmo das relações de ‘aliança’ com o Ocidente, para as quais nem a Rússia nem os próprios países ocidentais estavam preparados, assim como entendiam de formas distintas os seus significados. Por isso, muitos nos EUA e inclusive em alguns países da Europa Ocidental, emergidos sob influência da falsa síndrome do ‘vencedor da Guerra Fria’, não viam a Rússia democrática como um aliado equânime. No melhor caso, atribuíam a ela o papel do parceiro menor” (Ivanov, 2000: 208).

Contudo, de acordo com Sergei Lavrov, ministro dos negócios estrangeiros da Rússia: “A política externa russa hoje é tal que, pela primeira vez em toda a sua história, a Rússia começa a proteger o seu interesse nacional usando as suas vantagens competitivas” (Yasmann, 2007). Para Freire, é “a combinação de fatores internos e externos que tem tornado possível este curso afirmativo, com ordem e crescimento a nível doméstico a sustentarem a procura de reconhecimento e legitimidade” (2011: 54).

Não obstante, “a chegada de Vladimir Putin ao poder e a recuperação econômica que se seguiu levaram ao abandono da estratégia da “colaboração” [com o Ocidente] e a uma tentativa de recuperação do poder do Estado russo e também a consolidação do seu papel de potência regional ao longo dos anos 2000. Naturalmente, esta mudança de estratégia foi acompanhada pela volta das tensões nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos, que mantêm suas tentativas de enfraquecimento do poder russo. Da mesma forma, houve uma transformação das relações com os países europeus, mas de forma mais complexa, devido à interdependência econômica crescente entre a Europa e

a Rússia, principalmente - mas não apenas - no setor energético” (Mazat e Serrano, 2012: 10).

“Enquanto presidente da Rússia entre 2000 e 2008, Vladimir Putin definiu a política externa do país como sendo multivetorial e multipolar. A Rússia ambiciona uma política externa equilibrada onde a procura de polos múltiplos tem por objetivo diversificar aliados e permitir a alteração das relações privilegiadas numa procura constante de contrapeso e primazia. [...] A projeção do poder e o curso afirmativo da política externa de Putin, assentam numa ordem interna estável” (Freire, 2011: 54). “A presidência de Dmitri Medvedev, iniciada em 2008, não representou nenhuma mudança em termos de posicionamento geopolítico da Rússia. Assim, Medvedev, mais do que um aliado fiel, é seguidor de Putin. Apesar dos recorrentes boatos sem fundamentos sobre eventuais divergências entre os dois, na prática os fatos concretos são que: i) Medvedev indicou Putin para Primeiro Ministro assim que assumiu; ii) mais recentemente, ele sugeriu Putin como candidato à eleição para Presidente em 2012; e iii) uma vez eleito, Putin então indicou Medvedev para ser seu Primeiro Ministro” (Mazat e Serrano, 2012: 22).

“Além disso, o mais importante é que Putin - ou Putin-Medvedev - representa(m) a ascensão ao poder da ampla e sólida coligação de interesses econômicos e políticos que se uniram quanto à necessidade de recompor as bases mínimas de operação de um Estado capitalista moderno que superasse a fase selvagem e predadora da ‘acumulação primitiva’ na Federação Russa. A nova estratégia de afirmação geopolítica, segundo as explicações ‘psicologizantes’ presentes em boa parte da literatura ocidental sobre o tema, seria o resultado de um suposto ‘revanchismo’ russo, alimentado pelas múltiplas humilhações enfrentadas pela Rússia durante os anos 1990” (*ibid*). Emprestando as palavras de Ilyin a quem Putin recorre com frequência: “a nossa hora irá chegar quando a Rússia emergir da desintegração e da humilhação e começar uma época de grandeza” - e adaptá-las aos anos que definem a ascensão [...] de Vladimir [Putin] (Lima, 2016a: 16), percebe-se o nacionalismo, o melodrama e o discurso geoidentitário que legitima o orgulho russo ferido e impulsiona a sua política externa que contesta a desintegração da União Soviética, a liberalização russa influenciada pelo modelo americano, os alargamentos da NATO e da União Europeia no Leste, e a necessidade de travar o expansionismo ocidental.

Putin “foi muito claro no seu famoso discurso pronunciado na 43ª Conferência de Munique sobre a Política de Segurança, em 2 de Outubro de 2007” (Mazat e Serrano, 2012: 23). Segundo Stuermer (2009: 26), Putin, “o líder de um império desfeito avisava aos Estados Unidos de que a ordem mundial unipolar dos sonhos do período que se seguiu à Guerra Fria estava fora do seu alcance”:

“Esse é um mundo onde existe apenas um mestre, um soberano. E, no final do dia, isso é pernicioso não apenas para todos aqueles dentro desse sistema, mas também para o próprio soberano, porque este tipo de ordem mundial acabaria por se destruir sobre si mesma” (President of Russia, 2007).

“Seria esta a mensagem que o antigo oficial do serviço de informações russo tentava passar aos Estados Unidos e a todas as nações que confiam neste país como último bastião da segurança mundial, já que ele próprio, enquanto elemento do KGB em Dresden [...] assistira de perto ao esboroar do poder imperial? A mensagem era clara: não confiem nos Estados Unidos porque, mais cedo ou mais tarde, também esta nação terá o mesmo destino de todos os outros impérios da história” (Stuermer, 2009: 26).

Mas voltemos a CEI. De acordo com Freire (2011: 54-55), os [quatro] objetivos de política externa russa, definem como ponto central a promoção da CEI como área de interesse vital. É, contudo, uma área heterogénea com Estados diferenciados em termos das suas opções políticas, recursos económicos e perfis sociais. Isto significa que o objetivo russo de controlo e influência é limitado, apesar da sua influência reconhecida na área. Esta tem-se traduzido na política de envolvimento de Moscovo em termos económicos, políticos e militares. A manutenção das bases militares na Moldava e na Arménia é disso um exemplo (tabela 2). Além do mais, os vastos recursos naturais da região levam a que Moscovo controle as rotas de gasodutos e oleodutos bem como infraestruturas como forma de manutenção da sua influência sobre os governos locais, ao mesmo tempo que beneficia desses mesmos bens económicos. Mantém-se ainda, embora com limites, [...] como parceiro privilegiado em termos comerciais de muitas destas repúblicas, incluindo a venda de armamento e outros equipamentos militares”.

Entretanto, “o espaço pós-soviético, em grande medida devido aos seus recursos energéticos, tornou-se uma área de interseção de interesses diferenciados, conferindo-lhe contornos complexos. Ao assegurar a margem de manobra em termos político-diplomáticos e económicos, Moscovo prossegue simultaneamente o objetivo de manter esta área como influência especial, e de contrabalançar e ter uma palavra a dizer quanto à presença dos Estados Unidos na região, ao aumento de influência chinesa na área ou a

outras ingerências externas que identifica como contrárias à promoção da sua primazia neste espaço. [...] Já quanto a China, a dinâmica repete-se, ora colaborando em termos político-económicos e militares [...]. Além do mais, a UE tem ganho uma presença crescente na área, sugerindo também uma atitude reativa de Moscovo, crítica do envolvimento da União, enquanto tenta estabelecer relações bilaterais preferenciais com alguns dos seus membros, como [por exemplo] a Alemanha [...] (*ibid*: 57).

É neste mosaico da política externa russa que as sessões que se seguem se irão desenrolar. Juntos, estes vetores compõem uma característica chave da orientação multifacetada da política externa de Putin-Medvedev. Contudo, importa enfatizar que cada um destes vetores (ocidental e oriental) é valioso em si, entretanto, dentro destes destaca-se o estrangeiro próximo da Rússia, ou seja, a CEI considerada sua área prioritária ou de preferência.

No que diz respeito ao pragmatismo, de acordo com Adam, “o pragmatismo significava que a Rússia passaria a se relacionar com qualquer país do sistema internacional, independentemente de sua forma de governo ou de seu passado em relação a Moscovo. A motivação do Kremlin seria unicamente os interesses do Estado e da sociedade russa. Tal prerrogativa de política externa pode ser associada com a aproximação com os Estados asiáticos, pois estes, na sua maioria, não são praticantes da democracia do tipo ocidental. Ao se declarar respeitadora do princípio de não intervenção em assuntos internos de outros países, a Rússia se distancia da postura por vezes arrogante da União Europeia e, principalmente, dos EUA, que arvoraram para si a condição de guardiões - seletivos - da democracia no sistema internacional, elemento justificador de suas declaradas intervenções humanitárias” (2012: 56). Portanto, tendo em conta que o pragmatismo é uma característica indissociável da política externa de Putin-Medvedev, nas sessões que se seguem analisar-se-á de que forma Putin faz o uso desse pragmatismo na condução da sua política externa.

4.2. A política externa da Rússia para a Comunidade dos Estados Independentes

Assim que Putin assumiu a presidência, “a Rússia começou a opor-se vigorosamente às tentativas permanentes de enfraquecimento de sua posição geopolítica por parte dos Estados Unidos. Apesar desta oposição, a Rússia não conseguiu impedir a entrada na UE e na NATO da Estônia, da Letônia, da Lituânia, da Polônia, da República Checa, da

Eslováquia, da Hungria, da Romênia e da Bulgária, todos, países que pertenciam à sua área de influência durante o período soviético” (Mazat e Serrano, 2012: 25). Estes países, representam o fator essencial da política externa russa, tanto por motivos securitários quanto, políticos. Sendo assim, a consolidação da hegemonia regional russa no estrangeiro próximo figura-se como sendo uma condição *sine qua non* para o alcance do *status* de grande potência almejado por Putin (Quadros e Machado, 2015: 594). Porém, “os russos, como mostram as declarações públicas de seus dirigentes, acabaram sentindo-se vítimas de um cerco cada vez mais apertado tanto diretamente, por parte da UE (figura 3)⁸⁷, quanto indiretamente, por parte dos Estados Unidos, como líder da NATO (figura 2)”. Assim, na última década, os dirigentes russos, concentraram os seus esforços na reconquista do domínio geopolítico sobre a área da ex-URSS. A Rússia exige que seja respeitada a “linha vermelha” que corresponde às antigas fronteiras da URSS, os Países Bálticos representando uma exceção a este princípio (Mazat e Serrano, 2012: 25).

Dito isto, torna-se pertinente começar por contextualizar a Comunidade dos Estados Independentes. “A CEI foi estabelecida em 1991 pelo acordo de Minsk entre a Federação Russa, a Bielorrússia e a Ucrânia” (Simão, 2015: 118), “procurando constituir um mecanismo agregador e facilitador de uma transformação pacífica da velha URSS numa nova forma de organização que perpetuasse o poder da Rússia no antigo espaço soviético. Contudo, isto não evitou que as repúblicas seguissem o seu próprio curso, [...] à exceção das três repúblicas do Báltico, que nunca foram estados-membros da CEI. Além do mais, a Comunidade acabou por se revelar institucionalmente disfuncional, significando que o objetivo russo de influência e controlo se revelou limitado, apesar do seu poder na área” (Freire, 2009: 82).

É possível afirmar que as relações entre Moscovo e a Comunidade dos Estados Independentes baseiam-se nos profundos laços históricos, culturais e económicos partilhados. Segundo Quadros e Machado, desde o século IX e do período da união dos povos de origem eslava para a formação da *Rus Kievana*, atravessando o Império Russo e a URSS, até a atual Rússia, a dominação dos países que rodeiam este governo tem sido uma característica dominante e continua em todas as fases do império. Ao mesmo tempo, o elevado número de russos vivendo nos países que antes compunham a URSS

⁸⁷ A UE não possuía fronteira com a Rússia até 1995. Atualmente, compartilha com a Rússia mais de 2,2 mil quilómetros de fronteira.

constitui um elemento de poder legitimador das ações do Kremlin. Em paralelo, na Bielorrússia e no Quirquístão a língua russa é considerada oficial e no Cazaquistão e Tadjiquístão o idioma é bastante usado para negócios (2015: 595).

Ainda assim, é pertinente e necessário sublinhar que esta centralidade do estrangeiro próximo para a política externa russa sempre esteve plasmada em todos os conceitos de política externa da Federação, e no último Conceito, o de 2016, encontra-se nos quarto e quinto objetivos, que dizem respeito a promoção de boas relações com os estados vizinhos e a promoção das relações bilaterais e multilaterais, respetivamente (Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation, 2016).

Contudo, como referido, “as relações com o espaço CEI apesar de constituírem o vetor primário de atuação de Moscovo, não correspondem a um pacote homogéneo de medidas, reconhecendo a heterogeneidade do espaço pós-soviético, bem como de interesses e graus de autonomia diferenciados face a Moscovo” (Freire, 2011: 63-64). Facto que comprova essa heterogeneidade são as chamadas revoluções coloridas nas antigas repúblicas soviéticas (Jubran, 2015: 92). “O primeiro episódio significativo foi a Revolução das Rosas na Geórgia, em 2003, desencadeada pela eleição contestada de Edouard Chevardnazé, ex-ministro [...] [dos negócios estrangeiros] de Mikhail Gorbatchev e presidente do país após sua independência. As manifestações populares levaram à queda de Chevardnazé e à sua substituição por Mikheil Saakashvili. Na Ucrânia, a Revolução Laranja de 2004 levou à saída do presidente pró-russo recentemente eleito e já contestado, Viktor Yanukovich, substituído por Viktor Yushchenko” (Mazat e Serrano, 2012: 26). Por último, temos a revolução das Tulipas, [que em 2005 derrubou o presidente Askar Akayev, no poder desde 1990], este fenómeno ocorreu, no Quirguizistão (Jubran, 2015: 92).

Porém, não se deve ignorar o facto de que, estas “revoluções coloridas apresentarem todas o mesmo padrão. Foram incentivadas pelos Estados Unidos que apoiaram até financeiramente os movimentos da oposição que tinham como objetivo derrubar os governos que se julgava serem pró-russos. Os Estados Unidos vêem nestas revoluções uma forma de desestabilizar a influência russa nestes ex-países soviéticos, [para no futuro], poder facilitar a sua integração na NATO” (Mazat e Serrano, 2012: 26). No entanto, no Kremlin estas revoluções foram entendidas como sendo o primeiro passo para o alcance do principal objetivo de Washington, que era na verdade mudar o regime na Rússia (Tsygankov, 2010: 173). Porém, se realmente o objetivo dos Estados

Unidos era o de desencadear um processo que terminaria num *regime change* na Rússia, Washington não havia avaliado bem os perigos dessa estratégia. Segundo Allison e Simes, a Rússia “é muito diferente dos outros países onde os Estados Unidos apoiaram as mudanças de regime. Em primeiro lugar, e acima de tudo, possui um arsenal nuclear capaz, literalmente, de apagar os Estados Unidos do mapa. Por mais que muitos americanos se tenham convencido de que as armas nucleares já não têm relevância na cena política internacional, não é isso que pensam os generais de Moscovo. Em segundo lugar, independentemente de como os americanos vêem a Rússia, os russos vêem-na como uma grande potência [e de facto é]. E as grandes potências raramente se contentam com serem simples objeto das políticas de outros estados. Sempre que têm poder de o fazer, tomam o seu destino nas mãos, para o bem e para o mal” (2015: 29).

Deste modo, “as relações entre a Rússia e os países vizinhos que passaram por reviravoltas políticas tornaram-se altamente tensas. Em Dezembro de 2005, por iniciativa dos governos da Ucrânia e da Geórgia, criou-se uma organização internacional, conhecida como Comunidade da Escolha Democrática, como alternativa à Comunidade dos Estados Independentes, mas não teve prosseguimento. Nesses países, as novas lideranças no poder (Viktor Yushchenko, na Ucrânia, e Mikhail Saakashvili, na Geórgia) passaram a defender a inclusão de seus países à NATO, o que gerava constantes atritos com diplomatas russos” (Jubran, 2015: 92).

Mas, se invertermos a mesma moeda, do outro lado constatamos que existem méritos de se louvar nas relações entre a Rússia e o seu estrangeiro próximo. “Sob a *umbrella* da CEI têm florescido várias iniciativas de integração (Wache, 2014: 143). Este é o caso do Tratado de Segurança Coletiva, assinado em Maio de 1992 (Freire, 2011: 64), da União Económica, criada em Setembro de 1993, da Comunidade Económica Eurasiática (EurAsEc), criada em Outubro de 2000, da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, criada em 2002, do Espaço Económico Comum, criado em Setembro de 2003, a União Eurasiática criada em 2014, entre outras⁸⁸ (Wache, 2014: 143; Freire, 2011: 64).

⁸⁸ Falar de todos estes organismos multilaterais é algo que extravasa os objetivos do presente trabalho, pelo que poderá consultar as seguintes fontes devidamente evidenciadas na bibliografia: Simão (2015); e Dias (2015). Contudo, alguns destes organismos já foram abordados de forma breve nos anteriores capítulos, e de igual modo de forma breve serão abordados quando necessário nas sessões que se seguem.

Dito isto, em primeiro lugar é importante começar por ressaltar que as relações entre a Rússia e a CEI são conflitantes devido as diferenças existentes na região. Os acontecimentos que melhor evidenciam estas diferenças, podem ser resumidos num único pacote, as revoluções coloridas. A onda de revoluções que inundou alguns dos países membros da CEI, demonstrou que nem todos os membros da Comunidade partilhavam a mesma percepção quanto a influência russa sobre a região. Entretanto, sempre que se aborda este pacote revolucionário, deve-se ter em conta que este faz parte de um conjunto de ferramentas desenvolvidas pela política externa norte americana no intuito de enfraquecer a influência russa na região. Contudo, neste caso particular, o objetivo norte americano era o de provocar um *regime change* na região favorável a adesão destes países aos organismos multilaterais ocidentais, na esperança que as ondas de choque destas revoluções afetassem a Rússia, e por conseguinte provocassem um *regime change* no país. Dai que, pode-se aferir que embora a Rússia seja o estado hegemónico na região, a Rússia encontra entraves que dificultam a sua influencia plena sobre estes estados.

Para contornar esta realidade, a Rússia tem recorrido a organismos multilaterais. Ou seja, os organismos multilaterais fazem parte de um conjunto de ferramentas que no âmbito da política externa russa, o Kremlin tem vindo a desenvolver na CEI no sentido de reforçar e consolidar a sua presença naquele que é entendido como sendo a sua esfera de influência. Para cooptar esses países no intuito de adotarem políticas tendo em conta os interesses nacionais russos nestes organismos, Putin tem recorrido a uma discurso melodramático e geoidentitário que incorpora elementos que tem que ver com os laços históricos, económicos e culturais que todas as jovens repúblicas partilham com o centro moscovita. Nestas organizações Moscovo apresenta dois objetivos, um declaratório e um operacional, que por sua vez se subdivide em dois. Sendo que o declaratório traduz-se naquele que é ou são os objetivos oficiais destes organismos, e os operacionais que dizem respeito a garantir que nenhuma potência estrangeira se intrometa no seu estrangeiro próximo e a fazer o uso destas organizações como instrumentos de projeção da imagem de que a Rússia reemergiu do período sombrio pós-Guerra Fria, e que esta disposta a recuperar o seu lugar de direito e por conseguinte disputar os comandos mundiais com aquele que um dia foi seu par, os Estados Unidos.

Entretanto, no relacionamento da Rússia com os estados membros da CEI, a Rússia adopta um duplo critério a saber: o de uma hegemonia benevolente para os

estados obedientes e de uma hegemonia coerciva para os estados cujo comportamento se oponha aos interesses russos. A condição de hegemonia russa na CEI tem determinado a sua política externa, sendo de destacar a política externa da Rússia para a Ucrânia, a Bielorrússia, a Geórgia e a Moldova⁸⁹ (Wache, 2014: 143). A escolha da Ucrânia baseou-se em primeiro lugar na profunda história comum que este país partilha com a Rússia; em segundo, na sua localização estratégica; em terceiro, por este ser um dos principais países de trânsito do gás russo para a Europa; em quarto, a presença de cidadãos russos na Ucrânia; e em quinto e último, por este ser mais um dos países que foi alvo das revoluções coloridas. Quanto a escolha da Bielorrússia, esta tem que ver com este país ser o que no quadro da CEI mantém as relações mais amistosas com a Rússia. No que toca a Geórgia, esta prende-se com a Guerra russo-georgiana; tal como a Ucrânia, por este ser mais um dos países que experimentou as revoluções coloridas; por ser um Estado do Cáucaso Sul; por este ser um estado pró-Occidente; e pelo facto de a Rússia não conseguir usar a energia como instrumento de coersão para esta república. E, no que concerne a Moldova, a escolha deste país baseou-se em primeiro lugar na sua localização geográfica que não lhe permite a escolha entre a Rússia e o Occidente; Em segundo, por este ser um país que foi alvo dos dois principais instrumentos da política externa Putin-Medvedev, nomeadamente o instrumento energético e militar; e em terceiro, por este país manter relações pouco amistosas com a Rússia devido ao apoio que a Rússia concede ao movimento separatista na Transnístria.

4.2.1. A Política Externa da Rússia para a Ucrânia

“Para o nacionalismo russo a Ucrânia não existe e a definição das fronteiras internacionais após a desagregação da União Soviética é agora vista abertamente como um ato de arbitrariedade, traição e injustiça histórica contra a nação russa num momento de extrema debilidade. A expressão direta dessa injustiça seria o Memorando de Budapeste de 1994, através do qual a Rússia reconheceu a integridade territorial da Ucrânia e se comprometeu a garantir a sua segurança, em troca da adesão do novo Estado ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968) e consequente renúncia a àquele que era então o terceiro maior arsenal nuclear. Para o nacionalismo russo, em alta

⁸⁹ As políticas externas da Rússia para a Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia e para a Moldova, encontram-se no anexo 4, pelo que recomenda-se a sua consulta. A escolha de remeter estas quatro políticas externas para os anexos não tem que ver com a negligência das mesmas para o trabalho, mas sim com o limite de palavras estipulado pelo regulamento.

também na relação entre teoria e prática com a proximidade de Aleksandr Dugin ao Kremlin, a Ucrânia não dispõe de estabilidade ontológica, dividida que está entre uma esfera cultural europeia, a Ocidente, e uma esfera russa a Leste” (Ferreira, 2015: 76).

Contrariando esta visão, “desde a recuperação da independência, em 1991, a Ucrânia tem perseguido um curso independente, apesar da sua localização [...] condicionar em grande medida os contornos da sua política externa. [Contudo], na Ucrânia, o processo de transição política tem estado em desenvolvimento e a aproximação ao Ocidente foi declarada desde cedo uma prioridade. Dai que, enquanto vizinha da Rússia, a Ucrânia tem prosseguido uma política de afirmação nacional, mas a inconsistência desta tem-se revelado na alternância de políticas de contenção e de assentimento para Moscovo. [...] A Ucrânia depende dos recursos energéticos da Rússia, sendo esta o seu maior parceiro comercial, o que confere à sua independência um sentido de dependência. Contudo, e contrariando algumas práticas de dependência, Moscovo reconhece a relevância de manter relações de boa vizinhança com Kiev, devido à localização estratégica do país, ao seu mercado em crescimento e a uma presença significativa de minorias russas, enquanto simultaneamente percepção o curso pró-ocidental ucraniano como contrário aos seus interesses” (Freire, 2011: 69).

Ainda assim, no relacionamento russo-ucraniano a Rússia tende a controlar o comportamento da Ucrânia. Este comportamento não foi contestado nos mandatos de Leonid Kravchuk (1992-1994) e de Leonid Kuchma (1994-2005). “Durante este período a Rússia subsidiou o setor energético ucraniano através de preços preferenciais de gás natural e do petróleo. Por seu turno, a Ucrânia desempenhava o seu papel de país de transito do gás russo para a União Europeia” (Wache, 2014: 148). Por questões de organização do trabalho, concentremo-nos na presidência Kuchma.

Figura 14. Druzhba pipeline



Fonte: Environmental Justice Atlas (2017).

“Ao longo da governação de Kuchma, Vladimir Putin assinou uma série de acordos económicos, políticos e mesmo militares com a Ucrânia (essencialmente relativos a manobras conjuntas e à partilha da base de Sebastopol [...]. [...] Além do mais, foi ainda com Kuchma na presidência [...] que os problemas relativos às fronteiras internacionais no mar de Azov foram resolvidos por mútuo acordo, [...] em 2003”. Basicamente, a decisão final pressupunha que ambos os países tivessem direitos partilhados em medidas iguais de acesso ao Estreito, deixando em aberto a questão da exploração de minerais (gás natural) na área e abrindo caminho ao desenvolvimento de um espaço económico comum, fortalecendo as bases do relacionamento bilateral (Freire, 2011: 70).

Nesta linha de reforço da cooperação no espaço da CEI, “em Abril de 2004, o parlamento russo, o cazaque e o ucraniano ratificaram a formação do Espaço Económico Único, implicando a regulação partilhada das suas economias, abolição de tarifas comerciais e liberdade de movimento de bens, serviços e pessoas. Estava prevista a inclusão da Bielorrússia [...], tendo sido o presidente Lukashenko um dos grandes impulsionadores do processo, no entanto, manteve-o condicionado à participação efetiva da Ucrânia. Lukashenko aproveitou ainda para adiar a sua decisão como sinalização do seu desagrado por uma série de problemas que surgiram a nível bilateral com a Rússia”, [conforme será analisado na sessão que se segue] (*ibid*: 71).

Entretanto, o governo Kuchma, a nível doméstico foi perdendo legitimidade, acusado de corrupção e fraude eleitoral. A insatisfação popular em relação à governação de Kuchma iria desembocar na Revolução Laranja, durante o período eleitoral que compreende 2004 e 2005 (Wache, 2014: 148). Estas eleições “foram muito disputadas e objeto de grande controvérsia, traduzindo de modo simbólico a ambivalência inerente a formação das políticas na Rússia e nos Estados Unidos. De forma simplificada, a crise acabou por ser equacionada como uma disputa entre a Ucrânia voltada para o Ocidente, liderada por Viktor Yushchenko, e uma Ucrânia voltada para o Leste, sob a direção de Viktor Yanukovich (Freire, 2011: 72-73).

Perante este ambiente de incerteza, Viktor Yanukovich “vence as eleições à segunda volta, por uma margem muito reduzida, mas a oposição acusou-o de fraude eleitoral e, depois de grandes manifestações de protesto nas ruas de Kiev e de outras cidades, foi realizada uma terceira volta das eleições presidenciais (coisa nunca vista na história da democracia mundial)” (Milhazes, 2016: 61). O apoio ocidental a Revolução

Laranja, culminou com a subida ao poder de Yushchenko em 2005, um líder pró-ocidental. Com Yushchenko no assento presidencial, a Ucrânia adota uma política externa pró-ocidental com destaque para a sua disposição para aderir a NATO e a União Europeia. Este posicionamento de Yushchenko levou a Rússia a usar o gás natural como instrumento de política externa, e a entidade encarregue para executar a missão, foi a Gazprom. A Gazprom pôs em marcha o plano de coerção energética nos finais de 2005 exigindo o aumento dos preços de gás natural de \$50 por mil metros cúbicos (tcm) para \$230 por tcm. A Ucrânia rejeitou a exigência, e a Gazprom cortou o fornecimento do gás natural a 31 de Dezembro de 2005 (Wache, 2014: 148).

Em reação, usando o seu estatuto de país de transito do gás russo, a Ucrânia desviou para uso próprio parte do gás que a Gazprom destinava para os seus clientes europeus. Depois de protestos por parte dos governos da Europa Ocidental, a Gazprom retomou as entregas do gás a 2 de Janeiro. Contudo, para que o fim da crise fosse possível, o governo russo e a Gazprom chegaram a um acordo com a Ucrânia, acordo este que assegurava o fornecimento de gás ao país. O acordo também exigia que o gás fosse comprado pela Ucrânia através de uma empresa intermediária, RosUkrEnergó. A RosUkrEnergó fornecia o gás russo para a Ucrânia a um preço médio de \$95 por tcm. O acordo também previa pagamentos de taxas de trânsito mais elevadas para a Ucrânia (agora inteiramente em dinheiro em vez de parcialmente em gás) (Woehrel, 2009: 7-8).

“A eleição de Yuliya Tymoshenko, em Dezembro de 2007, para o cargo de primeira ministra da Ucrânia intensificou a crise na relação Ucrânia-Rússia. A orientação pró-ocidental de Tymoshenko levou-a a anunciar que iria remover a RosUkrEnergó⁹⁰, UkrGazEnergó⁹¹ do mercado de gás da Ucrânia, tendo em Janeiro de 2008 reduzido consideravelmente a quantidade de gás que estas empresas deveriam vender para os consumidores ucranianos. Em reação, a Gazprom, entre 3 e 5 de Março de 2008, reduziu em 50% o fornecimento de gás a Ucrânia. O restabelecimento do fluxo normal aconteceu depois de negociações entre as partes. As negociações levaram à extinção da UkrGazEnergó, a 12 de Março de 2008, e adiou-se para mais tarde o destino da RosUkrEnergó. Mas Tymoshenko estava insatisfeita com a permanência desta, e fez alterações unilaterais e substanciais no contrato da RosUkrEnergó. Novas negociações foram encetadas para discutir a dívida da Ucrânia e o preço que deveria vigorar em

⁹⁰ Tymoshenko considerava que estava ao serviço dos interesses russos.

⁹¹ Estabelecida em 2006 como intermediária na venda do gás importado. Tymoshenko considerava que esta empresa estava ao serviço dos interesses russos.

2009, mas as partes não chegaram a acordo (Wache, 2014: 149), e “a 1 de Janeiro, Moscovo fechou a torneira a Kiev e a 7 de Janeiro deixou de fornecer o gás a Europa. O problema ficou resolvido com a assinatura de um novo acordo a 19 de Janeiro. Inicialmente a Ucrânia aceitou, num encontro entre Vladimir Putin e Yuliya Tymoshenko, o aumento do preço do gás de 179,5USD para 235USD por [...] tcm, mas o presidente Yushchenko considerou o preço exagerado, enquanto o Chefe de Estado russo, Dmitri Medvedev, exigiu um preço de 450USD por mil metros quadrados cúbicos. Depois de aturadas e difíceis conversações, o preço do gás foi fixado em cerca de 250USD” (Milhazes, 2016: 63), e a 20 de Janeiro retomou-se o fornecimento do gás a Europa.

“Como consequência do acordo russo-ucraniano extinguiu-se a RosUkrEnergó, e Tymoshenko materializou o seu objetivo. O ciclo de crises energéticas cessou em 2010 com a eleição de Viktor Yanukovich para presidente da República. Yanukovich era aliado natural da Rússia, [e como mencionado anteriormente], em abril de 2010, os dois estados assinaram um acordo militar que afastava a hipótese de nos próximos 25 anos a Ucrânia sonhar em ser membro da NATO ou da União Europeia” (Wache, 2014: 149-150). Entretanto, pode-se concluir que com a eleição de Viktor Yanukovich a presidência ucraniana, sendo este pró-russo, a Ucrânia tornou-se num estado tampão para a Rússia. Estado tampão porque, com a assinatura do acordo militar que concede a Rússia o privilégio de explorar a base naval em Sebastopol, - onde se encontra a Frota do Mar Negro russa - , o alargamento da NATO e da UE em direção as suas fronteiras torna-se quase que impossível enquanto o acordo estiver em vigor. Porém, deve se sublinhar que para que este acordo fosse possível, Putin fez o uso da sua diplomacia energética como instrumento da sua política externa, pois foi a oferta de preços baixos do gás russo que esteve por detrás deste acordo. Contudo, com a incorporação da Crimeia a Federação Russa, em 2014, este acordo militar perde a sua utilidade, pois Sebastopol, faz parte da península da Crimeia, que atualmente pertence ao território russo. Entretanto, segundo Daalder *et al*, “a decisão de Novembro de 2013 do presidente ucraniano Yanukovich, aparentemente sob grande pressão de Putin, de não assinar um acordo de associação com a União Europeia desencadeou gigantescas manifestações e uma intensa crise política dentro da própria Ucrânia” (2015: 69).

“O que aconteceu para uma tamanha inversão por parte de Yanukovich? Isso mesmo: quando Putin percebeu que o acordo com a UE ia mesmo ser celebrado tratou

de implementar a partir do Verão de 2013 um embargo comercial à Ucrânia para que este país mudasse de ideias. Conseguiu. Kiev ainda pediu dinheiro a UE e flexibilidade ao FMI, mas ambas responderam com tostões e intransigência, ao contrário de Putin, que disponibilizou 15 mil milhões de dólares e um desconto na tarifa do gás. Foi o suficiente para satisfazer Yanukovich, sacar-lhe a tinta da caneta” e firmar um acordo económico com a Rússia (Lima, 2016a: 27-28). Para Ferreira, a assinatura do acordo económico entre a Ucrânia e a Rússia deveu-se ao resultado do confronto progressivo entre as políticas externas russa e europeia pela Ucrânia, conduzindo o presidente Yanukovich à posição insustentável de ter de optar por um dos campos (2015: 76).

Perante este conjunto de acontecimentos, “a crise ucraniana tornou-se num grande conflito entre a Rússia e a Ucrânia no final de Fevereiro de 2014, quando Yanukovich abandonou a sua posição e as forças militares russas tomaram a Crimeia. Apenas algumas semanas depois da anexação russa da Crimeia, separatistas armados - com o apoio [...] de Moscovo - tomaram edifícios governamentais nas províncias de Donetsk e Luhansk, no Leste da Ucrânia. Em meados de Maio, os separatistas apoiados pelos russos tinham ocupado uma parte significativa de Donbas” (Daalder *et al*, 2015: 69). Entretanto, as eleições foram marcadas, e “sem votação na Crimeia, Donetsk e Luhansk, Petro Poroshenko foi eleito presidente da Ucrânia com 54,70% dos votos contra 12,81% de Yuliya Tymoshenko” (Ferreira, 2015: 77).

Aos 4 de Dezembro, “Putin no seu discurso anual do estado da nação, responsabilizou a Ucrânia e o Ocidente por aquilo que se estava a passar na Ucrânia. Dizia Putin que, a Ucrânia errou na expulsão ‘ilegal’ de Yanukovich e o Ocidente apoia as ‘fações de extrema-direita’ que controlam o governo ucraniano” (Martins *et al*, 2015: 18). “Esse tipo de discurso constitui um elemento fundamental para a compreensão da atual crise na Ucrânia, uma vez que estabelece o cenário nacional e internacional para uma Rússia mais relevante e poderosa. No plano interno, esse novo discurso foi acompanhado por leis mais restritivas sobre as manifestações e os protestos e por uma narrativa do ‘inimigo interno’ e ‘agentes estrangeiros’, como ilustram as novas leis restritivas sobre o financiamento das ONGs. [...] A escolha de combater e denunciar tais práticas recorrendo a este tipo de discurso, tem como propósito reunir aqueles que anseiam pelos dias de glória da Rússia imperial por trás de uma imagem renovada. Uma identidade neo-soviética foi gradualmente restabelecida como uma alternativa às

promessas ocidentais de democracia e prosperidade sob a égide da democracia liberal, e este tipo de discurso tem um amplo apelo aos ex-países soviéticos” (Simão, 2014: 2).

Para Lima, nenhum decisor político ocidental pode honestamente afirmar que o comportamento russo na Crimeia o surpreendeu. Esta nos genes imperiais. Movimentar 150 mil tropas para a fronteira ucraniana não se faz do dia para a noite, tal como a deslocação de meios navais da esquadra do Mar do Norte. Uma rotação destas dificilmente passa despercebida aos radares ocidentais. Como termo comparativo, estamos a falar do mesmo número de homens com que os EUA iniciaram a guerra do Iraque em 2003, e na altura conheciam-se as movimentações com pelo menos dois meses de antecedência. Ou seja, à previsibilidade de Putin[...] junta-se a falta de preparação dos europeus e norte americanos para lidar com a evidência. Isto significa uma só coisa: a Ucrânia é muito mais importante para a Rússia do que para a União Europeia e para os EUA” (2016a: 36). Com a incorporação da Crimeia a Rússia, Putin “quebrou a regra base da segurança europeia do pós-guerra, isto é, os Estados não podem usar a força militar para mudar as fronteiras internacionais. Putin e o Kremlin proclamarem um direito único e legalmente dúbio de «proteger» a etnia russa e aqueles que falam a língua russa, seja qual for a sua localização ou cidadania. Esta foi a explicação, tardia, que Putin deu para a anexação ilegal da Crimeia, apesar de lá não haver ameaça credível à etnia russa” (Daalder *et al*, 2015: 73). “Este discurso étnico ativado em Moscovo precisa ser entendido a partir da perspetiva das mudanças em curso na Federação Russa desde o fim da União Soviética e especialmente desde o segundo mandato do presidente Putin. Igor Torbakov e Lilia Shevtsova sublinham a consolidação de uma nova visão para o regime russo, o Putinismo. Tal como na *vertical vlast*, no Putinismo o poder é pessoal e altamente centralizado em torno de um pequeno grupo de indivíduos próximos do presidente Putin; O poder político e económico foi fundido e protegido pela ausência do Estado de Direito; E a visão estatista-militarista da autoridade permanece em vigor. Esse processo foi acompanhado de retórica revisionista do estado, incluindo por tendências neo-estalinistas (a reabilitação do líder soviético, ou culto do líder), uma narrativa reconstruída em torno do papel da Rússia na Grande Guerra Patriótica, na reintrodução do hino nacional soviético e dos desfiles militares na Praça Vermelha, juntamente com a declaração do presidente Putin de que o fim da União Soviética foi a maior tragédia do século XX” (Simão, 2014).

Contudo, o argumento invocado pelo Ocidente de que a Rússia violou a regra base da segurança europeia no contexto pós-Guerra Fria esvazia-se quando nos espelhamos nos compromissos assumidos pelo próprio Ocidente a quando da dissolução do Pacto de Varsóvia e do fim da Guerra Fria. A NATO expandiu-se em direção as fronteiras russas, criando assim quase que um cinturão em volta da Rússia, de igual modo, o Ocidente, violou os princípios estabelecidos no Ato Fundador NATO-Rússia. Os mais recentes exemplos que provam a violação deste acordo, são o escudo antimíssil e o radar a serem instalados na Polónia e República Checa, respetivamente. Portanto, o argumento de que a Rússia viola as regras do pós-Guerra Fria, enquanto o Ocidente vêm sistematicamente violando os acordos estabelecidos entre as partes no mesmo contexto, é no mínimo contraproducente. O Ocidente não se encontra numa posição moral para acusar a Rússia de violar tais acordos, por conseguinte deveria se abster de tecer tais comentários, entretanto, tem optado pela estratégia de “controversializar”, termo usado na espionagem para caracterizar o ato de desviar as atenções de um determinado alvo para o outro, e assim ilibar o primeiro. Com este argumento não proponho que se desculpabilize a Rússia, mas sim que se levante mais uma variável para a complexa relação Ocidente-Rússia-Ucrânia.

Mas voltemos à incorporação da Crimeia. Em reação a incorporação da península por parte da Rússia, em meados de Março de 2014, o Ocidente passou das palavras aos atos e impôs sanções económicas cada vez mais severas à Rússia. Começaram com sanções direcionadas para a Rússia, mas em Julho e Setembro aplicaram sanções muito mais amplas e robustas, direcionadas para um conjunto de entidades russas nos setores financeiro, energético e defesa (Daalder *et al*, 2015: 70). Indiscutível é que as sanções tiveram uma importância crítica para unir os países ocidentais contra a agressão de Putin. “Mas os seus efeitos nocivos na economia russa também prejudicaram os objetivos europeus a longo prazo. As sanções serviram o esforço de Putin para limitar a exposição da Rússia ao Ocidente, dando o seu regime a necessária cobertura para restringir a internet, refrear a participação estrangeira dos *media*, repatriar o dinheiro russo de bancos ocidentais e limitar as viagens ao estrangeiro. As sanções também esconderam o fracasso do Governo russo na promoção do crescimento económico. O pior de tudo é que as sanções encorajaram a Rússia a competir com o Ocidente pelo domínio militar, em vez de o fazer em termos económicos, uma área em que a vantagem dos Estados Unidos e UE é maior” (Krastev e Leonard, 2015: 16).

“Apesar da mudança política na Ucrânia, de repetidas iniciativas diplomáticas e de milhares de milhões de dólares em ajuda externa, a crise não mostra sinais de terminar, e as ondas da crise também têm assolado o resto da Europa e o outro lado do Atlântico. As relações entre os Estados Unidos e os seus aliados europeus, por um lado, e a Rússia por outro, caíram para níveis que não eram vistos desde a Guerra Fria. [...] Tanto economistas como a comunidade empresarial têm pressionado o presidente Vladimir Putin a negociar um fim para a crise, mas Putin tem excluído sistematicamente estas vozes dos processos de tomada de decisão, recorrendo a um círculo cada vez menor de veteranos dos serviços de segurança” (Mankoff e Kucchins, 2015: 97-98). Contudo, “hoje, ninguém espera que Putin caia da cadeira ou fuja” (Lima, 2016a: 39). “Apesar de as sanções terem contribuído para as presentes dificuldades financeiras da Rússia, não há muitos indícios de que tenham enfraquecido a posição de Putin no poder. E mesmo que o tenham feito, seria muito improvável que uma Rússia pós-Putin fosse pró-ocidental. «É impossível dizer quando é que o regime vai cair», disse o antigo conselheiro de Putin Gleb Pavlovsky à *The New Republic* em 2013, «mas quando cair... vai ser substituído por outro que será a cópia deste»” (Krastev e Leonard, 2015: 15).

Isto para dizer que, “as sanções serviram apenas para sinalizar o possível, e o fundamental. O possível resulta da coordenação inerente às limitações que uma dezena de países europeus enfrenta para contornar a dependência relativamente a Moscovo. Não se podia ir mais longe, recusada a ação militar pela integridade da Ucrânia e preservando o canal diplomático com Lavrov. O fundamental resulta desta evidência: a Rússia conhece melhor o Ocidente do que este conhece a Rússia. Putin sabe da fadiga militar americana pós-Iraque e Afeganistão, e testou-a [e continua a testar] na Síria. Percebe que as divisões europeias são um trunfo, explorou-as. E tem noção de que, para ser eficaz com o Irão, com Assad e na retirada do Afeganistão, Obama [atualmente Trump] precisa mais de Moscovo do que o inverso. A Crimeia foi o meio mais fácil para expor a ingenuidade triunfalista: a partir de 1989, o Ocidente achou que a Rússia pudesse ser um *player* confiável na ordem liberal. Putin vem afirmar, sem margem para dúvidas, que não quer ser domado. É legítimo, mas traz consequências” (Lima, 2016a: 39-40). Por outro lado, a intervenção da Rússia na Ucrânia pode ser entendida como sendo um “aviso de que Moscovo não está disposto a aceitar os ditames ocidentais, especialmente na sua área de influência, e que a Rússia se vê fora do Ocidente, parte de um bloco geopolítico e civilizacional separado, a Eurásia. Enquanto a Rússia se definir em oposição ao Ocidente e conceber a relação em termos essencialmente de confronto,

é improvável que se consiga mais do que uma cooperação limitada” (Mankoff e Kuchins, 2015: 109). Porém, “uma análise mais atenta, sugeria outra hipótese [...]: a de que Moscovo estaria buscando maior autonomia e relevância no sistema internacional, e não, necessariamente, a romper as relações com o Ocidente” (Jubran, 2015: 93).

Para terminar, importa sublinhar que os discursos de Putin invocados no contexto da incorporação da Crimeia, marcam “a ferro quente as identidades e práticas políticas possíveis e desejáveis na Rússia pós-soviética e esquece, rejeita ou afasta outras como indesejáveis e perigosas ou degeneradas. Esse[s] discursos são responsáveis por impor na sociedade russa, de forma coerciva mas também pelo consentimento, uma visão hegemónica do que deve e do que não deve ser a Rússia moderna: convergir ou divergir das práticas sociais do Ocidente? Deve invocar o seu papel de guardião da tradição ortodoxa e do espaço eurasiático ou limitar-se a interagir segundo as normas do direito internacional e as lógicas da globalização liberal? Nesta linha, a gestação de uma identidade pós-soviética como *nomos* diferenciado, e o ‘destino manifesto’ como processo socialmente construído, refletem as narrativas evocadas pelo discurso do poder. [...] Assim, que significado assumirá a anexação da Crimeia e o conflito no Donbas, no contexto das relações entre Ocidente e Rússia? Terão consequências duradouras e quais? Para a Europa adepta convicta da paz liberal, a alteração de fronteiras a Leste é traumática e remanescente de outras épocas. Não tem justificação porque as próprias fronteiras perderam o carácter absoluto e o seu significado hostil deve ser transcendido via integração económica” (Ferreira, 2015: 77).

4.2.2. A Política Externa da Rússia para a Bielorrússia

“Aleksander Lukashenko foi eleito presidente da República da Bielorrússia em Janeiro de 1994, [...]. Nessa altura, Lukashenko iniciou um processo de reforço do seu poder com a consolidação da autoridade e centralização das decisões fundamentais no seu gabinete. Em novembro de 1996, após um referendo contestado, [...] introduziu uma nova Constituição e dissolveu o 13º Soviete Supremo, nomeando membros leais desse Conselho para a nova Câmara de Representantes. Nesta linha, Lukashenko estabeleceu um controlo absoluto sobre as políticas e a economia do estado, que se mantém até aos dias de hoje. E, de facto, a anedota ironiza: «um dia Lukashenko aborrece-se de ser presidente e anuncia: ‘a coroação será amanhã’»” (Freire, 2011: 74).

“No que respeita a política externa da Rússia para a Bielorrússia, pode-se classificar esta como sendo amistosa, apesar de, às vezes, enfrentar momentos conturbados. Do ponto de vista estratégico, a Bielorrússia desempenha o papel do estado tampão para a Rússia face a expansão da NATO que gostaria de ter a Bielorrússia entre os seus membros” (Wache, 2014: 143-144). Um dos fatores que torna a Bielorrússia um dos estados privilegiados por Moscovo, é a diplomacia energética russa. A Bielorrússia constitui uma alternativa a pouco confiável Ucrânia no transito do petróleo e gás russo para a Europa [o gasoduto Yamal (figura 15)] (Berk, 2008: 13). Como foi mencionado, o outro fator que reforça esta relação amigável entre a Rússia e a Bielorrússia, esta ligado ao facto de Minsk, capital da Bielorrússia, ser simultaneamente a capital da CEI (Wache, 2014: 144). Entretanto, “apesar das tentativas de integração econômica entre os dois países (uma união aduaneira e um único espaço econômico), é o presidente Lukashenko quem controla a economia bielorrussa” (Berk, 2008: 13). Estas peças compostas num único *puzzle* nos ajudam a compreender o porquê do presidente Lukashenko apresentar-se a si como sendo um defensor ou pró-russo. Contudo, não deixa de ser notável a dependência de Minsk face a Moscovo.

Figura 15. Yamal Pipeline



Fonte: Gazprom (2017).

Apesar de a Rússia procurar uma relação de amizade com a Bielorrússia, “as questões energéticas têm sido provavelmente, um dos elementos mais dissonantes nesta relação bilateral, com trocas de acusações e demonstração clara das dificuldades inerentes ao funcionamento da União. A crise do gás de 2004 foi sem dúvida um momento marcante, em que a Bielorrússia se sentiu diminuída num relacionamento que

entendia dever ser definido por critérios de paridade. O aumento do preço do gás [...], para um nível que impossibilitava Minsk de corresponder aos pagamentos, levou ao corte nos abastecimentos, cujo efeito se fez sentir também na Europa. Com temperaturas abaixo dos 20 graus centígrados, a dependência energética em relação a Moscovo ficou clara. O presidente Lukashenko comentou a questão como sendo [...] uma atitude ‘terrorista’ e nitidamente de ‘chantagem’, mas perante a qual a Bielorrússia não tinha qualquer alternativa senão submeter-se às regras ditadas pelas autoridades russas. A questão acabou por ser resolvida com a concessão de um empréstimo russo à Bielorrússia para o pagamento do diferencial relativo ao aumento dos custos, o que veio reforçar ainda mais as ligações de dependência face a Moscovo. Não tendo sido um incidente único, este tipo de ações e a manutenção do estado das relações bilaterais num registo assimétrico, claramente favorável à Rússia foram mantidos nos mandatos de Putin como forma de controlo sobre a pequena república [...]” (Freire, 2011: 78-79). Neste debate, é importante que se ressalve a importância da estabilidade da Bielorrússia para a Rússia. Isto é, o Kremlin abomina a possibilidade de uma revolução colorida na Bielorrússia para substituir o atual regime pró-russo, por um pró-ocidental, pois este cenário poria em risco os interesses geopolíticos russos na região (Berk, 2008: 13).

“Contrariamente à Ucrânia, a Bielorrússia manteve um curso político sempre mais voltado para a Rússia do que para o Ocidente. Apesar da afirmação de políticas cooperativas face ao Ocidente, a existência de problemas é reconhecida de parte a parte. Essencialmente, a Bielorrússia entende que, no relacionamento com a UE e Washington, as políticas de condicionalidade, essencialmente a nível económico e implicando exigências de maior democraticidade, têm constituído um sério entrave ao seu aprofundamento. Estas políticas de condicionalidade sobre as políticas e o curso reformista são lidas como intrusivas, argumentando as autoridades bielorrussas que estas conhecem os procedimentos no rumo para a democracia e que não necessitam de instruções, monitorização ou qualquer outro tipo de vigilância. [...] De facto, apesar de algumas oportunidades de colaboração, a atitude bielorrussa tem-se mantido genericamente fechada a influências externas ocidentais, em particular norte-americanas” (Freire, 2011: 74-76).

Perante este cenário, o presidente Lukashenko teria acusado aos Estados Unidos do uso indevido das questões que tem que ver com os direitos humanos como pretexto para intrometer-se nos assuntos externos e internos da Bielorrússia: “Se a Bielorrússia

adopta-se uma política uniforme com a dos EUA, não enfrentaríamos críticas”. Entretanto “Uma vez que a Bielorrússia arriscou-se a conduzir uma política externa e interna independentes... essa ousadia é punível” (RFE/RL, 2004).

Portanto, na relação Rússia-Bielorrússia, o Kremlin recorre ao *carrot* para reforçar a influência russa sobre as políticas de Minsk, e ao *stick* para impor a sua vontade, tornando assim a Bielorrússia no seu maior aliado na CEI. De acordo com Wache, este comportamento russo visa a controlar os estados membros da CEI, de modo a que estes dependam de si e por essa via, fiquem impossibilitados de firmar alianças com outros atores, principalmente com a União Europeia e a NATO (2014: 144). Em relação ao Ocidente, enquanto a Ucrânia percepciona a cooperação com o Ocidente como sendo benéfica para ambas as partes, a Bielorrússia entende essa cooperação como sendo uma ameaça a estabilidade e continuidade do regime Lukashenko.

4.2.3. A Política Externa da Rússia para a Geórgia

“Em Novembro de 2003 a ‘Revolução Rosa’ aconteceu na Geórgia, onde ao lugar do evasivo Eduard Shevardnaze, oscilando entre o Ocidente e Moscovo, chegou o político estritamente pró-ocidental [...] Mikhail Saakashvili” (Dugin, 2016: 118). “As reformas trazidas pela Revolução Rosa e pelo governo pró-democrático de Saakashvili permitiram melhorias substanciais ao nível da estabilidade interna, facilitando o investimento estrangeiro, enquanto os rendimentos das taxas de trânsito dos gasodutos e oleodutos asseguraram elevados rendimentos ao governo. [...] Mas os territórios autoproclamados independentes, Abcázia e Ossétia do Sul, e a falta de concordância relativamente a um estatuto político para os mesmos têm marcado profundamente a história da Geórgia pós-soviética” (Freire, 2011: 101).

“Depois de chegar ao poder, Saakashvili dirigiu-se rapidamente para um veloz afastamento da Rússia, para as relações mais próximas com os EUA e a NATO⁹²; [...] [Saakashvili] começou a sabotar ativamente quaisquer iniciativas integracionais no quadro da CEI e tentou infundir nova vida à unificação essencialmente anti-russa [...] dos governos da CEI com o bloco GUAM: Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia”

⁹² Em Abril de 2008, ou seja, poucos meses antes da guerra Russo-geórgiana, a NATO aceitou na reunião de Bucarest o princípio de adesão da Geórgia à organização (Mazat e Serrano, 2012: 31).

(Dugin, 2016: 118-119). Este curso pró-ocidental da Geórgia tem sido motivado em grande medida pelos já referidos sentimentos anti-russos e pelo desejo de distanciamento absoluto do velho império. Os discursos de afrontamento a Moscovo são frequentes, discorrendo velhos receios de políticas imperialistas neocoloniais russas que procuram legitimar a necessidade de integração célere nas estruturas ocidentais. Deste modo, a retórica anti-russa marcou um relacionamento difícil com Moscovo ao longo da presidência Putin-Medvedev (Freire, 2011: 101). “Diante deste posicionamento de Saakashvili, as relações Rússia-Geórgia deterioraram-se e Moscovo foi usando vários meios para pressionar Tbilisi, principalmente, apoiando os movimentos separatistas como foi o caso da intervenção militar russa na Geórgia em apoio aos movimentos separatistas da Ossétia do Sul e da Abcázia, em 2008” (Wache, 2014: 144-145).

Desde o início da sua presidência, Saakashvili declarou o objetivo de reintegração e recuperação do controlo dos territórios separatistas como uma das suas principais prioridades. Contudo, tendo em conta que este objetivo sempre foi fonte de crispação, em particular com a Rússia, cujo apoio às autoridades separatistas se manteve de forma continuada - como atesta o discurso abaixo -, Saakashvili foi forçado a desenhar várias propostas de partilha de poder que foram apresentadas às autoridades locais e, estas propostas sempre encontraram reação negativa, com base no pressuposto de que apenas a independência é uma solução negociável (Freire, 2011: 102).

“A Rússia reconheceu a independência da Abcázia [e da Ossétia do Sul] e pretende e dará todos os benefícios económicos, políticos e, se necessário, militares a estes territórios”, disse Putin em uma coletiva de imprensa na capital da Abcázia, Sukhumi (Bryanski, 2009).

Por sua vez, na mesma linha de pensamento e simpatia de Putin pelas regiões separatistas, o então ministro da defesa da Rússia, Anatoliy Serdyukov proferiu as seguintes palavras: “Não deixaremos nossos pacificadores e cidadãos russos desprotegidos” (Folch, 2009). A permanência nestes territórios de forças de manutenção da paz russas, sob a bandeira da CEI, representa o controlo de uma área que a Federação Russa cunha como vital para os seus interesses nacionais (Freire, 2011: 102). Mas também pode ser interpretada como uma demonstração clara da reafirmação geopolítica russa em relação a NATO e aos seus membros na região e na arena internacional (Mazat e Serrano, 2012: 30).

Entretanto, com o passar do tempo, as tensões e trocas de acusações entre a Geórgia e as regiões separatistas apoiadas por Moscovo iam se agudizando, e no início

de Agosto de 2008, as tensões transformaram-se num conflito entre a Rússia e Geórgia, que por sua vez transformou-se num evento extremamente importante, de um ponto de vista geopolítico. A 7 de Agosto, a Geórgia avançou com uma operação para tomar a Ossétia do Sul. Na noite de 8 de Agosto, o fogo dos foguetes começou em Tskhinvali [...], e depois as tropas georgianas começaram o seu assalto à cidade usando tanques. Neste mesmo dia elas tomaram a cidade e começaram a exterminar a população. As tropas georgianas também submeteram uma localização dos soldados da paz russos a disparos [...], entre os quais houve baixas significativas. De acordo com os conceitos internacionais, isto significou a declaração de guerra da Geórgia a Rússia (a condução de operações militares contra as forças armadas regulares de um país estrangeiro). Em resposta a esta provocação, ainda a 8 de Agosto, Moscovo conduziu um contingente militar para a Ossétia do Sul [...], e a 9 de Agosto, as tropas russas aproximaram-se de Tskhinvali, entraram em conflito com as tropas georgianas e começaram a libertar a cidade e todo o território da Ossétia do Sul da presença georgiana. Simultaneamente, as tropas russas entraram no território do Vale de Kodori e destruíram as bases militares georgianas que aí havia (Dugin, 2016: 126-129).

“Encontrando-se em guerra com a Geórgia, as tropas russas [...] começaram a avançar para a capital da Geórgia, Tbilisi, mas depois de penetrarem profundamente no território do seu inimigo, mais tarde retiraram-se e voltaram para dentro das fronteiras da Ossétia do Sul e da Abcázia. Mais tarde, Dmitry Medvedev explicou que a cessação da incursão na Geórgia, que tinha todas as hipóteses de terminar em vitória da Rússia, tinha sido uma realização pessoal. A 26 de Agosto de 2008, a Rússia reconheceu oficialmente a independência da Ossétia do Sul e da Abcázia nas fronteiras existentes na altura” (*ibid*). Por sua vez, os Estados Unidos e os países europeus marcaram sua desaprovação em relação à intervenção russa, porém, não se envolveram diretamente no conflito, e em rejeição a Rússia, não reconheceram a independência da Abcázia e da Ossétia do Sul (Mazat e Serrano, 2012: 31). Como já analisada na política externa da Rússia para a Ucrânia, esta postura mansa do Ocidente perante a feroz Rússia, é percebida pelo Kremlin como um sinal de fraqueza. Se o Ocidente tivesse adoptado uma postura severa a quando da intervenção russa na Geórgia, provavelmente hoje a Crimeia não faria parte do território russo. E se no futuro, o Ocidente quiser travar Putin no espaço pós-soviético, este deverá adoptar uma postura mais contundente, caso contrário, só poderá esperar mais incursões russas, e possivelmente mais tentativas de redesenhar as fronteiras do espaço pós-soviético com base numa identidade plástica e

ambígua. Para Daalder *et al*, caso as aspirações revisionistas da Rússia não sejam contidas, “estas políticas russas representam um perigo claro para a segurança europeia, para a comunidade do Atlântico Norte, assim como para os vizinhos da Rússia na Eurásia” (2015: 73).

De acordo com Kakachia, a invasão da Geórgia por parte de Moscovo se inseria num “ajuste de contas por causa do Kosovo. Se o Kosovo podia ser declarado independente com o aval do Ocidente, então a Ossétia do Sul e a Abcázia podiam ser declaradas independentes sob patrocínio da Rússia. Quaisquer objeções por parte dos Estados Unidos e da Europa apenas confirmariam a sua hipocrisia” (2008: 36).

No contexto pós-Guerra Fria, a guerra russo-georgiana representa o “ponto mais baixo das relações Rússia-Estados Unidos” (Mankoff, 2009: 104). De igual modo, posicionou-se como o primeiro caso de fracasso total da estratégia de enfraquecimento sistemático da Rússia adoptada pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria (Mazat e Serrano, 2012: 31). Foi também na intervenção da Rússia na Geórgia que pela primeira vez as forças armadas russas, sob os comandos de Medvedev, foram além das fronteiras da Federação, não tendo temido a pressão ocidental e uma ameaça dos EUA (Dugin, 2016: 129). “Outra grande lição da intervenção russa na Geórgia foi que o Cáucaso tinha voltado a ser zona de controle russo. A Segunda Guerra russo-georgiana foi para a Rússia, principalmente, uma forma de conter o processo de expansão da NATO no Cáucaso” (Mazat e Serrano, 2012: 31).

Esta análise é confirmada pelo discurso pronunciado pelo então Presidente Medvedev em 2011, no qual ele afirma o seguinte:

“Se tivéssemos fraquejado em 2008, hoje existiria uma outra realidade geopolítica [no Cáucaso] e o mais provável é que já estivessem na Aliança Atlântica uma série de países que [a Aliança] tentou empurrar artificialmente para o seu seio... eles [a Aliança], na realidade, estavam à espera de uma resposta completamente diferente... e enganaram-se nos cálculos. Isto ficará na história, digam lá o que disserem” (Milhazes, 2011).

Com este discurso, Medvedev deixa claro quais são os reais objetivos da política externa russa não só para Geórgia como também para toda a CEI, o de travar a expansão da Aliança Atlântica em direção ao seu estrangeiro próximo e conseqüentemente as suas fronteiras. Por outro lado, segundo Mazat e Serrano, “é importante sublinhar que o Cáucaso é um corredor essencial para o transporte do petróleo do mar Cáspio, assim como do gás da Ásia Central. Os europeus enxergam na Geórgia um parceiro

fundamental para a sua estratégia de diversificação do abastecimento energético. Os Estados Unidos consideram que [...] [a Geórgia] é a peça essencial no Cáucaso para lutar contra a hegemonia russa no transporte do gás para a Europa. O traçado de Nabuco, grande projeto de gasoduto promovido pelos Estados Unidos [...] passa pelo território georgiano” (Mazat e Serrano, 2012: 31-32). Portanto, “ao controlar a Geórgia, a Rússia poderá bloquear os recursos da Ásia Central e do mar Cáspio para isolar o Azerbaijão e os países da Ásia Central e reforçar o seu peso energético na Europa” (Kakachia, 2008: 35), por outro lado, ao controlar a Geórgia, a Rússia frustra a já mencionada estratégia norte americana de enfraquecer Federação na região.

“Após a crise de Agosto, a emergência da Rússia como uma potência imperial, que tenta regressar às táticas da Guerra Fria para intimidar os vizinhos tornou-se um facto inegável. Esta orientação ficou confirmada depois de o então presidente russo Medvedev delinear cinco princípios da política externa da Rússia. As reivindicações russas de uma «privilegiada» esfera de influência dentro das fronteiras da antiga União Soviética, juntamente com a declaração do direito de intervir em nome dos cidadãos russos fora das suas fronteiras, geraram expressões de confusão, consternação e rejeição na comunidade internacional. Muitos peritos acreditam que esta atitude da Rússia pode levar a uma nova *desordem mundial*” (Kakachia, 2008: 39-40).

E no entanto não é claro se a suposta unipolaridade que emanou do final da Guerra Fria realmente continua a existir aos olhos do Kremlin. Lavrov afirmou que o mundo unipolar deixou de existir imediatamente a seguir a Agosto de 2008, presumivelmente como consequência direta da vitória da Rússia contra a Geórgia. Desta forma, a Rússia emerge da «realidade do mundo multipolar», que, de acordo com esta versão, já é um facto e como tal não necessita de ser defendido. Portanto, o problema-chave não é a demolição da «hegemonia americana» que presumivelmente terá amadurecido depois de 1989, mas sim qual o tipo de ordem internacional que terá de substituí-la (Makarychev, 2009: 61).

Dito isto, os eventos de Agosto de 2008 marcaram sem dúvida o momento mais tenso na irreconciliável relação entre a Rússia e o Ocidente. De um lado estava o Ocidente a apoiar Saakashvili e do outro a Rússia a apoiar as repúblicas da Ossétia do Sul e da Abcázia. A colisão destes dois blocos antagónicos, com base nas *proxy war*, remete-nos ao período da Guerra Fria, onde estes dois campos de poder, adoptavam políticas predatórias um contra o outro com o propósito de enfraquecer a posição do seu

adversário. Entretanto, diferentemente do resultado da Guerra Fria, desta vez, a vitória inequívoca foi para o lado de Moscovo, em detrimento de Washington. A vitória de Moscovo fez-se acompanhar por duas dimensões, sendo elas a militar e a político e diplomática. No que diz respeito a vitória militar, esta prende-se com o facto de o exercito russo ter derrotado as tropas georgianas equipadas com equipamentos de ponta financiados pelo Ocidente. Quanto a vitória político e diplomática, esta tem que ver com o fato do Kremlin ter conseguido evitar uma confrontação direta com o mundo ocidental através da *proxy war*, e em ter prevenido o surgimento de uma força anti-Rússia na região.

Deste modo, concluí-se que a política externa da Rússia para a Geórgia, é determinada pelos movimentos separatistas da Ossétia do Sul e da Abcázia, que têm o apoio da Rússia. Entretanto, surge a seguinte questão: por que é que com a Geórgia a Rússia não recorreu a energia como uma ferramenta de coerção, tal como o fez no caso da Ucrânia e da Bielorrússia? Na verdade, a Rússia até que tentou, mas não resultou.

“Em 2005, a Gazprom anunciou aumentos substanciais no preço do gás vendido para a Geórgia. Contudo, no inverno de 2005-2006, os *pipelines* que transportavam o gás russo para a Geórgia foram sabotados por indivíduos desconhecidos, levando ao corte temporário da exportação do gás para a pequena república. Em Novembro de 2006, após o fornecimento do gás à Geórgia retomar a normalidade, a Gazprom anunciou que cortaria o fornecimento de gás para a Geórgia até o final do ano, a menos que a Geórgia concordasse com uma subida dos preços na ordem dos 100% ou em vender o seu principal *pipeline* para a Gazprom” (Woehrel, 2009: 11).

No entanto, a posição geográfica da Geórgia, vizinha do Azerbaijão, país rico em energéticos, permitiu-lhe combater a pressão russa de forma mais eficaz do que outros países, [nomeadamente a Ucrânia e a Bielorrússia]. Mas, deve-se sublinhar que para que essa resistência fosse possível o aspeto que realmente jogou a favor da Geórgia foi o facto de este ser país de trânsito para o *pipeline* do Azerbaijão concluído em meados de 2006, que transporta 1 milhão de barris de petróleo por dia para o porto turco de Ceyhan (*Pipeline* Baku-Tbilisi-Ceyhan ou BTC). Acrescenta-se a este aspeto o *pipeline* concluído no início de 2007, que inicialmente transportava 2,2 bilhões de metros cúbicos de gás natural azerbaijano para a Geórgia e para a Turquia (*Pipeline* Baku-Erzurum). Ainda assim, deve-se ter em conta que ao seu favor a Geórgia também

conta com o *pipeline* que transporta o petróleo de Baku para o porto georgiano de Supsa (*ibid*).

Figura 16. Pipelines azerbaijanos que passam pela Geórgia



Fonte: de Thomas (2010: 168).

Portanto, a localização geográfica da Geórgia no tabuleiro de xadrez eurasiático, permite-lhe contornar as pressões russas e assim evitar uma maior dependência face ao maestro da região transcontinental. Dai que, com a Geórgia a energia como instrumento de coerção não consegue materializar o principal objetivo da política externa da Federação Russa no espaço pós-soviético, - o de controlar o comportamento destes estados -, e para compensar esta lacuna da política externa russa para a pequena república, a Rússia é obrigada a recorrer a intervenção militar para defender o seu interesse nacional.

4.2.4. A Política Externa da Rússia para a Moldova

“A República da Moldova tornou-se formalmente independente em Agosto de 1991, quase um ano após a declaração de independência em Setembro de 1990 da República da Transnístria da Moldávia [...]. [...] Esta declaração de independência não foi reconhecida pelo governo central de Chisinau. Após anos de governo autoritário e economia centralizada, a República da Moldova (por alteração constitucional da sua denominação de República da Moldávia para República da Moldova, em Maio de 1991)

comprometeu-se com o desenvolvimento de estruturas democráticas baseadas nos princípios do Estado de direito e de soberania (muito prezada dada a questão da região separatista da Transnístria)” (Freire, 2011: 80-81).

“A 8 de Dezembro de 1991, Mircea Snegur é eleito como primeiro presidente de uma Moldova independente, com o apoio da Frente Popular (os movimentos independentistas pró-reformadores no espaço pós-soviético assumiam amplamente esta designação)” (*ibid*), e na primavera de 1992, surge o primeiro desafio para a Rússia. A liderança de Chisinau manifestou o interesse em unir a Moldova e a Romênia, o que provocou uma secessão violenta na região da Transnístria, que gravitava [...] em direção a Rússia. Perante este cenário, a Rússia foi forçada a intervir para impedir combates generalizados. “Colocou em ação a 14ª divisão soviética estacionada na área, negociou um cessar-fogo e assumiu a tarefa de manter a paz na região” (Tsygankov, 2013: 82). Por sua vez, “a Moldova pediu um maior empenho da Federação Russa na questão da retirada das suas forças, afirmando que a atitude passiva da Rússia impedia o progresso real na região. As autoridades de Chisinau argumentavam que o uso de frases como ‘adiar’, ‘tomar conhecimento de’ ou ‘continuar estudando’ não forneciam o nível de segurança (russa) que a Moldava gostaria de ver. Em contraste, a Rússia enfatizou que as questões políticas, técnicas e sociais dificultavam a retirada, particularmente o transporte de equipamentos através da Ucrânia e a construção de casas para o pessoal militar retornado” (Freire, 2006: 77). Entretanto, “a formulação de um governo de unidade nacional em Julho de 1992 na Moldova, levou a que as exigências de unificação com a Roménia perdessem força face à opção de consolidação da independência nacional. Os primeiros objetivos de política externa da nova república tornaram-se a consolidação da independência, aproximação aos Estados ocidentais democráticos e o combate ao separatismo da Transnístria” (Freire, 2011: 81).

Enquanto a Moldova se comprometeu com os princípios democráticos e a reforma do velho sistema, a Transnístria manteve-se leal ao sistema soviético. Ou seja, “a Moldova e a Transnístria caminharam em sentidos opostos. Desenvolveram sistemas económicos, sociais, ideológicos, políticos e educativos distintos. Atravessando o rio Dniester e o posto de controlo fronteiriço da região separatista, entramos na Transnístria, onde o visto de entrada com limite temporal rigoroso é emitido no momento, recuamos duas dezenas de anos num regresso ao passado, à União Soviética. A estrutura dos edifícios, a manutenção das estátuas e símbolos, o orgulho na

penetração de ideário comunista ido, tudo é sentido. E de uma das muitas janelas do edifício presidencial no centro de Tiraspol fica a imagem personificada e intemporal de tempos passados ainda tão presentes” (*ibid*: 82).

A Transnístria tem mecanismos limitados para apoiar uma economia de mercado, favorece a propriedade do Estado e está orientada para a Rússia e para a CEI. Apesar do seu *status* não reconhecido, a Transnístria tem o seu próprio presidente, governo e todas as instituições de um estado operacional. Pouca reconstrução econômica ocorreu na Transnístria nos últimos dez anos. É dependente da Rússia para matérias-primas e mercado para a sua produção. A busca de novos pontos de venda não foi bem sucedida, já que os bens da Transnístria são incapazes de competir no mercado ocidental. Além disso, a Transnístria não beneficia da assistência internacional (por causa do seu *status* não reconhecido). Em contraste com a capital da Moldova, Chisinau, há poucos painéis publicitários a serem vistos em Tiraspol: nenhuma sugestão de capitalismo, em vez disso há cartões de ração para o pão subsidiado. No entanto, a Transnístria tem um complexo militar-industrial bem organizado, incluindo empresas que fabricam armamentos e fábricas que consertam equipamentos militares. Cerca de 50.000 armas e 40.000 toneladas de cartuchos, foguetes e bombas são produzidas e vendidas, constituindo uma importante fonte de receita para o estado. Além disso, a liderança da Transnístria paga regularmente salários e pensões ligeiramente superiores aos oferecidos pela República da Moldova, garantindo a lealdade da população à administração separatista (Freire, 2006: 75). Ainda assim, “a Transnístria ainda se beneficia de um pacote de subsídios por parte da Rússia, que incluem empréstimos, e subsídios de energia. Em contrapartida, as empresas russas recebem participações nas empresas da Transnístria” (Woehrel, 2009: 11).

“Já na República da Moldova, pelas ruas mal acabadas e nem sempre bem iluminadas de Chisinau, entre a poeira e algum asfalto, facilmente se apreende um dia-a-dia difícil, com alguma azáfama, especialmente nos mercados locais. O centro da cidade, e em particular as zonas dos organismos governamentais, apresenta uma vida diferente, um estilo mais sofisticado, um enquadramento mais cuidado. Fora da capital, os vinhedos e grandes pastos marcam a paisagem de relevo pouco acentuado” (Freire, 2011: 83).

Diferentemente da Transnístria, “a Moldova aderiu à economia de mercado livre, apostou na privatização e nos princípios democráticos e ocidentais. No entanto, a

Moldova é um país agrícola e altamente dependente da Rússia em matérias-primas, energéticas, bem como nos mercados da CEI. A República da Moldova sofreu uma recessão de 1992 a 1996 e a recuperação econômica foi lenta. Beneficiou da assistência internacional, particularmente através de acordos negociados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial. Contudo, essas instituições suspenderam os empréstimos em várias ocasiões devido à situação instável e à incapacidade da Moldova cumprir com as suas demandas” (Freire, 2006: 75).

A Moldova é hoje classificada como um dos países mais pobres do mundo. O fosso entre os ricos e os pobres é cada vez mais evidente - apenas alguns indivíduos envolvidos em atividades paralelas e negócios comerciais sombrios tornaram-se prósperos. A corrupção e o fraco domínio da lei, agravados pela inexperiência democrática e pela falta de compreensão da economia de mercado livre, não contribuem para uma avaliação positiva. Segundo o presidente da Moldova, Vladimir Voronin: “A palavra ‘lei’ tornou-se sinónimo de ‘corrupção’, a palavra ‘reforma’ da ‘estagnação’, ‘pobreza’ e ‘problema’ (ibid: 75-76).

“A impressão que se tem é que, apesar dos constrangimentos económicos, sociais e políticos, de facto estamos perante dois mundos diferentes. Este distanciamento progressivo entre a Moldova e a Transnístria tem tido reflexo no carácter prolongado das negociações, com as respetivas competências, e a existência de largas quantidades de armamento e outro equipamento militar devido à permanência da 14º Batalhão Russo na área. Conseguiu-se até ao presente um consenso quanto à forma do acordo, mas não quanto ao seu conteúdo. O estatuto da Transnístria permanece como obstáculo fundamental à resolução da questão, com Chisinau disposta a atribuir ampla autonomia e poderes alargados a Tiraspol, embora não na figura de Estado federado, essencialmente devido ao tamanho do território [...]. Tiraspol entende autonomia como um acordo intergovernamental, conferindo à Transnístria o estatuto de Estado soberano, com poderes paralelos aos das autoridades centrais em Chisinau. Enquanto a Transnístria não esta disposta a ceder os poderes alcançados - é um Estado *de facto* há 20 anos -, a Moldova rejeita a concessão de poderes fundamentais nas áreas da segurança, defesa e finanças, não reconhecendo a Transnístria como um Estado independente” (Freire, 2011: 83-84).

De facto, “as tentativas moldavas de pressão sobre as autoridades em Tiraspol, como, por exemplo, a imposição de sanções económicas ou entraves a movimentação

dos líderes separatistas, têm enfrentado a oposição de Moscovo, veiculada de forma afirmativa e explícita, como em finais de 2004, quando a questão do ensino na área separatista agudizou as diferenças. A proibição instituída de ensino do alfabeto latino, usado na Moldova e a imposição do uso do cirílico gerou, por razões óbvias, descontentamento e motivou a ameaça de imposição de sanções da parte de Chisinau, face à qual Moscovo reagiu com um sinal de aviso, entendido como fator pressão” (*ibid*: 86).

Neste xadrez envolvendo dois jogadores em dois mundos dispares, “Moscovo vê os seus interesses melhor servidos por um acordo para a criação de um estado moldavo comum em que a Transnístria desfrutaria de um *status* elevado, capaz de ajudar a moldar as políticas em Chisinau e servir como um canal de influência econômica e cultural russa em ambas as margens do rio Dniester” (Berk, 2008: 14). A Rússia reforça esta tendência pragmática mantendo ligações com a Transnístria e demonstrando o seu apoio público à liderança de Tiraspol, mas, por outro lado, continua a apoiar à integridade territorial da Moldova (Freire, 2011: 85). Esta atitude pragmática e assertiva da Rússia, visa essencialmente salvaguardar dois interesses estratégicos da Federação. O primeiro tem que ver com a integridade territorial da própria Rússia. Se Moscovo apoiasse a independência da Transnístria poderia desencadear um sentimento nacionalista nas repúblicas separatistas do Cáucaso e assim ser forçada a reconhecer as suas independências ou reivindicações. O segundo interesse do Kremlin, prende-se com o seu objetivo de controlar os estados membros da CEI. Cooperando com os dois governos e ou regimes, Moscovo almeja o controlo e influência efetiva das duas partes em confronto.

A partir de 2003, a Moldova começou a estreitar as suas relações com o Ocidente em protesto ao apoio russo aos secessionistas da Transnístria. “Em resposta, em 2005, a Rússia restringiu o vinho e outras importações agrícolas da Moldávia, alegadamente questões de saúde (fitossanitárias), causando um golpe muito pesado na economia do país. Além disso, no mesmo ano, a Rússia apoiou o regime separatista da região [...], enviando um efetivo de 1.500 (vide na tabela 2, em anexo) soldados para ajudar as causas separatistas” (Woehrel, 2009: 10).

“Do ponto de vista da coerção energética, a Gazprom cortou o fornecimento de gás natural a 1 de Janeiro de 2006. A razão evocada para tal ato foi a rejeição por parte da Moldova de duplicar o preço de compra do gás natural. Mas sabe-se que do lado

russo era uma punição pelo facto de a Moldova ter-se aliado ao Ocidente. É preciso realçar que a Rússia não queria apenas duplicar o preço do gás natural, queria também ter o controlo maioritário da empresa Moldovagaz que operava na Transnístria. O fornecimento de gás viria a ser repostado a 17 de Janeiro, depois de a Moldova ter aceite o aumento de \$60 por tcm para \$110 por tcm. A Moldova também teve que concordar em vender para a Gazprom 13% das ações da companhia Moldovagaz. A Gazprom que já era acionista maioritária passou a ter 63.4% da Moldovagaz. O preço do gás russo tem subido continuamente em relação à Moldova, até que em 2009 já havia atingido \$318 por tcm” (Wache, 2014: 147). Deste modo, contacta-se que no que diz respeito a política externa da Rússia para a Moldova, a Rússia recorre a intervenção militar na região da Transnístria para manter controle sobre a região separatista e assim influenciar tanto as políticas de Chisinau como de Tiraspol, e a energia como instrumento de coerção para condicionar o comportamento da Moldova.

Portanto, a política externa de Putin-Medvedev para estes países pode ser analisada tendo em conta duas ferramentas: a ferramenta energética e a ferramenta militar. No que diz respeito a ferramenta energética, esta pode ser usada de duas maneiras distintas. Para influenciar o comportamento dos estados pós-soviéticos, isto é, a ferramenta energética é usada como ajuda, através de subsídios aos estados favoráveis a Moscovo, e como instrumento de coerção, quando os estados pendem para o lado ocidental. Entretanto, é relevante que se sublinhe que, a energia como instrumento de coerção apenas não resulta com a Geórgia, por este ser país de transito do petróleo e gás azerbaijano. Dai que, em defesa dos seus interesses, a Rússia foi forçada a recorrer a sua segunda ferramenta - intervenção militar. Entretanto, nestes quatro jogadores do xadrez pós-soviético, a Moldova posiciona-se como sendo um caso *sui generis*, pois foi alvo tanto da coerção energética como da intervenção militar no seu território. Contudo, na Ucrânia, tal como Wache afirma, “a situação ainda permanece por aberto, com um confronto verbal e militar por ser resolvido” (2014: 151), ou seja, um conflito congelado. Ainda assim, merece especial atenção o contingente militar russo estacionado em quase todos os estados membros da CEI, excepto no Turquemenistão e Uzbequistão. Esta ocupação militar russa no seu espaço vital pode ser percebida como uma ocupação geoestratégica que visa repelir a expansão tanto da União Europeia como da NATO em direção as suas fronteiras. Com esta política externa bicéfala, na CEI a Rússia procura se posicionar como hegemonia benevolente aos estados pró-Rússia, e disciplinadora para os estados pró-Ocidente. Portanto, com a análise aqui apresentada

procurou-se oferecer algumas pistas de como centro Moscovita conduz a sua política externa em relação ao seu estrangeiro próximo.

4.3. Enquadramento das Relações Russo-Americanas no século XXI

Putin chegou ao poder decidido em recolocar a Rússia no centro do jogo geopolítico como uma grande potência, entretanto, embora a Guerra Fria tenha terminado, os Estados Unidos têm continuado a encarar a Rússia como sendo a sua rival na luta pela primazia mundial. Todas as ações dos Estados Unidos para a Rússia levam-nos a crer que os líderes norte americanos continuam com a sua estratégia de contenção e enfraquecimento da Rússia. Contudo, independentemente da estratégia adoptada pelos Estados Unidos, uma coisa não se pode refutar, hoje, a Rússia de Putin disputa de igual para igual com qualquer potência mundial. Segundo Lima, Putin procura “apresentar-se como o Hércules contra o qual esbarra a superpotência, o selo da garantia unificadora interna, o estratega geopolítico na defesa dos interesse russos, e o senhor da Grande Rússia” (2016a: 23). Deste modo, tratando-se dos Estados Unidos, um ator que condiciona a política externa russa, surge a necessidade de num primeiro momento se enquadrar as relações diplomáticas destes dois países desde a chegada de Putin ao assento presidencial da Federação Russa, para de seguida se analisar a complexa cooperação pragmática e competição e/confrontação entre estes dois estados que partilham as mesmas ambições hegemónicas. Entretanto, chama-se a atenção que, esta cooperação pragmática e competição e/confrontação atravessa todas as fases das relações diplomáticas destes dois estados, daí que, não constituirá nenhuma surpresa que mesmo no desenrolar do enquadramento destas relações estas duas variantes estejam presentes. Importa também sublinhar que sobre a pedra basilar das relações russo-americanas - ataques terroristas de 11 de Setembro -, pouco se irá abordar, uma vez que é um assunto que já foi introduzido no II capítulo.

“Os esforços de Putin para melhorar as relações da Rússia com os Estados Unidos antecedem aos ataques terroristas de 11 de Setembro. Após a experiência do Kosovo, Putin manifestou o interesse em recomeçar as relações Rússia-Occidente, deste modo, logo após a sua chegada a presidência, Vladimir Putin começou a cultivar laços com a administração americana. Inicialmente a reação de Washington foi fria, deixou claro que não previa nenhum avanço nas relações com a Rússia. Tornou pública a prisão

do agente do FBI, Robert Hanssen, que havia espiado os norte americanos ao serviço dos russos e posteriormente ordenou que cinquenta diplomatas russos deixassem os Estados Unidos. A nova administração ainda ameaçou acabar com qualquer ajuda econômica para a Rússia, exceto para projetos de não-proliferação e, por meio do Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld acusou a Rússia de proliferar materiais nucleares e tecnologias para armamentos. Até Fevereiro de 2001, a Conselheira de Segurança Nacional de Bush, Condoleezza Rice, insistia na ideia de que a Rússia fosse uma ameaça para os Estados Unidos e para os seus aliados europeus. Todavia, Putin persistiu e finalmente conseguiu o seu intervalo quando se encontrou com o presidente americano na Cimeira de Ljubljana, na Eslovênia, no verão de 2001. Foi na Eslovênia que o relacionamento entre a Rússia e os Estados Unidos começou a mudar, em grande parte graças à química pessoal entre os dois líderes. Foi após esta cimeira que Bush emitiu o famoso comentário sobre Putin: ‘Fui capaz de entender a sua alma’” (Tsygankov, 2013: 144-145).

Entretanto, embora tenha sido na Eslovênia que a aproximação entre a Rússia e os EUA inicia-se de forma mais consistente, como já referido, foram os eventos de 11 de Setembro de 2001 que consolidaram este processo de aproximação entre as partes. De acordo com Tsygankov, “os ataques terroristas de 11 de Setembro apresentaram a Putin uma oportunidade única para implementar a sua nova visão de interesse nacional. Logo após os ataques terroristas aos Estados Unidos, Putin ofereceu as lideranças norte americanas um amplo apoio as suas operações antiterroristas no Afeganistão. As medidas incluíram a partilha de inteligência, a abertura do espaço aéreo russo para às missões de salvamento, a participação de Moscovo na busca e nas operações de resgate, o cometimento da Rússia no seio dos países da Ásia Central para a causa americana e o contributo da Rússia para o armamento das forças anti-talibã no Afeganistão” (Tsygankov, 2010: 141). Putin, no seu discurso anual na Assembleia Federal da Federação Russa resumiu a nova realidade da conjuntura internacional nos seguintes termos:

“Após 11 de Setembro, muitas pessoas no mundo perceberam que a "Guerra Fria" acabou. Eles [os Estados Unidos] perceberam que atualmente existem outras ameaças, que hoje, a guerra que tem de ser travada é diferente - a guerra contra o terrorismo internacional. O perigo disso é óbvio; Não requer nenhuma nova prova. Quero deixar claro: isso também se aplica plenamente à Rússia” (Putin, 2002).

Sendo Putin um líder pragmático, provavelmente deve ter calculado que o Islão radical dos talibã era uma ameaça substancial para a Rússia e para os países da Ásia Central, que se encontravam na zona de influência russa, e que uma invasão americana em tal situação representaria um duro golpe contra aquelas forças que causavam um grande desagrado a Rússia. Além do mais, com o seu apoio a Bush, que tinha anunciado uma “cruzada” contra o terrorismo internacional, Putin minou o sistema de apoio político, diplomático, de informações e económico que chegava aos separatistas da Chechénia e do Norte do Cáucaso a partir do Ocidente; uma vez que doravante, ao apoiarem os militantes chechenos, os americanos estariam a atuar do lado daquelas forças que tinham trazido sobre o seu próprio país um golpe tão doloroso (Dugin, 2016: 109). “O presidente Bush falou simpaticamente da ameaça terrorista que a Rússia enfrentava, e o presidente Putin expressou seu compromisso com um acordo político” (Council on Foreign Relations, 2006: 25).

Outros retornos esperados por Putin, da cooperação da Rússia com os Estados Unidos eram de natureza económica e relacionados aos planos de Moscovo aumentar as suas vendas de energia no exterior. Putin também teve em mente que com a aproximação aos Estados Unidos, eventualmente a Rússia poderia tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas em termos relativamente favoráveis (Tsygankov, 2013: 148). Contudo, o acordo com a OMC só foi celebrado [pelo então presidente Medvedev] no final de 2011 e ratificado pelas autoridades da Rússia em Julho, de forma que no final de Agosto de 2012 o país já se encontrava plenamente integrado como membro da organização (Franchising Brasil, 2016).

“As relações com os Estados Unidos estavam tão boas nesse breve período que até a chegada de conselheiros militares americanos na Geórgia em 2002 não provocou grandes protestos da diplomacia russa. A Rússia tornou-se até ‘parceiro institucional privilegiado’ da NATO em Maio de 2002, com a perspectiva de ‘participar da organização da segurança coletiva na Europa’” (Eckert, citado em Mazat e Serrano, 2012: 24). Na sequência desta aproximação, em 2002, Putin conseguiu o feito de fazer com que os Estados Unidos assentissem e reconhecessem a Rússia enquanto economia de mercado, e a sua participação de pleno direito enquanto membro do G8 (Freire, 2011: 170-171). No entanto, “ainda que a Rússia tenha conseguido ingressar ao G8, o G7 continuou a reunir-se para discutir certos problemas financeiros” (Council on

Foreign Relations, 2006: 39), demonstrando assim o tratamento diferenciado existente no epicentro dos países mais poderosos do mundo.

Contudo, embora esta cooperação tenha se mostrado benéfica para ambas as partes, segundo Dugin, “sancionando a ocupação americana do Afeganistão, a Rússia recebeu nas suas fronteiras do Sul, ao invés de uma ameaça hostil (islamitas radicais), outra, e desta vez uma mais grave, as bases militares americanas. Ou seja, a presença direta dos principais opositores estratégicos da Rússia no mapa geopolítico do mundo. Se a Rússia lutava para construir um sistema alternativo multipolar contra o mundo unipolar, então em caso algum deveria ter permitido o desdobramento de um contingente militar americano na proximidade imediata das suas fronteiras do Sul e das fronteiras dos países da Ásia Central aliados a Rússia” (2016: 109).

Esta posição russa baseada em princípios pragmáticos, “permitiu que o Ocidente se mantivesse como uma esfera privilegiada das relações da política externa russa, com Putin a procurar avançar a sua própria agenda relativamente ao conteúdo do que deveriam ser estas relações, para além de assuntos de dissensão, como a expansão da NATO ou mesmo a questão do escudo de defesa antimíssil. Ou seja, apesar de não estar disposto a ceder num determinado número de questões, Putin não pretendia fechar o relacionamento num conjunto de diferenças, mas antes incluir nas discussões novas áreas de colaboração em relação às quais a Rússia entendia que poderiam advir mais-valias. Neste contexto, Putin referia-se, em particular, a áreas estratégicas de interesse comum como a luta contra o terrorismo internacional e a cooperação energética, mantendo assim um campo de manobra alargado num relacionamento condicionado por velhos desacordos, mas com abertura para o diálogo continuado” (Freire, 2011: 165-166).

No entanto, a opinião pública doméstica desconfiava desta aproximação russa aos Estados Unidos, e isso restringiu a liberdade de ação do presidente Putin (Tsygankov, 2010: 141). Entretanto, perante os deputados da Assembleia Federal da Rússia, Putin expôs o seguinte:

“Para o nosso país, que enfrentou o terrorismo há muito tempo, não havia escolha entre apoiar ou não os esforços para destruir a "den" [covil] do terrorismo. Especialmente porque essas medidas realmente ajudaram a aumentar a segurança nas fronteiras do sul de nosso país e, em grande medida, ajudaram a melhorar a situação em muitos países da Comunidade de Estados Independentes” (Putin, 2002).

Portanto, determinado que estava, mesmo perante objeção interna, Putin avançou com a sua política externa, realçando o potencial positivo das novas relações com os Estados Unidos. Assim, em Maio do mesmo ano, na cúpula de Moscovo, os presidentes dos EUA e da Rússia assinaram uma declaração conjunta sobre a cooperação energética. Em Outubro, na Cimeira de Energia de Houston, as autoridades russas manifestaram o interesse em exportar até um milhão de barris por dia para os Estados Unidos num prazo de cinco anos (Tsygankov, 2010: 141).

Em Maio de 2002, “os dirigentes norte americanos apoiaram - e a Rússia aceitou - um convite para melhorar as relações entre a Rússia e a NATO através da formação do Conselho NATO-Rússia, órgão este com um mandato para tornar funcional a cooperação russo-atlântica no domínio da segurança” (Council on Foreign Relations, 2006: 24). “Putin não deixa de elencar aspetos positivos destas relações, mas deixa bem claro desde logo que a Rússia se opõe à expansão da Aliança Atlântica e a uma série de iniciativas promovidas pela organização que considera como interferência direta na sua área de atuação privilegiada e, desde logo, contrárias aos interesses da Rússia” (Freire, 2011: 167). Não obstante, no mesmo ano, o jornal britânico, “The Economist resumiu a cooperação entre as partes nos seguintes termos: ‘As relações americanas com a Rússia são agora melhores do que em qualquer outro período desde o final da Segunda Guerra Mundial e continuam a melhorar’” (Tsygankov, 2010: 141).

No entanto, como era de se esperar, um romance entre estas duas potências séria apenas temporário e não permanente, e a Guerra do Iraque vem validar esta tese. De acordo com Allison e Simes, George W. Bush decidiu invadir o Iraque e substituir o regime de Saddam Hussein por um outro democraticamente eleito. Bush estava convencido de que isso representaria, nas suas próprias palavras, “um poderoso exemplo de liberdade numa região do mundo que desespera por ela”. Ele e a sua equipa mantiveram-se firmes na convicção, não obstante inúmeras indicações de que essa guerra iria fragmentar o país segundo linhas de índole tribal e religiosa, de que qualquer governo eleito em Bagdade seria dominado pelos xiitas e de que a principal beneficiária seria o Irão (2015: 26-27). Em reação a esta atitude unilateral dos Estados Unidos, sem todo o tipo de fundamentos⁹³, surge uma onda de protestos naturais por parte da Rússia, da França, e da Alemanha. “Esta coligação anti-americana recebeu o nome de ‘o Eixo Paris-Berlim-Moscovo’, e por um curto período de tempo pareceu que a criação de um

⁹³ Sem o aval das Nações Unidas (Tsygankov, 2013: 148).

bloco multipolar *euro-urasiático* estava a ocorrer, visando a contenção da hegemonia unipolar americana. Esta perspetiva preocupou extremamente os americanos, que prontamente desencadearam uma série de esforços dirigidos a derrubar esta coligação o mais breve possível” (Dugin, 2016: 109-110).

A verdade é que, devido as clivagens existentes entre a Rússia e os Estados Unidos, “os dois países foram incapazes de levar muito adiante sua colaboração contra o terrorismo. A Rússia percebeu que o fato de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em nada impedia, na prática, o unilateralismo americano no mundo pós-Guerra Fria. Até mesmo a manutenção do que na realidade se resumia a uma capacidade nuclear estratégica de retaliação, embora central como poder de dissuasão de última instância, não excluía a importância de recobrar a capacidade operacional de intervenção militar convencional e contrainsurgente das forças armadas da Rússia” (Mazat e Serrano, 2012: 24).

“Em qualquer dos casos, a invasão do Iraque mostrou que os EUA apenas atuam pelos seus próprios interesses e não têm planos de levar a Rússia em consideração, apesar das concessões da Rússia no Afeganistão. Além do mais, Washington nunca retirou na totalidade o seu apoio aos separatistas chechenos e caucasianos, e [...] Brzezinski explicou [...] que apenas aqueles que lutam contra os EUA devem ser colocados entre os ‘terroristas internacionais’, enquanto aqueles que enfraquecem os competidores e adversários dos EUA (em particular, os fundamentalistas do Norte do Cáucaso) devem ser excluídos desta categoria e equacionados como ‘combatentes pela liberdade’” (Dugin, 2016: 110). Por sua vez, o apoio russo aos EUA, insere-se na procura de legitimidade para as suas ações, como foi referido, “mas procura contê-los sempre que entende que os seus interesses possam estar em causa. [...] A atitude russa pode, em muitas circunstâncias ser comparada a dos Estados Unidos. Quando sente os seus interesses em risco, Moscovo prefere prosseguir sozinho, contrariando as resoluções internacionais e até mesmo bloqueando organismos internacionais de decisão” [...] (Freire, 2011: 169).

Entretanto, é imperioso que se sublinhe que as decisões de Putin em apoiar a guerra contra o Afeganistão e juntamente com a França e Alemanha protestar contra a invasão do Iraque, assentaram numa avaliação pragmática muito arriscada. De acordo com Tsygankov, o calculo de Putin resumia-se no seguinte: “caso ele tivesse perdido a sua credibilidade por ter apoiado a intervenção norte americana no Afeganistão, ele

certamente recuperaria toda ela durante sua oposição à guerra no Iraque” (2010: 144). É quase certo que o presidente russo sabia que a opinião pública russa cada vez mais nacionalista apoiaria a abordagem do tipo «desafiar o inimigo principal» [...]. Putin contribui claramente para o robustecer do sentimento nacionalista através da sua retórica patriótica e da sua dura condenação do comportamento do Ocidente. Mas viu a sua tarefa facilitada devido à desilusão generalizada sentida no país em relação ao Ocidente, por este tratar a Rússia como um país vencido da Guerra Fria, em vez de um aliado na construção de uma nova Ordem Mundial (Allison e Simes, 2015: 31).

Uma coisa é certa, na busca pela primazia, “Bush e Putin partilham o mesmo objetivo, mas diferem fundamentalmente nos meios: a procura da manutenção da unipolaridade pelo primeiro e a promoção de uma ordem multipolar pelo segundo. Contudo, nas práticas de poder assentes em princípios de *realpolitik* as semelhanças abundam, apesar de a forma revelar distanciamento ao nível dos entendimentos conceptuais, tornando difícil a definição de um mínimo denominador comum para o diálogo. De referir ainda que, [...] a personificação da relação nas figuras dos presidentes, cujos mandatos foram praticamente coincidentes, contribuiu de forma ampla para uma minimização da hostilidade, uma gestão de divergências e uma concordância de posições, [...], mantendo os canais de comunicação abertos e um diálogo continuado, mesmo que muitas vezes pautando por uma retórica clara de confrontação” (Freire, 2011: 167-168). Posto isto, é notável que as relações diplomáticas entre a Rússia e os Estados Unidos durante os primeiros anos do século XXI são caracterizadas por uma cooperação assente no pragmatismo, isto é, apenas quando existem interesses em comum, e competição e/confrontação quando estes interesses são materializados. Ou seja, as relações entre a Rússia e os Estados Unidos, enfrentam um dilema que varia entre cooperar e competir.

4.3.1. A Reconstrução do poder militar da Rússia

Por que é que falo da reconstrução do aparelho militar russo na sessão que diz respeito aos Estados Unidos? Não foram só as relações diplomáticas entre a Rússia e os Estados Unidos que melhoraram com a chegada de Putin a presidência russa, o exercito russo humilhado também beneficiou-se da chegada de um presidente que compreendia as necessidades de um exercito forte e da paridade militar entre a Rússia e os Estados

Unidos. Assim que Putin chegou ao assento presidencial, foi aprovado um novo Conceito de Segurança Nacional (2000) que enfatizava os valores de soberania e forte defesa nacional. De acordo com Mazat e Serrano (2012), Putin introduziu uma nova dinâmica na Rússia, os dirigentes russos, voltaram a dar prioridade à questão das forças armadas, visando reverter a acelerada decadência do potencial militar do país durante os anos 1990. O objetivo desta reconstituição parcial do poder militar russo foi dar base material mais forte à estratégia de afirmação diplomática e geopolítica da Rússia frente às tentativas permanentes de enfraquecimento do país por parte dos Estados Unidos e de seus aliados europeus. Deste modo, a proteção e o desenvolvimento do complexo militar-industrial, no centro da estratégia de potência da URSS, voltaram a ser elementos prioritários na política russa de desafio às pretensões norte americanas.

“Em 2000, pela primeira vez desde 1992, a Federação Russa aumentou o seu orçamento de defesa. Em 2003, foram entregues à Força Aérea russa os primeiros caças novos desde 1992, assim como helicópteros de ataque em 2004. Em 2006, começou o fornecimento à Força Aérea do Sukhoi 34, novo avião voltado ao ataque de longa distância. É interessante observar que o desenvolvimento de um avião como o Sukhoi 34 mostra que existe por parte dos russos a percepção de uma ameaça clara para suas fronteiras” (*ibid*).

“De acordo com as estatísticas russas, corroboradas pelas estimativas ocidentais, a despesa do Estado russo com a componente militar ascendeu, em 2006, a 2,74% do PIB, o que equivale a [...] 24 mil milhões de dólares. No mesmo ano, as encomendas chegaram aos 236 mil milhões de rubros, e Sergei Ivanov anunciou um programa extensivo para a indústria do armamento (Stuermer, 2009: 138-139). Segundo o Trading Economics, de 2015 para 2016, as despesas militares da Rússia aumentaram de 66418.70 mil milhões de dólares para 70345,10 mil milhões de dólares. Entretanto, importa referir que em 1998, as despesas militares da Rússia eram em média de 14000.40 mil milhões de dólares (2017). Segundo Pomeranz, a defesa nacional, é o segundo setor que mais se beneficia do orçamento do estado russo, sendo apenas superado pelo destinado as questões gerais do Estado (2011: 180).

Gráfico 1. Despesas militares da Rússia em bilhões de US\$ (2006-2016)



Fonte: Trading Economics (2017).

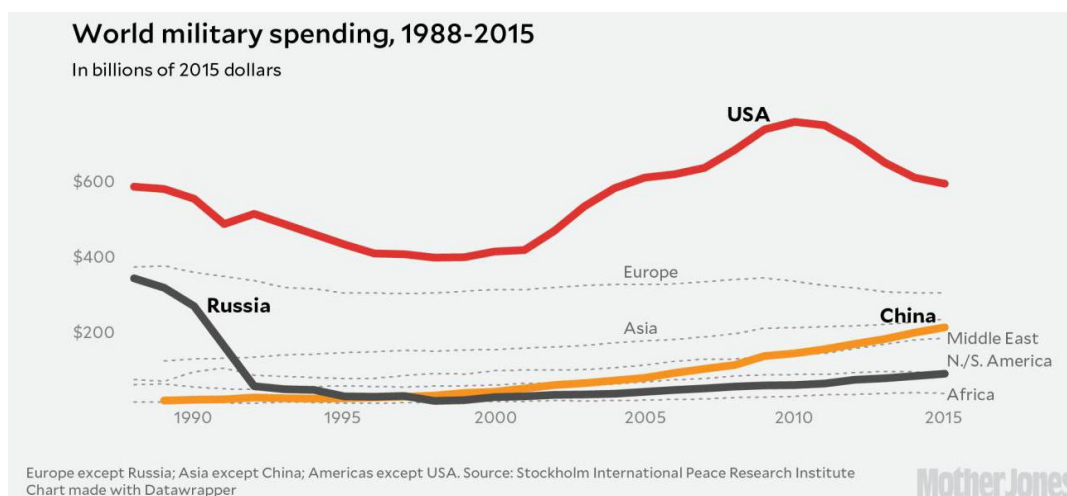
Gráfico 2. Despesas militares da Rússia desde a ascensão de Putin em bilhões de US\$



Fonte: Trading Economics (2017).

Embora desde a chegada de Putin a presidência da Rússia, as despesas militares tenham e continuam a aumentar substancialmente, estas são diminutas quando comparadas com as dos Estados Unidos, e até com as da sua vizinha, a China. Segundo Stuermer, mesmo tendo em conta o poder de compra real, as despesas militares russas, continuam a ser bastante reduzidas face as do seu rival norte americano. No entanto, em termos de percentagem do PIB, o orçamento atribuído por cada um dos países às respetivas forças armadas é semelhante (2009: 133).

Gráfico 3. Despesas militares do mundo 1988-2015



Fonte: Mother Jones (2017).

Deste modo, apesar de um dos principais objetivos da política externa russa para os Estados Unidos, ser o de assegurar uma paridade militar entre as forças armadas russas e as forças armadas norte americanas, constata-se que esta paridade apenas existe em termos de percentagem do PIB que ambos os estados gastam com as suas defesas, porque, se formos a analisar em termos monetários, o orçamento da defesa norte americano é cerca de nove vezes maior que o russo (tabela 4), o que revela uma monstruosa assimetria para um estado com ambições hegemónicas como a Rússia. Contudo, é notável que desde a chegada de Putin a presidência da Rússia, esforços têm sido feitos no sentido de se aumentar substancialmente o orçamento do estado para a defesa, o que evidencia a sensibilidade do presidente face as necessidades de um exercito forte e de uma paridade militar entre a Rússia e os Estados Unidos. Entretanto, com base no exposto no gráfico 3, fica claro que a Rússia tem procurado uma assimetria numa relação claramente assimétrica. Porém, Stuermer adverte que “a Rússia parece mais forte do que ela realmente é e as suas forças armadas não fogem a regra” (2009: 132).

4.3.2. A política externa da Rússia para os Estados Unidos: Cooperação Pragmática vs Competição e/Confrontação

Depois de se enquadrar o contexto do surgimento das relações russo-americanas no século XXI, e ter-se constatado que estas são caracterizadas por uma cooperação

pragmática quando necessário, e competição e/confrontação quando assim não o seja, e de seguida analisar o processo de reconstrução e da procura de paridade entre as forças armadas russas e as norte americanas, onde por sua vez se constatou que apesar dos esforços de Putin em valorizar o exercito russo, os Estados Unidos ainda posicionam-se como sendo a potência militar hegemónica, avancemos para a próxima fase da sessão onde aprofunda-se as já referidas duas variantes - cooperação pragmática, e competição e/confrontação - das relações russo-americanas e consequentemente da política externa Putin-Medvedev para os Estados Unidos.

Contudo, antes de mais, é interessante notar que tanto a Rússia como os Estados Unidos apresentam argumentos céticos e argumentos pragmáticos. Segundo Alison e Blackwill (2011: 9-11); Karaganov (2011: 11), os céticos acreditam que a cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos não é exequível na medida em que: os interesses nacionais russos e americanos divergem tão substancialmente que a cooperação é impraticável e improvável que obtenha resultados substanciais; os valores russos e americanos diferem de tal forma que a cooperação é impossível sem que ambas as partes sacrifiquem os seus principais princípios; e, os possíveis benefícios de uma cooperação envolvendo a Rússia e os Estados Unidos não justificam os esforços, isso porque tanto Rússia, como os Estados Unidos não se encontram em condições e não pretendem ceder em questões importantes.

Em contraste, os pragmáticos apontam que a Rússia e os Estados Unidos devem cooperar na medida em que existem matérias que a conduta de um tem impacto direto nos interesses nacionais do outro: *armas nucleares*: juntos, a Rússia e os Estados Unidos possuem 95% das armas nucleares do mundo e a maioria do material utilizável para as mesmas. Ambos são os maiores fornecedores da tecnologia nuclear. Além disso, a Rússia é a única nação que poderia destruir a América tal como a conhecemos em trinta minutos e *vice versa*; *não proliferação*: existe uma interdependência entre a Rússia e os Estados Unidos no que diz respeito a prevenção da proliferação de Armas de Destruição em Massa e do terrorismo nuclear; *geopolítica*: paira uma incerteza sobre o futuro do Afeganistão após a retirada das tropas da NATO do país e pela possível desestabilização na Ásia Central. Outro desafio geopolítico sério que ambos os estados enfrentam, é levantado pela atual desestabilização do Grande Oriente Médio; e, *energia*: a nível mundial, a Rússia é um dos maiores produtores de energia e a titular das maiores reservas de gás natural. A Rússia, portanto, tem um papel substancial na manutenção e

ampliação dos estoques de energia que mantêm a economia global estável e possibilitam o crescimento econômico dos Estados Unidos, que por sua vez são os maiores consumidores de energia do mundo (*ibid*).

Dito isto, pode-se afirmar que a política externa da Rússia para os Estados Unidos é caracterizada tanto pelo ceticismo como pelo pragmatismo dependendo do interesse, da liderança e do assunto em questão. Assim, a Rússia e os EUA competem por causa da influência do ceticismo e cooperam por causa da influência do pragmatismo (Wache, 2014: 152). No entanto, é notável que um alinhamento estratégico da Rússia e os Estados Unidos traria vantagens significativas de equilíbrio de poder para ambas as partes - inclusive na gestão do surgimento da China como um poder global. Portanto, a revisão dessas áreas deixa claro que as escolhas e ações da Rússia e dos Estados Unidos impactam de forma significativa e direta na ampla gama de interesses nacionais vitais de cada um dos estados. Nessa cooperação pragmática e competição e/confrontação há uma variedade de assuntos da política externa da Rússia para os Estados Unidos dos quais podem se destacar os seguintes: redução de armas nucleares, a não proliferação nuclear, a resolução dos conflitos regionais, a questão energética, e a luta contra o terrorismo.

4.3.3. Os Tratados Internacionais de desarmamento durante a presidência Putin-Medvedev

Desde os tempos soviéticos que a questão da redução das armas nucleares têm levado a Rússia a cooperar pragmaticamente com os Estados Unidos, contudo, na presente sessão iremos nos concentrar nos tratados de desarmamento assinados pelas partes desde a chegada de Putin a presidência da Rússia. De igual modo, ainda na sessão, analisa-se alguns casos que demonstram a presente competição e/confrontação nas relações russo-americanas, bem como procura-se analisar quais seriam os possíveis resultados de um confronto direto envolvendo as duas maiores, e mais poderosas potências militares do mundo.

“O início da presidência de Putin foi marcada pela ratificação do START II pelo Parlamento russo em 2000. Era uma forma de Putin mostrar o seu compromisso com a questão do desarmamento e, também, de pressionar os Estados Unidos a não abandonarem o Tratado sobre os Mísseis Antibalísticos (Anti Ballistic Missile Treaty-

ABM [...]). O ABM, assinado pela URSS e pelos Estados Unidos em 1972, previa forte limitação dos dispositivos antimíssil de ambos os países. O problema é que os Estados Unidos estavam cada vez menos dispostos a respeitá-lo, querendo começar a desenvolver um verdadeiro escudo antimíssil para proteger o seu território. Em 2001, o então presidente Bush anunciou oficialmente a saída unilateral dos Estados Unidos do ABM, que se tornou efetiva em 2002, o que provocou a rejeição do START II por parte da Rússia” (Mazat e Serrano, 2012: 29). Na opinião de Putin, a decisão dos Estados Unidos de se retirar do ABM constituía um “erro”, mas que não representava qualquer ameaça à segurança nacional da Federação Russa (Tsygankov, 2013: 146). Contudo, a questão da manutenção do ABM era importante para os russos porque a Rússia, não tinha o menor interesse em começar uma nova corrida armamentista de alta tecnologia contra os Estados Unidos (Mazat e Serrano, 2012: 29). Porém, receando o surgimento de uma grande assimetria entre a capacidade bélica dos dois países, o Kremlin anunciou a adoção de uma doutrina militar “preemptiva”⁹⁴ seguindo os passos e a linguagem de Washington, bem como o desenvolvimento de um novo sistema de mísseis nucleares como garantia da segurança russa (Freire, 2011: 171).

Mas, apesar da saída unilateral dos EUA do ABM, ainda em 2002 a Rússia e os Estados Unidos iniciaram novas negociações para o desarmamento, e nesse mesmo ano foi assinado o SORT (Tratado sobre a Redução de Armas Estratégicas Ofensivas). De acordo com Stuermer, o SORT [...] estipula que “a Rússia e os Estados Unidos reduzam o seu arsenal a 1700 e 2200 ogivas nucleares respetivamente até 31 de Dezembro de 2012. Ao observador externo, isso poderá parecer relativamente irrelevante, uma questão de somenos importância, no entanto, [como já mencionado], tendo em conta a psicologia do povo russo e, em especial, dos militares, o equilíbrio estratégico com os Estados Unidos é uma questão prioritária” (2009: 141).

“Quando Barack Obama tornou-se presidente, iniciando uma política menos confrontadora com a Rússia que a imediatamente anterior de George W. Bush, os resultados não demoraram: a assinatura dos acordos de redução dos arsenais nucleares ([...] New START) entre os Estados Unidos e a Federação Russa, em Abril de 2010” (Segrillo, 2011: 143). O New START assinado pelos presidentes Obama e Medvedev, visava substituir o START I, que expirou em 2009. Previa uma diminuição ainda maior

⁹⁴ O doutrina militar enfatizava que a ameaça de agressão direta contra a Rússia e seus aliados só poderia ser “dissuadida através da condução de uma política externa ativa e pela manutenção da alta disposição das forças convencionais e nucleares” (Tsygankov, 2013: 111).

do número de ogivas nucleares, que teria a redução de 1,5 mil na Rússia e nos Estados Unidos nos próximos anos (Mazat e Serrano, 2012: 30). “A chave para essa reaproximação parece ser um entendimento por parte do Ocidente de que a Rússia recuperada dos anos 2000 deve ser tratada não como no período de exceção dos anos 1990, e sim como a grande potência que sempre foi⁹⁵” (Segrillo, 2011: 143).

Se por um lado a cooperação russa com os Estados Unidos é assente no pragmatismo, por outro o seu ceticismo acaba em competição e/confrontação. De acordo com Starr *et al*, tanto o presidente da Rússia como o dos EUA esta sempre acompanhado por um oficial militar que transporta um dispositivo de comunicação chamado *cheget* na Rússia e *the nuclear football* nos EUA. Este dispositivo que se assemelha a um computador laptop, permite que tanto o presidente da Rússia, como o dos Estados Unidos ordene o lançamento de armas nucleares em menos de um minuto (2012: 1). Este cenário revela o constante ambiente de competição e o nível de ameaça que estes estados percebem um do outro.

Outro aspeto que realça o constante ambiente de competição entre a Rússia e os Estados Unidos é o desenvolvimento do míssil balístico intercontinental Bulava (SS-NX-30) por parte da Rússia. Segundo Defesa Aérea & Naval, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia Térmica de Moscovo, o míssil Bulava pode transportar até dez ogivas MIRV (Mísseis de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionados ou apenas nucleares), com um alcance de mais de 8.000km. Por sua vez, o submarino nuclear estratégico da Classe Borei, Yuri Dolgoruky, pode carregar até 16 mísseis Bulava (2015).

Como outro exemplo do reforço das forças armadas, no presente caso das Forças Estratégicas Nucleares russas tem que ver com os 8 submarinos de propulsão nuclear que a marinha russa recebera até 2018, sendo quatro para a Frota do Norte e quatro para a Frota do Pacífico. Assim, a potencial força de dissuasão nuclear russa, que já era bastante poderosa, será impulsionada ainda mais com os novos submarinos. Em termos de investimento, o governo russo alocou 20 triliões de rublos, cerca de 700 mil milhões de dólares para substituir os antigos sistemas de mísseis por novos e modernos até 2020 (The Voice of Russia, 2012).

⁹⁵ Ver a Tabela 3 em anexo. Nela se encontram todos os tratados de desarmamento assinados entre a Rússia e os Estados Unidos desde o colapso da União Soviética.

Nesta temática da competição russo-americana, não poderia ficar de parte o maior submarino nuclear do mundo, o Dmitry Donskoy, mais conhecido como Akula (tubarão em russo). Segundo o Jornal de Notícias, com cerca de 172 metros de comprimento e com 200 armas nucleares a bordo, prontas a serem lançadas a qualquer momento, este é um dos submarinos mais imponentes do mundo (2017). Portanto, sendo este um submarino concebido para o teatro de operações da Guerra Fria no início dos anos 80, no século XXI, a Rússia tem procurado manter a sua navegabilidade e posiciona-lo como uma das maiores forças de dissuasão da Frota do Norte da Rússia, a contragosto dos Estados Unidos.

“A motivação por detrás do fabrico de novos e mais potentes mísseis esta ligada a expansão da NATO para as zonas de influência [russa] como afirmou Sergei Lavrov, ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, em Março de 2012, ‘a expansão da NATO para muito próximo das fronteiras da Rússia aumenta as possibilidades de uma confrontação militar convencional que se pode transformar em uma guerra nuclear’” (Wache, 2014: 153-154). Por sua vez, a opinião pública russa argumenta que “a NATO esta determinada a derrubar Putin, fazer ajoelhar a Rússia, e talvez desmembrar o país” (Allison e Simes, 2015: 35). Segundo Wache, “é preciso realçar que ambos os estados estão quase em equilíbrio em termos de número de armas que cada estado possui (tabela 4, em anexo)” (2014: 154).

Assim sendo, há que considerar que a partir do momento em que o relacionamento EUA-Rússia entrar na zona de confronto, os responsáveis militares de topo de ambos os lados desempenharão inevitavelmente um papel de maior protagonismo. As chefias militares têm de pensar em termos de capacidades, não de intenções. Isto pressiona-as a dar passos que são taticamente prudentes, mas convidam a uma interpretação estratégica equivocada (Allison e Simes, 2015: 42). Também há que ter em conta que, em caso de guerra russo-americana, é necessário ponderar cuidadosamente que ações os chineses poderiam decidir empreender contra a Formosa, por exemplo, ou de punição contra vizinhos como o Japão ou o Vietname, que Pequim acredita estarem a cooperar com Washington no sentido de conter as suas ambições (*ibid*: 46-47). Na prática, este posicionamento chinês traduzir-se-á num enfraquecimento dos Estados Unidos na região, o que beneficiaria a Rússia. De igual modo, ainda que seja muito incerto e difícil de medir, é muito provável que em caso de confronto russo-americano, a China se coloque do lado russo, com o objetivo de

assegurar a estabilidade regional, e não propriamente apoiar a causa russa. Ou seja, poderia surgir uma aliança estratégica sino-russa.

No entanto, tendo em conta os elementos de poder apresentados na tabela 4, em anexo, constata-se que o argumento acima exposto por Wache, dando conta de uma possível paridade militar entre as partes, não reflete de todo uma verdade absoluta. Não existe assimetria entre os elementos de poder da Rússia e dos Estados Unidos. Portanto, em caso de confronto direto entre estas duas superpotências - o que esperamos que nunca aconteça! -, a priori, é quase certo que o exercito russo seja completamente derrotado e humilhado. Entretanto, é bastante difícil de precisar os possíveis resultados de um choque envolvendo as duas mais poderosas potencias militares do mundo e quais seriam as suas possíveis repercussões para o mundo como um todo. Contudo, as alterações poderiam passar pela roptura do *balance of power*, atravessando o surgimento de uma nova Ordem Mundial, e desembocando em uma nova geopolítica mundial completamente diferente da atual. Porém, importa sublinhar que, embora as forças armadas norte americanas estejam melhor equipadas e conseqüentemente melhor preparadas que as forças armadas russas, com o inaugurar da era nuclear em 1945, muitos dos elementos de poder expostos na tabela 4 tornam-se completamente obsoletos. Ou seja, como já referido, a Rússia, assim como os Estados Unidos têm poder suficiente para literalmente varrer um como o outro da geopolítica mundial. Portanto, de acordo com Stuermer, “o simples poder de dissuasão das duas superpotências é suficiente para afastar a necessidade de se recorrer efetivamente ao uso da força” (2009: 30).

Portanto, embora reconheça as necessidades do desarmamento, Putin-Medvedev têm procurado manter a sua prontidão combativa num sistema internacional anárquico. Este comportamento da Rússia, insere-se na percepção de si mesma como sendo uma grande potência, e da necessidade de garantir a sua sobrevivência perante a incerteza das intenções dos Estados Unidos.

4.3.4. O “Reset” de Obama e Medvedev: tentativas para melhorar as relações russo-americanas

As relações entre a Rússia e os Estados Unidos começaram a melhorar com a chegada de Barack Obama a presidência dos Estados Unidos em 2009. A nova administração

norte americana entendeu que a estratégia de continuar com uma política externa hostil para a Rússia, principalmente após os resultados da intervenção russa na Geórgia em 2008, era bastante arriscada. Assim, segundo Pomeranz, durante a visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden a Moscovo, foi anunciado um *reset* nas relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Apesar de todas as contradições e restrições, o *reset* levou o Conselho Nacional de Segurança americano a conduzir uma revisão formal da sua política em relação à Rússia, o que permitiu um melhoramento significativo das relações entre os dois países; sob a liderança da secretária de estado dos Estados Unidos, Hilary Clinton, e do ministro dos negócios estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov, foi criada uma comissão presidencial bilateral, com mais de uma dezena de grupos de trabalho para tratar de assuntos de interesse de ambos os países. Não menos significativos foram o avanço das negociações e a assinatura do já referido New START. Foi neste período estável das relações russo-americanas que Medvedev viajou para os Estados Unidos, e visitou a Silicon Valley, onde assinou dez acordos de cooperação entre os dois países (2011: 174-175).

Nesta linha de reforço da cooperação pragmática russo-americana, “os Estados Unidos interromperam vários programas sensíveis da política externa norte americana para os russos. Assim, o processo de expansão da NATO em relação a países da ex-URSS foi, por enquanto, congelado, na medida em que as candidaturas tanto da Geórgia quanto da Ucrânia foram rejeitadas” (Mazat e Serrano, 2012: 42). Outra medida relevante nas relações russo-americanas foi o restabelecimento do Conselho NATO-Rússia, que estava congelado desde a intervenção russa na Geórgia. O reativar do Conselho fez com que a Rússia retomasse a cooperação militar com a NATO, inclusive na guerra do Afeganistão, no combate ao tráfico de drogas, à pirataria na costa da Somália, e à proliferação nuclear (Jubran, 2015).

No que diz respeito ao Irão, como já referido, existe uma cooperação entre a Rússia e o Irão ao nível da construção da central nuclear de Busheer, no entanto, o combustível nuclear mantém-se fora do alcance dos iranianos. Deste modo, a Rússia ofereceu-se para reprocessar o combustível nuclear usado pelo Irão como forma de o país continuar com o seu programa nuclear para fins pacíficos (Stuermer, 2009: 149). Em reação, “os EUA criticaram duramente o contrato e qualquer fornecimento de matéria nuclear a República Islâmica, e buscaram impor sanções por intermédio do CSNU, ao passo que a Rússia procurava reagir para que as sanções atingissem menos

possível aos seus negócios com Teerão” (Jubran, 2015: 93). No entanto, Teerão recusou a proposta russa, e por sua vez, Moscovo optou por apoiar a resolução das Nações Unidas (Tsygankov, 2013: 213). Esta filosofia da “não proliferação já vem do tempo da Guerra Fria, quando os americanos e os russos juntaram esforços para preservarem o monopólio nuclear [...] e restringirem as aspirações dos países do Terceiro Mundo” (Stuermer, 2009: 149). Portanto, a Rússia não quer e não pretende ter uma nova potência nuclear na sua fronteira.

Nada obstante, nesta questão iraniana, embora a Rússia tenha apoiado a resolução das Nações Unidas, é pertinente que se sublinhe que os russos têm tentado se posicionar como um interlocutor viável entre o Irão e o mundo, além disso, a Rússia, tal como a China, é um dos poucos Estados que mantem relações económicas com o país. Por outro lado, essa cooperação pragmática da Rússia com o Irão, a contragosto dos Estados Unidos, tem como objetivo impedir que tanto os Estados Unidos, como os seus aliados exerçam qualquer tipo de influência sobre o Irão, país crucial para a resolução de conflitos na Ásia e Médio Oriente, e que se insere no projeto pan-regional de Dugin. Segundo Mazat e Serrano, “economicamente, isto significaria, também, que os Estados Unidos poderiam desenvolver infraestruturas de integração entre a região do mar Cáspio e as zonas controladas pelo Ocidente, representando assim o maior temor dos russos, a construção de gasodutos e oleodutos que levariam diretamente para os mercados ocidentais a produção [de gás] centro-asiática sem passar pelo controle russo” (2012: 44). Stuermer, resume esta relação tripartida da seguinte maneira: “o Irão conta com o apoio parcial da Rússia e com a oposição incondicional dos Estados Unidos” (2009: 119).

No entanto, é importante referir que atualmente, “não só a segurança nacional mas também o estatuto internacional da Rússia dependem do «cartel nuclear» com os Estados Unidos e, até certo ponto, com a China, o Reino Unido e a França. Quando os políticos russos afirmam que o combate ao terrorismo é a sua principal preocupação, estão evidentemente, a referir-se aos rebeldes chechenos⁹⁶ e, nisto, os russos não estão sozinhos. Os líderes da NATO, em vez de transformarem o medo em relação à Rússia numa profecia que pode vir a concretizar-se, poderiam - e deveriam - enterrar os

⁹⁶ Os decisores russos alertam para a possibilidade de os separatistas terem acesso as armas nucleares (Wache, 2014: 155).

fantasmas do passado e concentrar-se nos verdadeiros perigos atualmente em gestão” (*ibid*: 149).

Além da cooperação pragmática na questão iraniana, as relações entre a Rússia e os EUA melhoraram significativamente no que diz respeito a estabilização do Afeganistão. - Como já foi mencionado, esta melhoria tem que ver com o restabelecimento do Conselho NATO-Rússia. - Esta cooperação russo-americana no Afeganistão deve-se a percepção que ambas as partes têm sobre os efeitos nefastos da deterioração da situação sobre toda a região. Além disso, as partes concordam na necessidade de conter o Afeganistão no que diz respeito ao seu papel central para o tráfico de drogas na região, bem como de ponto de apoio para o extremismo islâmico. Portanto, mais uma vez estamos perante uma cooperação pragmática, ou seja, apenas cooperam porque partilham os mesmos interesses.

Como já foi mencionado no presente capítulo, foi também na presidência de Obama que a Rússia completou as negociações sobre a sua adesão à Organização Mundial do Comércio em 2012 (Tsygankov, 2013: 214). Portanto, “os novos esforços dos Estados Unidos para o *reset* das relações com a Rússia também exigiram tempo e persistência. Embora seja encorajador ver uma tentativa séria de mudar o relacionamento por parte dos Estados Unidos, há sérios problemas que dividem os dois lados - a expansão da NATO, o sistema de defesa antimíssil e a exploração de reservas de energia na antiga região soviética, e o quadro para a sua resolução ainda não foi posto em prática” (Tsygankov, 2010: 242).

No que diz respeito a expansão da NATO, e a exploração de energia, estas são temáticas que serão exploradas nas sessões que se seguem, por agora concentremo-nos no sistema de defesa antimíssil. Quanto aos já discutidos projetos de escudo antimíssil e radares intercetadores a serem instalados na República Checa e Polónia, respetivamente, segundo Wolf, citado em Mazat e Serrano, estes foram abandonados sob sua forma originária. “Este abandono parcial do projeto por parte dos Estados Unidos em 2009 foi interpretado como mais um elemento da estratégia de ‘détente’ da administração Obama. Propostas formais foram feitas para a Rússia associar-se ao sistema europeu de defesa promovido pela NATO. Mas as negociações entre Estados Unidos e NATO, de um lado, e Rússia, do outro, não levaram a nenhum acordo, e os Estados Unidos reiteraram, no final de 2011, seu desejo de ver o escudo antimíssil ser concretizado. Assim, o embaixador americano junto à NATO, Ivo Daalder, afirmou que ‘o governo

Obama pretende completar o escudo antimísseis destinado a proteger aliados europeus contra o Irão, goste a Rússia ou não” (2012: 43)⁹⁷.

Portanto, “a questão do escudo antimísil [...] na Europa permanece como sendo a grande fonte de discórdia entre os Estados Unidos e a Rússia. [...] A Rússia, por meio do então presidente Medvedev, pediu em 2011 garantias legais aos Estados Unidos para que os mísseis não sejam, [...] apontados para o território russo, exigência descartada por Obama. A Rússia percebe, [...] esta ampliação do escudo antimísil da NATO como a limitação do seu potencial estratégico e uma ameaça para sua segurança. Putin afirmou, [...] em Fevereiro de 2012 que não existe hoje ameaça oriunda do Irã[o] ou da Coreia do Norte. [...] a defesa antimísil americana na Europa tem certamente como objetivo neutralizar o potencial nuclear russo (Le Bouclier, citado em Mazat e Serrano, 2012: 44). De facto, Putin sublinhava que:

“Os nossos especialistas acreditam que o sistema [antimísil] ameaça a nossa segurança nacional e, se se concretizar, teremos de reagir rapidamente, e seremos forçados a redirecionar o nosso sistema de defesa antimísil contra este sistema que nos ameaça. Não estamos a criar esta situação. Pedimos para que não fosse prosseguido, mas ninguém nos deu ouvidos” (RFE/RL, 2008, citado em Freire, 2011: 172).

Assim, “Vladimir Putin reitera a possibilidade de a Rússia reagir para além da retórica discursiva, através de ações militares concretas e de reposicionamento de equipamentos, de forma a demonstrar claramente aos Estados Unidos o seu desagrado face não só as movimentações que considera contrárias aos seus interesses nacionais, mas também à sua atitude pouco aberta e receptiva às contrapropostas e demonstrações de receio russas” (Freire, 2011: 172).

“A atitude russa durante a recente guerra civil na Líbia forneceu outro exemplo do relativo não alinhamento russo em relação às posições europeias e americanas. Embora a Rússia não tenha vetado a resolução inicial de intervenção no Conselho de Segurança da ONU - provavelmente, devido à forte impopularidade do coronel Muammar Khadafi na maioria dos demais países árabes, neste período recente de revoltas populares em toda a região -, contestou a forma e a intensidade da intervenção

⁹⁷ É importante notar que os Estados Unidos ainda estão muito longe de ter a capacidade tecnológica de montar um escudo de tal natureza com um mínimo de eficácia. No entanto desde o programa Star Wars, no governo Ronald Reagan, este é um projeto muito importante para o complexo industrial militar americano, além de ser excelente arma diplomática, já que os Estados Unidos podem tratar este escudo como uma grande concessão e exigir alguma contrapartida tanto de aliados quanto da Rússia meramente ao anunciar que vão instalar, adiar ou cancelar a instalação do escudo contra mísseis balísticos de longo alcance, que, a rigor, simplesmente não existe.

americano-europeia e esperou a saída de Khadafi de Trípoli para reconhecer o Conselho Nacional Líbio” (Mazat e Serrano, 2012: 44).

Na Líbia, a Rússia estava preocupada com o potencial fortalecimento das forças extremistas no Médio Oriente. Ou seja, com a possível radicalização dos estados da região. Assim, atuando em conjunto com a China, a Rússia vetou as sanções propostas pelos Estados Unidos contra a Síria, uma vez que temia que tais sanções conduzissem a uma intervenção militar e a uma mudança de regime no país, como aconteceu na Líbia. Na visão do Kremlin pressionar as negociações entre Bashar al-Assad e a oposição militar era a melhor estratégia a ser seguida. Na Cúpula dos BRICS, realizada na Índia, em Abril de 2012, os estados membros apoiaram a proposta russa. No entanto, em Maio, o Kremlin esteve perto de aceitar uma possível remoção de Assad, mas reiterou que esta não poderia ser as custas do desmantelar do regime sírio ou da perda da influência russa sobre o país (Tsygankov, 2013: 220).

No que toca a Líbia, a intervenção dos Estados Unidos e dos seus aliados na Líbia, só revela a “incompreensão”, “incongruência” e “irresponsabilidade” da política externa do Ocidente. Apesar do Coronel Khadafi ter os seus defeitos, ele também tinha as suas virtudes. Apenas Khadafi poderia manter o país unido. A Líbia estava unida graças ao modelo de regime imposto pelo Coronel, uma ditadura. A Líbia de Khadafi era composta por 105 tribos armadas que estavam em constante conflito, mas que reconheciam ao Coronel como sendo o “Rei dos Reis”. Derrubando Khadafi, o Ocidente rompeu com o *balance of power* no país, fazendo com que a Líbia se torna-se num barril de pólvora. A escolha óptima seria o Ocidente manter o seu plano inicial, ou seja, continuar com as negociações para a saída pacífica de Khadafi, e substituição do mesmo pelo seu filho, ou então alinhar os seus interesses com os do Coronel no intuito de se atingir posições comuns, no entanto, o Ocidente optou pelo cenário péssimo, e o resultado foi a desestabilização do Médio Oriente, o fortalecimento do extremismo na região e o surgimento de uma crise humanitária sem precedentes. O Ocidente precisa de compreender que nem todos os estados são compatíveis com a democracia. Cada estado tem as suas tradições, isto é, conjunto de comportamentos, práticas e costumes que a curto prazo não está disposto a sacrificar em troca da democracia. Portanto, a curto prazo, é completamente absurdo da parte do Ocidente pensar que poderá implementar um modelo de sociedade “funcional” no meio de uma cultura completamente diferente da ocidental. O Ocidente deve compreender que não se pode simplesmente enfiar a

democracia pela “boca” das pessoas abaixo. Enquanto não se compreender isso, como a Líbia surgirão vários estados. É mais fácil e menos dispendioso negociar a adopção de valores liberais do que simplesmente os impor. No que diz respeito a Síria, dedicar-se-á uma sessão para a sua análise.

Portanto, regressemos ao cerne da questão. O ativismo de Putin no Médio Oriente tem as suas raízes em desenvolvimentos globais e domésticos. Globalmente, Putin procura aumentar a influência política da Rússia e conseqüentemente os seus ganhos comerciais. No plano interno, Putin está preocupado com os potenciais impactos que as ondas de choque da desestabilização do Médio Oriente, poderão ter sobre a Rússia.

O outro aspeto que realça o constante ambiente de competição e/confrontação entre a Rússia e os Estados Unidos, foram as ondas de contestação que seguiram as eleições para o Parlamento russo de Dezembro de 2011. As eleições foram muito superdimensionadas pela mídia internacional, que teve grande dificuldade em explicar o porquê da vitória com grande maioria de Putin no primeiro turno das eleições presidenciais de 2012⁹⁸. A cobertura internacional altamente viesada da oposição ao presidente russo foi mais uma oportunidade de ver a volta das tensões entre a Rússia e os Estados Unidos. Vários dirigentes russos e até o próprio Putin afirmaram que os protestos faziam parte de uma estratégia desestabilizadora dos Estados Unidos contra o atual regime russo⁹⁹ (Mazat e Serrano, 2012: 45).

Como era de se esperar, a melhoria das relações bilaterais entre a Rússia e os Estados Unidos seria apenas temporária. Antes mesmo do retorno de Putin a presidência (início de 2012), e do desencadear da crise política na Ucrânia, as relações diplomáticas entre os dois países já mostravam sinais de deterioração, ou seja, já apresentavam indícios de estarem a retomar para a sua normalidade, competição e/confrontação. Portanto, nesta relação, se por um lado a Rússia colabora com os Estados Unidos no combate ao terrorismo nuclear, e contenção do Afeganistão, por outro, apoia estados

⁹⁸ Putin foi eleito com 63,6% dos votos nas eleições presidenciais de 4 de março de 2012.

⁹⁹ Até mesmo analistas pró-americanos insuspeitos, como Shleifer e Treisman, chamaram a atenção para o exagero sistemático e deliberado das críticas ao autoritarismo da política interna na Rússia pelos Estados Unidos. Como exemplo, as organizações não governamentais (ONGs) pró-americanas, como a Freedom House, fizeram alegações absurdas como a de que o grau atual de liberdade de imprensa na Rússia seria igual ao do Iêmen, em que há uma ditadura e a lei islâmica é vigente.

como o Irão e a Síria. Por conseguinte, embora exista uma cooperação pragmática nas relações russo-americanas, a competição e/confrontação sempre esta presente.

4.3.5. As Relações NATO-Rússia: Cooperação pragmática vs Confrontação

Durante as presidências de Gorbachev Yeltsin, a Rússia sujeitou-se a quase todo o tipo de exigências dos Estados Unidos e dos seus aliados. Com o desmantelamento do Pacto de Varsóvia, a Rússia foi forçada a chamar de volta as suas tropas espalhadas nas Europas Central e do Leste. Desde então, a Rússia tem enfrentado uma contínua expansão dos EUA através da NATO e da União Europeia, figuras 2 e 3 respetivamente. Por exemplo, durante a presidência Putin-Medvedev, treze estados da Europa Central e do Leste, cuja maioria pertenceu à antiga URSS, passaram a fazer parte da União Europeia. Neste contexto, a expansão dos Estados Unidos e seus aliados na Europa, tornou-se um problema de sobrevivência de estado para a Rússia.

Para os russos, a expansão da NATO é o mais sério desafio da política externa russa. Por sua vez, segundo Mazat e Serrano, os países europeus vêem “nessa política de Washington uma maneira de conter qualquer veleidade da Rússia retomar a política de potência dos tempos soviéticos. O avanço da UE, com a NATO, significava mais segurança para os principais países da Europa Ocidental. Cria uma ‘zona tampão’ controlada pelos países europeus, auxiliados pelos Estados Unidos e pela organização. A assinatura pela Rússia do já referido Ato Fundador sobre as Relações, a Cooperação e a Segurança Mútuas com a NATO, em Maio de 1997, foi, como se viu, uma oficialização da fraqueza russa e da incapacidade do país em frear o avanço da aliança atlântica” (Mazat e Serrano, 2012: 19). Ou seja, a assinatura do Ato Fundador não deu a Rússia o poder de veto para travar a aliança, e a subsequente intervenção nos Balcãs demonstrou essa situação (Tsygankov, 2010: 104).

Contudo, com a criação do já mencionado Conselho NATO-Rússia, em 2002, as relações entre a Rússia e a NATO melhoram significativamente. A criação deste Conselho significou, neste quadro, uma participação alargada da Rússia no processo coletivo relativo à segurança europeia, sem o direito de veto. Com base nos princípios da democracia e da segurança cooperativa, a Rússia e a NATO comprometeram-se na construção de uma paz inclusiva no espaço Euro-Atlântico” (Freire, 2011: 174-175). O ponto mais alto desta parceria foi a já referida cooperação no Afeganistão.

Facto é que as relações entre a Rússia e a NATO precisavam de melhorar, “e o 60º aniversário da NATO, em Abril de 2009 ofereceu uma boa oportunidade única para a revisão da finalidade, dos objetivos e membros da organização, incluindo uma possível adesão da Rússia, caso Moscovo estivesse realmente interessado. Os líderes russos nunca rejeitaram categoricamente a sua potencial adesão e, ocasionalmente, Yeltsin e Putin expressaram esse interesse. O ex-secretário de Estado, James Baker, em 2002, apresentou um poderoso argumento sobre a importância de [...] levar a Rússia para a NATO” (Åslund e Kuchins, 2009: 152).

“Em seu discurso em Berlim, a 5 de Junho de 2008, [o então] presidente Medvedev propôs que se realiza-se uma Conferência sobre a reforma do Sistema Europeu de Segurança, e a ideia tornou-se num refrão recorrente em Moscovo, embora com poucos detalhes. A administração Obama teve de aceitar a proposta de Medvedev de iniciar discussões, que apresentavam uma oportunidade para envolver os russos conforme os acordos de Helsínquia da década de 1970” (*ibid*). No entanto, esta proposta russa não chegou de ser aprovada, os Estados Unidos e os estados membros da NATO, olhavam para este projeto com desconfianças.

Nesse período, os funcionários da Rússia e dos Estados Unidos, também discutiram a possibilidade e viabilidade de uma parceria NATO-Rússia para criação de um escudo antimíssil conjunto. Os intercâmbios iniciais sugeriram uma convergência significativa no pensamento sobre os elementos dessa cooperação, em áreas como a partilha de dados, exercícios conjuntos de defesa e criação de centros de defesa antimísseis conjuntos. No entanto, os russos, começaram a exigir um acordo juridicamente vinculativo de que as partes não redirecionariam os seus sistemas de defesa antimíssil contra as forças ofensivas estratégicas um do outro. Em resposta, Washington ofereceu-se para fornecer uma garantia politicamente vinculativa, mas descartou um tratado. Por sua vez, a Rússia declinou a proposta (Pifer, 2014: 114).

Outra questão que merece especial atenção tem que ver com a proposta russa de estreitar laços entre a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a NATO, em matérias como a luta contra o terrorismo e o narcotráfico. Segundo Freire, “a recepção a esta proposta foi naturalmente fria e sem consequências em termos da definição de parâmetros de cooperação interinstitucional [...]. De qualquer modo, este tipo de iniciativas da parte russa procura demonstrar o seu envolvimento e a sua atitude colaborativa, sabendo de antemão que são propostas desencontradas do tipo de

iniciativas de que a Aliança Atlântica estará predisposta, sublinhando contudo as reticências permanentes que Moscovo encontra do outro lado e, deste modo, procurando ganhar dividendos e maior margem de manobra para a demonstração do seu desagrado face a uma série de medidas, como o exemplo do Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa¹⁰⁰” (2011: 177).

Em Fevereiro de 2007, depois de os EUA terem revelado os seus planos para estabelecer bases antimíssil na Polónia e na República Checa. Putin aumentou dramaticamente sua retórica, e ameaçou retirar-se do TFE na Europa (Åslund e Kuchins, 2009: 142). Neste contexto, realizou-se em Viena, em Junho, uma Conferência Extraordinária dos estados membros do Tratado, a pedido da Rússia face a desenvolvimentos que esta considerava desajustados e que levavam à sua ameaça de retirada unilateral do mesmo. Nenhum consenso foi alcançado nessa reunião, e a 17 de Julho, a Rússia avançou com uma moratória, e no Conselho NATO-Rússia, nos finais de 2007, retirou-se unilateralmente do Tratado (Freire, 2011: 178).

Em Novembro de 2010 durante a Cimeira de Lisboa, os líderes da NATO e o presidente Medvedev concordaram em embarcar para “uma nova etapa de cooperação, uma verdadeira parceria estratégica”, com base nos objetivos e princípios do Ato Fundador NATO-Rússia e da Declaração de Roma NATO-Rússia. A Aliança convidou a Rússia a explorar o potencial da cooperação em matéria de defesa antimíssil, e os dois concordaram em reforçar ainda mais a sua cooperação na luta contra o terrorismo e os esforços contra a pirataria. Nos anos que se seguiram, a NATO e a Rússia trabalharam em conjunto para apoiar a frota de helicópteros do exército afegão, realizaram exercícios conjuntos contra pirataria e de resgate de submarinos e discutiram uma missão conjunta para ajudar a descartar as armas químicas da Síria (NATO, 2017).

No que diz respeito a crise da Ucrânia. Após a incorporação da Crimeia a Rússia em Março de 2014, a NATO suspendeu todo o tipo de cooperação com a Rússia (*ibid*), e em Abril de 2014, “decidiu aumentar a sua presença nas fronteiras orientais por meio de mais policiamento no espaço aéreo, do estacionamento de navios no mar Báltico e no Leste do Mediterrâneo e de exercícios de treinos terrestres” (Speck, 2015: 60). Porém, a organização sempre procurou manter aberta a possibilidade de diálogo político com a

¹⁰⁰ O Tratado CFE (novembro de 1990). Assinado por dezasseis estados membro da NATO e seis estados membros do extinto Pacto de Varsóvia, impôs restrições ao número de armas convencionais dentro da zona acordada. O tratado impedia que a extinta URSS prepara-se um ataque credível contra a NATO na Europa (Tsygankov, 2010: 42).

Rússia e, em Julho de 2016, na Cimeira de Varsóvia, os líderes da NATO deixaram claro que uma melhoria nas relações da Aliança com a Rússia dependerá de uma mudança clara e construtiva nas ações da Rússia - que demonstre o cumprimento do direito internacional e dos compromissos internacionais. Até que tal se concretize, a NATO e a Rússia não podem voltar a cooperar como de costume (NATO, 2017).

Para responder as aspirações revisionistas da Rússia na Ucrânia e quem sabe contê-las, os membros da NATO deveriam é aumentar a sua assistência militar a Ucrânia, com o objetivo de cumprir as necessidades prioritárias para a sobrevivência do estado ucraniano. Os aliados que têm equipamento antigo soviético do Pacto de Varsóvia e sistemas de armamento semelhante ou compatível com aquele que é atualmente utilizado pelo exército ucraniano, deveriam ponderar contribuir com esse equipamento para aumentar a capacidade de defesa de Kiev (Daalder *et al*, 2015: 79). As sanções em substituição da dissuasão militar, não irão causar mossa a Putin. Na Ucrânia, as sanções não são e não serão suficientes para fazer Putin recuar.

A outra opção seria a adesão da Ucrânia a NATO. Uma “potencial adesão da Ucrânia a NATO constitui uma preocupação primordial para a Rússia. Dai a razão de Moscovo se disponibilizar a permitir o regresso de Donetsk e Luhansk ao controlo do Governo central ucraniano, com um considerável grau de autonomia, é o desejo alimentado pelo Kremlin de que a população dessas cidades, de inclinação pró-russas, vote nas eleições ucranianas e nas eleições para a escolha dos governos locais autónomos de tal forma que os resultados constituam um travão em direção à NATO. A corrente política principal da Rússia apoia esmagadoramente a prevenção da possibilidade de uma Ucrânia hostil, acoitada sob o «guarda-chuva» protetor da NATO, a menos de 600 km de Moscovo. Esta percepção baseia-se tanto nas preocupações de segurança russas como num sentimento quase incontrolável relativamente à Ucrânia e à sua população russófona” (Allison e Simes, 2015: 36-37). “Uma Ucrânia partida ao meio não interessa a Moscovo. Perderia um canal influente e decisivo na Europa e incorporaria regiões pobres e deficitárias, atualmente beneficiárias do orçamento de Kiev. Forçar a federalização manteria o *status quo* - mesmo sem um presidente aliado -, garantiria a Crimeia sem se passar por um conflito, e regressaria a um concerto europeu onde também lhe interessa estar” (Lima, 2016a: 37). Portanto, a incorporação da Crimeia pela Rússia foi uma estratégia improvisada por parte de Moscovo, mas forçada pelo Ocidente. O objetivo supremo da Rússia na Ucrânia, é federalizar o região e assim

influenciar as decisões do estado. Portanto, a adesão deste estado a Aliança Atlântica constituiria um duro golpe a esta estratégia de Putin-Medvedev. Por isso que, se tal estiver para acontecer a Rússia poderá ser obrigada a movimentar-se e possivelmente anexar mais territórios ucranianos.

Por seu turno, na relação Rússia-NATO, um dos maiores receios da NATO, é que o revisionismo de Putin não termine na Ucrânia, e avance para os estados bálticos membros da organização. Segundo Allison e Simes, “a Letónia, a Estónia e a Lituânia constituem o calcanhar de Aquiles da NATO. [...] Protegidos pela garantia enunciada no artigo 5 do tratado do Atlântico Norte, segundo o qual qualquer ataque contra um dos membros da Aliança será considerado um ataque contra todos. [...] Os Estados Unidos detêm a inequívoca e inegável responsabilidade de conter ataques aos Estados Bálticos e defendê-los contra os ditos ataques. Considerando a sua dimensão, proximidade com a Rússia e substanciais minorias russófonas presentes no seu território, esta é uma obrigação de proporções gigantescas” (2015: 43).

Portanto, “os Estados Unidos e a NATO devem responder, tanto em apoio à Ucrânia como para travar o desafio inaceitável da Rússia, à ordem de segurança da Europa do pós-guerra. Isto exigirá uma maior assistência militar, alguma dela letal, mas nenhuma ofensiva. Se protelar agir, o Ocidente deve esperar apenas um aumento do custo. Se não agir de forma mais contundente, podem esperar enfrentar mais incursões russas, possivelmente tentativas de redesenhar fronteiras noutros pontos e esforços para intimidar antigos estados soviéticos e forçá-los a aceitar o domínio russo” (Daalder *et al*, 2015: 83).

Assim, as relações NATO-Rússia podem ser entendidas nos mesmos moldes que a política externa da Rússia para os Estados Unidos. Isto é, cooperação quando existem interesses em comum e competição e/confrontação quando assim não o seja. No entanto, de referir que, todas as tentativas da Rússia para impedir o alargamento das instituições ocidentais, nomeadamente a NATO e a UE, fracassaram. Contudo, na Ucrânia, a NATO também enfrenta um desafio a sua própria sobrevivência/segurança, e não somente a Europa como tenta-se transparecer. Embora a Ucrânia não faça parte da NATO, esta é de capital importância para a Europa. A NATO não apoiando devidamente as ações europeias cria um impacto bastante negativo no seio da Aliança, e conseqüentemente na relação EUA-Europa, o que terá conseqüências na orientação e coesão da Aliança. Também deve-se referir que os EUA não apoiando a NATO na

defesa dos interesses europeus na Ucrânia, só revela que os americanos apenas usam a NATO para a defesa dos seus próprios interesses. Ou seja, desde o colapso da URSS, a NATO tornou-se apenas em mais um dos braços da política externa dos Estados Unidos, que tem como função não só a manutenção do seu *status quo* na Europa, como também de expansão da sua hegemonia. Só a seguir a estes objetivos é que podemos falar em garantir a segurança da Europa, mas ainda assim com uma “cláusula”, apenas e só quando os interesses dos Estados Unidos estiverem envolvidos/ameaçados.

4.3.6. A estratégia norte americana de enfraquecimento da posição russa no setor energético

“O forte antagonismo entre norte americanos e russos deu-se, também, no setor energético, vital na nova política estratégica da Rússia. Desde que Putin chegou ao poder, o estado russo voltou a controlar o setor energético e, em particular, o gasífero. Frente aos Estados Unidos e à Europa, este estado segue, desde então, estratégia consistente de afirmação geopolítica por meio do gás e, em medida bem menor, do petróleo, que concentram boa parte dos investimentos do país. Além de ser o segundo maior exportador mundial de petróleo, a Rússia lidera as exportações de gás” (Mazat e Serrano, 2012: 36).

Com o desmembramento da URSS os *pipelines* localizados nas ex-repúblicas soviéticas, deixaram de estar sobre o domínio de Moscovo, complicando assim a continuidade do domínio energético russo sobre a região eurasiática. De acordo com Brzezinski, perante este novo cenário geopolítico, o principal interesse dos Estados Unidos tornou-se o de garantir que nenhum poder único venha a controlar esse espaço geopolítico e que a comunidade global propicie acesso financeiro e econômico sem restrições a este espaço geográfico. Para o geopolítico, o pluralismo geopolítico se tornará uma realidade duradoura somente quando uma rede de *pipelines* e de transporte ligue a região diretamente para os principais centros de atividade econômica global através dos mares mediterrâneo e árabe, e vias terrestres. Por conseguinte, os esforços russos para monopolizar o acesso precisariam de ser frustrados, por serem contrários a estabilidade regional (Brzezinski, 1997: 21).

Deste modo, “os Estados Unidos e seus aliados europeus começaram a desenvolver nos anos 1990 novas rotas que transportassem o gás e o petróleo das

antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central sem passar pelo território russo. Os projetos Baku-Tblissi-Erzurum (BTE [...]) e Baku-Tblissi-Ceyhan (BTC) inseriram-se nesta estratégia. O BTE permitiu trazer para os mercados ocidentais o petróleo do Azerbaijão, sem passar pela Rússia. [Por sua vez], o BTC, [...], transporta o gás do Azerbaijão para a Turquia” (figura 16) (Mazat e Serrano, 2012: 21).

O outro projeto geopolítico que se insere nesta estratégia dos EUA de contenção da Rússia, é o já referido *pipeline* Nabucco. Segundo Woehrel, “os Estados Unidos também apoiam o gasoduto Nabucco, um projeto patrocinado pela UE que forneceria gás natural da Ásia Central e do Azerbaijão à Europa através da Geórgia, Turquia, Bulgária, Romênia, Hungria e Áustria” (2009: 15). “Este projeto prolongaria o BTE para criar um verdadeiro corredor caucasiano, capaz de fornecer à Europa gás da região do mar Cáspio” (Mazat e Serrano, 2012: 36).

Figura 17. Nabucco pipeline



Fonte: DW (2012).

Em reação, a Rússia também procurou desenvolver rotas alternativas para frustrar as ações norte americanas e, prosseguir com a sua estratégia de reafirmação energética. De acordo com Mazat e Serrano, “a construção do Blue Stream, gasoduto que atravessa o mar Negro para ligar a Rússia e a Turquia, se inscreve nesta política de diversificação. Outra grande realização russa foi o gasoduto Nord Stream, passando pelo mar Báltico, que liga a Rússia (campos da Sibéria) e a Alemanha. O Nord Stream evita, assim, de passar pelos Países Bálticos e pela Polónia, aliados incondicionais dos Estados Unidos. [...] Outro projeto muito ambicioso da Rússia [...] é o gasoduto South Stream, que ligaria os recursos do mar Cáspio e, potencialmente, da Sibéria às Europas do Sul e do Leste, passando pela Bulgária, pela Sérvia, pela Hungria, pela Áustria e pela Itália. Muitos analistas consideram que o South Stream é só uma tentativa russa de

impedir a realização do gasoduto Nabucco. Por isso, não existe nenhuma certeza de que o South Stream seja realmente construído (2012: 39). No entanto, importa referir que, na sessão dedicada a política externa russa para a Europa, retomar-se-á a tratar destes *pipelines*.

Figura 18. Blue Stream pipeline



Fonte: Gazprom (2014).

Portanto, mais uma vez conclui-se que não existe uma cooperação entre a Rússia e os Estados Unidos, mas sim uma competição e/confrontação. Faz parte da estratégia norte americana de conter a Rússia, evitar e se possível garantir que os russos não exerçam o domínio sobre setor. Para assegurar que este objetivo seja alcançado os Estados Unidos e os seus aliados têm vindo a desenvolver novos *pipelines* que transportam o gás das ex-repúblicas soviéticas para a Europa sem que passem pelo território russo. Por sua vez, a Rússia tem vindo a diversificar as suas rotas de transporte, no intuito de diminuir a capacidade dos Estados Unidos de poderem atrapalhar a sua estratégia de reafirmação energética. Entretanto, como será analisado nas sessões que se seguem, existe uma interdependência entre a Rússia e a Europa no que diz respeito ao gás. Ou seja, a Rússia precisa de mercados para vender o seu recurso e a Europa do gás para satisfazer as suas necessidades. Por conseguinte, a curto e médio prazo é improvável que os Estados Unidos consigam romper com essa interdependência.

4.4. A política externa da Rússia para a União Europeia

“A relação entre a União Europeia e a Rússia é por natureza, assimétrica, e a diversidade de interesses nacionais com que a Comissão Europeia se depara tende a obrigá-la a alternativas de compromisso, o que, por vezes, falha redondamente. A base legal das relações entre a Rússia e a UE é o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), assinado em 1994 e implementado em 1997” (Stuermer, 2009: 224). O APC foi projetado para regular a evolução das relações entre a Rússia e a UE. Enfatiza o diálogo político em direção a uma “integração gradual entre a Rússia e a vasta área de cooperação na Europa”, bem como a promoção da transição da Rússia para a democracia e lança as bases para o aprofundamento da cooperação econômica entre as partes (Mankoff, 2009: 159). Paralelamente, em 1999, desenvolveu-se a “Estratégia Comum da UE para a Rússia”, que tinha como objetivo assegurar o progresso e construção das instituições democráticas e de mercado na Rússia (Tsygankov, 2013: 128).

Segundo Mazat e Serrano, “a política oficial da União Europeia em relação à Rússia é marcada por contradição fundamental. A UE pretende ajudar esse país a alinhar seu sistema político, econômico e social ao ‘padrão’ da Europa Ocidental. [Contudo], essa atitude, adotada com os países candidatos à entrada na União Europeia, é problemática na medida em que a Rússia nunca manifestou seu interesse em aderir. Os dirigentes russos, principalmente desde a chegada de Putin ao poder, consideram que seu país deveria ser tratado como qualquer outra potência exterior à UE, como a China ou a Índia, e consideram que esta política é uma forma de ingerência em assuntos estritamente soberanos” (2012: 33).

No que diz respeito a política externa da Rússia para a UE. Esta coincide de alguma forma, com a política externa russa para os EUA. “Por exemplo: quando se trata da expansão da NATO e da UE em direção as fronteiras russas, a Rússia aplica a mesma política externa, tanto para os EUA, como para a UE. Esta coincidência deve-se à aliança existente entre a UE-EUA” (Wache, 2014: 156-157). Porém, existem questões em que devido a sua peculiaridade e necessidade de defesa, a UE é obrigada a agir de forma autónoma ou menos dependente dos EUA, sendo elas o fornecimento de gás e as sucessivas tentativas russas de criar uma cisão e conseqüente enfraquecimento da UE. Deste modo, na presente sessão, criticamente analisar-se-á estas duas componentes escolhidas da política externa da Rússia para a UE.

4.4.1. A política externa energética da Rússia para a União Europeia

Com a renúncia de Yeltsin e ascensão de Putin a presidência da Rússia, a política externa russa passou a ser caracterizada como sendo multivetorial e equilibrada. Com esta nova dinâmica internacional, Putin aspirava recuperar o estatuto da *derzhava* Rússia perdido com o desmembramento da União Soviética. Segundo Fernandes, “Putin associou o poder político ao económico, a fim de atingir a meta de uma Rússia poderosa e respeitada. [...] As relações energéticas assumiram um importante papel estratégico nas relações de Moscovo com a Europa, assumindo vertentes económicas e de segurança” (2013: 129).

Segundo Lima, as relações entre a Rússia e a União Europeia são caracterizadas por uma dependência energética da União Europeia face a Moscovo. “Mas há outro lado do moeda. Importante fatia orçamental russa resulta do mercado consumidor europeu, e não é a curto prazo que esta será substituída, mesmo com a China à porta. Tal como não é insignificante que alguns paraísos fiscais europeus sejam vitais à oligarquia russa e a gigantes do setor energético, como a Rosneft” (2016a: 48-49). Entretanto, ainda que exista uma interdependência nas relações entre a Rússia e a União Europeia, importa referir que Putin tem feito o uso dos seus recursos energéticos como sendo uma poderosa arma geopolítica de persuasão e coerção ao serviço da política externa russa para a UE. Contudo, de acordo com Wache, a Rússia prefere lidar diretamente, isto é, de forma bilateral com os estados membros da União Europeia, ao invés de lidar com a própria organização, ou seja, com a União Europeia. Esta ideia, é defendida por Konstantin Kosachev¹⁰¹ que afirmou: “nós estamos doentes e cansados de lidar com burocratas de Bruxelas. Em Alemanha, França, Itália podemos conseguir mais” (2012: 84-85). Portanto, no prosseguimento da diplomacia bilateral que privilegia os estados membros em detrimento da UE, a Rússia prefere lidar diretamente com a Alemanha, Grécia, Itália, Áustria, Hungria e Bulgária (Wache, 2014: 157).

De acordo com Fernandes (2013: 132), “a União Europeia persegue a meta de um setor energético transparente e governado pelo mercado, tendo a Comissão Europeia, [...] procurado desenvolver uma parceria energética com a Rússia. Se por um lado, essa parceria é considerada como um pilar fundamental para a política energética comum da UE, por outro lado, a Rússia procura proteger aquilo que considera ser um

¹⁰¹ Chefe do Comité de Relações Internacionais do Duma Rússia.

sector energético para o desenvolvimento da Federação”. Deste modo, Fänzeres afirma que no “relacionamento energético Euro-Russo, possuindo cerca de 27% do total das reservas mundiais de gás natural, a Federação Russa é responsável por 20% do total da produção e exportações globais, sendo que, destas últimas, 30% se destinam a CEI e 70% para a União Europeia”. De referir que “os preços praticados para o mercado europeu [são] cerca de cinco vezes superiores aos praticados para os países da CEI, tal facto traduz-se para a Federação Russa numa dimensão verdadeiramente estratégica” (2014: 55).

“Representando a estatal russa do gás natural, Gazprom, cerca de 30% do total das importações do mercado europeu, tem neste como maiores clientes a Alemanha (25%), a Itália (14%), a França (7%) e o Reino Unido (7%), sendo no entanto de relevar a Turquia como terceiro maior cliente da empresa em termos de volume de vendas. Releve-se que, não sendo certamente uma coincidência, face às necessidades de gás natural por parte destes cinco maiores mercados, todos integram parcerias energéticas de grande dimensão promovidas pela Federação Russa, ou possuem com esta acordos energéticos bilaterais de longo prazo, nos quais conseguem reduções de preços que podem variar entre os 10% e 30%. Constituindo-se como o mais importante parceiro energético da União Europeia, a Federação procura assim por todos os meios manter esse *status*, dadas as vantagens que no plano económico daí advêm e a alavancagem geopolítica que o mesmo lhe confere, porventura a mais eficiente entre todas. Neste sentido tem prosseguido uma estratégia de não comprometimento com a legislação europeia do sector¹⁰², e de minar uma política energética comum europeia, no que até agora tem sido bem-sucedida” (*ibid*). Portanto, é notável que a relação Rússia-UE é desequilibrada e favorável para a Rússia, o que nos leva a crer que caso a Rússia se submeta a uma parceria energética estaria a transferir parte de sua soberania para a UE.

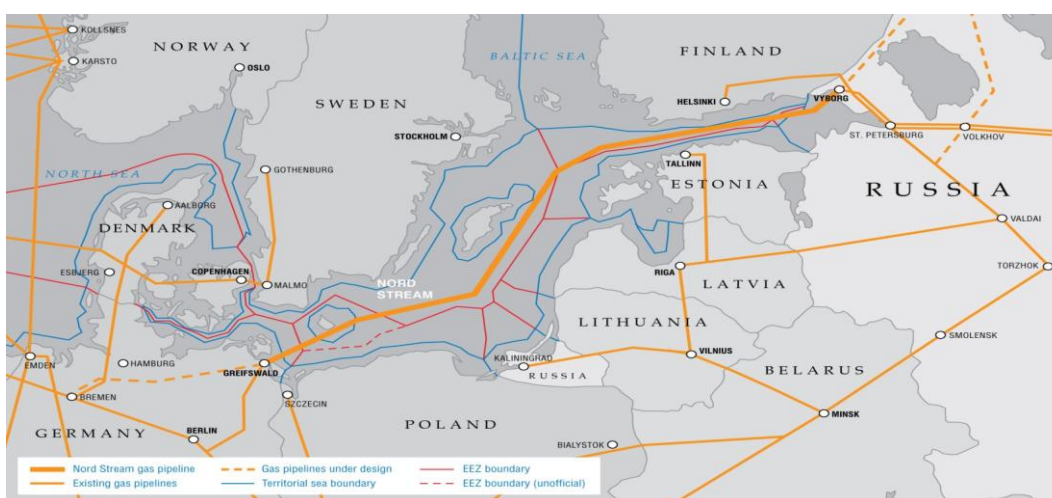
Dito isto, de destacar que 80% do gás russo transportado para a UE é feito através da Ucrânia (gasoduto Druzhba) e 20% através da Bielorrússia e Polónia (gasoduto Yamal). Neste sentido, de modo a diminuir a dependência da Rússia face a esses territórios hostis aos seus interesses, Moscovo tem vindo a desenvolver uma política ativa de diversificação das suas rotas de transporte de gás para a Europa, e é neste contexto que se inserem os seus já referidos dois projetos de gasodutos submarinos: o Nord Stream (figura 19) (sob o Mar Báltico) e o South Stream (figura 20)

¹⁰² Relembre-se que a Federação Russa nunca ratificou o Energy Charter Treaty.

(no Mar Negro), que tem como objetivo criar ligações diretas com os consumidores finais na Europa Ocidental (Fernandes, 2013: 129-130; Fânzeres, 2014: 55). Importa referir que, o projeto Nord Stream, já se encontra finalizado, e South Stream, já ultrapassou a fase de estudos e se afigura que possa tornar-se operacional em breve (Fânzeres, 2014: 55). A estes dois projetos, junta-se a construção do também já referido Blue Stream, *pipeline* que atravessa o mar negro para ligar a Rússia a Turquia (Mazat e Serrano, 2012: 39).

“Quanto ao Nord Stream, ligando Vyborg, na Rússia, a Greifswald, na costa do Báltico alemã, à semelhança do sucedido com a Ucrânia na sequência do projeto Yamal, marca de forma clara o *bypass* do trânsito do gás natural russo à Bielorrússia e Polónia. Possuindo atualmente uma capacidade de 55 mil milhões de metros cúbicos/ano, encerra contudo a possibilidade de ampliação através de duas vias adicionais, o que a concretizar-se poderá resultar no completo *bypass* da Bielorrússia e Polónia, assim como na diminuição dos volumes de trânsito pela Ucrânia” (Fânzeres, 2015: 18).

Figura 19. Nord Stream Pipeline



Fonte: Oil & Gas 360 ® (2015).

O Nord Stream AG, que conta com uma estrutura acionista composta pela Gazprom (51%), as empresas Alemãs Wintershall e E. ON RUHRGAS (ambas com 15%), a GASUNIE da Holanda (9%) e a francesa GDF SUEZ (9%), tem enfrentado diversas críticas, “embora por diferentes razões - enquanto para os EUA o Nord Stream possui potencial para projetar influências negativas no relacionamento euro-atlântico e incremento da capacidade de influência russa na Europa, para a Polónia o projeto

significa perder o estatuto de importante país de trânsito do gás natural russo e consequente diminuição da sua capacidade negocial com a Federação. Já para os países bálticos, Bielorrússia e Ucrânia, significa continuarem totalmente dependentes do gás natural russo, restando-lhes atualmente uma capacidade negocial residual” (Fânzeres, 2014: 56).

Portanto, o Nord Stream é mais do que um simples *pipeline* para o transporte do gás russo para a União Europeia, este projeto contém aspirações geopolíticas. Com o Nord Stream, a Rússia finalizou o monopólio de trânsito exclusivo da Ucrânia, Bielorrússia e Polónia para a exportação do gás russo para o mercado europeu, o que significa que, caso a Rússia decida utilizar o seu gás como ferramenta de coerção para estes três estados, as suas consequências não afetarão aos estados membros da UE, bem como que estes países deixarão de ter o seu único instrumento de pressão face a Moscovo. Por outro lado, de acordo com Fânzeres o “estreitamento firme das relações bilaterais com a maior potência económica europeia poderá revelar-se essencial para obtenção de apoios à sua estratégia energética a Sul e na Bacia do Cáspio, nomeadamente à execução do projeto South Stream, de que empresas alemãs, francesas e italianas são já apoiantes” (2014: 57).

Por sua vez, “acordado em 2007 mas ainda em fase de construção, o projeto South Stream, integrando na estrutura acionista a Gazprom (50%), a italiana ENI (20%), a alemã Wintershall e a francesa GDF Suez (ambas com 15% na secção *offshore*), pretende ligar os sistemas russos de gás natural do Mar Negro à Europa. À semelhança do sucedido com o sistema Yamal, também este sistema materializa um novo *bypass* ao território ucraniano, e, embora não elimine totalmente este país enquanto principal local de trânsito do gás russo com destino à Europa¹⁰³, a sua conjugação com o sistema Nord Stream em muito minimiza essa realidade, diminuindo natural e drasticamente a capacidade negocial da Ucrânia com a Federação Russa. Tendo sido durante algum tempo rival do projeto Nabucco, [...], este último parece encontrar-se inviabilizado devido a falta de financiamento e em razão das dúvidas quanto às suas origens de abastecimento [...]. Por seu lado, não obstante o South Stream se deparar atualmente com enorme pressão por parte das instituições europeias, o facto é que (I) a Turquia já autorizou a construção *offshore* em águas territoriais suas, e (II) existem já acordos

¹⁰³ Em razão da sua reduzida capacidade (30 mil milhões de metros cúbicos/ano), face à capacidade dos gasodutos que transitam por território ucraniano, a qual ultrapassa os 100 mil milhões de metros cúbicos/ano.

intergovernamentais com a Áustria, Bulgária, Hungria, Grécia, Eslovénia, Croácia, Macedónia e Sérvia, restando a dúvida de como estes países irão reagir a uma expectável pressão contrária crescente por parte de Bruxelas” (Fânzeres, 2015: 19).

Figura 20. South Stream pipeline



Fonte: GlobalResearch (2015).

Com a South Stream verifica-se que cenário se repete, mas do lado Centro, Sul e Leste da Europa. Depois de a Rússia ter conseguido reduzir a sua dependência com a Ucrânia e a Bielorrússia através do consórcio Nord Stream, caso o South Stream se consume, a Rússia passará a controlar o mercado energético de toda a Europa, garantindo assim a sua posição de líder regional nos assuntos energéticos do xadrez Eurasiático.

Em tom de síntese, pode-se afirmar que apesar da estratégia russa de negociação bilateral ser eficaz a curto prazo e garantir boa parte do mercado europeu aos seus recursos energéticos, a longo prazo, esta estratégia torna-se bastante arriscada e coloca a Rússia numa posição muito vulnerável. Isto é, caso os Estados Unidos decidam reforçar a sua estratégia de atrapalhar a afirmação da geopolítica energética russa no xadrez eurasiático, e consigam uma fonte alternativa (gás de xisto) para o fornecimento do gás a Europa, a Rússia poderá deparar-se numa situação em que a sua balança comercial se torne deficitária devido aos efeitos da doença holandesa. Portanto, é de capital importância que a Rússia comece a diversificar a sua economia, com o objetivo de diminuir a dependência russa face as *commodities*.

4.4.2. As implicações do conflito ucraniano para as relações UE-EUA-NATO

“Na definição da sua política para a Rússia, a Europa só tem escolhas difíceis. É irrealista esperar que no próximo ano a UE se transforme numa potência militar. Também é improvável que as sanções sejam suficientes para mudar a política do Kremlin no curto prazo, ou que um apoio unânime a sanções mais abrangentes seja sustentável a longo prazo, principalmente se o conflito na Ucrânia de alguma forma subsistir. Seguindo em frente, a Europa tem de encontrar uma política que não tente transformar a Rússia numa democracia de estilo ocidental, mas que force o país na direção de uma política com a qual o Ocidente possa viver. No entanto, uma política de contenção como na Guerra Fria é insuficiente. A Rússia ameaça não só a integridade territorial dos estados membros da UE mas também a própria existência da União, especialmente pelo apoio a regimes favoráveis à Rússia e hostis à União” (Krastev e Leonard, 2015: 17).

Allison e Simes acrescentam que caso nem os membros europeus da NATO e nem os Estados Unidos consigam salvar a Ucrânia, uma combinação de intimidação e esperança poderá proporcionar à Rússia uma janela de oportunidade para provocar uma cisão entre os Estados Unidos e a Europa que permitiria aliviar as sanções e facultar acesso aos mercados financeiros (2015: 40-41). Por outro lado, além do impacto na relação bilateral EUA-Europa, a crise afetará a orientação futura da NATO e o controlo de armamentos (Mankoff e Kuchins, 2015: 103).

Uma preocupação muito séria para a Europa vem da exposição dos seus bancos à Rússia e do perigo do contágio de um possível colapso económico da Rússia como consequência das sanções que tem vindo a ser impostas sobre o governo Putin-Medvedev. Por conseguinte, um elemento importante da política dos EUA deve ser assegurar a unidade transatlântica nas sanções e no que respeita às posições políticas com a Rússia e com a Ucrânia em geral (*ibid*: 111-112). “A guerra na Ucrânia é a fronteira entre a força futura da coesão das democracias europeias e o sucesso do livre arbítrio por uma autocracia monumental que, no final, quer estilhaçar a UE e a NATO” (Lima, 2016a: 70).

Portanto, recai sobre os Estados Unidos a necessidade de uma atitude mais assertiva no conflito ucraniano de forma a preservar a integridade territorial da Ucrânia e assim garantir a soberania e integridade territorial dos estados membros da União

Europeia tal como a própria existência da organização, a estabilidade da NATO e a continuidade das boas relações com a União Europeia. Caso contrário, os EUA estarão a incorrer ao risco de romper o triângulo estratégico “UE-EUA-NATO”. Em outras palavras, se os Estados Unidos quiserem manter o seu *status* na Europa, terão de reinventar a sua estratégia de atuação e conseqüentemente a estratégia de atuação do seu instrumento de manutenção e expansão da sua hegemonia, a NATO.

4.4.3. Dividir para Reinar

Na Europa, “Putin está a construir um império de influência [...]. Não precisa de ocupar territórios inteiros - basta apoiar bolsas separatistas -, não precisa de esmagar forças armadas - basta expor as suas incapacidades para exercerem soberania -, não precisa de marionetas nos governos - basta ameaçar cortar-lhes o abastecimento energético -, e não precisa de agenda de agressividade pública contra [os] europeus - basta alimentar o fascínio que alguns líderes sentem por ele e comprar apoios nos sítios certos. Tudo isto serve uma estratégia de curto prazo: inviabilizar o consenso em Bruxelas sobre novas sanções. E outra de paciência a longo termo: estabilizar parcerias para manter a trepidação na UE e na NATO, apoiando partidos-agitadores das respetivas democracias, sabendo que nenhum faz fretes à moderação e ao compromisso pela integração europeia” (Lima, 2016a: 109). “Estas táticas, desenhadas para imitar o apoio ocidental aos movimentos de oposição e monotorização de eleições na Rússia, funcionaram, inicialmente como uma espécie de estalada na cara. Mas agora representam um risco de desgastar a seriamente a unidade da UE” (Krastev e Leonard, 2015: 18).

Admiradores de Putin e partidos vislumbrados pela sua épica narrativa anti-Bruxelas, anti-Washington e Anti-NATO, encontram-se um bocado por toda a Europa. Basta olharmos os casos da França, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Grécia, Hungria, Bulgária, Espanha, Áustria, o Chipre, e a Polónia. Na prática, isto significa que certos países membros da UE estão ou poderão estar à mercê de Moscovo e da sua influência. Contudo, por questões de organização do trabalho, nos debruçaremos apenas sobre alguns partidos e/ou dirigentes dos mesmos de países como o Chipre, a França, a Bulgária, a Áustria, a Dinamarca, a Alemanha e a Hungria.

Olhemos para o Chipre. “A novidade não está na atração de Nicósia, até porque 80 por cento do investimento estrangeiro no Chipre é russo, está na intenção de

Moscovo ao emprestar 2,5 mil milhões de euros em troca de uma base naval no Mediterrâneo [...] que tem servido de suporte aos bombardeamentos contra o ISIS”. Na UE esta pequena república, defende posições pró-Russas ou pró-Putin. No caso francês, “a senhora Le Pen tem ido buscar financiamento à Rússia¹⁰⁴ [...] a Frente Nacional está hoje mais próxima de Moscovo do que de Bruxelas. Marine Le Pen gosta de elogiar o «patriotismo» de Putin e de coincidir França e Rússia num projeto «contra a globalização neoliberal». [Ambos] [...] abominam o sucesso de um acordo de livre comércio entre a UE e os EUA [...]. O Ocidente liberal e as suas ações políticas são alvo a abater [por Le Pen]. Le Pen quer fazer implodir a Europa a partir das suas instituições, e Putin quer minar a relação euro-atlântica através de frentes laterais, como a Ucrânia. Não [é] por acaso [que], um dos livros mais populares na propaganda da Frente Nacional é uma biografia do presidente russo de nome *Vladimir Bonaparte Poutine*”. Como outro exemplo na Europa, temos o partido Antaka. “Fundado em 2005, [...] entrou em rompante, com cardápio explosivo, na política búlgara anti-NATO, anti-UE, anti-globalização, xenófobo, racista e profundamente pró-Putin”. Na Bulgária, esta é a quarta maior força política no parlamento. “Quando [...] [Putin], cumpriu 60 anos, o líder do Antaka foi de propósito a Moscovo celebrar a data e tecer loas ao putinismo. Afinal de contas, a barricada é mutua: estilhaçar a União Europeia e a NATO e fazer vingar uma agenda revanchista que, no caso de Siderov¹⁰⁵, é profundamente anti-imigração e, no caso de Putin, assumidamente antiocidental. [...] [Contudo], vem da Áustria o partido pró-Putin com maior representação parlamentar na União Europeia, o FPÖ, fundado em 1956, [...] com um programa bem definido de paixão pelo populismo: anti-imigração, anti-Islão e de desprezo pela UE. Não surpreende por isso que no Parlamento Europeu faça parte do grupo de Marine Le Pen. Nas legislativas de 2013, o FPÖ foi a terceira força mais votada, com 20 por cento (40 deputados), menos seis por cento que o vencedor, os sociais-democratas SPO [...] reconhecer e validar os interesses russos na Europa é parte da doutrina do líder do FPÖ [...]. Na Dinamarca, mora outro partido de grande expressão eleitoral, o Partido Popular (DPP), que se tornou no segundo maior partido no parlamento após os 21 por cento (37 deputados) conquistados em 2015 [...] o cardápio acompanha as bandeiras do FPÖ e da Frente Nacional, mas é na proximidade com o Rússia Unida que o leque fica completo”. Na Alemanha, destaca-se o Alternativa para a Alemanha (AfD) fundado em 2013,

¹⁰⁴ Em 2015, a primeira tranche foi de dez milhões de euros. Em Fevereiro de 2016, pediu novamente a Moscovo vinte e sete milhões de euros (Lima, 2016a: 123).

¹⁰⁵ Líder do Antaka.

“trazendo um eurocepticismo à direita alemã focado na oposição ao apoio financeiro a países da zona euro”. Nas eleições de 13 de Março de 2016, “o AfD ficou em segundo nas eleições da Saxónia e em terceiro no Baden-Wurttemberg e na Renânia-Palatinado. Mas mais do que a validação dessa linha partidária, estes resultados carregaram uma linhagem geopolítica, porque o grande vencedor destas eleições chama-se Vladimir Putin”. Este partido apresenta um discurso benevolente em relação ao presidente russo. [...] Na Hungria, temos o primeiro ministro Viktor Orbán, “um Putin-mirim em potência”. “A formula de Orbán é simples e extravasa as fronteiras húngaras: populismo nacionalista embrulhado em mensagem anti-UE, xenofobia misturada com revanchismo magiar, dirigismo económico colado ao autoritarismo carismático. Orbán esta hoje mais próximo de Putin do que de qualquer político ocidental, e tem torcido o nariz às sanções contra Moscovo” (Lima, 2016a: 109-128). Em 2014, “Orbán falou publicamente em «seguir um caminho separado do dos dogmas da Europa Ocidental, tornando-nos independentes deles». Orbán continuou declarando a sua intenção de transformar a Hungria num «Estado iliberal», enumerando a Rússia como um país que, como a China e a Turquia, tem um sistema de governo que não é nem ocidental nem liberal, mas tem «capacidade para nos tornar competitivos»” (Krastev e Leonard, 2015: 18-19). “A Rússia é o maior parceiro comercial da Hungria fora da UE, Budapeste depende em 80 por cento do gás russo e assinou recentemente um contrato de 10 mil milhões de euros com a gigante Rosatom para expandir a central nuclear de Paks, a sul de Budapeste. [...]. É caso de se dizer, “Putin pode ter perdido um Viktor na Ucrânia, mas ganhou outro na Hungria” (Lima, 2016a: 127-128).

Portanto, para a Europa, a estratégia de Putin é simples, dividir para reinar, e assim fazer prevalecer a sua posição sobre a UE e os EUA. Na Europa, Putin tem apostado em partidos de orientação anti-UE, anti-NATO, anti-globalização, xenófobos, racistas e em especial apoiantes do seu modelo de governação. A curto prazo, esta estratégia visa dificultar um consenso na UE face as sanções que recaem sobre a Rússia, a longo prazo, enfraquecer a hegemonia dos EUA no continente e inviabilizar os consensos na NATO, levando ao seu fim tal como a conhecemos.

4.5. As relações russo-chinesas: cooperação vs competição

“Detentoras de culturas tão ricas quanto diferentes entre si, dotadas de um passado no qual se conjugam conquistas notáveis e dominações imperiais com derrotas igualmente memoráveis e subjugação a forças externas, Rússia e China inegavelmente estão incrustadas em algumas das mais importantes páginas da história do sistema internacional. Não é de outro tipo o protagonismo regional e global que procuram desempenhar na atualidade, cada uma com suas táticas e estratégias. Nesta busca, assim como muitas vezes antes, Moscovo e Pequim parecem destinadas a estar uma nos planos da outra” (Adam, 2012: 51). Portanto, a China é um país essencial nos cálculos da política externa Putin-Medvedev. Por tal essencialidade, é de capital importância o estudo das relações russo-chinesas desde a ascensão de Putin ao poder.

De acordo com Mazat e Serrano, “foi nos anos 2000 que a Rússia resolveu desenvolver [a] parceria estratégica com a China” (2012: 27). Com um prazo de vigência de 20 anos, este acordo de amizade assinado entre Putin e o líder chinês Jiang Zemin, “instituiu as bases da cooperação estratégica entre os dois países. Se em 1992 afirmava-se que nenhuma das partes entraria em uma aliança [...] contra a outra, desta vez o raciocínio foi aprimorado: os dois países, pelo menos no discurso do tratado, não tencionavam forjar uma aliança contra terceiros países. Foi um passo decisivo no estabelecimento de uma cooperação estratégica em longo prazo, e de aproximação política” (Jubran, 2015: 89).

“Esse tratado estipulava, entre outras coisas, o reconhecimento recíproco da integridade territorial (implicitamente, a Rússia reconhecia as pretensões de Pequim sobre Taiwan, e a China apoiava a ação de Moscovo contra os separatistas chechenos), o aumento da confiança mútua entre as Forças Armadas, bem como a redução destas na região fronteiriça dos dois países. Ademais, previa-se a cooperação política entre os dois países no âmbito do CSNU. Nessa mesma conjuntura, a Rússia e a China, juntamente com países da Ásia Central, criaram a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), voltada para a cooperação militar e econômica” (*ibid*).

A criação desta parceria, inseria-se na percepção russa de que a China poderia ajudá-la na resistência às ambições geopolíticas dos Estados Unidos tanto na Europa Oriental quanto no Cáucaso ou na Ásia Central, assim como nas suas visões parecidas

sobre questões como o terrorismo, a soberania nacional, o tratamento reservado aos separatistas ou a situação da Coreia do Norte (Mazat e Serrano, 2012: 27).

Quanto a necessidade de resistência às ambições geopolíticas dos Estados Unidos, “durante o governo George W. Bush, as críticas à alegada falta de democracia na Rússia foram recorrentes, principalmente na voz da secretária de Estado Condoleezza Rice”. [...] Por sua vez, “o governo russo sempre recebeu com indignação estes pronunciamentos, o que colaborou para complicar as relações russo-norte-americanas no período. A prática norte americana não cessou durante o governo Obama. Nas eleições parlamentares russas de 2011, logo após a divulgação do resultado favorável ao partido [...] [pró-Putin-Rússia Unida], a secretária de Estado Hillary Clinton levantou suspeitas quanto à legalidade do processo, incentivando os movimentos populares de protesto que foram organizados em Moscovo no mês de Dezembro desse ano. Em compensação, o ministro [...] [dos negócios estrangeiros] da China emitiu [um] comunicado asseverando que seu país acreditava que as eleições refletiam o desejo do povo russo, motivo pelo qual a China respeitaria a decisão eleitoral. A posição chinesa impediu que a Rússia ficasse ilhada no mar de objeções que sempre são feitas por parte da mídia e dos governos ocidentais a cada pleito realizado no país. Cumpre destacar que, ao agir assim, a China leva em consideração as pesadas críticas que recebe de parte dos mesmos acusadores referentes à questão dos direitos humanos” (Adam, 2012: 65).

Desde o estabelecimento da parceria estratégica, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Rússia e a China tem coordenado os seus vetos e assim fazendo valer as suas posições. Segundo United Nations (2017), entre os anos 2000 e 2017, a Rússia vetou quinze resoluções, sendo elas: situação no Chipre (2004), situação em Myanmar (2007), situação em Zimbabwe (2008), guerra na Geórgia (2009), guerra na Síria (2011), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2012), situação na Ucrânia (2014), guerra na Síria (2014), situação na Bósnia e Herzegovina (2015), situação no Ucrânia (2015), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2017), guerra no Médio Oriente-Síria (2017), e contou com o apoio chinês em oito delas, sendo elas: situação em Myanmar (2007), situação no Zimbabwe (2008), guerra Síria (2011), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2012), guerra na Síria (2014), guerra no Médio Oriente-Síria (2016), guerra no Médio Oriente-Síria (2017). Esta convergência entre as partes evidencia aquela que é a percepção russa

quanto ao objetivo da relação bilateral com a China, plasmado no seu Conceito de Política externa de 2013:

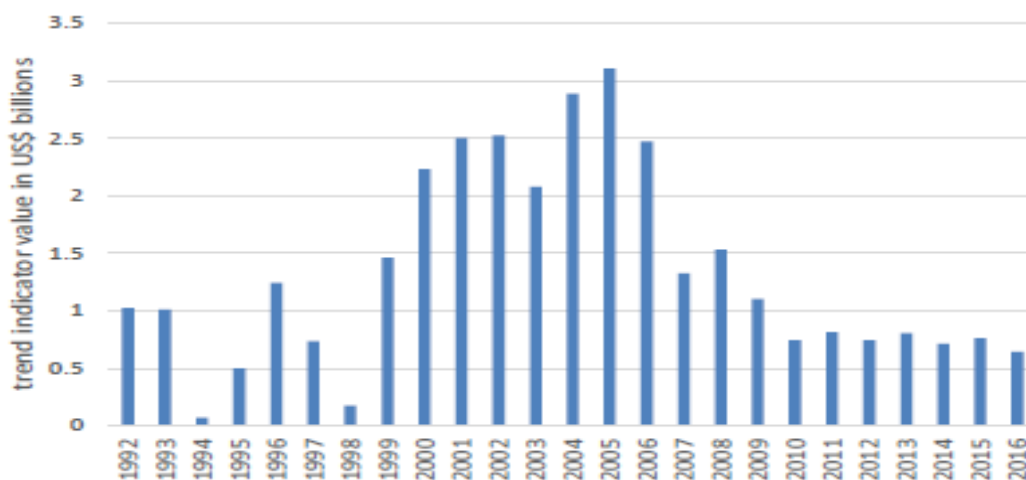
“A Rússia considera o fato de que os dois países compartilham as mesmas posições fundamentais em questões globais chave, como um dos principais elementos para estabilidade regional e global. Como consequência, a Rússia irá promover a cooperação em matéria de política externa com a China em diversas áreas, inclusive buscando formas de abordar novas ameaças e desafios, encontrando soluções para os problemas urgentes sejam eles regionais ou internacionais, em cooperação com o Conselho de Segurança da ONU,” (The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2013)

No decorrer destas boas relações, em 2004, a Rússia e a China resolveram as suas últimas disputas territoriais, tornando segura a fronteira oriental (Mazat e Serrano, 2012: 27). Em 2006 foi a vez da sua desmilitarização que também era um assunto que vinha ao encontro das necessidades russas. “A retirada das tropas localizadas no extremo oriente representou um alívio ao Kremlin em meio das tentativas de reformar o combalido Exército russo (Adam, 2012: 66).

“Um dos pontos nevrálgicos das relações entre os dois países é o temor russo de uma invasão chinesa no seu território oriental. Isto porque a fronteira que divide os Estados separa duas realidades distintas. Do lado russo, há uma região esparsamente povoada, na qual abundam recursos naturais, como madeira. Do lado chinês, existe uma região densamente povoada, onde faltam empregos, *deficit* que poderia ser minorado com a exploração dos recursos russos” (*ibid*).

Quanto a cooperação militar, como já mencionado, para a Rússia, a venda de armas para a China representa uma oportunidade única de reativar as suas forças armadas que se encontravam debilitadas por conta das conceções levadas a cabo por Gorbachev e Yeltsin, - e que alias, era um dos, senão o principal motor da economia soviética - , e assim materializar o seu objetivo de alcançar uma paridade militar com os Estados Unidos, tal como dissuadir as suas ambições hegemónicas na região. Por seu turno, para a China, a modernização das suas forças armadas enquadra-se na percepção que a mesma tem de si e do seu papel na arena internacional, bem como reforça o seu poderio na região face as ambições hegemónicas norte americanas - objetivo este partilhado com a Rússia. Assim sendo, durante a presidência Putin-Medvedev a Rússia tornou-se na principal fornecedora de material bélico ao seu vizinho asiático, retomando assim o seu papel abandonado por Gorbachev e Yeltsin como atesta a figura abaixo.

Figura 21. Exportação de armamentos russos para a China em bilhões de US\$ (1992-2016)



Fonte: Meick (2017: 13).

O declínio das exportações dos armamentos russos para a China em 2006-2007, não se deve a uma troca de fornecedores por parte da China, mas sim ao acelerado desenvolvimento da indústria bélica chinesa de modo a garantir a sua autonomia face a Rússia. Contudo, críticas de Moscovo não faltaram, passando a acusar a China de replicar caças e outros tipos de armamentos do complexo militar industrial russo (Adam, 2012). Assim, no ano de 2016, a China posicionou-se como o quarto país que mais tem importado armamentos russos (Meick, 2017: 13), e “o lugar de maior comprador [...] passou a ser ocupado pela Índia, também uma potência emergente da Ásia. Mas mesmo com o declínio das compras chinesas, desde o início do governo Putin e até metade do governo Medvedev, os dois países, [...] adquiriram 64,37% dos armamentos vendidos por Moscovo no período retratado” (Adam, 2012: 68).

Em termos militares, também deve-se destacar “a realização de vários exercícios conjuntos de natureza bilateral e no contexto da Organização de Cooperação de Xangai [que] reforçam a dimensão securitária desta relação. Por exemplo, a Peace Mission 2005 foi o primeiro exercício bilateral conjunto envolvendo forças aéreas, terrestres e marítimas. No quadro da Organização de Cooperação de Xangai, o primeiro exercício militar teve lugar em 2003, e vários outros lhe têm sucedido” (Freire, 2014: 51).

“No que diz respeito à questão energética, as relações entre a China e a Rússia são mais ambíguas. A China é grande importadora de hidrocarbonetos russos. Mas, ao mesmo tempo, preocupa-se com sua segurança energética e não quer depender da

Rússia para seu abastecimento em gás e petróleo. A China não quer ser ‘refém’ dos dutos maioritariamente controlados pela Rússia na Ásia Central. Assim, está assinando contratos com países do Médio Oriente, da África e da América Latina para garantir fontes variadas de abastecimento em petróleo nos próximos anos. A China está, também, tentando disputar a hegemonia da Rússia sobre os dutos da Ásia Central. Os chineses já conseguiram construir dutos para abastecerem-se diretamente de gás e petróleo na região¹⁰⁶. Mas, [...] a posição da Rússia na Ásia Central é forte. Além disso, os chineses permanecem grandes clientes de hidrocarbonetos russos. Enfim, a parceria estratégica entre China e Rússia é tão fundamental para os dois países que as tensões acerca da questão energética - ou de outras divergências de interesses, naturais entre duas potências, por mais importantes que sejam - não foram capazes de ameaçar a colaboração entre os dois países no que diz respeito à tentativa de limitar o poder dos Estados Unidos” (Mazat e Serrano, 2012: 27-28).

Entretanto, importa referir que, a nível bilateral, “há dois projetos em curso cujo objeto é a exportação de gás natural russo para o mercado chinês. O primeiro escoaria anualmente 30 bilhões m³ dos campos da Sibéria Ocidental até o setor ocidental da fronteira dos dois países. Sua previsão atual de começo de operações é o ano de 2015. O segundo envolve o envio de 38 bilhões m³ provenientes de campos localizados na Sibéria Oriental e nas Ilhas Sakalin. Ambos os projetos estão paralisados porque a Gazprom e a estatal chinesa Chinese National Petroleum Corporation (CNPC) não chegaram a um acordo quanto ao valor a ser pago pelo gás. A estatal russa deseja que os preços sejam equivalentes aos pagos pelos países europeus, com o que a CNPC não concorda. A longa duração do contrato - trinta anos - colabora para o entrave das negociações (Adam, 2012: 70).

Contudo, de referir que, “enquanto os Estados Unidos se têm mostrado relutantes em ver a Rússia como um actor importante na região da Ásia-Pacífico, as sanções têm levado a Rússia a aprofundar o seu relacionamento já robusto com a China e deram um novo impulso à própria estratégia de «pivô» na Ásia” (Mankoff e Kuchins, 2015: 104).

Assim sendo, constata-se que a cooperação russo-chinesa não foge a regra da cooperação russo-americana. Isto é, os dois países cooperam quando existem interesses

¹⁰⁶ O gasoduto Ásia Central-China, inaugurado em 2009, transporta o gás do Turcomenistão para o território chinês.

em comum e competem quando assim não o seja. Entretanto, de referir que o interesse supremo da cooperação russo-chinesa é o de impedir a hegemonia norte americana na região (entenda-se intromissão na sua zona de influência), - assim pode ser entendida a constante recusa por parte dos governos russo e chinês de uma possível intervenção militar norte americana na Coreia do Norte, no sentido de interromper o seu programa nuclear - e assim assegurar a multipolaridade na arena internacional. O mesmo seria afirmar que estas duas potências regionais cooperam porque têm um inimigo em comum, os EUA, e um objetivo em comum, garantir uma ordem mundial multipolar. Portanto, emprestando a famosa frase proferida no contexto da II Guerra Mundial, por Winston Churchill - “Só existe uma coisa pior do que travar uma guerra com aliados, que é travar uma guerra sem aliados” (Perry, 2007) - e adaptando a presente sessão, poderíamos afirmar que a cooperação russo-chinesa baseia-se no princípio de que “pior do que travar uma guerra, é travar uma guerra sem aliados”.

4.6. Guerra na Síria

Analisar e compreender a guerra na Síria é uma tarefa que por si só, já daria para escrever uma dissertação, pelo que, na presente sessão apresentam-se algumas pistas dos interesses das principais potências envolvidas no conflito, sendo o destaque, como é obvio, a Rússia. Defende-se que a presente análise ajuda-nos a compreender este conflito que esta em constante mutação, e longe do seu fim. Contudo, chama-se a atenção que pela primeira vez, desde o colapso da URSS, é a Rússia quem tem ditado os termos de ação, e assim relegando os Estados Unidos para o segundo plano, bem como é a primeira vez que a Rússia decide executar uma intervenção fora do seu estrangeiro próximo, manifestando assim o seu retorno aos principais assuntos globais.

Dez anos depois da sua ascensão ao poder máximo da Rússia, Putin “foi a Nova Iorque apresentar-se como o líder internacional capaz de inverter o avanço do terrorismo no Médio Oriente e restituir alguma ordem à região”. [...] Do ponto de vista estratégico, na Síria, Putin defende Bashar al-Assad por três objetivos cruciais: “o primeiro é quebrar a percepção de isolamento provocado desde a tomada da Crimeia. Nenhuma grande potência regional ou com outra ambição geográfica pode carregar o rótulo de pária se quiser influenciar os fluxos financeiros, comerciais e energéticos. [...] O segundo é surgir no Médio Oriente como o desbloqueador determinante na ressaca

maldita das intervenções americanas no Afeganistão, no Iraque e na Líbia, regionalmente vistas como causadoras do caos e do fortalecimento do ISIS. Neste sentido, [...] é Moscovo quem ocupa a posição mais próxima de alterar a guerra na Síria, apoiando um regime que sobreviveu, pediu ajuda e conhece o terreno. Putin não quer mais do que um lugar à cabeceira da mesa do presente e do futuro da Síria.” (Lima, 2016a: 132-133). E, em terceiro, Putin pretende garantir “a sua presença nas bases navais sírias¹⁰⁷, para ganhar acesso ao Mediterrâneo, um objetivo há muito almejado pelo Kremlin. Uma porta de entrada nos mares quentes permitiria a Rússia reformular [as suas] rotas, aumentar [a sua] influência e gerir [as] diferenças numa óptica de maiores ganhos para Moscovo. Um passo adiante na lógica de projeção de poder da nova Rússia” (Freire, 2011: 213). “O Mediterrâneo oriental, a União Eurasiática e a ONU são a trilogia putinista que permitirá manter acesa a competição imperial e universal com os EUA. O passado nunca largou o Kremlin” (Lima, 2016a: 133).

Ao mesmo tempo, importa recordar que, “a Síria possui relações históricas com a Rússia e, também, é um dos últimos aliados dos tempos soviéticos sobreviventes na região”. Por esta razão é que como fora exposto, o governo russo “tem apoiando os sírios, principalmente através de vetos à sanções e possíveis resoluções do CSNU, para manter sua esfera de influência no [...] [Médio Oriente] e [...] [contrabalançar] o [poderio] [...] norte americano na localidade. Portanto, a postura da Rússia vem seguindo a lógica da balança de poder e dos esforços para um sistema internacional multipolar, no sentido de não permitir que os EUA dominem geopoliticamente ou que estabeleçam uma hegemonia regional no Médio Oriente”. Por outro lado, a Rússia vende armamento ao governo sírio (Souza e Machado, 2015: 58), o que tem contribuído para o fortalecimento das forças armadas russas e para o seu reconhecimento internacional como uma potência militar.

“Na Síria, Putin acabou [...] por expor a falência do *statu[s] quo*. A guerra civil não tem fim à vista, há uma crise humanitária e geograficamente incontrolável, o ISIS e a Al-Qaeda permanecem territorial e militarmente consistentes, e as únicas tropas terrestres (curdas) capazes de travar a luta antiterrorista têm visto o trabalho dificultado pela Turquia¹⁰⁸, apoiada pelo silêncio de Washington. Além disso, são evidentes os

¹⁰⁷ Porto de Tartus (Souza e Machado, 2015). O outro meio de acesso ao Mediterrâneo para a Rússia é a base naval russa de Sebastopol, já discutida acima.

¹⁰⁸ Para Ancara, a ameaça é tanto do ISIS como de um cordão curdo (PKK e HDP) geograficamente amplo e com legitimidade reforçada na Turquia. Ou seja, Erdogan pretende eliminar o PKK, amputar o HDP e

limites da estratégia aérea americana e sobretudo da formação dada às milícias sunitas, cujo grosso foi capturado ou chacinado pelo ISIS. Putin vem assim dizer ao mundo o seguinte: eu tenho um plano para a Síria, Obama tem um discurso” (Lima, 2016a: 133-134). Discurso este que pressupõe o derrube de Assad, por este ser ditador e professante da religião Alawite - considerada pela maioria sunita ilegítima por ser uma ramificação da facção shiita, que é a minoria islâmica no Médio Oriente e no mundo - e estabelecer um líder sunita pró-Washington (Lima, 2015). Por seu turno, os Estados Unidos acusam a Rússia de “sustentar Assad e permitir ataques cada vez mais sangrentos contra civis (incluindo os que utilizaram armas químicas)” (Mankoff e Kuchins, 2015: 108).

A questão que nasce é, por que é que os EUA não intervieram na Síria, uma vez que esta é uma prática recorrente na sua política externa? A bandeira humanitária não deveria prevalecer sempre? Lima, friamente responde que não. “Os EUA, ou qualquer outro país militarmente poderoso, são um estado soberano movido pelo seu interesse nacional e não uma organização humanitária global. Por vezes, esse interesse é avaliado e converge com os interesses de terceiros, noutros casos, o «duplo-critério» ajuda a decidir perante as variáveis de uma crise, seja o interesse nacional, os riscos do teatro de operações ou o contexto regional”. Contudo, o autor explica que “na Síria[,] [...] não estavam reunidas duas condições para a intervenção americana [...]: a existência de um aliado credível na mescla sunita, pronto a ser ajudado e confiável para liderar o pós-guerra; a convergência de interesses entre os principais atores, como hoje acontece no Iraque entre os EUA, o Irão, a Turquia, o Israel, a Rússia, a França e o Reino Unido” (Lima, 2016b: 239-240). Entretanto, segundo Rodrigues, a resolução da situação da Síria está tanto nas mãos da Arábia Saudita como nas do Irão¹⁰⁹, assim como nas dos EUA e da Rússia e, sobretudo, nas de uma eventual coligação para o combate ao ISIS, o elemento que pode levar a uma conjugação de esforços, pelo menos temporária (2015: 2). Uma vez que acima da guerra civil na Síria todos estes estados partilham um inimigo/ameaça comum, o ISIS.

consolidar o seu absolutismo (Lima, 2016a: 146-147). Ancara entrou no conflito para dizimar os curdos, e assim os enfraquecer.

¹⁰⁹ No conflito sírio, o Irão e à Arábia Saudita encontram-se em lados opostos. O Irão (shiita), vê no conflito sírio uma oportunidade para fortalecer o regime Alawite de Assad, por sua vez o Reino da Arábia Saudita encara o conflito sírio como uma oportunidade clara para a troca do regime Alawite, que no seu entender nada mais é do que um embrião do seu rival shiita (Irão), e para isso tem financiado alguns grupos da oposição.

Contudo, embora esteja claro que uma possível solução para este conflito deva passar pelo envolvimento da Rússia, Estados Unidos, o Irão, a Arábia Saudita, a Turquia, o próprio Assad e os curdos, segundo Lima, “Moscou garante que Assad não mais será afastado do futuro sírio e que os interesses estratégicos russos permanecerão intactos no Mediterrâneo oriental. [...] Nenhum líder sunita no Médio Oriente, a começar em Ancara e a acabar em Riade, vai novamente agir na região sem ter em conta a posição e os interesses da Rússia. Desta forma Putin alcança dois objetivos de rajada: contrabalançar-se aos EUA como grande (des)equilibrador externo no Médio Oriente; e congelar e até anular progressivamente as sanções da UE. Ou seja, a Síria acaba por ser um meio para a Rússia chegar a um fim, esse sim, identitário: manter o lume aceso na Ucrânia, impedindo-a de aderir a UE e à NATO, e esfrangalhar ainda mais a já frágil coesão europeia” (Lima, 2016a: 135-136). Ademais, há que considerar que:

“O anúncio do envio de navios do Mar Negro, do Norte e do Pacífico para o Mediterrâneo leste, foi um claro sinal de que a Rússia não toleraria um ataque à Síria, tradicional aliado do país. [...] [...] Encontravam-se 8 navios russos na região, enquanto os EUA, por sua vez, contavam com 6 vasos de superfície, além de uma série de bases aéreas e navais no entorno. Apesar da evidente assimetria logística em favor dos Estados Unidos, não há grande discrepância na capacidade destrutiva mútua das duas esquadras. [...] Portanto, a presença da marinha russa no Mediterrâneo não teve caráter meramente simbólico, mas sim de dissuasão efetiva, ao demonstrar a possibilidade de escalada do conflito em caso de intervenção americana” (Oliveira, Brites e Reis, 2013)

Na Síria, “a Rússia alcançou um estatuto de paridade com os EUA enquanto elemento decisivo nos roteiros político ou de cessar-fogo. Ora, para Putin isto inverte o sentido de isolamento pós-Crimeia, expõe os limites do poder americano e restitui a Moscovo uma esfera decisiva de atuação entre a Europa de Leste, o Cáucaso, o Mar Negro, o Cáspio e o Mediterrâneo oriental”. Com o início da operação aérea na Síria (finais de Setembro de 2015), Putin também conseguiu retirar “a Turquia da equação final síria, ao tornar aceitável a continuidade de Assad para [os] europeus e americanos. A crescente exposição turca aos terrorismos da região valida a importância da estabilidade do regime sírio e da frente anti-ISIS, empreitada onde Ancara revela um comportamento no mínimo dúbio” (Lima, 2016a: 138).

Nos três meses que se seguiram ao início da intervenção aérea russa na Síria, há três conclusões a tirar do terreno. Os grupos sunitas que estavam a encostar Assad às cordas foram progressivamente fragmentados e obrigados a sair da região de Latáquia e Aleppo, ambas estruturais aos interesses de Putin e do presidente sírio, minando dessa

forma a intromissão da Turquia e da Arábia Saudita junto dos grupos anti-Damasco (*ibid*: 138-139).

Em tom de conclusão da sessão, em primeiro lugar constata-se que no conflito sírio, a contragosto dos Estados Unidos, hoje a Rússia revela-se ser um *player* muito mais importante e determinante para a solução do mesmo. Em segundo, uma possível solução do conflito deve assegurar os interesses russos na Síria e na região. Em terceiro, a Rússia alcançou a paridade com os EUA. Em quarto, para que a solução do conflito se torne viável no terreno, deve haver uma convergência de interesses entre o principais atores envolvidos, sendo eles a Rússia, os EUA, o Irão, a Arábia Saudita, a Turquia, e o próprio Assad. Contudo, este consenso é de difícil alcance uma vez que as posições de cada um dos atores envolvidos no conflito é distinta. A Rússia pretende reforçar o regime sírio, e assegurar os seus interesses na região, e assim vencer internamente - mais a frente me explico. Os Estados Unidos pretendem derrubar o regime, mas não tem um aliado sunita de confiança para o substituir. O Irão sendo uma república islâmica fundada sobre shiismo, apoia Assad, uma vez que este por sua vez é professante da religião Alawite que é uma ramificação do Islão shiita representado por ele. Na perspectiva iraniana, um regime Alawite consolidado contribuiria para enfraquecer da hegemonia sunita na região, liderada pela Arábia Saudita. Por sua vez, a Arabia Saudita, sendo um reino fundado sobre o sunismo, apresenta um comportamento inverso ao iraniano, pretende derrubar Assad por este ser Alawite, e assim garantir a continuidade da sua hegemonia na região. Já a Turquia, a Turquia é a Turquia. A Turquia não apresenta qualquer interesse no conflito, apenas se envolveu no mesmo porque o curdos o fizeram. No conflito, sobre a bandeira antiterrorista a Turquia vai dizimando os curdos, e assim enfraquecendo a sua ascensão internamente. Quanto a Assad, não há o que ser dito, o presidente sírio simplesmente pretende assegurar a sua continuidade no poder. Portanto, como se pode notar, a solução do conflito sírio, não esta para breve, mas uma coisa esta garantida, sem o consentimento de Putin, Assad não será afastado do assento presidencial. Voltando a Rússia, nosso objeto de análise, Putin esta focado na Síria para vencer internamente, isto é, Putin precisa de vitórias no estrangeiro para vencer as batalhas com a oposição interna. “Aguentar as sanções e alcançar os seus objetivos estratégicos na Ucrânia [e na Síria] daria um impulso a Putin, que surgiria como o líder que não só superou a fraqueza da Rússia na década de 1990 como também a devolveu ao seu estado legítimo de grande potência face à oposição ocidental. Com

esta onda de popularidade, Putin poderia rumar à reeleição em 2018 sem qualquer oposição coesa” (Mankoff e Kuchins, 2015: 103).

Em jeito de conclusão do capítulo, constata-se que para assegurar que os cinco objetivos da política externa de Putin - potenciar o crescimento económico da Rússia, combater a hegemonia dos EUA, neutralizar a NATO, controlar a expansão institucional da União Europeia e recuperar a confluência sino-soviética - sejam alcançados, a presidência Putin-Medvedev tem mantido a Europa sob controle através do gás russo, financiando partidos xenófobos, nacionalistas, anti-globalização, anti-NATO e anti-Europa; na questão da Ucrânia, defende-se que com a subsequente incorporação da Crimeia a Rússia, Putin conseguiu provar que a Crimeia era mais importante para a Rússia que a Europa para os Estados Unidos e assim desmistificando o mito de que a NATO não estava apenas ao serviço dos interesses dos Estados Unidos, o que de certo modo semeia a discórdia no seio da organização; com a China, a Rússia tem cooperado para impedir a continuidade da hegemonia norte americana na Ásia e, consequentemente para o alcance da multipolaridade. Nesta cooperação russo-chinesa destaca-se as posições comuns adotadas em sede do CSNU e a criação da Organização para a Cooperação Xangai. Ainda na cooperação russo-chinesa, a Rússia tem se beneficiado das divisas chinesas com a compra dos armamentos russos, o que contribui para o reavivar das forças armadas russas e para o seu objetivo de alcance da paridade militar com os Estados Unidos. Todas estas conquistas russo-chinesas recuperam e reforçam a confluência sino-soviética, e estilhaçam a hegemonia norte americana na região; na Síria, a medida que o conflito vai se desenrolando, mais claro tem se tornado a indispensabilidade da Rússia, em detrimento dos Estados Unidos para a solução do conflito, o que representa o esboroar da hegemonia norte americana na região. Portanto, a medida que esta política externa pragmática e multivetorial vai sendo materializada, Putin-Medvedev têm conseguido recuperar a influência russa a nível regional e um estatuto político a nível internacional, tornando a Rússia num *player* incontornável nos assuntos globais. É caso de se dizer que o Ocidente não soube aproveitar enquanto se encontrava em posição de força e a Rússia de fraqueza, e agora estamos perante o ressurgimento da Rússia. Alias, é chegada a hora do Ocidente acordar para a realidade, a Rússia ressurgiu, e esta disposta a retomar ao seu lugar de direito, do lado dos Estados Unidos na disputa dos assuntos globais.

CONCLUSÃO

Este é um trabalho cuja a relevância é indiscutível para a percepção da atual Rússia e da sua política externa. A Rússia como a conhecemos não constitui algo de novo, é um país que faz parte de um longo processo histórico, que a cada etapa vai consolidando cada vez mais a sua característica excepcional - eurasiática - na geopolítica mundial. Dai que, no processo da reformulação e condução da política externa russa seja frequente que Putin-Medvedev sempre evoquem esta característica distinta da identidade russa para legitimar a sua política externa cada vez mais pragmática e multivetorial. Diante disso, a política externa da Rússia contemporânea deve ser sempre estudada tendo em conta todas as fases da história russa até à atual Federação Russa.

No que diz respeito a primeira parte da questão principal de investigação, a base material (interesses) que tem estruturado a reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev é bastante vasta, contudo, esta pode ser resumida em três pontos essenciais: manutenção da soberania, fortalecimento do estatuto de grande potência e o combate a hegemonia dos Estados Unidos. Quanto ao primeiro ponto, para assegurar a manutenção da soberania russa Putin-Medvedev têm recorrido a uma dupla estratégia. Por um lado procuram investir fortemente no aparelho militar russo, como espelho da grandeza russa e poder dissuasório face as ambições hegemónicas dos Estados Unidos e da expansão da NATO para junto das suas fronteiras. Por outro, têm procurado manter o controle russo sobre os estados membros da Comunidade dos Estados Independentes através do seu binómio *stick and carrot*. Este controle visa a impedir que estes estados tornem-se pró-Occidente ou pró-Washington, uma vez que estes por sua vez poderiam causar ou influenciar um *regime change* na Rússia. Quanto ao segundo ponto, para assegurar o fortalecimento do estatuto de grande potência, Putin-Medvedev têm expandido a política externa russa para as várias partes do globo¹¹⁰ e promovido a criação e participação da Rússia em inúmeros organismos multilaterais como os casos dos BRICS, Organização para a Cooperação de Xangai, do Tratado de Segurança Coletiva, da União Económica, da Comunidade Económica Eurasiática (EurAsEc), da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, do Espaço Económico Comum, da União Eurasiática e da própria Comunidade dos Estados Independentes. Relativamente ao último ponto, para combater a hegemonia dos Estados Unidos, Putin-Medvedev têm financiado partidos xenófobos,

¹¹⁰ Nessa expansão da política externa da Rússia dá-se ênfase a sua intervenção na Síria.

nacionalistas, anti-globalização, anti-NATO, anti-Washington e anti-Europa no seio da Europa e assim enfraquecido a influência de Washington sobre os países europeus. Com a anexação da Crimeia e o a falta de apoio dos Estados Unidos e da NATO as causas europeias, os dirigentes russos conseguiram provar que os Estados Unidos apenas intervêm quando estão em causa os seus interesses estratégicos e não necessariamente os da Europa, minando assim o consenso na Aliança Atlântica e, conseqüentemente enfraquecendo a influência dos EUA na Europa. Putin-Medvedev também têm procurado aliar a Rússia a estados que partilham a mesma percepção quanto a insustentabilidade de um mundo unipolar liderado pelos Estados Unidos, e assim debilitando ainda mais a continuidade da sua hegemonia. Basta referir o caso da aliança russo-chinesa. Ao assumir a dianteira do conflito sírio, Putin conseguiu expor a falência da hegemonia dos Estados Unidos e reforçar o seu estatuto de indispensabilidade nos assuntos globais. Portanto, as conseqüências deste reposicionamento da Rússia são a negação de um sistema internacional unipolar liderado por Washington e o fortalecimento de uma multipolaridade cada vez mais irreversível.

Quanto a segunda parte da questão principal de investigação, a ideologia que tem estruturado a reformulação da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev é o Neo-Eurasianismo ou Eurasianismo de Dugin. A teoria neo-eurasianista de Dugin transformada em destino manifesto russo, é a ideologia escolhida por Putin para legitimar a sua política externa. Com base no destino manifesto russo, Putin tem procurado invocar uma identidade plástica e assim justificar o seu projeto hegemónico para o espaço pós-soviético. Isto é, apoiando-se num passado histórico, cultural e económico comum, Putin tem moldado a identidade do espaço pós-soviético em defesa dos interesses nacionais russos. Como exemplos dessa nova estratégia de atuação podemos destacar a intervenção russa na Geórgia, a anexação da Crimeia, a criação e participação em organismos multilaterais como os casos da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), a EurAsEC e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO). Esta atuação incisiva do governo russo é puramente baseada em princípios geopolíticos. Serve o propósito de colocar a Rússia no centro da tomada de decisão do Heartland eurasiático da antiga União Soviética, e consolida a lógica pós-imperial da política externa russa. Com este *modus operandi* Putin clarifica que não é negociável o seu estatuto de potência organizadora da sua Pan-Região, e qualquer ameaça a sua hegemonia na região encontrará fortes resistências. Que esteja claro, a Rússia pretende recuperar o *grossraum* da Eurásia, sua esfera natural de influência. Esta missão

revisionista passa pela recuperação dos territórios que fizeram parte da União Soviética, e anteriormente, do Império Russo.

Relativamente a primeira questão secundária, o excecionalismo russo invocado pelo Kremlin para legitimar as suas opções consiste essencialmente na sua posição eurasiática. A Rússia situa-se tanto no continente europeu como no asiático, contém características tanto europeias como asiáticas, mas sem ser europeia e nem asiática, sendo assim uma civilização eurasiática e excecional. Na prática, este excecionalismo russo tem legitimado duas coisas: uma política externa pragmática¹¹¹ e multivetorial¹¹², ou seja tanto para a Europa como para a Ásia; e o direito natural do Kremlin moldar a identidade russa envolta deste eurasianismo e assim legitimar o seu projeto geopolítico de organizador da sua Pan-Região e, consequentemente do espaço pós-soviético.

Quanto a segunda questão secundária, o pragmatismo da política externa da nova Rússia consiste em alavancar a Rússia ao patamar dos grandes estados mundiais e esse pragmatismo naturalmente passa por assegurar o seu estatuto de grande potência. No debate envolvendo os que defendem a Rússia como uma civilização ocidental (ocidentalistas) e os que defendem a Rússia como uma civilização distinta da ocidental (civilizacionistas), Putin procura se posicionar como o guardião dos valores russos, englobando tanto os valores ocidentais como os civilizacionais que ele entende serem inalienáveis para o alcance do seu projeto geopolítico assente essencialmente nos interesses nacionais russos. Com esta postura que *jaz* num projeto identitário confuso e maleável, Putin tem reavivado o nacionalismo do povo russo e assim legitimado a sua política externa, que por sua vez reforça o estatuto de grande potência que a Rússia é. Na prática, este posicionamento tem lhe permitido ativar os mais variados valores identitários da civilização russa ao serviço da sua política externa.

No que diz respeito a terceira e última questão secundária, a estratégia multivetorial da política externa de Putin-Medvedev também assenta exclusivamente na sua posição eurasiática. Isto é, depois de Gorbachev e Yeltsin (com exceção da chancelaria de Primakov - 1996-1999), terem ignorado esta característica distinta da identidade russa e prosseguido com uma política externa excessivamente alinhada com o Ocidente, Putin recuperou este caráter excecional da civilização russa e dotou a política externa russa de múltiplos polos, ou seja, manteve o ocidental, acrescentou

¹¹¹ Tem que ver com a nossa segunda questão secundária, que logo de seguida será respondida.

¹¹² Tem que ver com a nossa terceira questão secundária, que mais afrente será respondida.

asiático e o alargou para o Médio Oriente, Síria. Este reposicionamento, permitiu a Putin continuar com os seus esforços de controlar a CEI, fortalecer o seu estatuto de grande potência e combater a hegemonia dos Estados Unidos.

Em suma, com o trabalho conclui-se que, com Putin no poder, o ocidentalismo exacerbado durante as presidências de Gorbatchev e Yeltsin foi contido. A política externa russa tornou-se autónoma e baseada apenas nos interesses nacionais russos. A hegemonia dos Estados Unidos foi enfraquecida. O estatuto de grande potência da Rússia foi recuperado. O mundo tornou-se multipolar. A Rússia retomou aos assuntos globais e em alguns casos tornou-se indispensável e, os estados pós-soviéticos voltaram a estar sobre a influência de Moscovo. Portanto, defende-se que este curso assertivo, pragmático e multivetorial da política externa russa deverá continuar a ser trilhado por Putin-Medvedev até que se alcance o seu objetivo supremo, tornar o mundo unipolar e a Rússia o seu centro. Entretanto, importa sublinhar que, a presente dissertação não esgota o estudo do trabalho, porém, defende-se que a mesma ajuda-nos a melhor compreender o complexo processo da reformulação e condução da política externa russa durante a presidência Putin-Medvedev.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

AGANBEGUIAN, Abel G. (1987). *A Revolução na Economia Soviética: Perestroika*. Publicações Europa-América, Lda. Portugal.

ALMEIDA, Políbio Valente. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado (Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. 2ª Edição. Lisboa: ISCSP: UTL.

ALMEIDA, Políbio Valente. (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: ISCSP.

AMARAL, Diogo Freitas. (2012). *Glória e Tragédia de Gorbachov*. Editora Almedina. Portugal.

ÅSLUND, Anders e Kuchins Andrew. (2009). *The Russia Balance Sheet*. Peterson Institute For International Economics. Center For Strategic And International Studies. Washington, DC.

BRZEZINSKI, Zbigniew. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its - Geostrategic Imperatives*. Washington D.C.

DUGIN, Alexander. (2014). *Eurasian Misson: an Introduction to Neo-Eurasianism*. Arktos Media Ltd.

DUGIN, Aleksandr. (2016). *Geopolítica da Rússia Contemporânea*. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. Portugal.

EVANGELISTA, Matthew. (2002). *The Chechen War: Will Russia Go the of The Sovieth Union?*. Brookings Institutuins Press. Washington D.C.

FÃNZERES, José Manuel Ferreira. (2014). *Geopolítica e Geostratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível*. Idn cadernos, nº 14. Lisboa.

FÃNZERES, José Manuel Ferreira. (2015). *O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do Shale Gas*. Idn cadernos, nº 16. Lisboa.

FERREIRA, Marcos Farias. (2007). *Cristãos & Pimenta: A Via Media na Teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira*. Coleção Política Internacional e Diplomacia. Edições Almedina. Lisboa.

FREIRE, Maria Raquel. (2011). *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal.

GOLDMAN, Marshall I. (2008). *Petrostate: Putin, Power, and the New Russia*. Oxford University Press.

GORBATCHOV, Mikhaïl. (1987). *Perestroïka Пepecmpoÿka: Anos de Transformação e de Esperança para a URSS e para o Mundo*. 2ª Edição. Publicações Europa-América, Lda. Portugal

GORBACHEV, Mikhail. (1998). *Outubro como um marco na história Contemporânea*. Estudos Avançados 12 (32). São Paulo. Brasil.

KILE, S. N. (2011). *Nuclear Arms Control and Non-Proliferation*. SIPRI. Stockholm International Peace Research Institute. Sipri Yearbook: armaments, disarmament and international security. Stockholm: Sipri. Citado em MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

LACLAU, Ernesto e Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Second Edition. London.

LARUELLE, Marlène. (2008). *Russian Eurasianism: an Ideology of Empire*. Woodrow Wilson International Center Press. The Johns Hopkins University Press. Washington, D.C.

LIMA, Bernardo Pires. (2015). *A Síria em Pedacos*. 1ª Edição. Edições Tinta da China. Lisboa.

LIMA, Bernardo Pires. (2016b). *A Síria em Pedacos*. 2ª Edição. Edições Tinta da China. Lisboa.

LIMA, Bernardo Pires. (2016a). *Putinlandia*. Edições Tinta da China. Lisboa.

LO, BOBO. (2002). *Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: Reality, Illusion and Mythmaking*. Palgrave Macmillan. New York.

MACKINDER, Halford J. (1942). *Democratic Ideals and Reality*. Defense Classic Edition. Washington, DC.

MANKOFF, Jeffrey. (2009). *Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics*. A Council on Foreign Relations Book. Rowman & Littlefield Publishers.

MILHAZES, José. (2016). *Rússia e Europa: uma parte do todo*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa. Portugal.

MCNAIR, Brian. (2006). *Glasnost, Perestroika and the Soviet Media*. Taylor & Francis e-Library. Londres e Nova Iorque.

OLIKER, Olga *et al.* (2009). *Russian Foreign Policy : Sources and Implications*. Project Air Force. RAND Corporation. Arlington.

Ó TUATHAIL, Gearóid, Dalby, Simon e Routledge, Paul (1998). *The Geopolitics Reader*. Routledge. London and New York.

PERRY, Mark (2007). *Partners in Command: George Marshall and Dwight Eisenhower in War and Peace*. The Penguin Press. Nova Iorque.

REGO, Helena Cristina. (1999). *A Nova Rússia*. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. Portugal.

SEGRILLO, Angelo. (2010). *Os Russos*. Editora contexto. Brasil

SOUSA, Fernando. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. 954 edição. Edições Afrontamento/ CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Portugal.

STUERMER, Michael. (2009). *Putin e o Despertar da Rússia*. Editorial Presença. Lisboa.

THOMAS, de Waal. (2010). *The Caucasus: An Introduction*. Oxford University Press. Nova Iorque.

TSYGANKOV, Andrei. P. (2010). *Russia's Foreign Police: Changes and Continuity in National Identity*. Second Edition. Rowman & Littlefield Publishers.

TSYGANKOV, Andrei. P. (2013). *Russia's Foreign Police: Changes and Continuity in National Identity*. Third Edition. Rowman & Littlefield Publishers.

VERÍSSIMO, Gilberto. (2013). *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*. Edição: Ler Devagar. Lisboa.

YELTSIN, Boris. (1994). *A Luta pela Rússia*. Coleção Vida e Cultura. Edição «Livros do Brasil» Lisboa. Portugal.

YELTSIN, Boris. (2002). *Diários da Meia-Noite*. Coleção Vida e Cultura. Edição «Livros do Brasil» Lisboa. Portugal.

Capítulos em obras coletivas:

ADAM, Gabriel Pessin. (2011). A Rússia e os países da Comunidade dos Estados Independentes no início do século XXI. Em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. Ipea. Brasil. p. 39-79.

ADAM, Gabriel Pessin. (2012). A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. Em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 51-96.

ALLISON, Graham e Simes, Dimitri.K. (2015). Rússia e América: A guerra ao virar da esquina. Em: Allison, Grachan, *et al.* (eds). *A Guerra na Ucrânia*. Cadernos D. Quixote. p. 23-50.

ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. (2011). Internacionalização de empresas russas. Em: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. Ipea. Brasil. p. 183-240.

CHERNIAEV, Anatoli. (2007). Gorbachev's Foreign Policy: The Concept. Em: Palazhchenko, Pavel, *et al.* (eds). *Turning Points in Ending the Cold War*. Hoover Institution Press. p. 111-140.

DAALDER, Ivo, *et al.* (2015). Preservar a Independência da Ucrânia, Resistir à Agressão Russa: O que os Estados Unidos e a NATO devem fazer. Em: Allison, Graham, *et al.* (eds). *A Guerra na Ucrânia*. Cadernos D. Quixote. p. 67-96.

FERNANDES, Sandra. (2013). A política externa da nova Rússia: velhos dilemas e novas asserções. Em: Oliveira, Pedro Aires, *et al.* (eds). *O Fim da URSS A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*. Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 125-141;

FIGUEIREDO, João Augusto Rodrigues Gomes. (2013). Dinâmicas paralelas na política externa russa: estilos de liderança, relações pessoais e grupos de influência nas relações com a UE. Em: Freire, Maria Raquel, *et al.* *Novos Olhares sobre o Espaço*

Pós-Soviético. Centro de Estudos Sociais. Publicação Semestral nº 19. e-cadernos CES. p. 31-53.

FREIRE, Maria Raquel. (2013). O fim da URSS e a nova Rússia: alinhamento de política externa a sua vizinhança próxima. Em: Oliveira, Pedro Aires, *et al.* (eds). *O Fim da URSS A Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*. Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 101-124.

FREIRE, Maria Raquel. (2014). A evolução da política externa da Rússia. Em: Daehnhardt, Patrícia, *et al* (eds). *A política externa russa no espaço euro-atlântico: dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*. Universidade de Coimbra. p. 29-55.

KRASTEV, Ivan e Leonard, Mark. (2015). O sonho da Ordem Europeia Estilhaçado: Como Putin está a perturbar a Aliança Atlântica. Em: Allison, Graham, *et al.* (eds). *A Guerra na Ucrânia*. Cadernos D. Quixote. p. 7-22.

MANKOFF, Jeffrey e Kuchins, Andrew. (2015). Rússia, Ucrânia e as Opções políticas dos EUA: Um memorando. Em: Allison, Graham, *et al.* (eds). *A Guerra na Ucrânia*. Cadernos D. Quixote. p. 97-114.

MAKARYCHEV, *et al.* (2010). La Presidencia de Medvédev: El perfil cambiante de la Federación Rusa. Em: *Anuario Internacional CIDOB 2010: Claves para interpretar la Política Exterior Española y las Relaciones Internacionales en 2009. Perfil de país: Federación Rusa*. p. 493-502.

MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

Ó TUATHAIL, Gearóid e Dalby, Simon. (1998). *Introduction: Rethinking Geopolitics: towards a critical geopolitics*. Em: Ó Tuathail, Gearóid e Dalby, Simon. (eds.) *Rethinking Geopolitics*. Routledge. London and New York.. p. 1-15.

PIFER, Steven. (2014). US-Russia Relations in the Obama Era: From Reset to Refreeze? Em: OSCE Yearbook 2014. Institute for Peace Research and Security Policy. University of Hamburg. p. 111-126.

POMERANZ, Lenina. (2011). Rússia: mudanças na estratégia de desenvolvimento pós- crise? Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. ipea. Brasil. p. 155-182.

SCHUTTE, Giorgio Romano. (2011). Economia política de petróleo e gás: a experiência russa. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. ipea. Brasil. p. 81-136.

SEGRILLO, Angelo. (2012). A questão da democracia na Rússia pós-soviética. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 97-128.

SEGRILLO, Angelo. (2011). A diarquia Putin-Medvedev: dimensões da política interna e da política externa. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. ipea. Brasil. p. 137-154.

SPECK, Ulrich. (2015). O Poder Alemão e o Conflito Ucrainiano. Em: Allison, Grahana, *et al.* (eds). *A Guerra na Ucrânia*. Cadernos D. Quixote. p. 51-65.

TORFING, Jacob. (2005). *Discourse Theory: Achievements, Arguments, and Challenges*. Em: Howarth, David e Torfing, Jacob. (eds.). *Discourse Theory in European Politics. Identity Policy and Governance*. Palgrave Macmillan. p 1-32

WACHE, Paulo M. (2014). *Política externa da Rússia*. Em: WACHE, Paulo M, *et al* (eds). *As Potências Emergentes na Construção da Multipolaridade Inclusiva: Uma abordagem comparativa das Políticas Externas dos BRICS*. Maputo. ISRI. p. 119-172.

Artigos:

ANGERMÜLLER, J. (2001), *Diskursanalyse: Strömungen, Tendenzen, Perspektiven. Eine Einführung*. [Discourse Analysis: Strands, Tendencies, Perspectives. An Introduction]. Em MÜLLER, Martin. (2010). *Doing discourse analysis in Critical Geopolitics*. L'Espace politique.

ALLISON, Graham e Blackwill, Robert D. (2011). *Russia and U.S. National Interests: Why Should Americans Care?* Center for the National Interest. Washington, DC.

BERK, Michael. (2008). *Russian Foreign Policy and Global Security: How Russia defines its International Security Policy*. Canadian International Council (CIC). p. 1-38.

BUSYGINA, Irina (2015). *Domestic Factors' impact on Russia's Foreign Policy (The Case of Federal Relations)*. Moscow State Institute of International Relations.

BUTENKO, Anatoli Pavlovitch. (1993) *O que ocorreu à Perestroika?*. São Paulo em Perspectiva, 7 (2). Fundação SEADE. Brasil. p. 70-79.

Council on Foreign Relations. (2006). *Russia's Wrong Direction: What the United States Can and Should Do*. Independent Task Force Report N° 57. United States of America.

Council on Foreign Relations. (2006). *Russia's Wrong Direction: What the United States Can and Should Do*. Independent Task Force Report N° 57. United States of America. Citado em MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, *et al.* (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

CUMMINGS, Laura. (2012). *History: Gorbachev's Perestroika and the Collapse of the Soviet Union*. Citations 2012 - Journal of Undergraduate Research. vol. 9. p. 54-77.

COSTA, Izabel Cristina Gomes. (2007). *Quem fará a nossa Perestroika? Imagens de Mikhail Gorbachev no jornal O Globo*. Tempo. Brasil. p. 139-164.

DANIELS, Robert. (2009). *From Gorbachev to Putin*. In *The Nation*. Citado em FREIRE, Maria Raquel. (eds). *A política externa em transição: o caso da Federação Russa*. Relações Internacionais. n.23. Portugal. p.75-89.

DIAS, Vanda Amaro. (2015). *Integração regional no espaço pós-soviético: uma análise da política externa russa*. *Janus* 2015-2016. nº 17. p. 120-121.

DREBES, Josué Scheer. (2009). *A Independência do Kosovo: A Controversa emergência de Um Estado na Ordem Política Internacional*. p. 1-56.

Dodds, K., Kuus, M and Sharp, J. (2013). *Introduction: Geopolitics and its critics*. Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics. Burlington, VT: Ashgate Publishing. p. 1-14.

ECKERT, D. (2004). *Le monde russe*. Paris: Hachette. Citado em MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

FERREIRA, Marcos Farias. (2015). *A Ucrânia, a Rússia e a Europa pós-Crimeia*. *Janus* 2015-2016. nº 17.

FERREIRA, Marcos Farias e Terrenas, João. (2016). *Good bye, Lenin! Hello, Putin! O discurso geoidentitário na política externa da nova Rússia*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 20. Brasília. p. 43-78.

FRANCISCON, Moisés Wagner. (2016). *A Trajetória Política e Intelectual de Gorbachev e as Relações Internacionais da URSS*. *SÆCULUM - Revista de História*. [34]. Brasil p. 213-240.

FREIRE, Maria Raquel. (2006). *Crisis management: the OSCE in the Republic of Moldova*. *Journal of Conflict, Security & Development*, 2:02, p. 69-90.

FREIRE, Maria Raquel. (2009). *A política externa em transição: o caso da Federação Russa*. Relações Internacionais. n.23. Portugal. p.75-89.

GASPAR, Carlos. (2005). *A Rússia e a Segurança Europeia*. *Nação e Defesa*. N.º 110 - 3.ª Série. p. 45-57.

GHICA, Luciana Alexandra. (2013). *Discourse Analysis and the Production of Meaning in International Relations Research: a Brief Methodological Outline*. Annals of the University of Bucharest / Political science series 15. p. 3-9.

GORBACHEV, Mikhail. (1998). *Dossiê Rússia: Outubro como um marco na história contemporânea*. Estudos Avançados. v.12 nº 32.

International Institute for Strategic Studies Military Balance. (2010). Citado em JUDAH, Ben *et al.* (2011). *Dealing With a Post-Bric Russia*. Londres. European Council on Foreign Relations.

IVANOV, I. S. (2000). *Política externa da Rússia no limiar do século XXI: problemas de formação, evolução e de continuidade*. Citado em JUBRAN, Bruno Mariotto. (2015). *A Política de Grandeza da Rússia em Formação: uma síntese do período pós-soviético*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba. v.36, nº 129, p.71-98.

Journal of Eurasian Affairs. (2013). *Multipolarism as an Open Project*. Volume 1, Number 1.

JUBRAN, Bruno Mariotto. (2015). *A Política de Grandeza da Rússia em Formação: uma síntese do período pós-soviético*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba. v.36, nº 129, p.71-98.

KAKACHIA, Kornely K. (2008). *Interpretações do Conflito Rússia vs Geórgia: A Guerra dos Cinco Dias*. Relações Internacionais. p. 33-43.

KALOTAY, Kálmán. (2007). *The Rise of Russian Transnational Corporations*. The Geneva Post Company S.A. Volume 2, Number 1, p. 55-85.

KARAGANOV, Sergei. (2011). *The U.S.-Russia Relations after the «Reset»: Building a New Agenda. A View from Russia*. Russian News & Information Agency. Council on Foreign and Defense Policy. Harvard. National Research University. p. 1-48.

Kuus, Merje. (2010). *Critical geopolitics*. R. Denmark (ed.). The International Studies Encyclopedia Vol. II. Oxford: Blackwell, p. 683–670.

LE BOUCLIER. (2012). *Antimissile Américain vise la Russie, Selon Poutine*. Ria Novosti, Moscou. Citado em MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). *O*

Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

LEMONTE, Marco Vallada. (2013). *Identidade Nacional e Política Externa: Impactos do Eurasianismo no Pensamento Geopolítico Russo*. IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). SimpoRI. San Tiago Dantas.

MACKINDER, Halford J. (1904). *The Geographical Pivot of History*. The Geographical Journal Vol. 23, Nº. 4. p. 421-437.

MACKINDER, Halford J. (1943). *The Round World and the Winning of the Peace*. Foreign Affairs. v.21, nº 4. p. 595-605.

MARTINS, *et al.* (2015). *A Crise na Ucrânia*. IESM Atualidade. Centro de Investigação de Segurança e Defesa. Instituto de Estudos Superiores Militares. nº 3.

MAKARYCHEV, Andrey S. (2009). *A Rússia a Europa e o Legado de 1989: Conflitos de Interpretação*. Relações Internacionais. p. 53-74.

MATOS, Dídimo. (2012). *O neo-eurasianismo e o redespertar russo*. Revista de Geopolítica. Natal. RN, v. 3, nº 2, p. 71-79.

MCFAUL, Michael. (1999). *Russia's Many Foreign Policies*. Stanford University: London.

MEICK, Ethan. (2017). *China-Russia Military-to-Military Relations: Moving Toward a Higher Level of Cooperation*. U.S.-China Economic and Security Review Commission. p. 1-37.

North Atlantic Treaty Organization (NATO). (2017). *NATO-Russia Relations: The Background*. Media Backgrounder. Public Diplomacy Division (PDD) – Press & Media Section.

OLDBERG, Ingmar. (2010). *Russia's Great Power Strategy under Putin and Medvedev*. Occasional UIpapers. Swedish Institute of International Affairs. nº 1.

OMELICHEVA, Mariya (2016). *Critical geopolitics on Russian foreign policy: Uncovering the imagery of Moscow's international relations*. Macmillan Publishers. International Politics.

Ó TUATHAIL, Gearóid. (1994). *(Dis)placing geopolitics: writing on the maps of global politics*. Department of Geography. Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg. vol 12. p. 525-546.

Ó TUATHAIL, Gearóide, e Agnew, John. (1992). *Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy*. Political Geography. vol. 11. nº 2. p. 190-204.

Ó TUATHAIL, Gearóid. (1999). *Understanding critical geopolitics: Geopolitics and risk society*. Journal of Strategic Studies. vol 22 (2–3). p.107-124.

PEDERSEN, Ove K. (2009). *Discourse Analysis*. Working Paper nº 65. International Center for Business and Politics. Copenhagen Business School Handelshøjskolen.

PIONTKOVSKY, Andrei. (2006). *East or West? Russia's Identity Crisis in Foreign Policy*. The Foreign Policy Centre. London. United Kingdom.

PRIMAKOV, Yevgeny. (1992). *Preobrazhennaya Rossiya*. Instituto de Relações Internacionais de Moscovo. Mezhdunarodnaya zhizn. nº 3-4. Citado em TSYGANKOV, Andrei. (2013). *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Rowman & Lit Tlefield Publishers.

QUADROS, Marcos e Machado, Lauren. (2015). *A Rússia e o Exterior Próximo: Potencialidades e Entraves para um Projeto de Grande Potência*. Brazilian Journal of International Relations. Marília, v. 4, n. 3, p. 582-607.

RFE/RL. (2004). *Georgia: Moscow talks on South Ossetia continue amid moderate optimism*. Citado em FREIRE, Maria Raquel. (2011). *A Rússia de Putin: Vectors Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal.

RFE/RL. (2008). *Russia: Putin Gives Final Annual News Conference*. Citado em FREIRE, Maria Raquel. (2011). *A Rússia de Putin: Vectors Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal.

RODRIGUES, Alexandre Reis. (2015). *O Médio Oriente, visto como uma disputa entre sunitas e xiitas*. Jornal de Defesa e Relações Internacionais. Portugal. p. 1-3.

RUCKER, L. (2003). *La politique étrangère russe*. Courrier des Pays de l'Est, Paris, n. 1.038. Citado em MAZAT, Numa e Serrano, Franklim. (2012). *O Renascimento de uma*

potência? *A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

SAKWA, Richard. (2010). *A política externa russa contextualizada*. Universidade de Kent. Reino Unido. Citado em FREIRE, Maria Raquel. (2011). *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre. (2008). *A Geopolítica Russa: De Pedro “O Grande” a Putin, a “Guerra-Fria”, o Eurasianismo e os Recursos Energéticos*. Revista Militar nº 2473/2474. p. 1-36.

SIMÃO, Licínia. (2014). *Narratives of the Ukrainian Crisis: The Power of Discourse and Media Wars*. IPRIS Viewpoints. p. 1-4.

SIMÃO, Licínia. (2015). *A Comunidade de Estados Independentes: desafios e resiliência*. Janus 2015-2016. nº 17. 9. 118-119.

SUANO, Marcelo. (2013). *A Ascensão Internacional de Vladimir Putin*. CEIRI NEWSPAPER.

SEQUEIRA, Jorge Manuel Dias. (2014). *As Teorias Geopolíticas e Portugal*. Revista Militar N.º 2547. p. 287-317.

SEGRILLO, Angelo. (2007). *“O Brasil no mundo que vem aí” Rússia*. II Conferência de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI. Brasil.

SERRANO, Franklin e Mazat, Numa. (2017). *A Macroeconomia da Federação Russa: do Tratamento de Choque à Recuperação Nacionalista – Uma Interpretação Heterodoxa*. Revista tempo do mundo. rtm, v. 3, nº 1. Brasil. p. 217-256.

SILVA, Leandro Pignatari. (2010). *A Vitória do Realismo Defensivo na Nova Doutrina de Política Externa Russa*. Revista InterAção. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. v. 1, nº 1. p. 149-158.

SILVIUS. Ray. (2014). *The Russian State, Eurasianism, and Civilisations in the Contemporary Global Political Economy*. Journal of Global Faultlines. University of Winnipeg, Canada. Vol 2 (1). p. 44-69.

SMITH, Graham. (1999). *The Masks of Proteus: Russia, Geopolitical Shift and the New Eurasianism*. Royal Geographical Society (com o Institute of British Geographers). New Series, vol 24, nº 4. p. 481-494.

SOUSA, Danilo Rogerio. (2012). *A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo*. Revista de Geopolítica. Natal. RN, v. 3, nº 2, p. 61-70.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre. (2004). *O Eurasianismo: a “Nova” Geopolítica Russa*. Jornal Defesa e Relações Internacionais.

SOUZA, Bruno Mendelski e Machado, Lauren. (2015). *A política externa e a atuação russa no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1991 a 2014*. Revista de Geopolítica. Brasil. v. 6, nº 1, p. 46 - 64.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge. (2009). *O Pensamento Geopolítico da Rússia no Início do Século XXI e a Geopolítica Clássica*. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, nº 13. p. 122-146.

WARNER, Margaret. (2004). *East-west divide*. Online NewsHour. Citado em FREIRE, Maria Raquel. (2011). *A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa*. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal.

WOEHREL, Steven. (2009). *Russian Energy Policy Toward Neighboring Countries*. Congressional Research Service. p. 1-22.

WOLF, J. (2011). *EUA ignoram pressão russa e mantêm escudo antimísseis*. Folha de São Paulo, São Paulo. Citado em MAZAT, Numa e Serrano Franklim. (2012). *A Geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito*. Em: Alves, André Gustavo de Miranda Pineli, et al. (eds). *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. p. 9-50.

Fontes eletrônicas:

BABO, Thiago. (2014). *O (neo) Eurasianismo e a Política Externa Russa*. CEIRI NEWSPAPER. [online].

Disponível em: <http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/o-neo-urasianismo-e-politica-externa-russa/>. Acessado em [16/05/2017].

BBC Brasil. (2008). *Apoiar independência de Kosovo seria ilegal e imoral, diz Putin*. [online].

Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080214_putinkosovo_cg.shtml. Acessado em [13/03/2017].

BRYANSKI, Gleb. (2009). *Georgia fumes as Putin pledges to defend Abkhazia*. Reuters. [online].

Disponível em: <http://af.reuters.com/article/worldNews/idAFTRE57B31N20090812>. Acessado aos [13/07/2017].

BusinessDictionary. (2017). *Checks and Balances*. [online].

Disponível em: <http://www.businessdictionary.com/definition/checks-and-balances.html>. Acessado em [08/03/2017].

CANCIAN, Renato. (2008). *Geopolítica: Teorias do Heartland e do Rimland*. UOL Educação Pesquisa Escolar. [online].

Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm>. Acessado em [31/03/2017].

CLOVER, Charles. (2016). *The Unlikely Origins of Russia's Manifest Destiny*. [online].

Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2016/07/27/geopolitics-russia-mackinder-urasia-heartland-dugin-ukraine-urasianism-manifest-destiny-putin/>. Acessado aos [18/05/2017].

Defesa Aérea & Naval. (2015). *Missil Bulava entra em serviço na Marinha Russa*. [online].

Disponível em: <http://www.defesaaereanaval.com.br/missil-bulava-entra-em-servico-na-marinha-russa/>. Acessado aos [26/07/2017].

DÉRENS, Jean-Arnault. (2007). *Kosovo: nova bomba-relógio nos Bálcãs*. Fórum Defesa. [online].

Disponível em: <http://www.forumdefesa.com/forum/index.php?topic=5350.30>. Acessado em [14/03/2017].

Diário Notícias. (2008). *A Rússia ameaça com Misseis a Polónia e a Republica Checa*. [online].

Disponível em: <http://www.dn.pt/arquivo/2008/interior/russia-ameaca-com-misseis-polonia-e-republica-checa-1129789.html>. Acessado em [22/03/2017].

Diário Notícias. (2017). *Europa cautelosa com referendo que dá mais poderes a Erdogan*. [online].

Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/europa-cautelosa-com-referendo-queda-mais-poderes-a-erdogan-6226277.html>. Acessado em [15/05/2017].

DYER, Jay. (2015). *Why Does The “War on Terror” Serve Western Policy?* Jayanalysis. [online]

Disponível em: <https://jaysanalysis.com/2015/07/20/why-does-the-war-on-terror-serve-western-policy/>. Acessado em [30/03/2017].

DUGIN, Alexander. (2017a). *A Idéia Eurasiana*. [online].

Disponível em: <http://www.4pt.su/pt-br/content/id%C3%A9ia-eurasiana>. Acessado em [11/05/2017].

DUGIN, Alexander. (2017b). *The Eurasian Idea*. [online].

Disponível em: <http://www.4pt.su/en/content/eurasian-idea>. Acessado em [11/05/2017].

DW. (2012). *Nabucco pipeline future uncertain as Hungary backs Russian rival*. [online].

Disponível em: <http://www.dw.com/en/nabucco-pipeline-future-uncertain-as-hungary-backs-russian-rival/a-15910599>. Acessado em: [04/09/2017].

Embaixada da Federação da Rússia na República Portuguesa. (2012). *Símbolos Nacionais*. [online]

Disponível em: <http://www.embrussia.ru/simbolos-nacionais>. Acessado aos [25/05/2017].

Environmental Justice Atlas. (2017). *Druzhba Adria Oil Pipeline, Croatia*. [online].

Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/druzhba-adria-oil-pipeline-croatia>. Acessado aos [16/08/2017].

Estadão. (2014). *Principais acordos sobre armamento entre Rússia e EUA*. Redação Internacional. Radar Global. [online].

Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/principais-acordos-sobre-armamento-entre-russia-e-eua/>. Acessado aos [26/07/2017].

Federation of American Scientists. (2000). *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation (Approved by the President of the Russian Federation V. Putin, June 28, 2000)*. [online]

Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>. Acessado em [03/03/2017].

FEIFER, Gregory. (2002). *Russia: Putin's Statements On Chechnya May Reflect Public Opinion*. RadioFreeEurope, RadioLiberty. [online].

Disponível em: <http://www.rferl.org/a/1101362.html>. Acessado em [13/03/2017].

FOLCH, Anita Gutierrez. (2009). *Putin's Support of Abkhazia's Independence Increases Tensions With Georgia*. [online].

Disponível em: <http://www.findingdulcinea.com/news/international/2009/August/Putin-s-Support-of-Abkhazia-s-Independence-Increases-Tensions-With-Georgia.html>.

Acessado aos [13/07/2017].

Franchising Brasil. (2016). *Panorama da Economia Russa*. Estudos de Mercado. [online]

Disponível em: <http://www.franchisingbrasil.com/institucional/estudos-de-mercado/>. Acessado aos [25/07/2017].

GABEL, Matthew J. (2016). *European Union (EU)*. Encyclopaedia Britannica [online].

Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/European-Union>. Acessado em [07/03/2017].

Gazeta Russa. (2011). *O novo projeto de integração para Eurásia: um futuro que nasce hoje*. [online].

Disponível em: https://gazarussa.com.br/articles/2011/10/19/o_novo_projeto_de_integracao_para_eurasia_um_futuro_que_nasce_hoje_12701. Acessado em [15/05/2017].

GAZPROM. (2014). Gazprom and Turkey to look into possible increase in Blue Stream capacity. [online].

Disponível em: <http://www.gazprom.com/press/news/2014/april/article189276/>. Acessado em [12/09/2017].

Gazprom. (2017). What gas transmission projects does Gazprom develop in Europe? [online].

Disponível em: <http://gazpromquestions.msl.ru/?id=2#top>. Acessado em [19/05/2017].

Global Fire Power. (2017). *Comparison Results of World Military Strengths: Military power comparison results for Russia vs. United States*. [online].

Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.asp?form=form&country1=russia&country2=united-states-of-america&Submit=COMPARE>. Acessado aos [28/07/2017].

GlobalResearch. (2015). *Impacts of Turkey's Aggression against Russia. The "Turkish Stream" is Dead. Disruption of Gas Pipeline Routes to the EU. Russia's Economy in Crisis?*. [online].

Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/impacts-of-turkeys-aggression-the-turkish-stream-is-dead-disruption-of-gas-pipeline-routes-to-the-eu-russias-economy-in-crisis/5491756>. Acessado aos [15/08/2017].

GLOBO. (2014). *Leia a íntegra do discurso em que Putin reconhece a Crimeia*. [online].

Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/leia-integra-do-discurso-em-que-putim-reconhece-crimea.html>. Acessado aos [22/05/2017].

Globo.com. (2008). *Novo Kosovo independente busca reconhecimento internacional*. [online].

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL303396-5602,00-NOVO+KOSOVO+INDEPENDENTE+BUSCA+RECONHECIMENTO+INTERNACIONAL.html>. Acessado em [14/03/2017].

Jornal de Notícias. (2017). *Rússia tira da "garagem" o maior submarino nuclear do mundo*. [online].

Disponível em <http://www.jn.pt/mundo/interior/russia-tira-da-garagem-o-maior-submarino-nuclear-do-mundo-5780151.html>. Acessado aos [28/07/2017].

MARCU, Silvia. (2007). *La Geopolítica de la Rusia Postsoviética: Desintegración, Renacimiento de una Potencia y nuevas corrientes de pensamiento Geopolítico*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona Vol. XI, nº 253. [online].

Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-253.htm>. Acessado em [15/05/2017].

MASTERS, Jonathan. (2015). *The Russian Military*. Council on Foreign Relations. [online].

Disponível em: <http://www.cfr.org/russian-federation/russian-military/p33758>. Acessado em [09/02/2017].

MATOS, Dídimio. (2013). *Eurasianismo e meridionalismo, geopolítica e defesa*. academia.edu.

Disponível em: https://www.academia.edu/15652291/Eurasianismo_e_meridionalismo. Acessado em [10/05/2017].

Ministério da Educação e Ciência da Federação Russa. (2013). *Símbolos Estatais*. [online].

Disponível em: <http://pt.russia.edu.ru/russia/symb/>. Acessado aos [25/05/2017].

MILHAZES, José. (2011). *Rússia invadiu Geórgia em 2008 para não permitir alargamento da NATO*. Da Rússia. Blogspot.

Disponível em: <http://darussia.blogspot.pt/2011/11/russia-invadiu-georgia-em-2008-para-nao.html>. Acessado aos [11/07/2017].

Mother Jones. (2017). *Why Trump's Military Budget Boost Doesn't Add Up*. [online].

Disponível em: <http://www.motherjones.com/politics/2017/03/trump-pentagon-military-budget-spending-charts/>. Acessado aos [27/07/2017].

MÜLLER, Martin. (2010). *Doing discourse analysis in Critical Geopolitics*. L'Espace politique. Online Journal of political geography and geopolitics [online].

Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/1743#tocto2n7>. Acessado em [14/04/2016].

North Atlantic Treaty Organization (NATO). (2016). *Founding treaty*. [online].

Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_67656.htm? Acessado em [27/04/2017].

O GLOBO. (2008). *Análise: Presidente russo expõe princípios de nova política externa*. [online]

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/analise-presidente-russo-expoe-principios-de-nova-politica-externa-3834720#ixzz4aYoGubJm>. Acessado em [06/03/2017].

Oil & Gas 360 ®. (2015). *Nord Stream 2 Gas Pipeline Could Pose Risk for Gazprom*. [online].

Disponível em: <https://www.oilandgas360.com/nord-stream-2-gas-pipeline-could-pose-risk-for-gazprom/>. Acessado aos [20/06/2017].

OLIVEIRA, Lucas Kerr, BRITES, Pedro Vinícius Pereira, REIS, João Arthur da Silva. *A guerra proxy na Síria e as disputas estratégicas russo-estadunidenses no Oriente Médio*. Mundorama. [online].

Disponível em: <http://www.mundorama.net/?p=11595>. Acessado aos [06/09/2017].

President of Russia. (2007). *Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy*. [online].

Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acessado aos [08/06/2017].

President of Russia. (2008). *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, January 12, 2008*. [online].

Disponível em: <http://en.kremlin.ru/supplement/4116>. Acessado em [03/03/2017].

PIZZOLO, Paolo. (2015). *The need for geographical studies and the aid of geography to other sciences according to Mackinder*. The gathering of dreams. [online].

Disponível em: http://pauljpizz.blogspot.pt/2015_09_01_archive.html. Acessado em [31/03/2017].

PUTIN, Vladimir. (2002). *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. President Of Russia. [online].

Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21567>. Acessado aos [24/07/2017].

President of Russia. (2003). *President Putin's annual message to the Federal Assembly of the Russian Federation*. [online].

Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/28640>. Acessado aos [25/08/2017].

RFE/RL. (2004). ... *And has sour words for the United States*. [online].

Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1143295.html>. Acessado aos [21/06/2017].

ROSS, Eric (2015). *Of heartlands and pan-regions: mapping the spheres of influence of the great powers in the age of world wars*. Eric Ross, academic. Wordpress [online].

Disponível em: <https://ericrossacademic.wordpress.com/2015/03/05/of-heartlands-and-pan-regions-mapping-the-spheres-of-influence-of-the-great-powers-in-the-age-of-world-wars/>. Acessado em [09/05/2017].

SACKO, David. (2008). *Russia's Role in the Emerging Eurasian Security Environment*. Homeland Security Digital Library.

Disponível em: <https://www.hsdl.org/?search&collection=limited&fct&so=score&submitted=Search&page=1&publishermore=true&publisher=United+States+Air+Force+Academy&creator=Sacko%2C+David+H>. Acessado em [22/03/2017].

SAMPAIO, Daniel Costa. (2016). *A Revisão da política externa da Federação Russa*. CEIRI NEWSPAPER. [online].

Disponível em: <http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/a-revisao-da-politica-externa-da-federacao-russa/>. Acessado em [03/03/2017].

SHIAN, Chin. (2016). *Geopolitical Theories driving Proxy wars during the Cold War*. Word Press. [online]

Disponível em: <https://coldwargeopolitics.wordpress.com/2016/03/12/geopolitical-theories-driving-proxy-wars-during-the-cold-war/>. Acessado em [26/04/2017].

Sic Notícias. (2016). *Vladimir Putin substitui chefe da administração presidencial da Rússia*. [online].

Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2016-08-12-Vladimir-Putin-substitui-chefe-da-administracao-presidencial-da-Russia>. Acessado em [08/03/2017].

Só Russo. (2017). *Hino da Rússia - Гимн России*. [online].

Disponível em: <http://www.sorusso.com.br/conteudo/hino.php>. Acessado aos [22/05/2017].

STARR, Steven, *et al.* (2012). *The Missile Crisis That Never Went Away*. Truthdig. [online].

Disponível em: http://www.truthdig.com/report/page2/the_next_missile_crisis_20121016. Acessado aos [26/07/2017].

Sputnik Brasil. (2016). *Putin aprova novo conceito da política externa da Rússia*. [online].

Disponível em: <https://br.sputniknews.com/russia/201612017025485-putin-novo-conceito-politica-externa/>. Acessado em [03/03/2017].

The Constitution Of the Russian Federation. (1993). *The Constitution Of the Russian Federation*. [online].

Disponível em: <http://www.constitution.ru/en/10003000-01.htm>. Acessado aos [18/08/2017].

The Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation. (2013). *Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation (approved by President of the Russian Federation V. Putin on 12 February 2013)*. [online].

Disponível em: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186. Acessado em [03/03/2017].

The Ministry of Foreign Affairs of The Russian Federation. (2016). *Foreign Policy Concept of the Russian Federation (approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016)*. [online].

Disponível em: http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248?p_p_id=101_INSTANCE_CptICkB6BZ29&_101_INSTANCE_CptICkB6BZ29_languageId=en_GB. Acessado em [03/03/2017].

The Voice Of Russia. (2012). *New submarines for Russia's nuclear force*. [online].

Disponível em: <https://sputniknews.com/voiceofrussia/2012/01/24/64511847/>. Acessado aos [28/07/2017].

Trading Economics. (2017). *Russia Military Expenditure*. [online].

Disponível em: <https://tradingeconomics.com/russia/military-expenditure>. Acessado aos [27/07/2017].

Trading Economics. (2017). *United States Military Expenditure*. [online].

Disponível em: <https://tradingeconomics.com/united-states/military-expenditure>. Acessado aos [28/07/2017].

tvi24. (2008). *Rússia «teme» sistema anti-míssil dos EUA na Polónia*. [online].

Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/internacional/defesa/russia-teme-sistema-anti-missil-dos-eua-na-polonia>. Acessado em [22/03/2017].

United Nations. (2017). *Security Council-Veto List*. Dag Hammarskjöld Library. [online].

Disponível em: <http://confins.revues.org/>. Acessado aos [04/09/2017].

Voz da Rússia. (2011). *Míssil “Bulava” - chegou a hora de colocá-lo em serviço*. [online].

Disponível em: <https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/2011/12/30/63174221/>. Acessado aos [26/07/2017].

YASMANN, Victor. (2007). *Russia: Kremlin Sees Its Foreign-Policy Star On Rise*. Radio Free Europe/Radio Liberty. [online].

<https://www.rferl.org/a/1075413.html>. Acessado aos [07/06/2017].

ANEXOS

TABELAS

Tabela 1. Evolução ou Diferença dos objetivos da Política externa da Federação da Rússia

Conceito de Política Externa de 2000	Conceito de Política Externa de 2008	Conceito de Política Externa de 2013	Conceito de Política Externa de 2016
Garantir a segurança confiável do país, preservar e fortalecer a sua soberania e integridade territorial, para conquistar posições firmes e de prestígio na comunidade mundial, mais plenamente coerente com os interesses da Federação Russa como uma grande potência, como um dos mais influentes centros do mundo moderno e que sejam necessários para o crescimento do seu potencial político, económico, intelectual e espiritual;	Assegurar a segurança nacional, preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial, para conseguir fortes posições de autoridade na comunidade mundial que melhor satisfaçam os interesses da Federação Russa como um dos centros influentes no mundo moderno, e que sejam necessários para a crescimento do seu potencial político, económico, intelectual e espiritual;	Garantir a segurança do país, proteger e fortalecer a sua soberania e integridade territorial e assegurar a sua posição de destaque na comunidade internacional como um dos polos influentes e competitivos do mundo moderno;	Garantir a segurança nacional, a soberania e a integridade territorial e reforçar o Estado de Direito e as instituições democráticas;
Impulsionar os processos gerais do mundo com o objetivo de formar uma ordem mundial democrática, estável e justa, baseada em normas do direito internacional geralmente reconhecidas, incluindo, em primeiro lugar, os objetivos e os princípios da Carta das Nações Unidas sobre as relações equitativas e de parceria entre os Estados;	Influenciar os processos globais para assegurar a formação de uma ordem mundial justa e democrática, baseada na coletividade na busca de soluções para os problemas internacionais e na supremacia do direito internacional, tendo as disposições da Carta das Nações Unidas em primeiro lugar, bem como as relações de parceria igualitária entre os Estados com um papel central e de coordenação da ONU ¹¹³ como a organização-chave que rege as relações internacionais e que possui uma legitimidade única;	Promoção ativa da paz internacional, da segurança e da estabilidade universal com o objetivo de estabelecer um sistema justo e democrático de relações internacionais baseado na tomada de decisão coletiva no tratamento de questões globais, dando primazia ao direito internacional, incluindo, em primeiro lugar, a Carta das Nações Unidas, bem como uma parceria igualitária entre as nações com o papel central de coordenação da ONU, como a principal organização reguladora das relações internacionais;	Promover os esforços para fortalecer a paz internacional e garantir a segurança e a estabilidade global com vista a estabelecer um sistema internacional justo e democrático que aborde as questões internacionais com base na tomada de decisão coletiva, no Estado de Direito Internacional, na Carta das Nações Unidas (a Carta das Nações Unidas), bem como nas relações de parceria entre os Estados, com o papel central e de coordenação desempenhado pelas Nações Unidas como a organização chave encarregada de regular as relações internacionais;
Criar condições externas favoráveis ao desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, para aumentar os padrões de vida da população, levando a cabo com sucesso as transformações democráticas, fortalecendo o sistema constitucional e à observância dos direitos e	Criar condições externas favoráveis para a modernização da Rússia, a transformação da economia em linhas de inovação, o reforço dos padrões de vida, a consolidação da sociedade, o reforço das bases do sistema constitucional, o Estado de direito e as instituições democráticas, a realização dos direitos humanos e liberdades e, consequentemente, assegurar a	Criar condições externas favoráveis para um crescimento estável e dinâmico da economia russa e da sua modernização tecnológica, com vista a colocá-la no caminho do desenvolvimento baseado na inovação, bem como para melhorar a qualidade de vida, reforçar o Estado de direito e as instituições democráticas, e garantir os direitos humanos e	Criar um ambiente externo favorável que permita à economia russa crescer de forma constante e a tornar-se mais competitiva e promover a modernização tecnológica, bem como os níveis de vida e qualidade de vida mais elevados para a população russa;

¹¹³ Organização das Nações Unidas

liberdades individuais;	competitividade do país num mundo globalizado;	as liberdades;	
Formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia, para promover a eliminação das tensões existentes e para prevenir o surgimento de potenciais focos de tensão e conflitos nas regiões adjacentes ao território da Federação Russa;	Promover relações de boa vizinhança com os Estados limítrofes, ajuda-los a eliminar os focos de tensão e conflitos existentes nas regiões adjacentes à Federação Russa e outras regiões do mundo e impedir a emergência dos novos;	Promover relações de boa vizinhança com os Estados vizinhos e ajuda-los a superar as tensões e potenciais conflitos existentes nas regiões adjacentes à Federação da Rússia;	Promover relações de vizinhança com os Estados adjacentes, ajudá-los a eliminar os existentes focos de tensão e a impedir a emergência de outros novos focos de tensão e conflitos nos seus territórios;
Buscar a concórdia e interesses coincidentes com os países estrangeiros e associações interestaduais no processo da resolução das tarefas que são determinadas pelas prioridades nacionais da Rússia e, nessa base, construir um sistema de parcerias e relações aliadas [amistosas] que melhorem as condições e os parâmetros da cooperação internacional;	Procurar acordos e interesses coincidentes com os outros Estados e associações internacionais no processo de encontrar soluções para as tarefas de acordo com as prioridades nacionais da Rússia, nessa base, estabelecer um sistema de parcerias bilaterais e multilaterais com vista a assegurar a estabilidade da posição internacional do país em face da volatilidade da política externa internacional;	Desenvolver parcerias bilaterais e multilaterais de benefícios mútuos de igualdade com os Estados estrangeiros, associações interestaduais, organizações internacionais e <i>fora</i> , com base no respeito pela independência e soberania, pragmatismo, transparência, abordagem multivetorial, previsibilidade e proteção dos interesses nacionais não confrontacionais; Promover uma ampla cooperação internacional baseada no princípio da não discriminação e facilitar a formação de alianças flexíveis que não sejam blocos com a participação ativa da Rússia;	Promover, no âmbito bilateral e multilateral, parcerias mutuamente benéficas e equitativas com os países estrangeiros, associações interestaduais, organizações internacionais e dentro de <i>fora</i> , orientadas pelos princípios de independência e soberania, pragmatismo, transparência, previsibilidade, uma abordagem multidirecional e o compromisso a prosseguirem as suas prioridades nacionais sem a confrontação; Alargar a cooperação internacional numa base não discriminatória; e Facilitar a emergência de alianças em rede e a participação pró-ativa da Rússia nelas;
Defender de todas as formas possíveis, os direitos e os interesses dos cidadãos russos e dos seus compatriotas no exterior; e	Proporcionar uma proteção integral dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos e dos seus compatriotas russos no estrangeiro;	Garantir a proteção integral dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos russos e dos seus compatriotas residentes no estrangeiro e promover, nos diversos formatos internacionais, a perspetiva da Rússia em matéria de direitos humanos;	Assegurar a proteção completa e eficaz dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos russos e dos seus compatriotas residentes no estrangeiro, incluindo no âmbito dos diversos quadros internacionais;
Promover uma percepção positiva da Federação Russa no mundo, para popularizar a língua russa e a cultura dos povos da Rússia em estados estrangeiros.	Promover e propagar, em países estrangeiros, a língua russa e a cultura dos povos russos constituindo uma contribuição única para a diversidade cultural e civilizacional do mundo contemporâneo e para o desenvolvimento de uma parceria inter-civilizacional; e	Promover a língua russa e reforçar as suas posições no mundo, disseminando informações sobre as conquistas do povo russo e consolidar a diáspora russa no estrangeiro;	Reforçar o papel da Rússia na cultura internacional; Promover e consolidar a posição da língua russa no mundo; Aumentar a consciência global das realizações culturais da Rússia, do seu legado histórico nacional, da identidade cultural dos povos da Rússia, e da educação e pesquisa russa; Consolidar a diáspora de língua russa;
	Promover uma imagem objetiva da Federação Russa a nível mundial como um Estado		

-----	democrático empenhado numa economia de mercado socialmente orientada e com uma política externa independente;	-----	-----
-----	-----	Reforçar as posições da Rússia no sistema comercial e económico global, prestar apoio diplomático aos operadores económicos nacionais no estrangeiro, impedir a discriminação dos produtos, serviços ou investimentos russos; Aproveitando o potencial das instituições económicas e financeiras internacionais e regionais para o efeito;	Reforçar a posição da Rússia nas relações económicas mundiais e evitar qualquer discriminação em relação aos bens, serviços e investimentos russos, recorrendo às opções oferecidas pelas organizações económicas e financeiras internacionais e regionais;
-----	-----	Facilitar o desenvolvimento de um diálogo construtivo e relações de parceria entre as civilizações no interesse de reforçar o acordo entre as várias culturas e confissões e assegurar o seu enriquecimento mútuo;	Facilitar o desenvolvimento de um diálogo construtivo e parcerias com vista a promover a harmonia e o enriquecimento mútuo entre as várias culturas e civilizações;
-----	-----	-----	Consolidar a posição da Federação Russa como o centro de influência no mundo de hoje; e
-----	-----	-----	Reforçar a posição dos meios de comunicação russos e as ferramentas da comunicação no espaço da informação global e transmitir a perspetiva da Rússia sobre o processo internacional para uma comunidade internacional mais ampla.

Fonte: Foreign Policy Concept of The Russian Federation (2000), Foreign Policy Concept of The Russian Federation (2008); Foreign Policy Concept of The Russian Federation (2012), e Foreign Policy Concept of The Russian Federation (2016).

Tabela 2. Bases militares da Rússia na CEI

País Anfitrião	Tipo de Presença Militar	Número aproximado de efetivo militar russo
Arménia	Base aérea em Yerevan; base militar em Gyumri (originalmente até 2020, mas em 2010 este prazo foi estendido até 2044)	4,000
Azerbaijão	Estação de radar em Qabala (chegaria ao fim em 2012, mas as negociações para a extensão estão em curso)	900
Bielorrússia	Estação de radar em Baranovich; Centro de Comunicação Naval em Vileyka	2,000
Geórgia (contra a vontade do governo)	Base militar na Abcázia e Ossétia do Sul	7,000-9,000
Cazaquistão	Estação de radar em Balkhash, e Baikonur	Desconhecido
Quirquistão	Base Aérea Em Kant, Centro de Treino e Pesquisa Naval em Issyk-Kul	500-700
Moldova (contra a vontade do governo)	Grupo Operacional da Transnístria	1500 (incluindo 500 peacekeepers, deveriam ter-se retirado em 2003)
Tajiquistão	Base militar (Regimentos de rifle motorizados em Dushanbe, Kulyab, Kurgan-Tyube e um esquadrão de helicóptero em Aini)	5,500
Turquemenistão	-	-
Ucrânia	Uma base naval, incluindo uma estação de radar em Sebastopol e uma Frota ou Frota do Mar Negro (em 2010 este prazo foi estendido até 2042)	13,000
Uzbequistão	Nada - Tashkent recusou a oferta russa para se inaugurar uma base aérea em	-

	2007)	
--	-------	--

Fonte: International Institute for Strategic Studies Military Balance (2010), citado em Judah, *et al.* 2011: 29).

Tabela 3. Principais acordos de redução estratégica de armas nucleares entre a Rússia e os Estados Unidos

Tratado	Data de assinatura/entrada em vigor	Limitação de estoque de ogivas nucleares	Limitação do número de veículos estratégicos de transporte nuclear ¹¹⁴	Data de expiração
START I	31/7/1991 5/12/1994	6000	1600	5/12/2009
START II	3/01/1993	3000-3500	nenhuma	-
SORT	24/5/2002 10/6/2003	1.700-2200	nenhuma	31/12/2021
New START	08/04/2010 05/02/2011	1.500	800	06/02/2021

Fonte: Estadão (2014); Kile citado em Mazat e Serrano (2012: 30); Tsygankov (2010).

¹¹⁴ São mísseis balísticos intercontinentais, os submarinos lançadores de mísseis e os bombardeiros de longo alcance.

Tabela 4. Elementos de poder entre a Rússia e os Estados Unidos (2016)

Categoria	Poder Russo	Poder Norte Americano
Ranking Global de Poder de Fogo	Nº 2 (de 133)	Nº 1 (de 133)
População	Nº 9 (142,355,415)	Nº 3 (323,995,528)
Mão de Obra Apta para o Serviço	Nº 9 (47,000,000)	Nº 3 (120,025,000)
Pessoal Militar	Nº - (3,371,027)	Nº - (2,363,675)
Orçamento da Defesa	Nº 4 (70345,10 mil milhões de dólares)	Nº 1 (606232.60 mil milhões de dólares)
Total de Aeronaves	Nº 2 (3,794)	Nº 1 (13,762)
Aeronaves de Ataque	Nº 2 (1,438)	Nº 1 (2,785)
Helicópteros	Nº 2 (1,389)	Nº 1 (6,065)
Helicópteros de Ataque	Nº 2 (490)	Nº 1 (947)
Tanques	Nº 1 (20,216)	Nº 3 (5,884)
Veículos Blindados de Combate	Nº 2 (31,298)	Nº 1 (41,062)
Artilharia automotriz	Nº 1 (5,972)	Nº 4 (1,934)
Artilharia armada	Nº 4 (4,625)	Nº 12 (1,299)
Projetores de Foguetes	Nº 1 (3,793)	Nº 6 (1,331)
Ativos Navais	Nº 5 (352)	Nº 3 (415)
Porta-aviões	Nº 13 (1)	Nº 1 (19)
Submarinos	Nº 4 (63)	Nº 2 (70)
Fragatas	Nº 27 (6)	Nº 22 (8)
Destroyers	Nº 4 (15)	Nº 1 (63)
Corvetas	Nº 1 (81)	Nº 70 (0)
Força da Marinha Mercante	Nº 5 (1,143)	Nº 18 (393)

Fonte: Global Fire Power (2017); Trading Economics (2017).

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT